

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

CHARLES FLORCZAK ALMEIDA

**A CRISE ECONÔMICA DE 2008 NAS PÁGINAS DA
FOLHA DE S. PAULO: O CONHECIMENTO DO JORNALISMO
NA ERA NEOLIBERAL**

SÃO LEOPOLDO
2015

Charles Florczak Almeida

A CRISE ECONÔMICA DE 2008 NAS PÁGINAS DA *FOLHA DE S.*
PAULO: O CONHECIMENTO DO JORNALISMO NA ERA NEOLIBERAL

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Christa Berger

SÃO LEOPOLDO
2015

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

A447c Almeida, Charles Florczak

A crise econômica de 2008 nas páginas da Folha de S. Paulo : o conhecimento do jornalismo na era neoliberal [manuscrito] / Charles Florczak Almeida. – São Leopoldo : UNISINOS, 2015.

218 f. : il.

Orientador: Christa Berger.

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, BR-RS, 2015.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo econômico. 3. Jornalismo – Conhecimento. 4. Neoliberalismo. 5. Crise econômica – Brasil – 2008. 6. Folha de São Paulo (Jornal). I. Berger, Christa, orient. II. Título

CDU: 070.489

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

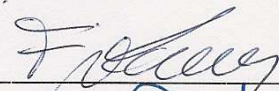
CHARLES FLORCZAK ALMEIDA

“A CRISE ECONÔMICA DE 2008 NAS PÁGINAS DA FOLHA DE S. PAULO: O
CONHECIMENTO DO JORNALISMO NA ERA NEOLIBERAL”

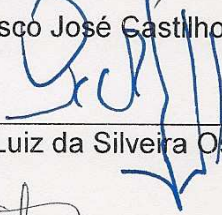
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovado em 16 de março de 2015

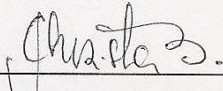
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam – UFSC



Prof. Dr. Pedro Luiz da Silveira Osório – UNISINOS



Profa. Dra. Christa Berger – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

À Lírian Sifuentes, companheira de todas as horas, por compartilhar comigo as lamúrias e conquistas do percurso deste mestrado, apoiando-me afetivamente e realizando incansáveis releituras e efetivas contribuições ao desenvolvimento deste trabalho;

Aos meus pais, irmãos e familiares pelo incentivo e exemplo;

À professora Christa Berger por ter acolhido a proposta desta pesquisa, pelas sábias orientações e pelas conversas, muitas tematizadas por desabafos e devaneios, que, no fundo, ajudaram a compor, além desta dissertação, uma perspectiva mais acurada sobre a vida política;

Aos professores Francisco Karam e Pedro Osório por aceitarem o convite para a banca de defesa e ao professor Carlos Franciscato pela proveitosa leitura por ocasião do exame de qualificação.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS;

Aos colegas pós-graduandos, especialmente os mestrandos ingressantes em 2013, pela partilha das angústias e os sorrisos camaradas;

Aos colegas técnico-administrativos da UFRGS, em especial os integrantes da Assessoria de Imprensa, por segurarem as pontas nas tarefas do trabalho enquanto a correria do mestrado apertava;

À CAPES pelo financiamento da bolsa de estudos na modalidade taxa que viabilizou a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho toma a cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre a crise econômica de 2008 como objeto para um estudo do jornalismo como forma de conhecimento. O objetivo foi compreender como foi realizada a cobertura da crise, do ponto de vista dos tipos de conteúdo que produziu, das perspectivas e explicações que adotou, das posturas políticas defendidas, em suma, das prioridades editoriais desenvolvidas pelo veículo. Adota-se a perspectiva de que o jornalismo é uma forma de conhecimento social cristalizada no singular, que realiza a mediação entre os fatos e o público, caracterizando-se, enquanto conhecimento, por sua comunicabilidade. Sustentamos que contradições sociais estão envoltas no processo de significação jornalístico, o que justifica um estudo abrangendo abordagens informativas e opinativas, mantendo-se a essência no singular. Tratamos da ascensão e das características do neoliberalismo como projeto de classe hegemônico, que também é apontado como matriz de explicação para a crise econômica tema do trabalho. O jornalismo de economia, por sua vez, é o espaço pelo qual se percebe a relação do jornalismo com projetos político-econômicos, particularmente, o neoliberalismo, a transformar as pautas e formas de organização do jornalismo. A análise da cobertura realizada pela *Folha de S. Paulo* tem como *corpus* 6.176 textos jornalísticos de diferentes tipos e as manchetes de capa das 243 edições publicadas pelo jornal entre agosto de 2008 e março de 2009, período de maior acentuação da crise, incluindo impactos na economia brasileira. Pudemos observar a intensidade com que a crise foi acompanhada ao longo das semanas, destacando-se a quebra do Banco Lehman Brothers como marco efetivo da explosão do número de matérias. No decorrer dos meses, há mudanças de foco na cobertura, notadamente migrando do mercado financeiro para os governos; do exterior para o Brasil. As formas desenvolvidas pelo jornalismo de economia representam a estruturação básica da cobertura, do ponto de vista de temáticas, fontes e outros elementos. Identificamos, nas posições político-econômicas defendidas pelo jornal em editoriais e relacionadas aos destaques de capa, uma ênfase no dever do Estado em resolver os problemas trazidos pela crise, expressando, nesse ponto, a visão da ortodoxia neoliberal, pois assenta sua posição no corte de gastos públicos, flexibilização das leis trabalhistas e direito inquestionável das empresas de demitir. Aponta-se a maior participação de ex-integrantes do governo como de autores não jornalistas que compõem a contextualização dos acontecimentos da crise. Há uma ênfase no ponto de vista do mercado financeiro para observar os eventos e espaços generosos às entidades empresariais, ao contrário do que ocorre com os movimentos sociais e representação de trabalhadores. O econômico e o político estão inter-relacionados, tendo o jornalismo parte nesse contato, no caso da crise, reforçando a perspectiva hegemônica neoliberal. Conclui-se que, embora seja engendrada por concepções neoliberais, a cobertura se desenvolve baseada em formas de conhecer criadas pelo jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo; jornalismo como conhecimento; neoliberalismo; jornalismo de economia; crise econômica de 2008.

ABSTRACT

This paper takes the coverage of *Folha de S. Paulo* about the economic crisis of 2008 as object for a study of journalism as a form of knowledge. It aimed understand how the coverage of the crisis was carried out from the point of view of the types of content produced, the perspectives and explanations adopted, the political positions defended, in short, the editorial priorities developed by the vehicle. The perspective adopted was that journalism is a form of social knowledge crystallized in the singular, that mediates facts and public, characterized, as knowledge, by its communicability. We argued that social contradictions are shrouded in the journalistic significance process, which justifies a study including informative and opinionated approaches, supporting the essence in the singular. The rise of neoliberalism and its features are understood as hegemonic class project, which is also indicated as explanation matrix for the economic crisis. Economic journalism, in turn, is the space in which it is perceived the relation between journalism and political-economic projects, particularly, neoliberalism, transforming the guidelines and forms of journalism organization. The analysis of the coverage of *Folha de S. Paulo* includes a *corpus* of 6,176 journalistic texts of different types and the cover headlines of the 243 issues published by the journal between August 2008 and March 2009, period of accentuation of the crisis, including impacts on Brazilian economy. It was possible to observe the intensity with which the crisis was followed over the weeks, emphasizing the crash of Lehman Brothers as an effective framework of the explosion in the number of news stories. Over the months, there were changes of focus on coverage, especially migrating from the financial market to governments; from abroad to Brazil. The forms developed by economic journalism represent the basic structure of the coverage from the point of view of themes, fonts and other elements. It was identified an emphasis on the duty of the state to solve the problems caused by the crisis, expressing the view of neoliberal orthodoxy as it rests its position in cuts of public spending, liberalization of labor legislation and unquestionable right of companies to dismiss in the political and economic positions taken by newspaper editorials and related to the highlights of cover. It was pointed the greater participation of former members of the government and non-journalists as authors that create the context of the crisis events. There was an emphasis on the point of view of financial market to observe the events and there were generous spaces to business entities, in contrast to what occurs with social movements and worker representation. The economic and the political aspects are interrelated, and journalism has participation in this relation, in the case of crisis, reinforcing the neoliberal hegemonic perspective. It was concluded that, although it is engendered by neoliberal concepts, coverage was developed based on ways of knowing created by journalism.

Keywords: journalism; journalism as knowledge; neoliberalism; economic journalism; economic crisis of 2008.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Quantidade de matérias por semana.....	136
QUADRO 2 – Manchetes de capa por semana.....	137
QUADRO 3 – Número de matérias por seção/editoria/caderno.....	139
QUADRO 4 – Temas de maior interesse da cobertura.....	141
QUADRO 5 – Tipo de abordagem jornalística sobre a crise.....	144
QUADRO 6 – Autores das matérias (dica, entrevista, explicação, nota(s), notícia, perfil, reportagem e resenha).....	145
QUADRO 7 – Veículos e agências internacionais utilizados na cobertura.....	146
QUADRO 8 – Principais veículos e agências internacionais por tipo de matéria.....	147
QUADRO 9 – Autores dos textos dos principais veículos internacionais utilizados....	147
QUADRO 10 – Origem dos autores dos textos opinativos.....	148
QUADRO 11 – Origem das frases da página de Opinião da <i>Folha</i>	149
QUADRO 12 – Colunistas fixos externos do caderno <i>Dinheiro</i>	150
QUADRO 13 – Países mais referidos em matérias.....	151
QUADRO 14 – Regiões de maior interesse da cobertura.....	151
QUADRO 15 – Principais cidades para cada um dos principais autores.....	152
QUADRO 16 – Primeiras manchetes sobre a crise.....	155
QUADRO 17 – Tramitação do pacote de medidas nos EUA e repercussão nos mercados.....	158
QUADRO 18 – Manchetes acompanham ações do BCB sobre crédito.....	161
QUADRO 19 – Política de juros do Banco Central como tema das manchetes.....	161
QUADRO 20 – Bancos estatais durante a crise.....	163
QUADRO 21 – Temas de maior incidência e autores de notícias, notas, entrevistas e reportagens.....	166
QUADRO 22 – Projeções, expectativas e informações da economia alimentam a cobertura da crise.....	167
QUADRO 23 – Destaque para ações do governo durante a crise.....	169
QUADRO 24 – Assuntos relativos ao <i>Trabalho</i> nas manchetes da <i>FSP</i>	173
QUADRO 25 – <i>Economia internacional</i> nas capas.....	176
QUADRO 26 – Economias de áreas desenvolvidas e volume de gastos com a crise...	177
QUADRO 27 – Eleição e o presidente eleito dos EUA nas manchetes durante o período.....	177
QUADRO 28 – Ações do governo dos EUA em socorro a empresas.....	178
QUADRO 29 – Economia dos EUA.....	178

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – Produtividade e renda por hora de trabalho.....	73
DIAGRAMA 1 – Conjunto de fatores inter-relacionados que levaram à crise.....	83
IMAGEM 2 – Gráfico das vendas totais no varejo e de automóveis (EUA).....	88
IMAGEM 3 – Taxas de câmbio durante a crise (de janeiro 2008 a março 2010).....	89
IMAGEM 4 – Produção de aço: economia mundial e três regiões.....	89
GRÁFICO 1 – Evolução do número de referências à crise por semana.....	138
GRÁFICO 2 – Evolução dos principais temas ao longo das semanas.....	142
IMAGEM 5 – Capas <i>FSP</i> de 16.09.2008 e 30.10.2008.....	153
IMAGEM 6 – Capa <i>FSP</i> de 30.09.2008.....	157
IMAGEM 7 – Capas <i>FSP</i> de 07.10.2008 e 14.10.2008.....	158
IMAGEM 8 – Capas <i>FSP</i> de 10.12.2008 e 11.03.2009.....	168
IMAGEM 9 – Ênfase no corte de gastos pelo governo, com destaque para o funcionalismo.....	171
GRÁFICO 3 – Evolução de matérias sobre os temas <i>Empresas e Negócios, Mercado financeiro – Cotações e Trabalho</i>	172
IMAGEM 10 – Capas <i>FSP</i> de 13.01.2009 e 12.02.2009.....	174
IMAGEM 11 – “Glossário” do dia 17.09.2008.....	191
IMAGEM 12 – Infográficos dos dias 17.09.2008 e 18.10.2008.....	194
IMAGEM 13 – Repercussão de declaração de Lula.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACC – Adiantamento de Contratos de Câmbio
- ADR – American Depositary Receipt
- AIG – American International Group
- BB – Banco do Brasil S.A.
- BC – Banco Central
- BCB – Banco Central do Brasil
- Bird – Banco Mundial
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China
- CEF – Caixa Econômica Federal
- Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CMN – Comissão Monetária Nacional
- CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
- Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- EUA – Estados Unidos da América
- FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
- FecomercioSP – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
- FED – Federal Reserve
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FIFA – Federação Internacional de Futebol
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FSP – Folha de S. Paulo

FT – Financial Times

G20 – Grupo dos 20

G7 – Grupo dos sete

GM – General Motors

IPI – Impostos sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

JK – Juscelino Kubitschek

MP – Medida Provisória

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NYT – The New York Times

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIGS – Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha

PPP – Parceria Público Privada

PR – Paraná

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PUCRJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

S&P – Standard & Poor's

SEAD – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SP)

SP – São Paulo

TLH – Títulos Lastreados em Hipotecas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O CONHECIMENTO COMO PERSPECTIVA PARA ESTUDAR O JORNALISMO	22
2.1 A SINGULARIDADE DO CONHECIMENTO JORNALÍSTICO	22
2.1.1 De Chicago a Floripa: a singularidade como categoria central.....	24
2.1.2 Ênfase na comunicabilidade	31
2.1.3 O caráter mediador do jornalismo: objetividade subjetiva e o compromisso com os fatos.....	34
2.2 DA GÊNESE CAPITALISTA À APREENSÃO DA REALIDADE	40
2.2.1 O papel das concepções hegemônicas no jornalismo	42
2.2.2 Conhecimento para além do informativo: os diferentes formatos na significação jornalística	48
3 NEOLIBERALISMO E SUA CRISE	55
3.1 NEOLIBERALISMO: A EMERGÊNCIA DE UM MODELO HEGEMÔNICO	57
3.1.1 O domínio da concepção neoliberal na agenda político-econômica	65
3.2 BALANÇO DE UM PROJETO DE CLASSE: ACENTUAÇÃO DAS DESIGUALDADES	72
3.3 A CRISE DE UMA TRAJETÓRIA: DIAS DRAMÁTICOS E POLÍTICAS DE SOCORRO.....	78
3.3.1 A crise em cinco atos e as medidas do estado de urgência econômica	84
3.3.2 A crise no Brasil: impacto no crescimento e no emprego	93
4 ESPECIFICIDADE DO CONHECIMENTO JORNALÍSTICO NA COBERTURA DE ECONOMIA	97
4.1 NOÇÕES SOBRE O PERCURSO DA EDITORIA DE ECONOMIA NO JORNALISMO BRASILEIRO.....	97
4.1.1 A economia na primeira página: crescimento em momentos de crise	106
4.2 O JORNALISMO ATRAVESSADO PELO NEOLIBERALISMO: PERSPECTIVAS CRÍTICAS	116
4.2.1 As finanças no noticiário e o seu jornalismo	116
4.2.2 O jornalismo econômico ideologizado: a política da não política	124
4.2.3 A <i>Folha de S. Paulo</i> e a agenda neoliberal.....	128

5 A CRISE PELAS PÁGINAS DA FOLHA	133
5.1 ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA DA <i>FOLHA DE S. PAULO</i> SOBRE A CRISE	135
5.2 A CRISE COMO TEMA CENTRAL DAS CAPAS E EDITORIAIS DA <i>FOLHA</i> ...	152
5.3 ELEMENTOS DO JORNALISMO DE ECONOMIA NA COMPREENSÃO DA COBERTURA DA CRISE	181
5.3.1 A confirmação da assimetria internacional.....	181
5.3.2 As agências de <i>rating</i> e o esquecimento noticioso	186
5.3.3 O jornalismo de serviço aos investidores.....	188
5.3.4 Abordagem explicativa: “Saiba mais” sobre a crise	190
5.3.5 Espaços garantidos aos agentes do mercado financeiro.....	195
5.3.6 O jogo e os jogadores: a política especulada durante a crise.....	198
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS.....	213

1 INTRODUÇÃO

A derrocada de grandes instituições financeiras que marcou o mês de setembro de 2008 pôde ser acompanhada à distância pela audiência brasileira, especialmente, a partir do trabalho da imprensa. Esses veículos, com suas narrativas – ora espetaculares, aceleradas encorpadas por números monstruosos – trouxeram a crise até o país, antes mesmo de ela chegar propriamente na atividade econômica. Relatavam, à época, os fatos distantes em geografia, mas próximos em interesse, afinal, lembram-nos de possíveis impactos em terras sul-atlânticas. De uma hora para outra, pois, as economias desenvolvidas pareciam desmanchar-se e as megaempresas, sempre exemplares em suas administrações eficientes e sofisticadas, não podiam sobreviver *por suas próprias pernas*, buscando socorros governamentais, inclusive, e principalmente, da maior potência econômica do globo, os EUA.

Algo estava errado no reino do livre-mercado. A liderança empresarial em estado mais puro via-se sem armas para combater o próprio derretimento. Não demorou, pacotes de resgate foram elaborados, muitos às pressas, com destaque para as cifras volumosas, na casa dos bilhões de dólares. Se com um desses bilhões é possível construir um sem número de casas populares, imagina-se o que seria possível com US\$ 700 bi do primeiro pacote aprovado pelo congresso norte-americano no início de outubro de 2008, como parte de um plano para compra de algo já bastante comentado à época, os *ativos tóxicos*. Para ficar em exemplo macroeconômico, o valor representa quase a metade de tudo que o Brasil produziu em 2007.

Não tardou e, naquele mesmo mês, os efeitos da crise aportaram no Brasil, não apenas no universo noticioso, mas efetivamente no econômico, com demissões, cortes na produção, precarização dos empregos, pacotes governamentais. O número de demitidos inverteu completamente a tendência de empregabilidade que vinha sendo padrão durante cinco anos no país. Esse número e outros mais impressionam. Os governos de distintos países terem sido *obrigados* a lançarem mão desses recursos para resgatar tais instituições impressiona mais ainda, uma vez que a falta de dinheiro é sempre a desculpa para não garantir as condições mínimas de vida digna a toda à população.

O governo americano estava comprando empresas para evitar que elas quebrassem. No Brasil, muitas medidas foram tomadas, especialmente para fazer fluir o crédito bancário para as empresas, impulsionar o consumo e inverter o círculo vicioso em que se meteu a economia (como o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, lançado em março de 2009). As medidas governamentais contiveram as quebras, mas os custos impuseram o

endividamento aos Estados. A Europa, que desde o início esteve ameaçada, apresentou acentuada crise, especialmente relacionada com a dívida pública (nesse caso, os problemas foram agravados em 2011).

Aqueles fatos carregavam certa novidade espantosa porque era o próprio centro do poder financeiro que estava ruindo. E lembravam a imagem do crash de 1929, tema de estudos escolares, algo histórico e distante, que de uma hora para a outra parecia atual.

Esse cenário compõe o tema que nos move. Para este trabalho, o ponto de interesse central nessa contextualização da crise é entender que os resgates foram possíveis, antes disso, foram necessários, o que nos leva a uma desconfiança sobre o sentido de funcionamento “normal” da economia, dos mercados financeiros globais¹. E, se acreditávamos que eles sempre bem funcionam, certamente isso tem a ver com o jornalismo, uma vez que, no mais das vezes, tomamos contato com esses temas pelos veículos jornalísticos. O mesmo jornalismo que nos habituou a enxergar nos países ricos e, em especial, em suas empresas (multinacionais), modelos de eficiência, esquecera de avisar acerca de alguns fundamentos de funcionamento dessas instituições, e veio nos dizer diariamente, enfaticamente, que as poderosas empresas financeiras, com sua influência transcontinental, estavam clamando por socorro.

A crise surge como um momento de racionalização irracional do caos pelo qual se desenvolve a economia capitalista. Além do interesse prévio que motiva este trabalho, acreditamos que se trata de um acontecimento especialmente rico para se observar o fazer jornalístico em andamento. Reside aí parte da relevância social desse trabalho, aceitando-se o argumento que expressamos no item 3.3.1 sobre o caráter aberto dos destinos da sociedade a partir da crise. As crises econômicas são marcas importantes para lutas políticas e consequentes definições dos rumos da sociedade (mesmo que subjacente ao domínio capitalista). Com este trabalho, busca-se contribuir para ter a crise como assunto em discussões do jornalismo, ao mesmo tempo em que não deixamos de refletir uma posição sobre o que representa o neoliberalismo e a necessidade de sua superação.

Embora não seja de muito fácil compreensão, a economia é tema presente em todo noticiário. E a crise econômica, em especial, recebeu atenção amplificada. Esse trabalho versa sobre essa particularidade, o que o jornalismo deu a conhecimento sobre a crise, mais especificamente, o jornalismo da *Folha de S. Paulo*.

¹ A impressão de que a economia de mercado funciona tão bem fez a crise surpreender a maioria das pessoas. Até mesmo a rainha da Inglaterra, segundo Harvey (2011), não conseguia entender como a crise estava acontecendo e daquela forma. Ela teria ligado e perguntado aos economistas da London School of Economics, em novembro de 2008, como eles não haviam previsto aquilo, e eles não tinham resposta à sua majestade.

Podemos sintetizar o problema desta pesquisa em uma questão sobre a forma como se deu a cobertura da crise, sempre tomando o texto como elemento a ser investigado: como se caracteriza a cobertura da *Folha* sobre a crise econômica de 2008? Em que se subentende outras perguntas que constituem essa primeira: como se organizou a abordagem jornalística sobre a crise, em termos de tipos de textos, autores de artigos, posições editoriais, fontes preferenciais, temas, assuntos, regiões? Como a crise é explicada? Há o predomínio de uma explicação? Qual? O neoliberalismo aparece como concepção geral da cobertura? Quais posições o jornal defende editorialmente? O que tem destaque em suas capas? Qual a influência das agências internacionais? Quais os espaços destinados a autores externos? Quem são? Os elementos característicos do jornalismo de economia estruturam a cobertura? A crise é objeto de outros espaços? Como? Quais os principais temas relacionados com a crise?

À pergunta geral, alerta-se aos leitores, não se procura uma resposta sucinta. Entendida como objeto histórico, a cobertura da crise se delineia desde noções anteriormente consolidadas, com vistas ao que é próprio do jornalismo, ao neoliberalismo como elemento atravessado nesse fazer e ao jornalismo de economia, área relativamente específica que aglutina dinâmicas do jornalismo e da economia. A cobertura da crise não ocorre *do nada*. A crise, entendemos, é abordada por um conjunto de procedimentos já desenvolvidos e que têm neste caso um momento de reprodução e autoprodução. Ao mesmo tempo, esses pontos prévios ao caso compõem diretrizes gerais, não esgotam em si o que o jornal fez a respeito da crise, sendo a sua relação com o próprio material produzido pelo jornal o *locus* para esse reconhecimento. Assim, nossa compreensão é que todo o percurso desta reflexão constrói-se em direção a uma resposta sobre como foi a cobertura.

O ponto de partida da reflexão deste trabalho leva em conta a área de pesquisa a que pertencemos, a comunicação social e os estudos em jornalismo. Como nem o jornalismo iniciou sua trajetória com a crise nem a crise abre mão de um *antes*, atentamos para aspectos históricos que nos ajudam a compreender ambos os assuntos, o jornalismo e a crise, e assim o conjugado dos dois: a cobertura da crise. Avançamos também sobre conceitos que, com certa precisão, podem ajudar na compreensão sobre essa relação. Como maior jornal geral de circulação nacional do país e influente no cenário político-econômico, dada sua tradição na área, tomamos a *Folha de S. Paulo* como espaço editorial em que buscamos ver como o jornalismo se organiza para a cobertura da crise, sendo o jornalismo chave indispensável para pensar o que sabemos sobre a crise e principalmente o que seremos depois dela.

O primeiro passo necessário para situar nossa perspectiva é apontarmos o vínculo deste trabalho com o entendimento de que o que o jornalismo faz é, antes de tudo, gerar conhecimento sobre determinados fatos, assuntos, pessoas, lugares e o que vir a ser seus objetos de interesse. Tomamos por princípio que as atividades culturais e simbólicas desenvolvidas pela sociedade em seu conjunto, como o jornalismo, possuem finalidades ensejadas em seu fazer. Não obstante, essa direção e atenção de determinada tarefa humana corre não apenas vinculada a uma atribuição funcional para um tipo de sociedade permeada por contradições, visando à reprodução e ao aperfeiçoamento da mesma, e também como processo histórico-ontológico que ultrapassa esses limites. Assim como não se esgota na funcionalidade ao estado das coisas, o jornalismo também não se apanha sendo entendido como mero substrato, *não mais que* ilusão ideológica de uma cidadania prometida e nunca consumada.

O jornalismo como conhecimento permite uma visada abrangente, como o caso necessita, desde dentro do jornalismo, não o tomando como mero suporte material para passagem de questões desde fora. Nossa intenção foi, na medida de nossas possibilidades, adentrar em um caminho de especificidade da área, que respeitasse seus contornos. Por certo, circulam ali posições políticas (o próprio jornal tem a sua), o que permitiria entender a cobertura como arena de debates; transitam discursos sobre temas dos mais variados, e sua linguagem carregada de positivismo merece atenção das análises de discurso; assim como a narrativa que desempenha poderia ser estudada enquanto tal. Essas são perspectivas que não adotamos, para centrar os esforços na ideia de conhecimento. Também não desenvolvemos um trabalho no sentido de avaliar desde uma teoria econômica os conteúdos gerados. E qual a vantagem de realizar uma abordagem desde o jornalismo? Sobre esse ponto, trata-se de uma mudança de foco, de perspectiva. A especificidade de uma prática social fundamental para nosso desenho de sociedade de agora e do futuro não pode passar ao largo de uma teoria própria, e de estudos que a desenvolvam empiricamente. Dessa forma, como vantagem, enxergamos uma resposta a uma necessidade do objeto. Se tomamos como questão a maneira como o jornal cobriu a crise, entendemos com isso que se conserva aí uma questão do jornalismo, pois a resposta será: “jornalisticamente”. Isso quer dizer que o jornalismo lançou mão de suas práticas, modelos, ritos, estratégias, ideologias, braços e pernas, para dar conta de um assunto de complexidade elevadíssima. Não enveredamos com isso no rumo de um empirismo tecnicista, da ótica da prática pouco reflexiva, donde decorre: “mostramos os fatos, apenas os fatos”, vamos no sentido de respeitar nosso objeto, apanhando-o em visada teórica.

Mas se o que se dá é uma maneira de conhecer, qual é essa maneira? Com essa pergunta adentramos no bojo propriamente teórico deste trabalho. O jornalismo fez surgir uma nova forma de conhecimento, desenvolvida no seio das transformações da sociedade e da prática jornalística em particular, antes dominada pelo discurso político. O jornalismo apreende o mundo pela dimensão da singularidade, escreveu Adelmo Genro Filho (1989). Trata-se de uma sistemática maneira de as pessoas conhecerem o que não está ao alcance de seus olhos, como se assim o estivesse. O que lhe caracteriza é a ênfase central na singularidade de cada fenômeno. Diferentemente de tempos passados, os objetos de interesse de cada uma das pessoas, e que repercutem em seu dia a dia, são, muitas vezes, fatos distantes no tempo e no espaço, cabendo ao jornalismo aproximar esses eventos de públicos distantes. Ao jornalismo cabe mostrar o mundo às pessoas. Essa é sua essência, como autoprodução humana de conhecimento da realidade. Não está, portanto, a atividade jornalística circunscrita a uma função social de integração do ser na sociedade, também não pode ser resumida a um epifenômeno da ideologia das classes dominantes, sendo mais *liberdade* que ambas as definições podem suportar.

Genro Filho centra sua reflexão no jornalismo da época industrial, o jornalismo informativo. Colhendo os argumentos de Karam e Pontes (2009), vamos entender que a *singularidade* como dimensão prioritária na apreensão do mundo pelo conhecimento jornalístico se refere não apenas à forma da notícia, mas a todo o processo de significação envolto na maneira como a prática aborda seus objetos. Assim temos os textos opinativos incluídos no bojo da singularidade, embora a essência do jornalismo contemporâneo seja melhor expressa no formato da notícia. Esse alargamento permite introduzir os conteúdos pelos quais se expressam sujeitos sociais participantes da significação jornalística.

Por outro lado, também se observa que o jornalismo não apenas produz seu próprio conhecer, como reproduz outros saberes (MEDITSCH, 1992, 1998), valorizando a comunicabilidade. Se, como coloca Moretzsohn (2007), o jornalismo cumpre um papel de mediador, mesmo que negue isso com a ideologia da objetividade, ele vai colocar-se entre o objeto reconstruído e o leitor, podendo se referir a outro conhecimento, a fatos e temas (discussões desenvolvidas no capítulo 2). A apropriação dos fatos sociais se dá pelo conjunto da sociedade. Fazemos, assim, uma digressão para afirmar como objetivo teórico desse trabalho a compreensão de como as concepções hegemônicas da sociedade atravessam a prática jornalística na apropriação de acontecimentos, no caso específico, a crise econômica de 2008.

Uma forma de conhecimento não pode ser entendida, contudo, em abstrato, ainda que tenha especificidade (singular), uma vez que é na prática que as definições ganham vida. Assim, a contradição que atravessa o jornalismo está entre a cidadania possível e a cidadania real, incompleta. Ou seja, é prática libertadora limitada pelas contradições da sociedade que a gerou e à qual estamos ligados. Por isso, a reflexão sobre a atividade jornalística se coloca entre a capacidade do jornalismo de transbordar via singularidade os conceitos acabados, fazendo surgir o novo, e as condições para fazê-lo na sociedade capitalista. Todas as práticas jornalísticas da atualidade estão atravessadas por esse embate, notadamente dialético.

Se o jornalismo é uma forma de conhecimento, esse se faz envolto do social, não sendo uma abstração cuja essência se busca fora da história. Assim, ao mesmo tempo em que se reconhece as características ontológicas, as pensamos no bojo dessas contradições. Pensar o modo de conhecer em uma cobertura específica coloca a necessidade de reconhecer mediações e determinações desse fazer.

Do mesmo modo, vamos reconhecer, tendo em vista ainda nosso objeto, a cobertura da crise, o contexto particular em que o jornalismo é praticado nos dias de hoje. Vamos, assim, discutir essa contradição no âmbito jornalístico, argumentando que um estudo do jornalismo como forma de conhecimento deve olhar para o momento histórico, atentar para a hegemonia ideológica que caracteriza a época em que vivemos, como modo de entender o que acontece.

A determinação mais geral da forma jornalística está em seu vínculo com a dimensão da singularidade, que se dá nos termos desenvolvidos por Genro Filho. Ao mesmo tempo, não se dá afastada dos processos sociais mais amplos, notadamente das transformações da sociedade, expressas nas mudanças relativas ao modo de produção, e sua reprodução. Assim, chegamos ao que seria o processo amplo de mudanças enfrentadas pelo mundo nas últimas décadas, o neoliberalismo. O termo tão largamente empregado, e por isso de baixa precisão, é utilizado neste trabalho para descrever um projeto de hegemonia social, caracterizado pela transformação da economia em direção à geração de renda para as classes superiores. Processos políticos, a agenda política econômica, as concepções sobre o papel do Estado e do mercado, as relações entre as nações, a globalização e a valorização financeira são tomados como aspectos a observar o momento histórico capitalista, e como vias para se encontrar uma posição sobre a crise econômica. Não nos furtamos da tarefa de buscar um entendimento coerente e suficientemente crítico para entender a crise, com vistas a qualificar essa reflexão, nos perguntando: que crise é essa? Como ela se mostra? O que essa crise tem de particular? A

posição que tomamos é de que essa é uma crise estrutural decorrente do neoliberalismo enquanto modelo de organização da produção voltado à valorização financeira.

O neoliberalismo é, então, uma mediação central que atravessa os processos jornalísticos. Entender esse fenômeno, a nosso ver, e no correr desse trabalho isso está colocado, é indispensável para entender como se dá o jornalismo da virada do século e nos primeiros anos deste, uma vez que ele está atravessado por essas linhas gerais. Por isso, no capítulo 3, ao tratar do neoliberalismo e da crise, enfocamos os aspectos históricos, ideológicos e estruturais do projeto neoliberal, além de realizar um balanço sobre o resultado de sua implantação. Essa parte do trabalho eleva-se como central para os desdobramentos subsequentes. O neoliberalismo é um conteúdo ideológico, uma doutrina, uma concepção de mundo, elementos que estão em relação e constituindo mudanças no funcionamento da própria sociedade. Assim, esse conceito vai servir para falar das transformações por que o mundo passou nas últimas décadas, especialmente a partir de 1980, e é nesse interfluxo que o conteúdo propriamente ideológico é contextualizado. O capítulo vai assim responder sobre qual a natureza da crise econômica por que passamos nos anos que seguiram a 2008. E versa sobre a própria crise, suas interpretações e sobre a brecha de futuro que abre ao revelar o passado e deixar indefinidos os próximos passos da nau planetária.

Discutimos a ascensão do modelo neoliberal a partir de um consenso anterior, conhecido como consenso *keynesiano* (HARVEY, 2011; PAULANI, 2008). Tratamos das principais ideias neoliberais, citando seus expoentes teóricos, os projetos políticos mais destacados que encamparam essa concepção e levaram a uma vitória do modelo de valorização financeira (ANDERSON, 1995). Apontamos a modificação e não a diminuição do Estado que ocorre no período de hegemonia do neoliberalismo, e como esse projeto se colocou contra a força do trabalho e em prol do capital na política e na economia (FIORI, 1997).

As transformações acarretadas pelo neoliberalismo no jornalismo são apanhadas na área específica que é o jornalismo de economia, abordada no capítulo 4. Essa especialidade, discutida neste trabalho, abrange três elementos centrais: o percurso histórico pelo qual a relação do jornalismo com a economia, a política e o saber sobre economia se desenvolve (QUINTÃO, 1987; LENE, 2009); o ambiente especial para se observar o impacto do neoliberalismo no fazer da notícia (FONSECA, 2005; PULITI, 2009); e o espaço para entender e descrever formas de atuação do jornalismo como prática, com vistas a compreender como o jornalismo aborda acontecimentos como a crise, cujo foco, nesse caso, é a área econômica (KUCINSKI, 2000, 2002). O jornalismo de economia surge como área

privilegiada para acompanhar os desdobramentos jornalísticos para dar conta da crise. Como forma de conhecimento social, o jornalismo transforma-se e especializa-se, ao longo da história. O jornalismo de economia nativo avança como o resultado de processos históricos relativos ao desenvolvimento dos meios de produção no Brasil, influenciado pelo regime político vigente e pelos sucessivos governos. A época do neoliberalismo vai introduzir movimentos decisivos para sua conformação. Pensamos jornalismo de economia no sentido não restrito à editoria ou ao caderno dessa área e sim como a relação de todo o jornalismo com os temas de economia.

Ao longo do percurso, nos preocupamos em aproximar as distintas discussões do fazer da *Folha de S. Paulo*. Comentamos sua postura com relação à objetividade jornalística no capítulo 2 e destacamos sua consolidação como um dos principais veículos do país no capítulo 4, em que também versamos sobre sua postura por ocasião da implantação da agenda neoliberal no Brasil.

Posto como objetivo deste trabalho conhecer a forma de organização da cobertura da *Folha*, não adotamos critério prévio relativo aos espaços do jornal em que gostaríamos de acompanhar como isso se deu. Fizemos, antes, uma delimitação temporal a respeito do período a ser considerado, definido como sendo os meses de agosto de 2008 a março de 2009. Vale dizer que a crise é de caráter estrutural, cujos ecos seguem sendo ouvidos em 2015 (a economia europeia ainda não alcançou o volume produzido em 2007). O período analisado é um recorte da crise. As crises estruturais têm durado, historicamente, por cerca de 10 anos até que um novo modelo seja construído, segundo Duménil (2014), embora não se possa afirmar como sendo um prazo necessário. O critério utilizado para definir o período observado advém da própria crise, pois esses meses correspondem ao intervalo em que ela atinge fortemente as instituições financeiras, levando-as a falências e absorções pelas concorrentes, e em que ocorrem os resgates dos governos, e os resultados mais negativos em termos de crescimento econômico e desemprego. Duménil e Lévy (2014) chamam o período compreendido entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009 de fase três da crise (numa divisão de cinco fases – desenvolvemos esse tema no item 3.3.1), marcada pelo pânico generalizado nos mercados financeiros, contração na produção dos EUA e do resto do mundo. Ao mesmo tempo, sendo os grandes dados das economias acompanhados por trimestres, os indicadores relativos à economia brasileira apontaram queda na produção nos trimestres consecutivos, entre outubro e março. Justifica-se dessa forma a escolha pelos meses de setembro a março, ao que foi incluído o mês de agosto para podermos visualizar como a crise era tratada antes dos fatos decisivos de setembro.

Em consonância com a reflexão sobre o conhecimento jornalístico, foram considerados os distintos formatos textuais e de abordagem publicados pelo jornal (notas, notícias, editoriais, artigos, etc.), como forma de apanhar a própria especificidade desses espaços, em se tratando de considerar o desenvolvimento de um tema, produzindo, dessa forma, um caminho que procurou valorizar o conhecimento gerado a partir das impressões sobre o conteúdo em questão, levando em conta quantidades e qualidades. Compõem o *corpus* deste trabalho 6.176 matérias jornalísticas publicadas sobre a crise nesse intervalo de oito meses. As matérias são oriundas dos vários cadernos da *Folha*, com ênfase em *Dinheiro*, o caderno de economia. Esse material foi capturado a partir de busca online no site da *Folha de S. Paulo*, incluindo apenas o publicado no jornal impresso. Complementamos o *corpus* com o estudo das 243 capas do jornal (no capítulo 5, fazemos a descrição detalhada desse procedimento). Tomado esse recorte, tabulamos e interpretamos o material produzido atentando para elementos que foram construídos ao longo dos capítulos iniciais.

De um ponto de vista mais geral, buscamos compreender a forma de conhecer do jornalismo empregado pelo jornal, particularmente no que se refere ao jornalismo de economia e à influência do neoliberalismo sobre esse modo de fazer do jornalismo. Assim, o capítulo destinado ao trabalho empírico foi construído observando as características do jornalismo de economia e as concepções neoliberais, os tipos de abordagem jornalística desenvolvidos, e elementos mais específicos, como as regiões do mundo objeto de interesse, o papel das agências noticiosas internacionais, os espaços a atores sociais não jornalistas, os assuntos, temas, fontes, as explicações sobre a crise, o desenvolvimento de jornalismo de serviço, entre outros aspectos. Ao mesmo tempo, buscamos estabelecer as prioridades editoriais a partir dos temas tratados nas manchetes e editoriais.

Adotamos uma exposição dos dados que permitisse ao leitor compreender o que foi noticiado no período, os fatos mais importantes, informando sobre esses eventos, ao mesmo tempo em que tratamos da forma como o jornal os abordou e interpretamos esse processo à luz do que descrevemos nos capítulos que antecederam ao de análise. Dessa forma, foram utilizadas tabelas, gráficos e imagens, com o objetivo de dar elementos suficientes para que os leitores pudessem partilhar tanto aspectos gerais quantificados como as especificidades que conjuntamente nos levaram a determinadas interpretações, que são, no fundo, a resultante deste trabalho.

No fechamento do trabalho, pontuamos especialmente os achados empíricos, sempre primando pela produção interpretativa que logramos alcançar. No percurso, nos deparamos com veredas, alguns caminhos *não* percorridos, boas brechas para futuras investidas, o que

deixamos anotado nas páginas finais. Também assinalamos considerações sobre as teorias nas quais nos debruçamos neste trabalho e que podem contribuir para outras pesquisas interessadas em temas e abordagens similares.

Iniciamos a jornada no capítulo que segue, apresentando a perspectiva teórica deste trabalho, discutindo a noção de jornalismo como forma de conhecimento, com vistas a dar suas bases no âmbito dos estudos em jornalismo e apontar espaços para discussões sobre a relação entre esse conhecimento e o contexto histórico particular em que a cobertura é realizada.

2 O CONHECIMENTO COMO PERSPECTIVA PARA ESTUDAR O JORNALISMO

Neste capítulo, tomamos como ponto de partida para a reflexão deste trabalho a contribuição de Adelmo Genro Filho (1989), que define o jornalismo como forma de conhecimento social cristalizada no singular. Retomando as bases que o autor se utiliza para propor sua teoria, resgatando a contribuição de Park (1972) ao jornalismo como forma de conhecimento, buscamos apresentar os avanços teóricos de Genro Filho, discutindo a ênfase dada à categoria da singularidade, em diálogo com algumas contribuições mais recentes de autores que seguem a perspectiva do jornalismo como conhecimento para desenvolver seus estudos em jornalismo. Neste aspecto, destacamos os caracteres de mediação e comunicabilidade do jornalismo. Buscamos, ainda, discutir tensionamentos a essa abordagem, incorporando, a necessidade de discutir o contexto geral da sociedade para pensar o jornalismo como elemento desse todo, e as potencialidades do entendimento da categoria da singularidade como dimensão central do jornalismo, para além da definição das notícias, compreendendo toda a especificidade dos processos jornalísticos como expressões da apreensão da realidade. O percurso objetiva descrever um caminho teórico que, ao mesmo tempo, proporciona uma direção metodológica a ser seguida, pensando na abordagem da cobertura da crise tendo o conhecimento do jornalismo como guia-mestra. O entendimento é que o caminho iniciado aqui conforma, juntamente com os capítulos subsequentes, a especificidade do objeto deste trabalho.

2.1 A SINGULARIDADE DO CONHECIMENTO JORNALÍSTICO

A originalidade de Genro Filho está na reunião de duas características que já haviam, separadamente, se aproximado do jornalismo (TEIXEIRA, 2007, p. 21): a constituição de uma “forma de conhecimento”, colocada por Park (1972), e a cristalização no singular, indicada por Peucer, em 1690. Além disso, sua compreensão dá uma vida diferente à categoria da singularidade, articulada às demais, particularidade e universalidade, em processo dialético, que a permite descrever a especificidade do jornalismo no universo das formas de conhecimento, ultrapassando o status de “ciência menor”, a que, por vezes, é relegado. Em uma perspectiva marxista, que é expressa no subtítulo de seu ensaio – “para uma teoria marxista do jornalismo” –, Genro Filho dá à conceituação do jornalismo o princípio da autoprodução humana da história, ao defini-lo integrado à reprodução e também à produção de vida social das quais o jornalismo é fruto e em que participa.

Entre as premissas utilizadas, a práxis aparece como categoria fundamental de seu enfoque, por isso a forma de compreender a realidade histórico-social envolve as determinações subjetivas, como algo “real e ativo”, “uma dimensão constituinte da sociedade, mas que só pode ser apanhada logicamente em sua dinâmica como momentos de uma totalidade que tem na objetivação seu eixo central” (GENRO FILHO, 1989, p. 25). A dialética-materialista o faz buscar a concreticidade histórica do jornalismo, dando especificidade e generalidade ao fenômeno, e donde decorre a postura crítica com relação à “teoria crítica” (Escola de Frankfurt), uma vez que essa perspectiva executa a redução de uma prática social a epifenômeno ideológico, não representando efetivamente uma abordagem dialética. Genro Filho argumenta que há um aspecto histórico-transitório e uma dimensão histórico-ontológica na vida social, cuja relação deve ser compreendida dialeticamente, para se interpretar o jornalismo. As determinações culturais do capitalismo são analisadas na relação entre a particularidade dos interesses da classe dominante e a universalidade do gênero humano.

[...] se tomarmos o conhecimento como a dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade, poderemos conceber o jornalismo como uma das modalidades partícipes desse processo e, igualmente, atravessado por contradições. Marx já indicou de forma inequívoca que a atividade prático-crítica dos homens está no coração do próprio conhecimento e, por isso mesmo, não se pode estabelecer uma contraposição absoluta entre sujeito e objeto, entre a percepção e a coisa ou, se preferirmos, entre a atividade social que produz o mundo humano e os conceitos que desvendam o universo: “o defeito fundamental de todo o materialismo anterior – inclusive o de Feuerbach – está em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma do objeto ou da percepção, mas não como atividade sensorial humana, como prática, não de modo subjetivo” (MARX; ENGELS, 1975). (GENRO FILHO, 1989, p. 60).

Tomando esses pressupostos, e no intuito de colocar em movimento essa teoria, fazemos os principais movimentos do capítulo. O jornalismo pensado ontologicamente (o que é?) resulta em uma resposta epistemológica (como se conhece?). Ou seja, ao ser considerado uma forma de conhecimento, a definição do jornalismo passa a ser uma resposta epistemológica. Então, Genro Filho busca dar determinações à “forma de conhecimento”, e a mais importante delas, que dará a especificidade do jornalismo, é a que está expressa no predomínio da “singularidade”, como dimensão pela qual o jornalismo captura a realidade. A ontologia é do ser social e, portanto, histórica, logo, o seu surgimento não é tratado como algo natural e sim como elemento histórico resultante do desenvolvimento das forças produtivas. Como forma de conhecimento a lidar com a imediatividade, o jornalismo responde a uma necessidade do ser social constituída a partir da integração objetiva (embora

contraditória) da humanidade, enquanto capacidade tecnológica. Se esse processo produtivo tem o formato capitalista, e desenvolve-se a partir da produção de mercadorias, isso não significa que se pode reduzir o fenômeno a essa característica. As formulações capitalistas terão outro lugar, não menos importante, correspondendo a mediações do fenômeno em sua expressão.

2.1.1 De Chicago a Floripa: a singularidade como categoria central

O jornalista e sociólogo estadunidense Robert E. Park é considerado o responsável por produzir a reflexão original sobre o conhecimento do jornalismo. Exponente da Escola de Chicago (Sociologia), em ensaio de 1940, Park se baseou, para uma definição de notícia, em categorias desenvolvidas por William James, em “The Principles of Psychology”: “acquaintance” (familiaridade com as coisas) e o “knowledge about” (conhecimento das coisas), que consistem em conhecimentos de dois tipos. “Park interpreta de um modo diferente esses dois conceitos e está consciente de que ao fazê-lo está incorporando a eles suas próprias considerações” (BERGANZA CONDE, 2008, p. 24). O sociólogo define “familiaridade” como o que se adquire através do uso e do hábito, mais do que de processos de investigação formalizados, ou sistemáticos. “Em tais circunstâncias, chegamos afinal a conhecer as coisas não só por intermédio dos nossos sentidos especiais, mas através das reações de todo o nosso organismo” (PARK, 1972, p. 169), algo da ordem do sensível, portanto. Já o “conhecimento sobre” é justamente o conhecimento formal e sistemático. Esse conhecimento atinge certa precisão a ponto de substituir a realidade concreta por ideias que a descrevem, substituindo coisas por palavras. “As ideias não só constituem a estrutura lógica de todo conhecimento sistemático, mas também entram na própria natureza das coisas com que a ciência [...] se preocupa.” (Ibid., p. 171).

O autor considera que a vantagem de transformar ações reais em formas verbais consiste na possibilidade de formular hipóteses com as quais, a partir da confrontação com o que realmente tenha acontecido, é possível prever as condições futuras desde uma situação presente. O autor identifica como caráter limitado do conhecimento científico seu condicionamento a um determinado método, não podendo ser completamente separado da *familiaridade com as coisas*. Mas difere o *conhecimento sobre* da *familiaridade com as coisas* pela comunicabilidade universal que o primeiro geraria, até um ponto em que o senso comum e o conhecimento baseado na experiência prática não alcançam.

De acordo com Park, os conhecimentos não são gêneros, eles diferenciam-se pelos graus de exatidão que prescrevem, do caráter e função social que exercem. Segundo Berganza Conde (2000, p. 360), Park visualizava um “*continuum* em cujos extremos opostos se situam dois tipos de conhecimento e no qual podem situar-se todas as formas de conhecimento incluindo as notícias”. Cada uma dessas formas exerce, então, uma função social diferente e que, sendo assim, não devem ser consideradas como únicas, e sim como níveis distintos, de acordo com sua precisão e validade. Algo será objeto de notícia enquanto possuir algum valor específico para o indivíduo. “Park não estabelece claramente se considera que as notícias, ainda que constituam em si mesmas um tipo especial de conhecimento, estão mais próximas ao *knowledge about* ou ao *acquaintance with* e em que sentido.” (BERGANZA CONDE, 2008, p. 24).

A notícia e a história, ambas referem-se a acontecimentos, mas diferem entre si, pois a notícia, por exemplo, trata de acontecimentos isolados e não procura relacioná-los, sequer uns aos outros, o que seria feito pela história. Além disso, “à diferença do historiador, o repórter procura tão somente registrar cada acontecimento isolado, à proporção que ocorre, e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida em que estes projetam luz sobre o real e o presente.” (PARK, 1972, p. 174). As qualidades das notícias seriam seus caracteres de transitoriedade e efemeridade. E, ainda, do ponto de vista funcional, a notícia é para o público o mesmo que a percepção para os indivíduos, pois ela, além de informar, “orienta, inteiramente cada um e todos do que está acontecendo. [...] A função da notícia é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que o consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência da sociedade.” (Ibid., p. 176; 183).

Como comenta Lückman (2013), Park inovou ao relacionar jornalismo e conhecimento, realizando, portanto, uma reflexão epistemológica sobre o jornalismo. A autora reconhece as contribuições decorrentes desse enfoque – que viriam a se consolidar nos estudos de jornalismo, ainda que não o citassem como fonte – como a antecipação dos estudos de noticiabilidade, a partir da ideia do valor que os fatos têm ao indivíduo; a participação das notícias para criação de uma cultura compartilhada (integração); e a ideia de que eventos corriqueiros e cíclicos também se tornam notícias, além dos eventos inesperados e surpreendentes.

Genro Filho (1989) parte da definição *parkiana* de notícia como forma de conhecimento para sua teoria marxista do jornalismo, acolhendo alguns elementos das considerações do estadunidense, e refutando os aspectos que limitam o conhecimento como elemento de “integração” e a falta de especificidade conceitual. Tendo em vista uma

perspectiva revolucionária, Genro Filho critica o caráter funcionalista da teoria de Park, uma vez que essa tende a colocar a sociedade em seu estado atual como natural e eterna. Por isso a notícia e as demais formas simbólicas têm funções específicas (teleológicas) no funcionamento *normal* das relações sociais (no caso da notícia, integrar o indivíduo à sociedade). Um rompimento na normalidade é, assim, visto como patologia a ser tratada, limitando a ação da crítica ao aperfeiçoamento do que se tem, ou seja, não incorpora a possibilidade de ruptura verdadeira, nem a existência de profundas contradições no seio da sociedade. Na perspectiva de Genro Filho, a definição do jornalismo não pode se restringir às tarefas funcionais que desempenha de coesão e reprodução da sociedade, como atividade de integração, denúncia e correção de patologias sociais. Ao definir as diferentes formas de conhecimento como diferentes graus num contínuo, Park hierarquiza os conhecimentos, colocando a ciência acima dos demais. Genro Filho (1989) exclui a ideia de “graus de precisão”, defendendo que jornalismo e ciência são gêneros diferentes de conhecimento.

A questão central do jornalismo como conhecimento, eis um avanço fundamental, é a apreensão da realidade pela via da singularidade, e, se esse conhecimento constitui-se – como identifica Park – de maneira similar à percepção imediata do indivíduo, contudo, para a percepção do indivíduo, a imediaticidade é o ponto de partida, e, “no jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica” (GENRO FILHO, 1989, p. 58). O jornalismo reconstrói os fenômenos da realidade utilizando-se de recursos técnicos disponíveis e desenvolvidos pela prática profissional, em cada meio e cada veículo. Assim, a correspondência entre o jornalismo e a percepção individual imediata da realidade não é de fato uma correspondência, e sim uma “simulação”. “É a partir dessa simulação que surge propriamente um gênero de conhecimento, pois, enquanto se tratar da relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, [...] o que temos é realmente a percepção tal como a psicologia a descreve.” (Ibid., p. 59). Assim, é possível falar do jornalismo como forma de conhecimento porque

distinto da comunicação elementar e cotidiana, não se trata de algo espontâneo associado naturalmente à consciência individual e às relações externas imediatas de cada pessoa, mas de um processo que socialmente coloca complexas mediações objetivas, que implica uma divisão do trabalho e – por consequência – um fazer e um saber específico. [...] Ela realiza a produção e o transporte de uma singularidade como algo prestes a ser vivido diretamente. (GENRO FILHO, 1989, p. 130).

A imediatividade, deslocada em tempo e espaço pelo jornalismo, não pode ser entendida com ingenuidade. O processo de construção do fato jornalístico é muito mais complexo do que a simples interferência do repórter ao relatar, na ideia corrente que se tem que entre o fato e o relato há o jornalista. Não se trata do simples filtro das emoções, como se fosse um “desvio” produzido pela subjetividade, mas da dimensão ontológica dos fatos sociais na sua própria constituição, antes mesmo de serem reportados. Como no jornalismo, diferentemente da percepção, a imediatividade do real, a dimensão fenomênica, é ponto de chegada, não de partida, é o resultado de um processo técnico-industrial de racionalização da produção simbólica, não se pode falar em correspondência entre o jornalismo e a percepção individual. O processo jornalístico se constitui como uma simulação da apreensão imediata do mundo, que se coloca como um gênero de conhecimento exatamente por constituir uma mediação efetiva entre a realidade e o público, entre os indivíduos e os fenômenos do cotidiano. Se não houvesse a mediação técnica, o fenômeno estaria restrito à percepção, embora ainda assim estivesse submetido a outras mediações. Para reconstruir os fenômenos, o jornalismo lança mão de diversas linguagens de acordo com os meios específicos. A linguagem indicial do jornalismo é diferente da linguagem cotidiana, pois há outras ordens de mediações: as mediações da integração do mundo em uma totalidade, que faz com que os fenômenos singulares sejam mediados pelo todo; e os meios de comunicação de massa, aparato técnico e social que permite o deslocamento em tempo e espaço.

Avançando conceitualmente em relação a Park, Genro Filho (1989, p. 58) pergunta “Conhecimento de que tipo?”, a que responde que “o aspecto central desse gênero de conhecimento é a apropriação do real pela via da singularidade, ou seja, pela reconstituição da integralidade de sua dimensão fenomênica”.

Os jornalistas, em jornais e nos demais veículos jornalísticos, desempenham a tarefa de mediador, uma vez que cumprem a função social de mostrar os fatos ao público, transpõem a imediatividade a quem está distante temporal e espacialmente, em processo que envolve a relação de reciprocidade entre os jornalistas, a mídia e o público (PONTES; KARAM, 2009). O jornalismo inaugura, assim, uma nova modalidade do conhecimento, que é o desenvolvimento de uma forma sistemática de apreensão da dimensão singular da realidade. Essa modalidade de conhecimento não é definida pelo relato e descrição de fatos livres de emoção e outros filtros de cunho subjetivo, no limite das possibilidades humanas, como quer a objetividade jornalística. A universalização das relações humanas subjetivas coloca a reconstrução dos eventos distantes em tempo e espaço, em seu aspecto fenomênico, como necessidade concreta, ou seja, gerar conhecimento sobre a realidade imediata dos

fenômenos, respondendo à necessidade social aí envolvida, é a tarefa a que se dedica o jornalismo.

Genro Filho (1989) procura compreender as condições históricas objetivas que produziram a necessidade social do jornalismo moderno, enquanto forma de conhecimento estabelecida a partir da reciprocidade entre subjetividades envolvidas com essa necessidade. Sobretudo, busca mostrar a especificidade do objeto, dar seus contornos, suas ambiguidades e contradições, na sociedade capitalista, apontando suas potencialidades. A perspectiva ontológica escapa aos limites teóricos a que outras correntes que se debruçaram sobre o fenômeno estiveram restritas, donde decorre o não reconhecimento de que o “jornalismo inaugura uma nova possibilidade epistemológica” (Ibid., p. 156), necessitando, portanto, de uma teoria que dê conta desse saber.

Por isso, ao pontuar a necessidade de uma teoria do conhecimento jornalístico, o autor busca na filosofia as categorias para sua teoria do jornalismo. “Uma teoria capaz de abrangê-lo [o jornalismo] deve propor claramente o problema em sua conexão com categorias filosóficas, situando os aspectos histórico-sociais no contexto de uma reflexão de alcance ontológico sobre o desenvolvimento social.” Adota, então, categorias da filosofia clássica alemã (singularidade, particularidade e universalidade), a partir de uma leitura do filósofo húngaro György Lukács. As três categorias são dimensões reais e objetivas do mundo, havendo, ainda, por definição, uma relação dialética entre elas, isto é, uma está sempre em relação às demais – “o particular é sempre particular em relação a um singular e em relação a um universal” –, e uma dimensão comporta necessariamente as demais, de maneira subjacente – “em cada uma dessas dimensões as demais estão presentes. Mas estão presentes de forma subjacente, de forma superada” (GENRO FILHO, 2007, p. 87-90).

A notícia, produto típico do jornalismo, reproduz os fenômenos enquanto aparência e forma singular,

ao mesmo tempo que insinua a essência no próprio corpo da singularidade, enquanto particularidade delineada em maior ou menor grau e universalidade virtual. A informação jornalística sugere os universais que a pressupõem e que ela tende a projetar. É na face aguda do singular e nas feições pálidas do particular que o universal se mostra como alusões e imagens que se dissolvem antes de se formarem. (GENRO FILHO, 1989, p. 140)

O caráter crítico do jornalismo reside na vocação para a dimensão singular, que é como o novo se mostra, abrindo perspectivas críticas com relação ao processo particular. “A singularidade tende a ser crítica porque ela é a realidade transbordando do conceito, a

realidade se recriando e se diferenciando de si mesma.” (GENRO FILHO, 1989, p. 212). A singularidade implica um conteúdo dinâmico que dará a característica evanescente da notícia. O jornal (e a notícia) de ontem embrulha o peixe de hoje, a menos que seja reelaborada, trazendo um outro aspecto singular a partir de outro dado. O jornalismo, pela natureza de sua informação, estará ligado à indeterminação dos processos sociais e naturais e à qualidade e às possibilidades das alternativas de escolha nascidas do processo objetivo. Essa é justamente sua possibilidade de liberdade.

Indicando a centralidade da singularidade, não se excluem as demais dimensões do conhecimento, na conformação do conteúdo jornalístico. A linguagem jornalística só pode apreender a singularidade a partir de uma particularidade determinada, em conexão com um contexto limitador, que vai lhe atribuir sentido e, então, dissolvê-lo como único e irrepetível em categorias particulares e gerais. A particularidade e a universalidade atuam, em um primeiro momento, no processo de definição de um fato específico, e, em um segundo momento, como contexto e sugestão de significação ao leitor (processo dedutivo-indutivo). Enquanto forma de conhecimento, o jornalismo possui uma relação direta com a singularidade. O singular é sua “matéria-prima”, a maneira como se cristaliza, sua forma. O conteúdo, por sua vez, está entregue à relação do singular com categorias particulares. O critério para transformação de um fato em notícia, contraditoriamente, é a universalidade presente nessas ocorrências específicas.

O fato precisa ser confrontado com o contexto, com a intertextualidade de outros fatos e com a totalidade histórica para posteriormente materializar-se no texto. Como resultado da descrição das características do Jornalismo, o autor [Genro Filho] indica que toda notícia é o resultado de uma produção. Como orientação ética, a singularidade que se apresenta no texto jornalístico deve estar norteada pelo pensamento crítico, resultando no movimento dialético que leva o jornalista da superfície do fato para a concretude desse mesmo fato. (PONTES; KARAM, 2009, p. 150).

Concebendo a relação dialética entre as categorias singular, particular e universal, é possível descrever o caminho epistemológico do conhecimento produzido pelo jornalismo como partindo da singularidade em direção à universalidade. Esse percurso é representado por Genro Filho com uma pirâmide em pé, onde os vértices representam as três dimensões do conhecimento. A particularidade, nesse sentido, estará relativamente explicitada no texto jornalístico, embora formalmente subordinada à singularidade. A universalidade, por sua vez, necessariamente estará presente como conteúdo, embora não explícito, pois dessa dimensão são os pressupostos que organizam a apreensão dos fenômenos e que lhe dão seu significado mais geral na notícia. Esta sempre conterà uma determinada concepção de mundo, sobre a

luta de classes e sobre a história. Dessa forma, “o segredo da pirâmide [título do livro] é que ela está invertida, quando deveria estar como as pirâmides seculares do velho Egito: em pé, assentada sobre sua base natural” (GENRO FILHO, 1989, p. 191). O critério jornalístico está ligado, quase que indissolvelmente, à reprodução de eventos pelo viés da singularidade. O conteúdo da informação, contudo, está associado à particularidade e à universalidade que em cada evento propõe, e que a subjetividade do jornalista insinua e delinea. Por isso que o singular é a forma do jornalismo, sua lógica organizativa, mas a significação será trazida em relação com as demais dimensões.

À maneira como Lukács definiu a arte, a teoria de Genro Filho, segundo Pontes e Karam (2009), ocupa-se em destacar como a obra (no caso do jornalismo, cristalizada no lead) se relaciona com a maneira pela qual a prática aborda seu objeto: a obra é o meio pelo qual tanto o artista, como o jornalista, sintetiza a realidade retratada e o exercício de apreensão dessa mesma realidade. Difere o jornalismo, contudo, da arte, conhecimento em que a representação da realidade toma o aspecto singular de modo arbitrário, projetado pela subjetividade do autor, cujo eixo fundamental de contato com a realidade é o objeto-típico. O conhecimento artístico situa-se na ambiguidade entre as realidades irrepitíveis e a representação sensível da universalidade social. O jornalismo vai diferenciar-se da forma de conhecimento artístico pela dimensão objetiva da singularidade com que trabalha, impedindo uma cristalização no particular, pois seu compromisso prioritário se dá com a singularidade, como categoria estética.

Na relação das categorias, enquanto dimensões do real, o jornalismo difere da ciência na medida em que esta tende a diluir o singular (imediatividade) em abstrações ou em concreticidade (processo de reflexão que revela o concreto), ambas inacessíveis à percepção dos indivíduos; além de conter adjectivações e tender ao formalismo universal-abstrato; e, especialmente, reduzir a contribuição do próprio evento singular, com a sua complexidade e irrepitibilidade, à compreensão dos fenômenos. Acaba perdida, no conhecimento científico, a especificidade do singular como dimensão criadora da realidade e do conhecimento. A importância do fato noticiável obedece, no jornalismo, a critérios de hierarquização diferentes aos das ciências, em que os fatos importam na medida em que contribuem para uma universalidade. O jornalismo não dissolve o singular da realidade em categorias lógicas universais, ele reconstitui a singularidade, simbolicamente, ciente de sua natureza efêmera. A necessidade de manter a singularidade enquanto elemento objetivo faz do jornalismo uma forma autêntica de conhecimento da realidade.

2.1.2 Ênfase na comunicabilidade

Procurando desenvolver a teoria do conhecimento do jornalismo, Meditsch (1997) trabalha a distinção entre jornalismo e ciência, sustentando a improcedência de se utilizar critérios de validade científica para medir a qualidade do jornalismo. O autor toma como pressuposto que o conhecimento jornalístico não é melhor nem pior que o científico, apenas diferente. Assim, o jornalismo não pode ser reduzido a uma forma degradada do conhecimento científico. Argumenta que os conhecimentos são distribuídos não apenas pela quantidade, os que conhecem mais e os que conhecem menos, mas correspondem a diferentes qualidades, conhecendo coisas/ aspectos diferentes, tendo formatos diferentes. Assim, a medição quantitativa entre o jornalismo e a ciência “pode ser útil para elucidar algumas das suas diferenças, mas parece insuficiente para definir o que ele [o jornalismo] tem de específico” (Ibid., p. 3), demarcando o caráter limitado dessas explicações para elucidar a compreensão do que é o conhecimento jornalístico. Ao ignorarem essa característica fundamental, algumas abordagens acabam reduzindo o jornalismo a uma ciência malfeita ou o descrevendo como atividade perversa e degradante e não conseguem, portanto, perceber que, como conhecimento de outra natureza, o jornalismo faz ver outros aspectos da realidade.

Este tipo de diferenciação do Jornalismo a partir do grau de profundidade que alcança comparativamente à Ciência ou à História é admitida pelos próprios jornalistas. Ao fazerem comparações entre o seu trabalho e o dos cientistas, os jornalistas costumam sugerir esta forma de gradação. Quando não se refere à profundidade de análise, a gradação pode referir-se também à velocidade da produção, e o Jornalismo já foi definido como a História escrita à queima-roupa. (MEDITSCH, 1997, p. 3).

Enquanto a ciência, refletindo abstratamente sobre determinado aspecto dos fatos, vai estabelecer as leis que determinaram as relações entre eles, o jornalismo, expresso como modo de conhecimento, terá como sua característica forte a revelação do fato mesmo, em sua singularidade. Nesse percurso, o jornalismo acaba incluindo e dando atenção para elementos que são desprezados pelas várias disciplinas científicas. Na sua produção, o jornalismo substitui o isolamento das variáveis, característica da ciência, pela apreensão do fato a partir de técnicas próprias, como as entrevistas testemunhais, a verificação das informações, o cruzamento de dados, entre outras (MEDITSCH, 1992, 1998). Dessa forma, uma das características do jornalismo como forma de conhecimento é que, além de produzir seu próprio conhecimento, ele tem a capacidade de reproduzir, à sua maneira, o conhecimento produzido por outras instituições sociais.

O problema do jornalismo como forma de conhecimento é que, assim como qualquer outra forma de conhecimento, “aquela que é produzida pelo jornalismo será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida” (MEDITSCH, 1998, p. 35).

O jornalismo e a ciência são formas sociais de conhecimento com seus respectivos desenvolvimentos e condicionamentos históricos específicos relacionados com a sociedade industrial capitalista. Por isso, um discernimento entre eles é possível de ser realizado pela reconstrução histórica do desenvolvimento de seus métodos distintos. A diversificação ocorrida na ciência, em áreas do conhecimento, não foi correspondida por uma mesma diversificação do jornalismo, que, embora tenha certo grau de especialização, manteve um caráter generalista, o que lhe permite a comunicabilidade entre os distintos discursos e públicos.

Ao se fixar na imediaticidade do real e mantendo a comunicabilidade entre os distintos discursos e públicos, o jornalismo opera no que Meditsch (1997) chama de “campo lógico do senso comum”, característica que lhe seria definidora. A relação inevitável do jornalismo com o senso comum, como observa Moretzsohn (2007, p. 129), não acarreta a pergunta “até que ponto o conhecimento do jornalismo poderia ser rigoroso?”, questão apropriada ao conhecimento científico, mas coloca efetivamente o compromisso com a “divulgação (portanto com a comunicabilidade) desse conhecimento”. O jornalismo precisa, do ponto de vista de sua lógica interna e da linguagem, ser acessível à compreensão pelo senso comum, não podendo por essa razão ser reduzido a conteúdo ideológico:

Como produção ideológica, o Jornalismo não tem na Ciência ou na Filosofia Clássica o seu oposto positivo. O que se opõe a cada uma dessas formas de representar a realidade, e a todas elas, é a totalidade concreta. Por isso, analisar uma delas segundo os parâmetros estipulados pelas outras não se justifica a não ser por suas consequências práticas. (MEDITSCH, 1992, p. 44).

Por isso, perspectivas como a de Park (1972), ao mesmo tempo em que revelam o jornalismo como conhecimento, o reduzem, pois limitam a característica definidora das formas de conhecimento ao grau de precisão dos mesmos. Expressões que definem o jornalismo como “história à queima-roupa”, “história imediata”, “literatura sob pressão” são exemplos da perspectiva de “ciência menor” dada ao jornalismo pelos próprios profissionais da área. Moretzsohn vê, contudo, algum avanço nessas comparações, pois, apesar da referida limitação, elas contêm especificações do jornalismo:

[...] são muitas as expressões que procuram associar o jornalismo ao trabalho científico e estético submetido ao ritmo cada vez mais acelerado de produção. Expressões que avançam, portanto, para muito além do impacto oferecido pelo sugestivo jogo de palavras antitético, ou pelo menos conflitivo, que simboliza a tensão entre a suspensão exigida pelo trabalho científico e estético e o imediatismo do cotidiano no qual o jornalismo está permanentemente inserido: na verdade, aponta para essa linha de fronteira que o jornalismo percorre, confrontando sistematicamente o seu compromisso histórico às condições de realizá-lo. Ao mesmo tempo, designa o jornalismo como um ponto de convergência entre o conhecimento no cotidiano e as formas eruditas de saber, buscando nessa aproximação uma forma própria de expressão que se preste ao papel fundamental de comunicar. (MORETZSOHN, 2007, p. 127)

Mesmo em trabalhos mais recentes, a subordinação do conhecimento do jornalismo a outros saberes ainda está presente. Paiva e Sodré (2005), ao abordarem o fato jornalístico, fazem separação semelhante à de Park. Trazendo uma definição de Hobbes, os pesquisadores afirmam que são dois os tipos de conhecimento, o primeiro é a “consequência de uma afirmação em relação a outra” (PAIVA; SODRÉ, 2005, p. 96-97), que constitui a ciência; o segundo é o “de fato”, no qual o jornalismo seria um tipo, caracterizando-se pela restrição a sensações e memórias, e constituindo-se como algo absoluto: “como quando vemos realizar-se um fato ou recordamos o que se fez; deste gênero é o conhecimento que requer uma testemunha” (Ibid., p. 97). O conhecimento do jornalismo, assim, não teria pretensões de essência e sistematizações dos seus registros, apenas preocupar-se-ia com os fatos.

Mesmo Meditsch (1992), por vezes, retorna a paradigma similar ao de Park, quando aborda a relação “aparência” e “essência”, em que argumenta que o jornalismo está restrito às aparências do mundo: “o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objeto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a fatos concretos” (Ibid., p. 55). Em outro momento, chega a retomar a definição original de Park, associando o jornalismo à percepção humana: “enquanto a Ciência se torna um modo de conhecimento do mundo explicável, o Jornalismo se torna um modo de conhecimento do mundo sensível. Cada um vai ter a sua forma própria de refletir e, inevitavelmente, de refratar a realidade.” (Ibid., p. 56).

Aliás, para frisar a força do jornalismo como forma de conhecimento, Genro Filho (1989, p. 161), citando Lukács (1968), bem demarcou essa questão: “[...] se um fenômeno qualquer deve, enquanto fenômeno, expressar a essência que está em sua base, isto só é possível se se conserva a singularidade”. Assim, a compreensão dialética dos fenômenos não pode se restringir ao interior do universal, relegando singular e particular a níveis degradados da universalidade, como dimensões dirigidas à universalidade. Sem reconhecer a legitimidade

das três categorias, não se cria essência, uma vez que, dessa forma, a especificidade do objeto (singular) e sua realização em conteúdo (particular) seriam pressupostas pelo universal portador exclusivo da verdade. Como qualquer conhecimento social, o jornalismo está condicionado por suas condições de produção, no caso, a indústria capitalista, que lhe confere estatura de mercadoria. Ao mesmo tempo, está atravessado por valores ideológicos e por uma série de falsas categorias que herdou da base positivista de seu desenvolvimento, aspectos que não lhe tiram, embora medeiem, a potencialidade de trabalhar com o novo, pois o novo aparece sempre como singularidade.

2.1.3 O caráter mediador do jornalismo: objetividade subjetiva e o compromisso com os fatos

A perspectiva mercadológica está expressa na ideia corrente de que o jornalismo deve ser objetivo, eliminando opiniões dos fatos. Essa, como se sabe, é uma falsa ideia, cuja origem está na matriz positivista que conformou o jornalismo informativo, e que se mantém viva por constituir uma ideologia profissional e empresarial para a prática jornalística.

A objetividade pensa os fatos como pré-existentes, prontos no mundo, realidades factuais unitárias e dotadas de significação, antes do contato com a subjetividade. Paiva e Sodré (2005) argumentam, citando Kant – para quem fato era o conceito para objetos do real (cuja realidade pode ser provada) –, que a representação social jornalística seria melhor definida como acontecimento. O jornalismo produz acontecimento, na medida em que a notícia reproduz o fato, sendo, dessa forma, “uma modalidade de tratamento do real do facto, portanto, é uma construção ou uma produção de realidade” (PAIVA; SODRÉ, 2005, p. 97). O que o jornalista faz, acima de tudo, é interpretar a realidade contextualizando, reproduzindo e compreendendo em relações de causalidade e com condicionamentos históricos.

Se, por um lado, a ideologia da objetividade que acompanhou a modernização dos jornais e sua passagem para o “jornalismo informativo” teve as vantagens de colocar o compromisso com a realidade material, acelerar a produção e troca de informações e permitir a denúncia da manipulação arcaica (LAGE, 1979), por outro, ela é um meio de impor o pensamento hegemônico como a subjetividade naturalmente aceita.

Como descreve Moretzsohn (2007, p. 289), mesmo quando não parece fazê-lo, o jornalismo contextualiza os fatos, pois a contextualização “está ali, alienada, reiterando o senso comum a partir das ‘interpretações prontas’”. É nesse sentido que a autora defende a postura cotidiana de “pensar contra os fatos”, na prática jornalística, que significa “preservar

a relação do jornalismo com o imediato, imprimindo-lhe o duplo movimento de abranger a floresta a partir das árvores para revelá-las em sua conexão singular com o universo a que elas pertencem”. Ou seja, partir do aspecto fenomênico e conectá-lo ao processo social que o gerou.

A lógica empresarial exige o jornalismo objetivado (ou a busca pela objetividade, quando admite que o primeiro é impossível), como modo de apagar a posição de mediador do jornal, “sugerindo que interessa ao público o que interessa ao próprio jornal – isto é, às forças que o sustentam e controlam” (MORETZSOHN, 2007, p. 133). O jornalismo “pergunta no lugar do leitor”, mas o direito do público de saber pode, na verdade, ocultar os interesses da empresa. Além disso, a percepção do público se dá muitas vezes por estereótipos, preconceitos, que o jornalismo, praticado nesse nível, tenderá a reforçar, de maneira a dar ao público o que ele quer saber, mas “que ele efetivamente já ‘sabe’ – e tem a apaziguadora sensação de ver confirmado todos os dias no noticiário, sem perceber o processo de produção de sentido que o jornalismo opera para (re)apresentar esse mundo ‘tal qual é.’” (Ibid., p. 134).

O jornalismo opera, quando assim praticado, uma simplificação, condenada ao mundo das aparências, forjando uma realidade adequada aos princípios ideológicos que conformam sua produção. A objetividade é usada como forma dos jornalistas esquivarem-se da sua responsabilidade. Essa técnica é um modo confortável de não ir atrás da verdade, superando os argumentos contraditórios. Isso coloca em conflito dois postulados básicos do jornalismo, a *objetividade* inviabiliza a *responsabilidade social*, pois retira a preocupação com as consequências do que se publica. Por outro lado, a própria característica do jornalismo de lidar com o novo impede que ele seja enjaulado em uma estabilidade e regularidade de ordem positiva. A partir de sua proximidade com fatos, sendo os jornalistas atingidos por ele, a subjetividade raramente é superada pela objetividade formal, tendo em conta, ainda, as condições de produção aceleradas, a que o jornalismo está cada vez mais submetido.

A apreensão dos fatos singulares depara-se com uma abertura de sentido como componente inevitável, margem de liberdade que escapa ao fatalismo objetivista. Capturar a essência de um fenômeno não pode ser, portanto, algo técnico, puro ou *aideológico*, passa, invariavelmente, por um comprometimento, “um grau de adesão da totalidade histórica em relação a uma possibilidade determinada, tanto da totalidade histórica quanto do fenômeno que inserido nela vai adquirir seu sentido e significado.” (GENRO FILHO, 1989, p. 49).

Na apreensão do fluxo de realidade em fato noticioso, há um inevitável componente de subjetividade, que sempre, assim como as condições em que o jornalismo é produzido,

condicionará histórica e culturalmente esse processo. Ao se deparar com um fenômeno, a subjetividade construirá o fato jornalístico:

Existe uma abertura de significado na margem de liberdade intrínseca à manifestação de qualquer fenômeno enquanto fato social. Portanto, há um componente subjetivo inevitável na composição mesma do fato, por mais elementar que ele seja. Assim, o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social. (GENRO FILHO, 1989, p. 49).

Outra tática paralela à da objetividade é a que reconhece a inevitável subjetividade, mas o faz aprisionado à concepção de vitória da economia de mercado, ou seja, uma subjetividade fadada a não se efetivar. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, como jornal que se preocupa com as questões teórico-práticas do jornalismo, como deixa claro em seu projeto editorial e nas subsequentes edições do *Manual de Redação Folha*, encara o jornalismo como uma atividade empresarial capitalista, em que os leitores delegam ao jornal que assinam ou compram em bancas a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Caso não atenda a essas exigências de seus leitores, o jornal perde o mandato e conseqüentemente não vende. No *Manual* de 1994 (apud MORETZSOHN, 2007, p. 184, nota 79), o jornal vai nesse sentido de que as “notícias e ideias são encaradas como mercadorias a serem tratadas com rigor técnico”.

Para o jornal, “não existe objetividade em jornalismo”. Há uma tomada de decisão inevitável, em larga medida subjetiva, ao redigir ou editar um texto, o que é invariavelmente influenciado “por suas [do jornalista] posições pessoais, hábitos e emoções.” Essa consideração, contudo, não desobriga o jornalista a ser “o mais objetivo possível”. Para isso, deve, segundo o manual, encarar o fato com distanciamento e frieza, para relatá-lo em suas circunstâncias e repercussões. Trata-se de um aparente relativismo erudito, mas que falseia um raciocínio profundamente superficial (MORETZSOHN, 2007, p. 183), pois ao mesmo tempo coloca restrições à subjetividade do jornalista e o faz procurar a forma mais consensuada de enquadrar o fato. Essa postura decorre, como coloca Moretzsohn (2007, p. 184), do “fim da história”, a que teríamos chegado com a queda do Muro de Berlim, acreditando haver um consenso em nível internacional, em que predomina apenas uma superpotência, cujo modelo é exemplo para todas as sociedades. “Com pouca variação de grau, há uma só receita econômica (o mercado), uma só fórmula institucional (a democracia), num mundo que tende inevitavelmente à ‘globalização’.” Dessa forma, não se trata de um sistema estanque, “mas que se propõe a enquadrar toda diversidade étnica ou cultural num

mesmo modelo [...], *desde que cumpridos os preceitos da livre competição e da técnica.*” (FSP, 2001 apud MORETZSOHN, 2007, p. 184, nota 79). Assim, entende-se perfeitamente o que o jornal quer dizer quando defende um jornalismo que se coloca com “disposição crítica”, uma vez que isso deve ser feito de maneira refinada e aguda “num ambiente que não é mais dicotômico, no qual o debate técnico substituiu, em boa medida o debate ideológico”. Ou seja, o limite do reconhecimento da subjetividade é a hegemonia do mercado, pois este não é objeto de controvérsia, é a regra do jogo a ser jogado.

A relação entre objetividade e subjetividade no jornalismo, contudo, não se resolve opondo as duas como formas antípodas. A subjetividade é inevitável à apreensão dos fenômenos. Ela não se agrega aos fatos como se um desvio da objetividade fosse. Na própria constituição do fato social está implicada a subjetividade, antes de sua formulação como notícia. A manifestação objetiva da realidade, ainda que carregada de delimitações reais, trará aberturas de significação como margem de liberdade. O reconhecimento não cínico da subjetividade é necessário para superar a ideologia da objetividade.

[...] Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo *fenômeno* (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma *pluralidade de fatos*, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os *fenômenos* são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidade cuja concretização depende dos sujeitos. (GENRO FILHO, 1989, p. 49 – destaques do autor)

O desenvolvimento jornalístico precisa ser constantemente confrontado com o desenvolvimento global das forças produtivas e da luta de classes e, assim, superar o seu caráter orgânico na sociedade capitalista entendida pelo paradigma do “progresso e da normalidade”. Com a ampliação objetiva da área de interesse social para além da “aldeia”, a necessidade de conhecimento sobre a realidade imediata ultrapassa os limites da percepção individual, assim, os acontecimentos importantes, antes restritos aos da comunidade, já não podem ser vivenciados diretamente pela experiência individual e coletiva da comunidade, cumprindo a mediação jornalística esse papel. Ao jornalismo cabe apreender esses acontecimentos como fenômenos e continuamente totalizá-los, para significá-los. Os acontecimentos são processos incompletos que mantêm certa abertura de sentido quanto à sua significação, abertura que lhe é subjacente. É preciso conceber certo grau de desvio, que o acontecimento evidencia ao expressar a incapacidade da ordem social de controlar os desdobramentos objetivos da realidade. “O que acontece objetivamente no mundo – seja o mundo natural ou histórico/social (marcado também pela teleologia e pela *práxis*) – é

convertido em material jornalístico, em notícia.” (HAUSER, 2012, p. 65). O jornalismo vai, assim, utilizando os meios técnicos disponíveis, transmitir os fatos “como se” produzisse o fato original.

Não há contradição no entendimento de que os fatos jornalísticos são como o jornalismo os constitui, não configurando o real absoluto, e sim uma *mera* realidade jornalística. A representação, em geral, e a jornalística, em particular, é parte indissociável da realidade e construtora da realidade, possuindo estatuto de realidade igual ao do restante do real. Além disso, não é possível o acesso ao real sem o recurso obrigatório a mediações, incluindo aí as representações. O que caracteriza o desenvolvimento do ser social é justamente a formação de mediações que o deixam mais próximo do real.

A apropriação do fato pelo jornalismo se dá pela opção por uma possibilidade objetiva apresentada pelo processo histórico, a depender da consciência e da ação dos sujeitos. A diversidade dos fenômenos existentes expressa tendências opostas ou ao menos diferentes da realidade.

Portanto, cada fato tomado em sua singularidade e particularidade expressa a realidade em, pelo menos, três níveis: 1) As possibilidades concretas encarnadas pela totalidade histórico-social na qual o fato está inserido. E uma escolha necessária entre os *valores* de tais possibilidades. 2) A tendência específica da particularidade que este fato expressa de modo predominante. 3) A contradição que, necessariamente, ele contém dentro de si, ainda que expresse uma tendência dominante da particularidade e seja reproduzido conforme uma escolha ao nível da totalidade.” (GENRO FILHO, 1989, p. 150)

Ao mesmo tempo em que os fatos jornalísticos são um recorte do fluxo contínuo, e constituem inevitavelmente uma escolha, essa escolha é delimitada pela matéria objetiva, não se tratando de um relativismo e subjetivismo absolutos. O fato é composto de uma substância histórico-social incontornável, independente dos enfoques de subjetividade e ideologia dispensados. Na totalidade do leque de relações da apreensão pela singularidade e o contexto particular que desperta como tendência específica é que se reproduzem os pressupostos ontológicos que direcionam a apreensão da realidade.

Para cumprir seu papel de apreensão da realidade, o jornalismo precisa se pensar como mediação e superar a perspectiva objetivista que insiste em lhe definir. O jornalista se coloca a pergunta “o que o público quer saber?”. Embora simples, a questão não é nada desprezível. Ela representa o caráter mediador do jornalismo e está em diálogo com a necessidade social de ter acesso à imediaticidade dos fatos, que o jornalismo vem a preencher. Para responder à pergunta, a prática jornalística precisa identificar “o que é” e

“como é” o fato objeto da notícia (MORETZSOHN, 2007). Colocam-se perguntas que ao público interessaria, e, ao procurar respondê-las de modo compreensível, executa-se tarefa esclarecedora. Não estaria, então, a notícia restrita às aparências do mundo, como colocam alguns autores (PAIVA; SODRÉ, 2005; LAGE, 1979), não permitindo o conhecimento da essência das coisas, que só pode ser resultado do trabalho científico. Ao pensar “o que o público quer saber”, o jornalista constrói uma simulação que sintetiza o complexo processo de mediação, ao fazer perguntas da ordem lógica do senso comum e estabelecer uma comunicabilidade com o público. As perguntas pronunciadas pelos jornalistas são feitas visando não ao autoesclarecimento, mas ao esclarecimento do público.

Quando se nega como mediação e assume a autoridade de discurso objetivo, discurso da realidade, o jornalismo resulta em uma reificação da realidade, a partir da compreensão espontânea da imediatividade com a particularidade e a universalidade sugeridas pela ideologia dominante. O específico no jornalismo no pensamento objetivado seria o profissionalismo técnico, “a receita técnica” de ouvir os dois lados, busca das fontes oficiais, etc., com fundamentação empírica, que os jornalistas seguem como regras das quais não sabemos os motivos, resultando em reprodução da ideologia dominante, e aceitando a compreensão do mundo como amontoado de fragmentos. “A realidade transforma-se num agregado de fenômenos destituídos de nexos históricos e dialéticos [...]. O mundo é concebido como algo essencialmente imutável e a sociedade burguesa como algo natural e eterno” (GENRO FILHO, 1989, p. 155-156), cabendo ao jornalismo a fiscalização de seu funcionamento e a denúncia de suas patologias.

O reconhecimento do papel mediador do jornalismo é condição para “gerar momentos de atitude crítica em relação aos acontecimentos” (HAUSER, 2012, p. 44). O questionamento, a dúvida e a verificação são instrumentos para “resgatar, mais uma vez, a dimensão dialética da atividade. O jornalismo tem, mesmo diante de práticas e rotinas restritivas, um potencial dialético latente, ora mais, ora menos manifesto.” (Ibid., p. 44). Em sua reflexão, Moretzsohn (2007) resgata o ideal iluminista que está na gênese do jornalismo moderno e que, portanto, constituiria sua justificativa histórica, ou seja, o jornalismo como parte do processo de conhecimento da realidade, ideal que é incompatível com a rotina produtiva acelerada e automatizada. Ao realizar um “mero relato” dos fatos, o jornalismo está contradizendo-se, uma vez que, além de ser impossível um relato sem adesão à totalidade, como argumentamos acima, ele precisa agir exatamente no sentido de contribuir como mediador da realidade para realizar seu papel esclarecedor. A consequência do jornalismo movido a mediar a relação das pessoas com os fatos é a desnaturalização dos fatos e a

valorização dos argumentos que fazem esse percurso que estabelece conexões e relações entre fatos e seus nexos sociais e históricos.

O “pensar contra os fatos”, contrariar o “pensar automatizado” é o instrumento para exercer a brecha crítica possível no ambiente de luta hegemônica que constitui internamente o jornalismo e cada redação, no sentido de constituir um *novo* senso comum. A saída para uma rotina profissional que favorece a naturalização dos fatos, vislumbrando uma perspectiva de esclarecimento, está na realização de um cotidiano exercício de suspensão da cotidianidade. Assim, a postura reflexiva sobre a prática jornalística procura reconhecer, além da dominação, as possibilidades intersticiais, que o capitalismo não consegue preencher, tendo em mente que o controle sobre o poder dos meios de comunicação é estratégico para a formação de um senso comum não crítico.

2.2 DA GÊNESE CAPITALISTA À APREENSÃO DA REALIDADE

Como produto de relações humanas (capitalistas em particular), o jornalismo não se constitui como processo de significação isento das contradições sociais. A vocação ao singular, contudo, caracteriza-o fortemente, o que vai resultar em duas variáveis que interferem decisivamente na constituição de uma notícia: 1) “as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada”; e 2) “as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação” (GENRO FILHO, 1989, p. 65). Um fato se torna notícia apreendido pela sua singularidade, abrindo-se um leque de opções entre as relações que formarão seu contexto particular, e que lhe atribuirão significado. “É na totalidade dessas relações que se reproduzem os pressupostos ontológicos e ideológicos que direcionaram sua apreensão.” (Ibid., p. 65)².

A constituição dos fatos jornalísticos é carregada de contradições que têm sua origem no próprio mundo social. O jornalismo não escapa às relações axiomáticas do sujeito com a matéria objetiva, à medida que a objetividade constitui realidade à autoprodução do sujeito. Se qualquer gênero de conhecimento é tanto revelação como atribuição de sentido ao real, então a atribuição subjetiva de sentido às atividades práticas não pode ser separada da

² Reconhecer o caminho epistemológico do jornalismo e seu caráter crítico ao trabalhar diretamente com a realidade em movimento em nada tem a ver com o que coloca Lückman (2013, p. 67-68), citando Mick (2012), com um jornalismo ideal, distante do efetivamente praticado. Ao capturar a essência do fenômeno, Genro Filho (1989) não teorizou sobre um jornalismo ideal e sim sobre um jornalismo praticado, que foi elevado à condição abstrata para que pudesse contribuir com a prática.

revelação das significações objetivas. A ambivalência do jornalismo recai sobre o fato de ser ao mesmo tempo uma forma de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes e um fenômeno cuja essência ultrapassa os contornos ideológicos que medeiam sua prática e que foram sua gênese.

Uma abordagem que procura compreender o jornalismo de maneira a contemplar seus atributos emancipatórios e manter viva a crítica à ordem social vigente não desconhece o caráter capitalista do jornalismo, mas procura estabelecer a dimensão ontológica como o limite do mesmo. “Dito de outro modo, o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz” (GENRO FILHO, 1989, p. 27). Reconhecendo o homem como sujeito da história, nas condições que a história coloca, expresso na categoria da *práxis*, como dimensão humana de transformação da realidade, o jornalismo ganha uma potencialidade que ultrapassa os desígnios de sua prática na era capitalista. Ele contém uma dimensão de liberdade, uma brecha de realização, enquanto processo criador, ação humana, reconhecida como forma de conhecimento:

Apenas uma teoria dialética do conhecimento tem tal abrangência, e justamente por esta amplitude é que pôde definir o jornalismo como forma de produção de conhecimento e não como zona de sombra à margem do sistema lógico. Ao reportar o mundo, o jornalista cria e recria conhecimento. (MEDITSCH, 1992, p. 81).

A partir dessa perspectiva, torna-se possível afirmar que o jornalismo é uma forma de conhecimento que, embora como todas as formas de conhecimento, seja condicionada de modo específico pelo desenvolvimento dos meios de produção, é dotada de potencialidades que ultrapassam sua condição capitalista. Emerge como sistema de transmissão sistemático de informação e eventos singulares, uma unidade imaterial que coloca a seu serviço os prédios, equipamentos e profissionais. A complexificação de atores sociais e a extensão dos limites da integração comunicacional e mercadológica colocam efetivamente a limitação da comunicação interpessoal para atender à necessidade de conhecimento imediato do mundo de interesse. Essa característica do ser social dá ao jornalismo uma função social determinada que não parece esgotar-se no seu caráter ideológico da classe capitalista que o gerou.

O jornalismo desenvolvido no contexto do capitalismo industrial contém uma possibilidade crítica, derivada de sua especificidade, com vantagens e diferenças com relação a outras formas históricas de fazer jornalismo, em especial o jornal político-doutrinário, uma vez que atende a uma necessidade de conhecimento histórico-ontológica do público e sua potencialidade ultrapassa a organização atual da sociedade. Como escreve Osório (2007, p.

46): “ao jornalismo cabe a tarefa de apresentar o mundo aos homens. O jornalismo, diz Adelmo [Genro Filho], é uma das formas sociais pelas quais a humanidade toma consciência da realidade que a circunda.” O jornalismo pode, então, ser concebido em seus fundamentos atuais (singularidade e leque de técnicas) e, ao mesmo tempo, ser crítico.

A prática jornalística, na maior parte das vezes, apresenta o singular como a “ponta de um iceberg de pressuposições e, em consequência, da informação previamente adquirida” (VAN DIJK, 1980 apud MEDISTSCH, 1997, p. 8). Como forma de conhecimento gerada no seio capitalista, o jornalismo está atravessado por dilemas e contradições. De acordo com Meditsch (1992, p. 80), a principal delas é o fato de “[...] ser, por um lado, produção social de conhecimento – portanto, atividade intrinsecamente criadora – e, por outro, mercadoria produzida industrialmente para gerar lucros aos monopólios que controlam esta produção – portanto, atividade submetida”, aspecto que será inevitável em qualquer consideração sobre o jornalismo de hoje. Além disso, o dilema do jornalismo, ao tratar com a imediatividade dos fatos, é precisar de um distanciamento que possibilite formular um sentido para os mesmos fatos, lidando com a vida cotidiana e com a perspectiva de ser um elemento de crítica a essa mesma vida cotidiana. Surgem contradições entre a abertura de sentido ocasionada pelo acontecimento e o fechamento que ele sofre ao ser abordado pelo jornalismo rotineiro.

2.2.1 O papel das concepções hegemônicas no jornalismo

O jornalismo surgiu, é sabido, no período de consolidação da classe burguesa no poder. Ao refletir sobre o jornalismo como forma de conhecimento, Rüdiger (2010) aponta que a contribuição dessa teoria está relacionada ao jornalismo informativo contemporâneo que surge no declínio da “era liberal”, precisamente na virada para o século XX, frente à utilização dos periódicos como meios de sustentação de uma política de Estado, definida pelos seus proprietários. Nesse período, coloca o autor, o jornalismo é objeto de interesse da Filosofia Política, cabendo à prática jornalística um poder mediador na “condução dos assuntos políticos da sociedade” (RÜDIGER, 2010, p. 220).

Os periódicos eram, até então (e ainda são, em muitas análises), pelo lado dos liberais, expressão do poder da sociedade civil sobre o Estado, e, na visão dos socialistas, expressão do poder dos grupos dominantes. O desenvolvimento do jornalismo se deu a reboque da vida política, mas o panorama mudou há mais de um século, e hoje o jornalismo político-partidário é praticamente inexistente, embora siga existindo o agenciamento de processos de poder, que formariam a opinião pública (uma “ficção eficaz”, nos termos do autor). O que

importava nas análises sobre o jornalismo era sua participação no universo das discussões sobre as relações de poder da sociedade e do Estado.

Ao se organizarem como empresas capitalistas, os jornais, ou “empreendimentos jornalísticos”, foram os primeiros a explorar industrialmente o mercado de bens simbólicos, com seu jornalismo informativo nascente. “O positivismo tecnocrata em voga nesse novo contexto ensejou o aparecimento do estilo propriamente jornalístico, que acabaria por se impor após a I Guerra Mundial.” (RÜDIGER, 2010, p. 219).

Tendo em vista a mudança na realidade do objeto jornalístico, Rüdiger aponta para o avanço realizado por Genro Filho, que, segundo ele, teria retirado o jornalismo da alçada da Filosofia Política para inseri-lo no campo do saber, sendo, portanto, objeto subordinado à ótica da Sociologia do Conhecimento. Essa abordagem traz à tona o compromisso do jornalismo com a elaboração do conhecimento comum próprio de nossa época, além de observar o caráter cognitivo da prática jornalística com seriedade, o que torna essa teoria um considerável avanço teórico.

A perspectiva, sem dúvida, representa um avanço na reflexão sobre o jornalismo, ao lembrar, a seu modo, que este, antes de ser uma agência de poder político, é uma mediação da consciência cotidiana. A abordagem também possui o mérito de ser afinada em termos de consciência histórica, salientando o fato de que esse entendimento se aplica, sobretudo, para as formas de jornalismo contemporâneo. O enfoque só se aplica com prejuízo ao jornalismo clássico, em que predomina o discurso literário, o texto de opinião e a perspectiva doutrinária. (RÜDIGER, 2010, p 221).

Do mesmo modo, o erro reiterado das visões críticas anteriores ao ensaio do Genro Filho (1989) era de que não consideravam adequadamente o jornalismo como possibilidade de conhecimento, tratando-o como um epifenômeno ideológico.

Ademais do reconhecimento, Rüdiger encara de maneira crítica a perspectiva *adelmiana*, pois entende que o processo do conhecimento jornalístico não pode ser avaliado de forma abstrata, sendo que a propagação do conhecimento (núcleo racional do jornalismo) não representa sozinha a verdade sobre o fenômeno. O autor argumenta que as “conexões objetivas em que aquele processo se enreda [com a] realidade histórica, também precisam ser levadas em conta.” (Ibid., p. 218). A reflexão de Genro Filho seria demasiada abstrata, dando pouca consideração ao papel ideológico do jornalismo. A falha da teoria consiste em seu déficit de reflexão crítica sobre o estatuto da atividade jornalística neste contexto.

Para Rüdiger, o problema deve ser considerado criticamente, sem ilusões, relacionando a função cognitiva com a sua colocação como mercadoria capitalista. Assim, a

Sociologia do Conhecimento, disciplina a que caberia o jornalismo, teria a tarefa de observar o mercado como sendo o meio social em que se articula o poder agenciador do jornalismo.

Afinal, as comunicações, é certo, contêm um momento de liberdade, permitindo ao indivíduo elaborar seu próprio conhecimento, pensar suas próprias idéias, não professar o credo dominante mas, por outro lado, são expressão de relações objetivas, que modelam sua existência e pensamento, antes mesmo dessas idéias chegarem à sua consciência (RÜDIGER, 2010, p. 221).

Argumenta, ainda, que, em se tratando de um conhecimento “essencialmente determinado pelo capitalismo”, o jornalismo não escapa ao fetiche da mercadoria, mesmo agenciando processos de conhecimento. Não haveria, então, um problema da maneira particular como ele é realizado e difundido em termos capitalistas, mas sim na própria forma desse saber, que depende não de qualquer tarefa esclarecedora, mas sim do movimento da indústria cultural.

Ainda que o autor seja direto em suas críticas, a nosso ver, é possível encontrar respostas a suas questões e até mesmo acolhida a algumas objeções no próprio texto de Genro Filho. A perspectiva inaugurada por este procura reconhecer que o jornalismo se faz pela mercadoria-notícia, que a informação jornalística é comercializada, mas que, como produto cultural, o valor de uso de seu conteúdo sempre será condição para que se realize o valor de troca. Esse valor de uso se faz na medida em que “o espaço ocupado pelas notícias e reportagens, mesmo que secundários conforme a ótica puramente econômica, deve corresponder a uma *necessidade* do público consumidor para que o espaço publicitário seja valorizado” (GENRO FILHO, 1989, p. 109-110). Essa posição está em consonância com o pensamento de Lukács, citado por Moretzsohn (2007, p. 58), que afirmava a incompatibilidade da manipulação onipotente com a fundamentação marxista, pois a mercadoria material e imaterial possui algo que foge “à reificação porque tem um valor simbólico que remete ao universo da cultura e evoca subjetividades que escapam à dominação”, mais ainda quando se trata de um bem simbólico.

A cristalização do jornalismo como forma de conhecimento na singularidade responde efetivamente a essa necessidade social, que implica a integração da totalidade social, constituída pela atividade dos sujeitos. Ou seja, num momento dialético, as relações mercantis, e a própria expansão do modo capitalista de produção industrial (acentuado pela transnacionalização das empresas), reivindicam informações que integrem os indivíduos e os grupos sociais a essa universalização produtiva (não isenta de contradições, antes pelo contrário), processo que não é um incidente histórico. A metáfora da aldeia global,

ressignificada permite identificar esse processo e a finalidade histórico-ontológica do jornalismo.

É nesta perspectiva que o jornalismo se impõe, de maneira angular, como possibilidade dos indivíduos em participar do mundo mediato pela via de sua feição dinâmica e singular, como algo sempre incompleto, atribuindo significações e totalizando de maneira permanente como se estivesse vivendo na imediaticidade da aldeia. (GENRO FILHO, 1989, p. 64).

Ao não reconhecer a existência de uma necessidade de conhecimento sobre a singularidade dos fenômenos e, conseqüentemente, de uma forma capaz de supri-la, em que o capitalismo seria uma mediação, a crítica de inspiração frankfurtiana coloca o jornalismo numa quina inescapável, inviabilizando sua existência fora de um jogo de dominação. No fundo, trata-se do não reconhecimento da autoprodução humana da história, assujeitando o ser. Nesse mesmo caminho, Rüdiger (2010, p. 222) vai desconhecer como “serviço público” a informação jornalística, reduzindo-a novamente a *não mais que* ideologia: “O serviço público que, segundo seus porta-vozes, o jornalismo presta é ideologia, quando não falsa consciência esclarecida”. O autor defende essa posição sustentando que o saber que o jornalismo veicula não é objetivo e imparcial, como a doutrina profissional e positivista defende. Ele escreve que o “conhecimento jornalístico é tal apenas do ponto de vista do mundo capitalista: efetivamente, e por mais contradições que contenha, ele é engendrado de acordo com a racionalidade mercadológica, e não em resposta a uma pretensa necessidade antropológica.” Parece supor a existência de um “saber imparcial”, “objetivo”, livre de adesão à totalidade. Se o conteúdo jornalístico é atravessado por ideologia, ela não o define: “No capitalismo, o jornalismo é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada – se me permite João Cabral. Ou seja, de modo flagrante, evidente e doloroso. Nem por isso fruta será sinônimo de espada.” (GENRO FILHO, 1989, p. 112).

Importa, antes, reconhecer a atividade da ideologia no seu caráter limitado, para efetivamente explicar o fenômeno. A visão de um bloco monolítico de racionalidade única e unidirecional não avança no sentido de compreender a adesão dos diferentes públicos ao jornal por outra razão que não seja a “falsa consciência”. Assim, leva a recair em idealismo similar ao que pontua Meditsch (1992, p. 50), em relação ao status de objetividade científica requerido por algumas perspectivas marxistas, “transformando-se no idealismo absoluto, o idealismo da ideia pura que termina, igual à ideia hegeliana contra a qual pretendia lutar, reabsorvendo em si toda a essência do real, de uma realidade desvalorizada, reduzida a não ser mais do que a teoria quer que ela seja.”

Se, por um lado, a lógica mercantil preside os rumos dos campos e atividades sociais e o econômico direciona o desenvolvimento das “necessidades coletivas da informação”, por outro, esse processo existe de modo ontológico, não apenas “para satisfazer os interesses particularistas da burguesia”, sendo considerado, portanto, como dotado de condições que ultrapassam o domínio capitalista. “Tal definição coloca o jornalismo dentro de um campo cujo fator determinante é a sua dimensão teleológica [...], a compreensão de toda e qualquer obra cultural passa, necessariamente, pelo entendimento de suas finalidades [...]” (HAUSER, 2012, p. 60).

Compreendida por esse viés, a afirmação de Rüdiger (2010, p. 222), de que a atividade intelectual jornalística, enquanto cognição, constitui a mediação do processo de ampliação, pelo conhecimento, do “círculo ou mundo histórico em que vive o sujeito”, e dos graus de elaboração desse processo, levando à ideia da avaliação do conhecimento produzido, encontra diálogo com a perspectiva de Genro Filho. Ao passo que o entendimento de que a “atividade jornalística tem a ver com a imposição de novos fatos à consciência tanto quanto com a necessidade de conhecimento a seu respeito” precisa ser avaliada do ponto de vista ontológico, uma vez que é impossível impor fatos à consciência, pois implicaria supor uma passividade absoluta do leitor/ público.

Dessa forma, propomos uma inversão da afirmação de Rüdiger (2010) para dizer que a notícia é uma categoria oriunda da economia de mercado que se elabora de acordo com a dinâmica do capitalismo, mas antes disso é uma forma de informação. Com isso, ao contrário do que o autor considera, algumas características, como superficialidade, imprecisão, personalismo, estereotipia, não são inevitáveis, e sim resultado da mediação ideológica capitalista. Não se quer com isso negar as modalidades mercadológicas conformando a prática jornalística, mas reconhecer que nela há uma potencialidade que supera o contexto mais imediato.

Ao refutar a crítica niilista que apenas não vê saída, contribuindo para o aplacamento da transformação da sociedade e não para sua consumação, e desprezando todo processo aí envolto, imaginamos não abdicar de uma postura crítica sobre o jornalismo praticado. Pelo contrário, entender que a prática simbólica preserva aspectos de liberdade no seu fazer, extrapolando os limites da ordem capitalista, significa, a nosso ver, uma perspectiva coerente e legitimada a questionar esse mesmo fazer. Somente se se reconhece uma potencialidade é possível esperar que ela se realize, do contrário ficaríamos debatendo com abstrações vazias.

A realidade não fica congelada após ser revelada por conceitos, e o jornalismo, portanto, continua a se transformar. Tendo isso em vista, registra-se uma ponderação descrita

por Rüdiger (2010, p. 222) a respeito do crescimento das notícias de “interesse humano” sobre as de relevância pública, fortalecendo o entretenimento como característica do jornalismo atual, que acentua seu caráter mercadológico. Esse aspecto justifica o nível de investimento crescente nos meios de comunicação e as recorrentes fusões em conglomerados, que Ramonet (2007) chamou de mastodontes, congregando veículos jornalísticos e corporações de entretenimento. A propriedade e o conseqüente controle dos meios não são o controle do jornalismo, embora se coloque como obstáculo à sua consumação, pois a imprensa é o corpo material, o processo técnico do jornal, a tecnologia produtiva, da qual resultam as ondas eletromagnéticas, ou o jornal impresso; enquanto o

jornalismo é a modalidade de informação que surge sistematicamente destes meios para suprir certas necessidades histórico-sociais que [...] expressam uma ambivalência entre a particularidade dos interesses burgueses e a universalidade do social em seu desenvolvimento histórico. (GENRO FILHO, 1989, p. 175).

Se quando refletida apropriadamente, a cultura contém, para além do momento de barbárie, um momento de emancipação em relação ao sistema social, como concordamos, é possível supor que esse momento não é um deslize no controle, e sim a própria liberdade que define a manifestação superando as contingências. A perspectiva que adotamos entende que a forma jornalística reproduz estruturas e tende a conservar a sociedade como está, mas, não se restringindo a isso, é preciso ser estudada como algo não resolvido por princípio, pois as necessidades geradas pelo capitalismo são moedas de duas faces, como alertou Genro Filho, uma particularidade do domínio burguês e um elemento universal que se agrega ao ser social.

Desenvolvido para suprir uma necessidade profunda dos indivíduos e da sociedade, como característica que transcende o domínio capitalista, o jornalismo lida com o caráter de classe dessa sociedade, cumprindo, de certo modo, “uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social.” (GENRO FILHO, 1989, p. 172). O entendimento da essência do jornalismo no conhecimento singular não deve ser entendido como algo eterno e ahistórico, e sim como processo de produção histórico. Dessa forma, o jornalismo não deixa de desempenhar um papel ideológico, reforçando condições imaginárias de cidadania e preparando os indivíduos e classes ao sistema. O conflito que o atravessa se configura

tanto através da produção de um conhecimento que coincide com a percepção positiva que imana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo, como pela reprodução e ampliação dessa percepção, a fim de garantir que a universalidade conquistada pelo capital continue sob a égide particular dos interesses capitalistas. (GENRO FILHO, 1989, p. 173).

A condição formal de cidadania, uma cidadania pela metade, em relação a uma cidadania potencial, está inevitavelmente relacionada com o jornalismo surgido para informar. Enquanto a condição de cidadania se universaliza, ela não se efetiva ao ser comprometida com as desigualdades econômicas, sociais e políticas. O jornalismo será portador de um conhecimento com potencial emancipatório quando preservar, portanto, um elemento espontâneo, já que as circunstâncias cotidianas de exercício desse saber esbarram nos acidentes naturais e nos antagonismos humanos. Reconhece-se, assim, a potencialidade do jornalismo, que ultrapassa o fetiche da mercadoria, com destaque para os momentos em que promove o esclarecimento, atuando de forma séria e responsável, sendo a mediação jornalística necessária para o conhecimento da realidade.

Mas os fatos têm vida fora do jornalismo, são fenômenos naturais e sociais que o jornalismo relata e que a própria indústria jornalística constitui, em tempos espetaculares, para atender suas necessidades mercadológicas, e os fatos agenciados pelos mecanismos de poder que instrumentalizam o jornalismo, via assessorias de imprensa. O conhecimento jornalístico, ao se tornar público carregador do imediato, é contraposto ao contexto em que se relaciona com a realidade, sendo necessário considerar este para não tender a uma abstração destituída de sentido histórico determinável. Tendo em vista esse entendimento, julgamos necessário, neste trabalho, enriquecer nosso objeto a partir do reconhecimento das tendências hegemônicas, como forma de bem interpretá-lo, papel que é cumprido pela reflexão sobre o neoliberalismo (discutido no capítulo 3).

2.2.2 Conhecimento para além do informativo: os diferentes formatos na significação jornalística

Se o jornalismo é “um processo sistemático de transmissão coletiva de informações cristalizadas em eventos singulares, historicamente determinado pelo desenvolvimento das relações capitalistas e pela decorrente complexificação da sociedade e diversificação dos papéis sociais” (GENRO FILHO, 2004, p. 165), a diversificação dos papéis sociais atravessa o trabalho jornalístico de apreensão da realidade pela singularidade, revelação de um contexto de particularidade e apontamento para um horizonte de universalidade. Ou seja, nos processos de cobertura jornalística como o da crise, o jornal articula e faz constar as instituições sociais, os grupos de pressão, que participam da significação, no âmbito na geração de conhecimento sobre a realidade. Em outras perspectivas teóricas, essa relação do jornalismo com o jogo político, no sentido amplo, é apontada.

Em visada semiótica, Fausto Neto (1999) chama atenção para o que considera uma dupla realização do jornalismo, a promoção de um discurso próprio (fornecimento de fatos novos) e a difusão de posições e julgamentos sobre esses fatos. Duas dimensões estão aí expressas, a sociológica e a discursiva, em que as mídias jornalísticas se apresentam como instâncias distintas e complementares: “por um lado se destacam pela sua instância de mediação de outras ‘ordens’ e de outros discursos. [...] por outro lado, são efetivamente instâncias mediatizadoras de discursos mediáticos, na medida em que o peculiar da sua oferta está constituído por mensagens” (FAUSTO NETO, 1999, p. 18-19). Em pesquisa sobre o tema, o autor busca reconhecer o processo de inteligibilidade da AIDS realizado pelos “dispositivos midiáticos de construção de sentido”, dispositivos jornalísticos que coordenam o funcionamento e os processos de “semantização” da conversação pública entre diferentes campos de saber e de poder.

Nesses termos, pode-se dizer que as mídias se constituem num lugar que realiza, em certas condições, determinadas tarefas que lhes são confiadas pelas ações prévias implementadas por outros atores e instituições, circunstância que se faz pensar neles revestidos de certa passividade. Em outras palavras, as mídias transformam-se em lugares de passagem daquilo que a sociedade produz discursivamente. [...] Mas, ao mesmo tempo, também se apresentam como uma questão midiática não só pelo papel que esses dispositivos dão à sua visibilidade, mas também pelo trabalho discursivo com que vão construindo a própria AIDS [objeto de estudo].” (Ibid., p. 19-20 – destaques nossos).

Ponte (2005) nos diz de uma dupla missão dos meios de comunicação quando na abordagem do acontecimento: a visibilidade e o reconhecimento de um fato; e o inquérito que busca por respostas às questões colocadas por esse fato. O mesmo problema é referido *en passant* pela crítica de Rüdiger (2010) aos processos do jornalismo atual como conhecimento. Para este, além de dar conhecimento dos fatos, em boa medida, o jornalismo se subordina aos grupos de pressão mais organizados, tornando-se publicidade de opiniões ou opiniões publicadas e menos síntese do conhecimento.

A partir da abordagem da sociologia pragmatista, Quéré (2005, 2011) reconhece o papel dos acontecimentos na constituição do debate público, da vida política, que, quando inseridos em uma dinâmica de publicização, remetem a problemas públicos, processo em que a imprensa tem papel central. A partir do acontecimento, se instala um processo de *inquérito/pesquisa*, que tem nele o seu pivô, permitindo a discussão diferenciada de alternativas, observando oposições e contrastes. O papel da mídia é decisivo enquanto suporte para identificação e exploração dos acontecimentos e também para o debate público que sedia. O acontecimento social não possui sua apropriação organizada a partir de um ente

coordenador. A coordenação do processo social de inquérito sobre os acontecimentos é realizada à medida que o debate em múltiplas arenas é efetivado, e os jogos de interesse e poderes se impõem, em seus limites. Assim, a mídia não “impregna” os fatos com comentários que degradam o potencial autêntico do acontecimento, ela, ao apreender o fato, explora seu potencial de esclarecimento a partir do inquérito, em que o próprio comentário é componente.

De acordo com a perspectiva pragmatista, o acontecimento tem uma elaboração progressiva através do “trabalho de enquete” (QUÉRÉ, 2011, p. 180), investigação e constituição, em que os “jornalistas, os *médias*, e também a política, a justiça, os sindicatos, os partidos políticos, as associações... várias instâncias participam e contribuem para dar aos acontecimentos essa dimensão.” Indo além das colocações do autor, para pensar um objeto jornalístico, importa não apenas reconhecer a participação da mídia na constituição do acontecimento, mas a sua especificidade na execução desse trabalho. Assim, coloca-se a especificidade do foco deste trabalho, residente menos na relação genérica entre acontecimento e sociedade e mais na relação entre jornalismo e sociedade, que tem no acontecimento crise um lugar privilegiado para ser pesquisada. Revelar como se deu o processo de significação desse fenômeno específico acresce ao processo de compreensão da constituição própria da mediação jornalística.

Para pensar essa dinâmica social em que se insere o jornalismo, temos como importante considerar amplamente os processos e formas jornalísticas. A nosso ver, essa questão que os autores citados acima suscitam pode ser apropriada em uma reflexão sobre a teoria do jornalismo como conhecimento, sendo fundamental, para isso, reconhecer conteúdos diferentes dos informativos. Nesse sentido, pensamos em consonância com a abordagem de Pontes e Karam (2009), os quais seguem pistas deixadas por Genro Filho para entender todo o processo jornalístico como voltado à singularidade. Para os autores, o Segredo da Pirâmide abordou preferencialmente a teoria da notícia, contendo, certamente, potencialidades que permitem o desenvolvimento de uma teoria do jornalismo de modo amplo. A questão recai no papel desenvolvido pelo direcionamento ao singular que se processa no jornalismo, estando ele restrito às notícias ou podendo ser utilizado para a descrição do jornalismo como um todo. Em parte, trata-se da mesma abordagem sugerida por Genro Filho, por outro lado, ao contrário do que faz preferencialmente o autor, Pontes e Karam propõem claramente não restringir ao texto *informativo* (ou especificamente à notícia) o trabalho do singular no jornalismo.

A perspectiva aberta por Genro Filho é a de que o jornalismo inaugurou uma nova forma de saber, a partir do desenvolvimento industrial capitalista em que foi gerado, como tratamos acima. Assim, o conhecimento que gera não está reduzido à forma lead, embora seja esse elemento textual a síntese mais acurada da apreensão da realidade pela singularidade. O lead é o momento que indica como “a prática aborda o objeto” (PONTES; KARAM, 2009). Genro Filho centra sua teoria no *jornalismo propriamente dito*, que é o informativo em contraposição ao jornalismo clássico (político). A forma equilibrada da pirâmide (equilátera), assentada em sua base natural, é uma das pelas quais o jornalismo se expressa, sua maneira mais típica, e, embora haja outras formas, essa é a que lhe caracteriza. O autor não é devoto da objetividade, não entendendo a separação entre informativo e opinativo como “verdadeira”, mas também não concebe como um elemento de pura manipulação e escamoteio de posições ideológicas. Para ele, essa separação é o índice para acessar a mudança de perspectiva do jornalismo desenvolvida historicamente, mais ou menos coincidente com a virada do século XIX para o XX, o surgimento de uma nova forma de saber. Os outros gêneros textuais jornalísticos aproximam-se e afastam-se dessa forma de saber típica, mas não deixam de ser jornalismo.

A perspectiva adotada neste trabalho aponta para o momento jornalístico de contextualização da singularidade com categorias particulares como síntese dos atravessamentos pelos elementos contraditórios da sociedade. Ao desenvolver uma visada propriamente jornalística, importa notar que, enquanto forma de conhecimento, o jornalismo dedica-se significativamente à tarefa de apropriação de posições *políticas* e outras formas de apropriação dos fatos. E o faz não afastado das contradições sociais, privilegia certos grupos, e é atravessado por concepções de mundo que buscam universalizar interesses particulares. Trata-se, bem entendida, a participação de posições de sujeitos no processo de significação, de um importante fazer jornalístico, apontando para um modo de contextualização. A aglutinação dessa contextualização, especialmente colocada nos materiais opinativos, ao conhecimento do singular se torna possível, desde que se reconheça como essência do jornalismo o tipo de conhecimento voltado a essa dimensão.

Em análises políticas, o jornal é tomado como ator social e como objeto-suporte de disputas nas sociedades capitalistas, formando uma trincheira ideológico-institucional; ou em outras perspectivas, uma arena de debate. A esse modo de ver o jornalismo, importa a detecção e explicação de posições de sujeitos nos conteúdos jornalísticos ou do próprio jornal. Não por outro motivo, em geral, seus objetos empíricos restringem-se aos editoriais e artigos assinados, *locus* em que o fato noticiado perde sua vivacidade e que as posições

específicas ganham em importância. Pensando isoladamente, do ponto de vista do jornalismo como forma de conhecimento, esse processo é resultado de uma sobreposição do particular sobre o singular. Mas se tomada numa visão mais totalizante do produto jornalístico, essa particularidade, a nosso ver, será um dos momentos da significação do singular. As forças sociais, por óbvio, vão interferir, disputar os significados dos fatos em processo político aberto, uma vez que os fenômenos carecem de um contexto para terem um sentido.

Por sua lógica intrínseca de perseguir o singular e expressar sua significação imediata, o jornalismo, ao refletir a hegemonia da ideologia dominante, expressa também as contradições com as quais ele se debate, à medida que é obrigado a respeitar certa hierarquia objetiva dos fenômenos. (GENRO FILHO, 1989, p. 180).

As análises sociológicas, políticas, econômicas interpretativas, veiculadas pelos meios de comunicação, aproximam-se mais ou menos do conteúdo-típico propriamente jornalístico. Essa característica dos conteúdos jornalísticos pode ser explicada por uma gradação do jornalismo em direção às outras formas simbólicas de representação da realidade, notadamente a arte e a ciência. O conhecimento jornalístico está voltado para o singular, não está restrito a ele. O próprio Genro Filho (1989) aborda brevemente a reportagem como momento de autonomia da particularidade, em que o singular atinge a particularidade. Se a força do jornalismo está na revelação do singular, a contextualização particular deste mesmo não pode ficar de fora da reflexão, assim como os pressupostos universais que organizam esse processo. Os textos argumentativos são pensados como gêneros que se colocam sob presidência do jornalismo “singular”. Muitas vezes, contudo, revelam fatos novos. Além do mais, o jornalismo atende a uma necessidade de conhecimento que também foi desenvolvida socialmente e não pode estar afastado do vínculo com o público do qual atende essa necessidade. Nesse sentido, o jornalismo é, como apontam Pontes e Karam (2009), por um lado, uma transversalidade não restrita ao texto, e sim o que dá a característica ao texto, a forma de atuação do jornalista e, por outro, uma “força de síntese”, que une texto, trabalho de jornalista e os leitores, com a finalidade determinada de conhecer a realidade. Também os demais atores sociais se incorporam ao processo.

Assim, se a força do jornalismo contemporâneo encontra-se na captura da realidade via singularidade, cabe considerar que o processo de significação desse singular não ocorre apenas nos conteúdos ditos informativos, e sobrepõe-se em todos os espaços jornalísticos do jornal, abarcando também editoriais, análises, artigos e colunas. A abertura complexifica ainda mais a teoria, dando elasticidade a suas definições. O produto jornalístico, sabemos,

não pode ser resumido às notícias. Esse alargamento contribui para abarcar o fenômeno político dentro da significação jornalística dos fatos, que é permeado pelas contradições do mundo social, dando substância à ideia de “forma de conhecimento”. Ou seja, constituindo o “social” que compõe o axioma *adelmiano*.

Tendo essas considerações em vista, podemos englobar em uma reflexão, baseados no jornalismo como forma de conhecimento, o estudo dos diferentes formatos jornalísticos sob a regência da singularidade, que é a síntese do conhecimento que gera sobre a realidade e a própria participação de não jornalistas na composição da significação. Na abordagem da crise, esse ponto repercute a partir da incorporação dos textos de espaços “opinativos” como participantes do processo de significação do singular, como via de expressão de categorias particulares. Esse aspecto se reveste de importância se tomamos em conta a cobertura da crise, constituição que se desenha na *Folha de S. Paulo* a partir de uma multiplicidade de formatos jornalísticos e diferentes autores de textos. Também consideramos que essa significação não se dá pelo jornalismo isolado de pressões sociais, da disputa pela hegemonia, mesmo mantendo o caráter de conhecimento. Trata-se de um conhecimento efetivamente confrontado com os movimentos mais amplos de disputa hegemônica.

Nos passos seguintes deste trabalho, procura-se estabelecer mediações e determinações do fazer jornalístico de dar sentido à crise. Entende-se que o trabalho jornalístico é delineado historicamente e ideologicamente. Ele foi desenvolvido a partir do confronto entre a lógica jornalística nascente e o desenvolvimento da economia capitalista, estando relacionado também, no caso da cobertura jornalística de economia (importante para este trabalho), ao desenvolvimento do próprio saber das ciências econômicas. A cobertura jornalística de economia não ficou afastada das disputas ideológicas e foi, nas últimas décadas, lugar de concentração de certos discursos que resultaram na consolidação da visão de mundo neoliberal como modelo de interpretação preferencial para os processos sociais. Assim, o estudo da cobertura da crise se vincula ao desenvolvimento histórico desses dois aspectos (jornalismo de economia e ascensão do neoliberalismo), ambos relacionados. Por outro lado, também exige uma visada histórico-político-econômica da crise propriamente, que é objeto da cobertura jornalística.

No próximo capítulo, procuramos descrever o neoliberalismo como pressuposto ideológico que medeia a apreensão jornalística da crise e constitui um aspecto do desenvolvimento do jornalismo nos últimos anos; além de fornecer desdobramentos relativos à organização produtiva, sendo a causa última da crise econômica que é assunto deste trabalho.

3 NEOLIBERALISMO E SUA CRISE

A crise econômica objeto deste trabalho tem seu início nos Estados Unidos. Como país central das relações militares, comerciais e financeiras desenvolvidas em nível internacional, os EUA ditam a dinâmica capitalista, pois suas decisões internas acarretam necessárias realocações em todos os países do sistema. Após manifestações drásticas nos mercados financeiros internacionais, especialmente na Bolsa de Nova York, em agosto de 2007 e, principalmente, a partir do pânico instalado em setembro de 2008, surgiram várias interpretações para o conjunto de problemas e transformações que formam a crise econômica tratada neste trabalho. Essas interpretações baseavam-se em aspectos manifestos, adentrando mais ou menos nas profundezas estruturais das relações de produção, onde se encontram as reais causas. Neste trabalho, adotamos a perspectiva de que a crise atual é uma crise estrutural do arranjo capitalista em vigor, com fundamentos constituídos a partir da década de 1970, em uma dinâmica político-econômica e produtiva, e que pode ser denominado por neoliberalismo.

Dessa forma, este capítulo cumpre a tarefa, para nossa reflexão, de apontar os contornos gerais das modificações sociais e econômicas das últimas décadas, com implicações no jornalismo, e nos dá os fundamentos de uma abordagem da crise econômica, cuja cobertura pela *Folha de S. Paulo* é objeto deste trabalho. Assim, trabalharemos com a ascensão do neoliberalismo e a superação do “consenso *keynesiano*” – modelo baseado nas ideias do economista John Maynard Keynes, autor do clássico livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* – vigente na agenda econômica do pós-guerra no plano internacional e, no caso brasileiro, do modelo de industrialização. Abordamos a questão das ideias neoliberais (doutrina econômica e “forma de pensamento”), ou seja, as ideias defendidas e que galgaram hegemonia nesse período, aspecto importante para entender o papel da imprensa no processo. Pontuamos elementos contraditórios entre a aplicação das políticas neoliberais e sua defesa ideológica, notadamente na questão da redução do Estado. O neoliberalismo é aqui considerado como um projeto da classe capitalista, com vistas à obtenção de altos rendimentos para essa, desdobrando-se em elementos estruturais (readequação da produção), nova ordem internacional (divisão do trabalho), e em aspectos ideológicos, com fundamentos filosóficos e agenda político-econômica consequente, que se instituem em relação dialética.

Para entender essa crise, é necessário retornar às mudanças estruturais da década de 1970. Naquele momento, foram redesenhadas as dinâmicas capitalistas de uma maneira

específica, e é esse rearranjo que está agora em crise. A dinâmica instalada envolveu a reafirmação da hegemonia dos EUA no cenário internacional (TAVARES, 1997; DUMÉNIL; LÉVY, 2014; HARVEY, 2011) e a recolocação dos interesses das classes capitalistas como centro das atividades econômicas (DUMÉNIL; LÉVY, 2014; DUMÉNIL, 2005; HARVEY, 2011). Ou seja, envolve tanto o fator nacional (império dos EUA), quanto uma dinâmica de classes (disputa pelo valor do trabalho). A globalização financeira é a forma específica desse arranjo estrutural, garantindo predomínio das finanças a partir do livre fluxo de capitais e de mercadorias e de modificações produtivas.

As crises econômicas são importantes marcos para pensar as reestruturações do capitalismo. Duménil e Lévy (2014) observam quatro crises estruturais (não meramente cíclicas) desde o final do século XIX. Entre uma e outra, ocorreram três arranjos político-institucionais diferentes – constituídos também por elementos discursivos/ doutrinários, que fundamentam as sucessivas decisões políticas que dão os contornos: era do *laissez-faire*, que culminou com a Grande Depressão de 1930; o consenso *keynesiano* (que permitiu o desenvolvimento de políticas de *New Deal*³, *Estado de Bem-estar social* e do acordo de *Breton Woods*⁴ no plano internacional), hegemônico até a crise dos 1970; e o neoliberalismo. A crise deste começo de século XXI coloca em xeque esses elementos discursivos/doutrinários e estruturais dessa ordem social, acarretando, portanto, uma disputa em torno de seu sentido e, conseqüentemente, dos rumos que as sociedades tomaram a partir desse marco.

O domínio neoliberal na agenda político-econômica, no caso brasileiro, deu-se na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, com consolidação das reformas necessárias ao encaixe do país no circuito internacional de capitais na última década do século XX, em troca do combalido modelo de substituição de importações, em crise havia uma década. O país manteve-se inicialmente resistente aos fundamentos econômicos desenhados nas décadas passadas (câmbio flutuante, ajuste fiscal, controle inflacionário como centro da ação governamental, concessões ao setor privado, etc.). Na virada dos 1980 para os 1990, essas

³ Após a Grande Depressão de 1929, passados alguns anos de continuidade das políticas-econômicas que levaram à crise, em 1933, o presidente americano Franklin Delano Roosevelt instituiu um plano denominado *New Deal*, a partir do qual houve uma série de estímulos à economia por parte do governo federal, envolvendo a diminuição da jornada de trabalho, controle dos preços e investimentos públicos em obras de infraestrutura para que o país retomasse o crescimento econômico.

⁴ *Breton Woods* é o nome dado às conferências de 1944 na cidade de mesmo nome do estado americano de New Hampshire, em que se estabeleceram as bases para o funcionamento da economia internacional do pós-guerra, envolvendo 44 nações aliadas. Uma das regras mais importantes foi o estabelecimento, para os diferentes países, de uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio atrelada a um indexador em dólar. Este, por sua vez, continha um lastro em ouro que regulava sua emissão pelos EUA. Nessa ocasião, foram criados o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

transformações passaram por uma mudança de perspectiva, uma vitória política do discurso neoliberal. A grande imprensa não ficou isenta à vitória do discurso e das políticas neoliberais no país, tendo aderido a esse ideário e à defesa das reformas necessárias à “modernização” do país (FONSECA, 2005).

Colocado como elemento novo, carregado de singularidades capazes de revelar as contradições, a crise do modelo neoliberal tem o poder de colocar em questão a sua continuidade – a depender das lutas sociais desenvolvidas nas distintas esferas da sociedade – e tendo no jornalismo uma fonte de possível crítica e descortinamento de seus mecanismos.

3.1 NEOLIBERALISMO: A EMERGÊNCIA DE UM MODELO HEGEMÔNICO

O termo neoliberalismo ganhou força na década de 1980 para explicar as transformações por que o mundo capitalista passava à época, ao mesmo tempo em que denunciava seus defensores. Tem sido utilizado, embora de diferentes maneiras, para “descrever um conjunto de teorias e práticas que tem na limitação da atuação econômica do Estado e na valorização do livre-mercado os instrumentos mais adequados para maximizar o bem-estar social.” (PALLUDETTO, 2012, p. 19). Assim, o Estado não mais promove os bens e serviços a partir de estatais, antes, define regras básicas para o fornecimento do serviço pela iniciativa privada, pois “se o mercado é capaz de garantir a reprodução material da sociedade, da melhor maneira possível, cabe ao Estado apenas atuar para que este mecanismo funcione livremente” (Ibid., p. 21).

Em relação ao liberalismo clássico, enquanto matriz ideológica, uma síntese das diferenças do neoliberalismo pode ser descrita pela restrição do *novo* liberalismo sobremaneira ao aspecto econômico da vida em sociedade, sendo menos iluminista, mais ligado a uma crença no funcionamento do mercado do que ao uso da razão (PAULANI, 2008). Somando teorias e práticas, o neoliberalismo designa as modificações estruturais ocorridas nas últimas décadas, processo que pode ser melhor compreendido a partir da identificação do período anterior à consolidação do neoliberalismo. A trajetória do neoliberalismo está relacionada à superação do modelo político-econômico hegemônico após a Grande Depressão dos anos 1930, o chamado “consenso *keynesiano*”, cujos fundamentos caracterizam o momento *pré-neoliberal* e contra o qual o neoliberalismo vai se colocar.

Após a conhecida crise econômica da Grande Depressão, que se seguiu ao *crash* da bolsa em 1929, os Estados Unidos, a partir de uma política conhecida como *New Deal*, implementaram uma reforma na atuação do Estado. O governo passou a influir na economia

diretamente, a fim de reequilibrar a balança entre produção e consumo (disjunção causadora de crises), melhorar salários e condições de trabalho, controlar preços de mercadorias e os juros do sistema financeiro. Essas medidas tinham claramente um viés limitador do livre-mercado, ainda que permanecessem nos marcos do capitalismo. O programa previa a regulação do mercado e das condições econômicas a partir da intervenção macroeconômica do Estado; regulação da circulação de capitais; controle de juros; investimento em obras públicas; impostos progressivos; direcionamento do capital ao setor produtivo; e combate à especulação. No campo político, buscava o apoio da classe trabalhadora ao governo pela via dos sindicatos. Havia uma aposta na redistribuição de renda, incorporando a ideia de uma igualdade na acumulação, a partir de um pacto entre capital e trabalho, intermediado pelo Estado.

Em 1944, projetando o fim da 2ª Guerra Mundial, em reuniões para decidir o futuro da economia internacional após o conflito, 44 nações aliadas realizaram acordos conhecidos como *Bretton Woods*, que estenderam as bases dessa política para vários países. Formou-se politicamente, no mundo capitalista desenvolvido – como forma de incorporar a igualdade presente na proposta socialista que estava em vigor na URSS –, um “consenso *keynesiano*”, manifestado de diferentes formas em cada país, de acordo com as condições históricas específicas. O *keynesianismo*, de modo similar ao socialismo, estava ligado a uma tradição igualitarista, “imbuído de valores ético-políticos relacionados à igualdade social, tais como: justiça social, solidariedade, redistribuição de renda, desconfiança [...] em relação ao mercado, e crença na necessidade de intervenção e regulação do Estado.” (FONSECA, 2005, p. 37 - destaque do autor).

Duménil e Lévy (2014) argumentam que, no período de consenso *keynesiano* do mundo capitalista, predominou o que chamam de compromisso do pós-guerra, sendo configurado a partir de três facetas. A primeira das facetas é uma autonomia gerencial favorável aos investimentos e à mudança técnica, ou seja, ao capital acumulado e também à intervenção estatal (restrições à circulação de mercadorias e à mobilidade de capital entram aqui). A segunda faceta é a do aumento do poder de compra, pleno emprego, estabelecimento do estado de bem-estar social, traduzido em um dever do Estado em prover saúde, aposentadoria e educação às classes populares. A combinação dessas duas facetas distintas variou de país para país, a depender da luta de classes interna, predominando a primeira nos EUA, e, na Europa do Norte, a combinação de ambas. O terceiro âmbito é a contenção dos interesses capitalistas, a partir da orientação para os investimentos em capital fixo e não

diretamente para a obtenção de lucro, pouco interesse nos acionistas e lucros reduzidos pelo aumento do custo da mão-de-obra.

Sobre esse cenário é que o neoliberalismo vai ser construído, fazendo o que parecia até então impossível, ao destruir os fundamentos políticos dessa época: em pouco tempo, o Estado, que era o grande responsável por promover o desenvolvimento econômico e a distribuição da renda como forma de justiça, passa a ser o vilão que entravava o desenvolvimento das forças produtivas do livre-comércio. É contra uma visão de Estado com funções sociais amplas que o neoliberalismo afirma-se como concepção hegemônica.

O que pode ser descrito como certidão de nascimento dessa corrente de pensamento é a reunião convocada pelo economista Friedrich Hayek em 1947, em Mont Pèlerin, Suíça (ANDERSON, 1995). Do encontro, cujo propósito era combater o *keynesianismo* e o solidarismo e preparar as bases conceituais para o novo capitalismo (duro e livre de regras), participam Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins e Ludwig Von Mises. “Para esses crentes nas inigualáveis virtudes do mercado, o igualitarismo promovido pelo estado do bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.” (PAULANI, 2006, p. 4).

De acordo com Harvey (2011), o projeto neoliberal foi construído apoiado por uma retórica individual, de autonomia e responsabilidade pessoal, pregando o livre-mercado e o livre-comércio, privatizações; e estava destinado a recolocar o interesse capitalista como o interesse político da vida social. Um projeto de poder voltado à concentração da riqueza. As principais ideias defendidas que constituíam o modelo do neoliberalismo foram produzidas em três centros universitários que atuaram como locais de resistência ao *keynesianismo* do período de 1945 a 1970: a Escola Austríaca, cujo principal nome foi Friedrich Hayek; a Escola de Chicago, na figura de Milton Friedman; e a Escola da Virgínia, com James Buchanan. “Essas três escolas funcionam tanto como produtoras de princípios teóricos como propagadoras ideológicas, com grande capacidade de aglutinar e espalhar temas de uma agenda anti-intervencionista” (FONSECA, 2005, p. 75).

Do ponto de vista das teorias econômicas, afirma Paulani (2006), Hayek argumentava que o antídoto, único possível, contra as teorias que destacavam as estruturas sociais autônomas, de onde se deduziam as ações individuais, era atribuir às ações individuais a explicação para os resultados sociais, o que os neoclássicos não faziam. Contrária ao *keynesianismo*, essa teoria econômica, com seu individualismo racionalista, e pressupondo o conhecimento objetivo dos fatos a partir de uma informação perfeita, reduzia os indivíduos a átomos com comportamento idêntico e previsível, o que leva a um desenho *a priori* do ótimo

social de equilíbrio e eficiência, retirando, assim, do indivíduo a primazia da ação. Por isso, argumenta a autora, Hayek vai criticar os neoclássicos de sua época, pois acabavam tirando do indivíduo a primazia como fonte da ação. Segundo Paulani (2006), Hayek recompõe os princípios liberais que estavam desgastados, desguarnecidos de uma teoria econômica. Afirmado o “verdadeiro individualismo”, o neoliberal prescinde completamente do debate no âmbito das ciências econômicas.

O neoliberalismo atraiu os conservadores daquele tempo apontando a primazia do mercado, que deve ser livre e dominar tudo, enquanto o Estado deveria reduzir suas ações à preservação das instituições que permitem o funcionamento do mercado. O neoliberalismo é, em sua origem, em primeiro lugar, normativo, ou seja, essencialmente prescritivo, apontando medidas que devem ser tomadas para construir o *mundo ideal*, organizado pelo mercado. A necessidade de demonstrar a capacidade do mercado agir em equilíbrio ótimo é contraprodutiva, trata-se de defender o mercado como única instituição capaz de colocar em primeiro lugar as ações dos indivíduos.

Nesse sentido, qualquer intromissão do Estado torna-se perniciosa e, nessa medida, irracional, pois parte do princípio de que resultados sociais promissores podem ser intencionalmente buscados, o que, para ele [Hayek] é impossível. A defesa do *laissez-faire* torna-se, portanto, a peça chave desta versão “século XX” do liberalismo. (PAULANI, 2006, p. 5)

Mais difundido dos líderes, Hayek entendia o mundo como um grande leilão de ofertas e demandas, em que o mercado é o coordenador das ações dos indivíduos, dirigidas por suas preferências. Na visão desse teórico do *laissez-faire*, sendo o mundo um grande leilão, o livre-mercado é o único instrumento de coordenação das ações dos indivíduos que não fere a liberdade de decisão desses, pois é dirigido por seus juízos de valores, suas preferências. “Os preços de mercado dizem aos produtores o que produzir e em qual quantidade. Neste leilão, a informação a que se tem acesso dirige os atos de ofertantes e compradores”. (MORAES, 1999 apud FONSECA, 2005, p. 65). Da Escola de Chicago, Friedman (precursor do monetarismo⁵) é o mais adotado pelos governos. Ele elaborou teses que continham forte crença na competição das forças do livre-mercado, mas de aplicação

⁵ “Monetarismo é a escola econômica que sustenta a possibilidade de manter a estabilidade de uma economia capitalista recorrendo-se apenas a medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado e destinadas a controlar o volume de moedas e de outros meios de pagamento no mercado financeiro. Para tanto, sugerem-se inúmeras políticas. Por exemplo, o governo pode comprar ou vender letras de câmbio oficiais, diminuindo ou aumentando o volume de crédito no mercado financeiro. Pode aumentar ou diminuir a taxa de juros cobrada pelos bancos oficiais para empréstimos aos bancos privados, que os repassam ao setor particular, e a parcela dos depósitos que os bancos privados são obrigados a manter sob guarda do BC. O norte-americano Milton Friedman, expoente da Escola de Chicago, é visto como o principal teórico dessa escola” (SANDRONI, 2005 apud LENE, 2009, p. 6, nota 13).

mais viável aos projetos políticos concretos. Já a Escola da Virgínia, destaca-se pela teoria do individualismo metodológico (*public choice* e *rational choice*), de onde se deriva, por exemplo, a concepção das eleições como disputa por mercados de votos.

A doutrina neoliberal aplicada, em geral, apoia-se na ideia de que o “homem econômico racional” é o elemento que rege os mercados livres de forma perfeita. “[...] os mercados de trabalho e de produtos encontrariam por suas próprias forças a taxa de ‘desemprego natural’, o nível de ‘produto natural’ em perfeita harmonia com o ‘PIB potencial’, eliminando ‘desequilíbrios entre oferta e demanda’” (SAWAYA, 2009, p. 55-56). Os comportamentos individuais possuem enorme autonomia perante as grandes estruturas econômicas e políticas.

Daí a lógica da teoria econômica invadir, de forma dominante, a teoria política, o que acarreta a submissão não só da teoria, mas da própria política às premissas (de uma certa concepção) da economia, que envolve, dentre outros: o cálculo racional, a competição, o *homo economicus*, as escalas de preferências exclusivamente individuais e a atomização dos agentes. Portanto, tais premissas – provenientes de uma clara concepção liberal da economia – passam a estruturar também a compreensão da vida política. (HARVEY, 2011, p. 74).

Hayek escreve, em 1944, o que é considerada a obra inaugural do neoliberalismo, “O caminho da Servidão”, em que se posiciona radicalmente contrário a qualquer forma de coletivismo, por se tratarem de formas contra a liberdade. “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 9). Para ele, o mercado é o único mecanismo para a distribuição natural de renda. Na economia, os autores dessa corrente sustentam que as ações do Estado são as causadoras de crises, de desemprego e de inflação. Mesmo as oscilações do curto prazo, aponta Sawaya (2009, p. 55), a seguir a lógica neoliberal estritamente, não deveriam ser controladas, pois há a “crença” de que no longo prazo o equilíbrio natural do mercado será resgatado pela inteligência dos agentes racionais.

O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações (HAYEK, 1987 apud FONSECA, 2005, p. 67).

Mas as coisas estavam difíceis para os defensores do neoliberalismo nas décadas que se sucederam à Guerra. O capitalismo viveu no período de consenso *keynesiano* a sua “idade de ouro”, como fase de maior crescimento de sua história, média de 4,9% a.a. nos anos de

1950 e 1960. O alarme de alguns “radicais” contra o Estado intervencionista não parecia ter sentido, uma vez que a regulação estava dando frutos positivos em termos de crescimento econômico e estabilidade. Isso vai mudar com a chegada da crise econômica da década de 1970, particularmente a recessão e as altas inflações do mundo capitalista avançado em 1973, ano da primeira crise do petróleo. A consolidação do neoliberalismo como projeto de poder foi suportada por um conjunto de ideias e pela doutrina econômica advindas dos teóricos de Mont Pelerin, que venceram o debate sobre os rumos das políticas econômicas⁶ a partir da crise dos 1970. Pontos esses importantes para a inflexão a uma hegemonia neoliberal que será estabelecida a partir dos anos 1980.

O esgotamento do modelo *keynesiano* foi sendo percebido um pouco antes. Previamente à crise dos anos 1970, no fim da década de 1960, os gastos do governo estadunidense com a guerra do Vietnã e com o combate à pobreza levaram a uma crise do dólar. As corporações dos EUA, nesse período, começaram a remeter capital excedente para outros países, boa parte absorvido pelo sistema bancário europeu (conhecidos como euro-dólares). Pressionado, o presidente dos EUA, Lyndon Johnson, em 1968, altera a paridade do dólar com o ouro (de 35 dólares a *onça-troy* para 42,22), componente fundamental do acordo de *Bretton Woods*, que regulava as políticas cambiais internacionalmente, pois a moeda utilizada para as trocas era o dólar.

Os EUA desempenhavam, então, um duplo papel, pois, de um lado, como potência hegemônica, puxavam o crescimento econômico das demais nações e detinham o monopólio sobre a produção do meio de pagamento internacional, papel desempenhado pelo dólar estadunidense. O dupla-papel trazia àquele país uma situação insustentável, pois, de um lado, tinham que manter a vitalidade do mundo capitalista, estimulando seu crescimento interno, e, de outro, para impedir o enfraquecimento do dólar, tinham que frear o crescimento (PAULANI, 2008). Essa era a conta a ser paga pela manutenção da hegemonia do dólar, uma vez que a relação nominal com relação ao ouro retirava das autoridades norte-americanas a possibilidade de condução de sua política econômica a partir da desvalorização e valorização da moeda.

Pressionado pelo aumento da inflação que exigia a desvalorização da moeda para retomada da economia doméstica (vítimas de concorrência externa), Richard Nixon, em

“Ao comparar a recepção do keynesianismo e do monetarismo [...] nos Estados Unidos, Wayne Parsons enfatiza sobremaneira o papel da grande imprensa, sobretudo dos jornais financeiros no que tange ao segundo, em contraste ao caráter fortemente acadêmico dos adeptos das ideias de Keynes. Para o autor: “o papel jogado pelo Wall Street Journal foi muito importante na promoção do *supply-siders* [redução de barreiras para a produção de oferta] como meio para espalhar a mensagem [notadamente de redução de impostos]” (FONSECA, 2005, p. 70, nota 40 – tradução nossa).

1971, rompe unilateralmente o sistema internacional e desvincula o dólar do ouro, ao retirar completamente a necessidade de utilização do ouro como lastro: o ouro passa a ser mercadoria e não mais moeda de troca. Ruía a crença no dólar atrelado ao ouro (padrão dólar-ouro), sem haver, contudo, outra moeda para substituir o dólar como referência internacional. “Isso [o fim do lastro em ouro] introduziu flexibilidade e volatilidade internacional para o sistema de negociação, mas a moeda de reserva global permaneceu sob controle dos EUA” (HARVEY, 2011, p. 11). Ou seja, a moeda utilizada como garantia e como referência, em todo o mundo, era (e é) o dólar, mas quem tem o poder de valorizá-la ou desvalorizá-la é o país que a emite, os EUA. Sem o padrão-ouro, poderia fazê-lo sem acumular ouro como lastro.

Teve-se, então, um período instável no sistema monetário internacional, em que foi questionada a capacidade dos EUA de continuar funcionando como emissor do meio de pagamento internacional. A contenda é resolvida em favor dos EUA, quando, em 1979, com a súbita elevação dos juros norte-americanos, o dólar é refortalecido e se mantém como a referência internacional, mesmo sem a necessidade do lastro. Os EUA estavam entre assegurar sua economia ou aprofundar a abertura comercial. Promover o protecionismo e defender sua economia poderia custar a hegemonia internacional, expressa por sua moeda.

No máximo, tinham de tomar a liderança para forçar cada vez mais livre-comércio internacional como um meio para a absorção do excedente de capital. Os EUA simplesmente tinham de competir. O capitalismo, que antes havia se desenvolvido ao longo de linhas de monopólio no quadro nação-Estado, tornou-se muito mais competitivo em nível internacional (exemplo disso é a súbita invasão do mercado de automóveis dos EUA por montadoras japonesas e alemãs). O capital financeiro, tanto internamente nos EUA quanto internacionalmente, teve de se mudar para o primeiro plano para alocar o excedente de capital para onde a taxa de lucro fosse maior. (HARVEY, 2011, p. 35).

Coube ao presidente americano Ronald Reagan (1981-1989) decidir entre “confrontar a comunidade financeira cosmopolita que controlava o mercado de euro-divisas (se persistisse em sua política monetária frouxa) ou buscar uma acomodação (através de uma adesão mais rigorosa aos princípios e à prática da moeda forte)” (ARRIGHI, 1994 apud FIORI, 1997, p. 114-115). Reagan tomou o caminho da moeda forte, decisão que devolveu a *Wall Street* o comando das finanças públicas daquele país. Surge aí “uma nova ‘aliança memorável’ entre o poder do Estado e o capital, e como consequência a frouxidão das políticas monetárias norte-americanas que caracterizara toda a era da Guerra Fria cedeu lugar a um rigor sem precedentes”.

Esse momento, do ponto de vista geopolítico, é de declínio da hegemonia dos EUA que vigorou no pós-guerra. Os grandes ajustes estruturais neoliberais, realizados ao longo da década de 1970, vão reestabelecer as condições de hegemonia à superpotência norte-americana. Maria da Conceição Tavares, em 1985, corretamente interpretou esse fenômeno dessa forma, quando muitos apontavam para o fim da era americana. “Em síntese, [em 1970] a existência de uma economia mundial sem polo hegemônico estava levando à desestruturação da ordem vigente no pós-guerra e à descentralização dos interesses privados e regionais.” (TAVARES, 1997, p. 30). Os EUA conseguiram reverter a tendência policêntrica do mundo que se caracteriza a partir da ascensão do Japão e da Alemanha no pós-guerra. Ambos caminhavam para formar blocos independentes.

As disputas internacionais, assim como a dinâmica das lutas de classe, são componentes do sistema capitalista mundial (DUMÉNIL; LÉVY, 2014). A vitória neoliberal nos EUA foi espalhada ao mundo pelo imperialismo estadunidense, mas nem sempre esses interesses convivem harmonicamente. Essa dinâmica foi dominada, a partir dos anos 1980, por novos objetivos de classe, em benefício das camadas de alta renda, os proprietários capitalistas e os administradores. “A maior concentração de renda em favor de uma minoria privilegiada foi uma realização crucial da nova ordem social. Os dados de declaração de renda tornaram evidente esse fato” (Ibid., p. 18). Essa nova concentração de renda configurou-se pela abertura das fronteiras para investimentos e trânsitos de mercadoria e também pelo aperto salarial das massas de trabalhadores, que têm agora que competir mundialmente. O arranjo neoliberal contribuiu para corrigir o declínio da influência dos EUA, principalmente em relação ao Japão e à Europa.

Em processo paralelo e diretamente relacionado, os capitais internacionais, particularmente de origem norte-americana, circulavam na Europa em busca de valorização, tendo se desenvolvido o processo de reconstrução de depois da 2ª Guerra. Esses capitais foram reunidos no centro financeiro de Londres (*city londrina*), um espaço *offshore* (paraíso fiscal), onde a tributação sobre as finanças era praticamente inexistente. Nos bancos da *city*, “depósitos bancários em dólares circulavam fora do território norte-americano e eram registrados em bancos situados fora dos Estados Unidos.” (PAULANI, 2008, p. 111-112). O déficit de pagamentos dos EUA estimulou o crescimento desses recursos, que buscavam exclusivamente a valorização financeira, sem qualquer tipo de controle estatal. A crise do petróleo em 1973 elevou os valores da *commodity* e trouxe petrodólares à *city*. Em 1974, houve a reunião dos bancos privados internacionais que operavam naquele distrito para reciclar os euro-dólares e os petrodólares, em busca de tomadores de empréstimo entre os

países da periferia. A sanha rentista desses capitais teve os países latino-americanos, resolutos em elevar seu grau de endividamento para enfrentar a crise da época, entre as primeiras vítimas. Esses capitais continuaram crescendo.

Foi esse acúmulo de capitais em busca de valorização financeira que levou a uma pressão crescente e a uma grita geral pela liberalização dos mercados financeiros e pela desregulamentação dos mercados de capitais. [...] Volátil por natureza, logicamente desconectado da produção efetiva de riqueza material da sociedade, curto-prazista e rentista, o capital financeiro só funciona adequadamente se tiver liberdade de ir e vir, se não tiver de enfrentar, a cada passo de sua peregrinação à procura de valorização, regulamentos, normas e regras que limitem seus movimentos. (PAULANI, 2008, p. 116).

A vitória de Margaret Thatcher, assumindo como primeira-ministra do Reino Unido, em 1979, baseou-se na descoberta do neoliberalismo politicamente, pois constituía um discurso mais adequado para enfrentar os problemas econômicos da época. O neoliberalismo constitui-se a partir daí como a agenda mais afinada com a etapa capitalista que se iniciava. As estratégias *keynesianas* não serviam mais. No que se refere ao modelo de gestão macroeconômica, a orientação neoliberal assume o lugar da política de controle de demanda efetiva, que caracteriza manejo baseado no consenso *keynesiano*, por uma política voltada ao lado da oferta. A macroeconomia, invertida, passa a cuidar da manutenção de um ambiente adequado aos negócios, apostando que a disposição capitalista de investir não tenha muito a ver com a expectativa de demanda agregada, da possibilidade de venda dos produtos, e sim com o estímulo a partir do barateamento dos custos de produção, que levaria a investimentos.

3.1.1 O domínio da concepção neoliberal na agenda político-econômica

Os grandes ajustes do neoliberalismo foram feitos com o aporte de teorias econômicas e agendas políticas que dessem organicidade às práticas, baseados nos fundamentos discutidos acima, sem, contudo, termos algum exemplo puro de sua aplicação. Fonseca (2005, p. 60-61) sintetizou, em seu trabalho, as ideias-chave da agenda neoliberal para a conformação de políticas de governo, que são muito esclarecedoras quando se pensa em verificar o quanto dessas ideias está no dia a dia dos jornais. Entre essas, estão tanto princípios abstratos como ações efetivas de políticas econômicas: a desestatização da economia (privatização das estatais); desproteção dos capitais nacionais (fim das barreiras a capitais); desmonte do estado de bem-estar social (contra o Estado paternalista, que gera comodismo); quebra do pacto entre capital e trabalho que vigorava (liberdade de escolha do

indivíduo e soberania do consumidor); máxima desregulação da produção e circulação e dos mercados financeiro e de trabalho; defesa do livre-mercado gerador de riqueza e de crescimento da produtividade; liberdade como “liberdade de mercado”, livre de empecilhos para a relação capital-trabalho; liberdade como negatividade (ausência de constrangimentos); regime democrático apenas como promotor das liberdades dos indivíduos econômicos; disposição pela sociedade ao indivíduo de apenas o que ele contribui para ela (mérito); sistema jurídico valorizado; crença de que o Estado é causador de crises ao intervir na economia. Entre as funções do Estado, estaria a garantia da ordem e da paz, da propriedade privada e dos contratos. Além disso, caberia ao ente estatal garantir o livre-mercado, combatendo práticas anticoncorrenciais (elaboração de normas), e garantir a desregulamentação e a flexibilização dos mercados financeiro, produtivo e de trabalho.

Os excessos das democracias com políticas de gasto público serão os responsáveis, na visão neoliberal, pela crise dos anos 1970. Assim, os adeptos vão defender a menor participação dos aspectos políticos nas decisões, uma vez que esses seriam influenciáveis por pressões populistas. Já do ponto de vista das relações internacionais, a crise seria resultado do avanço do comunismo em países terceiro-mundistas (FIORI, 1997) e, portanto, justificaria uma competição armamentista do governo Reagan com a URSS, que levou à derrocada dessa.

Na consolidação dessa agenda no sistema de produção mundial, agiram com particular importância dois governos de países centrais, cada um à sua maneira: o de Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha (1979-1990), e de Ronald Reagan, nos EUA (1981-1989). O “capitalismo popular” da primeira-ministra, ou seja, a venda das ações das empresas para a população, “paralelamente à desestatização maciça da economia britânica (que mudaria enormemente o papel do Estado e o do capital nacional), [...] representou um forte apelo ideológico para conquistar adeptos e espalhar-se pelo mundo.” (FONSECA, 2005, p. 78). O estadunidense reduziu as funções sociais do Estado e operou uma diminuição dos impostos, enfatizou o discurso do livre-mercado como gerador de riqueza e oportunidade, argumentando que o Estado interventor era um perigo às potencialidades individuais. As plataformas de ambos tinham outro elemento em comum, que consistia em um extremo conservadorismo e autoritarismo que colocava os sindicatos e o movimento dos trabalhadores como inimigos do país e responsáveis pelas crises econômicas. O alvo eram os sindicatos, apontados como prejudiciais, pois “*suas atividades nesse campo [políticas salariais] são muito prejudiciais do ponto de vista econômico e extremamente perigosas do ponto de vista político.*” (HAYEK, 1983 apud FONSECA, 2005, p. 68 – destaque do autor). Juntamente

com a desregulamentação financeira, o ataque aos sindicatos esteve entre as primeiras medidas da política neoliberal dos governos conservadores de Thatcher e Reagan, como observado por Fiori (1997, p. 116-117):

Nos Estados Unidos como na Inglaterra a sucessão de decisões que inaugurou a era conservadora foi paradigmática: primeiro iniciou-se o processo de desregulação financeira, mas quase ao mesmo tempo Margaret Thatcher usou mão de ferro para acabar com a greve dos mineiros do carvão, enquanto Ronald Reagan utilizava a lei Taft-Harley para intervir e derrotar, de forma exemplar, a greve dos controladores de voo. Logo em seguida reformaram-se as legislações trabalhistas reduzindo os direitos dos sindicatos e a possibilidade de greves. Sendo interessante sublinhar que só bem mais tarde foi enfrentada a agenda fiscal e as privatizações só começaram, na Inglaterra, na segunda metade dos anos oitenta.

A adoção da agenda neoliberal, inicialmente, estava restrita a esses governos de direita. O Chile do general Pinochet, a partir de 1973, foi o primeiro laboratório do neoliberalismo e demonstrou claramente seu cunho antidemocrático e sua capacidade de gerar desigualdade⁷. Com o correr dos anos, até mesmo governos que se creditavam como de esquerda adotaram essa política, talvez reconhecendo a falta de alternativa propagada por Thatcher. “O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado. [...] Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais” (ANDERSON, 1995, p. 14). Consolidando-se como movimento ideológico em escala mundial, de proporções jamais desenvolvidas no passado até mesmo pelo capitalismo, a hegemonia neoliberal tem caráter internacional e é entendida como uma doutrina militante e resoluta em transformar o mundo à sua maneira. O neoliberalismo não apenas se consolidou na economia, mas também na formação de uma maneira de ver o mundo, universalizando uma visão particular.

Iniciou-se ali [1979, no Reino Unido] um vasto processo de desregulamentação monetária e financeira que permitiu o surgimento dos mercados e obrigações interconectados internacionalmente onde os governos passam a financiar os seus déficits colocando títulos da dívida pública nos mercados financeiros globais transformando-se em reféns da “ditadura dos credores”. (FIORI, 1997, p. 91).

⁷“De um ponto de vista histórico e econômico, em verdade a primeira experiência concreta de implementação do programa ultraliberal ocorreu no Chile, então sob a ditadura militar comandada pelo general Pinochet desde 1973, e não na Inglaterra de Thatcher (que fora a primeira experiência européia). Contudo, do ponto de vista da propagação ideológica, sem dúvida a Inglaterra, a partir de 1979, e os EUA, a partir de 1980, foram os dois grandes polos de transmissão dessa ideologia. Por sua vez, o fato de a implementação de um liberalismo extremado na economia não ter o mesmo correspondente na política, caso da ditadura militar chilena, não chega a ser um problema para o corpus teórico ultraliberal, que tem nas liberdades políticas um corolário não necessário, em razão da ênfase ao mercado como locus da liberdade.” (FONSECA, 2005, p. 38).

Na difusão global da hegemonia neoliberal, a falta de democracia foi uma forte colaboradora. Traumas militares impuseram coercitivamente às populações suas linhas. Friedrich Hayek já apontava para a possível falta de compatibilidade entre a democracia e as liberdades dos agentes econômicos em dispor sua renda e propriedade como bem entendessem, argumentando em favor do indivíduo econômico, pois, afinal, não é a política o *locus* de realização da liberdade e sim o mercado.

A hiperinflação traumática foi utilizada para induzir países a aceitarem as reformas neoliberais em democracias. A globalização neoliberal foi instalada à custa de crises severas, como na Ásia e na América Latina, nas décadas de 1980 e 1990. Além disso, um governo local pró-imperialista facilitava a situação. Há uma relação entre a situação traumática e a imposição do domínio ideológico, de que se valeu o neoliberalismo, como coloca Zizek:

A imposição total da economia de mercado se torna muito mais fácil quando o caminho é preparado por algum tipo de trauma (natural, militar, econômico), que, por assim dizer, force as pessoas a abrir mão dos “velhos hábitos” e as transforme em tábulas rasas ideológicas, sobreviventes de sua própria morte simbólica, prontas a aceitar a nova ordem, já que todos os obstáculos foram eliminados. (ZIZEK, 2011, p. 28).

Em termos de sistema de produção e acumulação, o neoliberalismo lançou mão de mecanismos de modo a garantir um modelo de acumulação flexível, hegemônico pelos Estados Unidos. A produção foi reestruturada a partir do paradigma da flexibilidade, incorporando novas tecnologias informacionais e robóticas, modelos de gestão reorganizados, diminuindo sempre a necessidade do trabalho vivo diretamente envolvido com a produção. A empresa gigante foi dividida em blocos, permitindo a terceirização e quarteirização da produção, com relações de trabalho precarizadas, e com unidades espalhadas pelo mundo, apontando para uma diminuição das fronteiras para facilitar o trânsito de capitais e de mercadorias. A competição interestatal pelos capitais em trânsito facilitou a estratégia do capital em busca de maiores ganhos de lucratividade, pois a ampliação de direitos trabalhistas era contrária à atração de investimentos em capital que gira buscando rentabilidade.

O ataque contra as organizações dos trabalhadores surtiu efeito e, até os anos noventa, os sindicatos, enquanto atores sociais relevantes, haviam desaparecido do cenário político europeu e norte-americano. Há uma mudança radial, pois o consenso em torno do crescimento, com pleno emprego e equidade, não fazia mais sentido para o ideário hegemônico. No lugar, uma disputa por equilíbrio macroeconômico, tendo em vista a competição global, que deveria ser respondida com aumento da eficácia das empresas e dos indivíduos. O resultado foi que até os anos noventa, o movimento sindical estava

enfraquecido e na defensiva, diante da possibilidade sempre presente de “legislações conservadoras e pelo medo do desemprego produzido pelas políticas deflacionistas. [...] Havia sido ‘restaurada a ordem’ no mundo do trabalho, enquanto se libertava o capital das teias da regulamentação estatal.” (FIORI, 1997, p. 117).

Esse redisciplinamento no mundo do trabalho apareceu como uma necessidade nos diagnósticos conservadores. Como projeto de classe, o neoliberalismo colocou-se contra o poder do trabalho, que, até os anos 1960, constituía um obstáculo importante ao acúmulo de capital. Nos países de capitalismo avançado (EUA e Europa), havia escassez de mão de obra, os trabalhadores eram organizados, relativamente bem pago e tinha substancial influência política. Para ter acesso a mão-de-obra de mais baixa remuneração, o capital lançou mão de vários instrumentos. Um deles foi o estímulo à migração, outro foi a procura por tecnologias que reduzissem a necessidade de trabalho (robotização), ambas medidas que geraram desemprego. Os trabalhadores resistiram a essas investidas. A outra opção do capital foi transferir-se para locais com custo baixo salarial, globalizando-se, o que foi facilitado pelo desenvolvimento de tecnologias de transporte. Com essa medida, o trabalho a baixo custo estava disponível no mundo inteiro, e o colapso do comunismo (soviético e chinês) colocou mais dois bilhões de pessoas como força de trabalho assalariada.

Os novos sistemas de comunicações permitiram a organização rigorosa da cadeia produtiva de mercadorias no espaço global (lançamentos da moda de Paris puderam ser quase imediatamente enviados a Manhattan por meio das maquiladoras de Hong Kong). Barreiras artificiais do comércio, como tarifas e cotas, foram reduzidas. Acima de tudo, uma nova arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável. A desregulamentação das finanças, que começou no fim dos anos 1970, [...] tornou-se irrefreável na década de 1990. (HARVEY, 2011, p. 22)

Esse processo de *reestruturação global da produção* levou ao estabelecimento de novas e mais duras formas de disciplina impostas aos trabalhadores, com “mudanças legais, regulatórias e políticas regressivas”, transformando os padrões de emprego na maioria dos países e facilitando “a imposição de restrições aos salários, subsídios, benefícios, direitos sociais e outras proteções extra-mercado” (SAAD FILHO, 2011, p. 9). No neoliberalismo, o gerenciamento das empresas foi direcionado à criação de rendimentos aos acionistas, as políticas anti-inflacionárias, com juros elevados, beneficiaram os credores, barreiras comerciais caíram e foi assegurada a circulação internacional de capital. “Devido a esses dois últimos aspectos, todos os trabalhadores do mundo foram colocados em uma situação de

competição, o instrumento mais poderoso na reversão das conquistas da ordem social pós-guerra.” (DUMÉNIL; LÉVY, 2011, p. 4-5).

A disponibilidade do trabalho já não é mais um problema nos últimos 30 anos. Entretanto, com baixa remuneração, os trabalhadores não formam um mercado de consumo vibrante, o que cria um problema de demanda pelos produtos. Essa lacuna foi preenchida, em parte, pela expansão do crédito, através da indústria de cartões de crédito. O endividamento das famílias cresceu enormemente. A busca pela *financeirização* como modo de contornar as perdas salariais impôs uma forma de disciplina aos trabalhadores. Atraídos pelos empréstimos pessoais e pelos ganhos de capital através das hipotecas, “muitas famílias responderam às reformas neoliberais usando seus cartões de crédito até o limite e transformando suas casas e fundos de pensão em caixas eletrônicos virtuais para contornar a estagnação dos salários e o recuo da seguridade social” (SAAD FILHO, 2011, p. 9).

Outra maneira de resolver o problema de demanda foi criar novos mercados consumidores. Os bancos estadunidenses, lotados de capital excedente, fizeram, então, empréstimos a países em desenvolvimento, incluindo o Brasil. Os Estados Unidos mantiveram seu poder financeiro, ainda que em termos de produção industrial tenham perdido predominância. A extração de renda mundial, a partir de inovações tecnológicas, propriedade intelectual e das finanças, concentram-se ainda naquele país.

Do ponto de vista das relações internacionais, a difusão das políticas neoliberais é caracterizada pelas instituições do “reinado”, com a consolidação das reuniões do G7 (Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Japão, França, Itália e Reino Unido), como diretório dos assuntos mundiais, enquanto FMI e Bird são instituições responsáveis “pela administração coordenada das políticas econômicas do antigo Terceiro-Mundo” (FIORI, 1997, p. 120).

A estabilidade monetária era condição necessária para que países emergentes como o Brasil virassem porto para os capitais migrantes em busca de valorização financeira. As taxas de inflação *não civilizadas* existentes no país a partir de meados da década de 1970 não forneciam segurança necessária para tais operações (PAULANI, 2006, p. 15). Então, a partir do final da mesma década de 1980, intensificam-se as pressões para que haja, nos países emergentes, a desregulamentação dos mercados de capitais, seja internacionalizada a emissão de papéis públicos e para que a dívida seja securitizada. No Brasil, o receituário político-econômico desse modelo foram as medidas definidas no chamado “Consenso de Washington”, em torno das quais se deram muitas das disputas internas nos anos 1990. O receituário, elaborado pelo economista britânico John Williamson, em acordo de 1989, com

coordenação dos EUA e que teve o FMI como propagador, continha em suas bases: “disciplina fiscal; priorização e rigidez desonerante da produção; liberalização financeira; liberdade cambial; liberalização comercial; ênfase no investimento do capital estrangeiro; privatização; desregulação; aprovação/ reconhecimento da lei das patentes (propriedade intelectual)” (FONSECA, 2005, p. 79).

Tratou-se de um programa de políticas fiscais e monetárias que exigia reformas institucionais “destinadas a desregular e abrir as velhas economias desenvolvimentistas, privatizando seus setores públicos e enganchando seus programas de estatização na oferta abundante de capitais despolidizados pela globalização financeira” (FIORI, 1997, p. 121). A partir daí, a América Latina (além do Chile) vai ser local para uma plataforma liberal-conservadora, já difundida na Europa e nos EUA desde o início da grande reestruturação. Uma “verdadeira revolução intelectual responsável por mudanças políticas e ideológicas internas, extremamente rápida e radical” (Ibid., p. 121).

Uma política econômica que tem continuidade no governo Lula, a partir de 2002, pelo menos até a crise econômica tema deste trabalho.

[...] o Governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) à política econômica implementada pelo segundo Governo FHC, a partir da crise cambial de janeiro de 1999: metas de inflação reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais – implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas–, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar seqüência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infra-estrutura do país –uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. (FILGUEIRAS, 2006, p. 186).

Mesmo com a ascensão, em 2006, de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda, a política macroeconômica ficava ainda muito a cargo da equipe conservadora do Banco Central (LOUREIRO, 2006). As políticas monetárias são orientadas a produzir credibilidade com o mercado financeiro. Os tomadores de decisão executam essas políticas de modo antidemocrático, exercendo “grande influência sobre o destino de milhões de pessoas, sem adequados mecanismos institucionais que os tornem responsáveis politicamente.” (Ibid., p. 358).

3.2 BALANÇO DE UM PROJETO DE CLASSE: ACENTUAÇÃO DAS DESIGUALDADES

São muito numerosas as contradições do modelo neoliberal. Sua propaganda difunde uma ideia de globalização geral e irrestrita, porém, como ordenador das relações entre as nações e entre as regiões, o capitalismo atual é gerador de desigualdade, ou mesmo da exclusão total de pessoas, países e continentes, como a África, “integrados na economia global pelas formas específicas com que são excluídos dela” (SANTOS, 2008, p. 195).

Em artigo de 1995, Perry Anderson propõe um balanço do neoliberalismo como forma político-econômica hegemônica. Afinal, haveria ele cumprido suas promessas de liberar o capital de suas amarras e assim promover o crescimento econômico? – perguntava-se o historiador britânico. A primeira coisa que Anderson nota é que a doutrina conseguiu reduzir a inflação, aumentou os lucros, diminuiu os empregos e os salários. Essas “conquistas” tinham como objetivo reanimar o capitalismo para promover crescimento. “Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante” (ANDERSON, 1995, p. 15). A razão para essa falta de crescimento está, segundo o autor, na baixa taxa de acumulação – capital revertido em melhorias para a produção – e na efetivação do capital em parque de equipamentos, que acabou caindo nos anos 1980 – entre os países industrializados esse incremento caiu de 5,5%, nos anos 1960, para 3,6%, nos anos 1970, e para 2,9%, nos anos 1980. O autor questiona por que houve aumento no lucro e não na reversão desse capital em investimento. “Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva” (Ibid., p. 7). Em 2005, por exemplo, o total de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos de dívida pública e privada e ações) chegou a US\$ 140 trilhões, mais do que o triplo do PIB mundial. Ao longo do domínio neoliberal, a proporção dos salários como parte da renda diminuiu na maioria dos países. Lyra (2010) mostra que, durante o período 1980-2005, essa redução ficou na ordem de 10% na Ásia e Pacífico, 9% nas economias avançadas e 13% na América Latina e Caribe.

A insustentabilidade da trajetória macroeconômica dos EUA como maior mercado consumidor e maior devedor nas transações comerciais (compensado com a emissão de títulos do Tesouro) é uma das chaves para entender a crise corrente, como trataremos no item

a seguir (3.3). Kotz (2009) mostra a relação entre produtividade e renda por hora de trabalho, em que é possível observar o aumento da exploração (Imagem 1).

IMAGEM 1 – Produtividade e renda por hora de trabalho

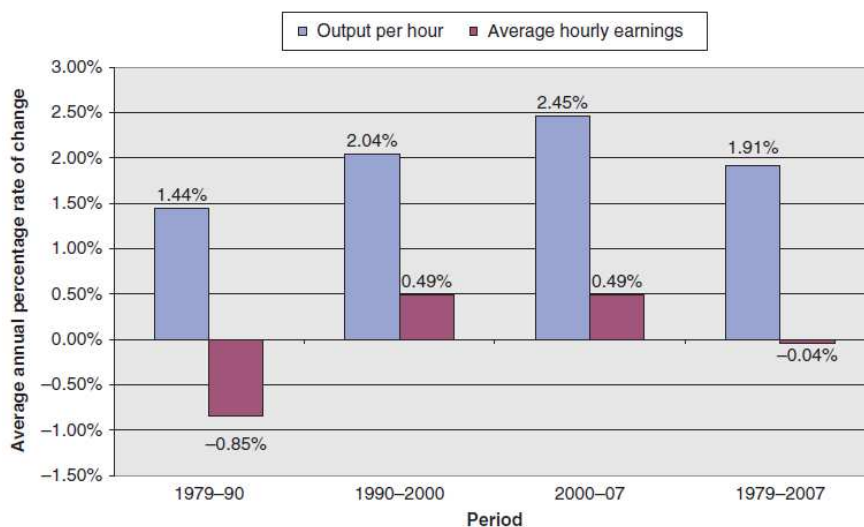


Figure 1.

Growth Rates of Output per Hour and Real Average Hourly Earnings of Nonsupervisory Workers

Source: U.S. Bureau of Labor Statistics, 2008.

Note: Data are for the nonagricultural private sector.

Fonte: Kotz (2009, p. 308).

Em 1995, Anderson avaliava que o cenário político seguia dominado pelos parâmetros neoliberais, mesmo que a atuação econômica tenha sido desastrosa, uma vez que não logrou a revitalização do capitalismo nos seus centros europeu e estadunidense. Conseguiu, todavia, criar sociedades amplamente desiguais, e seu grande êxito, disseminando a ideia de que era a única alternativa, foi fazer com que todos se adaptassem.

Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes (ANDERSON, 1995, p. 23).

Harvey (2011) avalia que o resultado da repressão salarial do período foi a concentração de renda, com os ricos ficando mais ricos. Os relatórios da ONG Oxfam⁸ apontam que sete em cada dez pessoas vivem em países cuja desigualdade era maior em 2013 do que 30 anos antes. Em vez de investir em ampliações e modernizações produtivas, os

⁸ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/784/o-mundo-e-para-poucos-9774.html>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

lucros gerados na exploração da mão-de-obra barata foram aplicados em ações. Os ricos foram para os “cassinos de apostas”: investiram em ações, mercadorias futuras, petróleo e no mercado de arte. Desse excedente de capital destinado à “sorte”, e que também buscava gerar mais capital, formou-se o mercado de derivativos (HARVEY, 2011). O aspecto “cassino” dos mercados de ações e derivativos vai ser ponto recorrente nas análises que surgiram logo após o estouro da crise atual.

No somatório de políticas contraditórias do neoliberalismo, criou-se, mesmo que em oposição direta aos dogmas do livre-mercado, um princípio pragmático de que havia bancos “grandes de mais para quebrar”, e que, portanto, o Estado deveria protegê-los. Houve a institucionalização da privatização dos lucros com socialização dos prejuízos. Essa postura surgiu na crise fiscal da cidade de Nova York, ainda em meados da década de 1970, e foi também estendida internacionalmente, como na crise da dívida do México, em 1982. “O resultado foi o conhecido ‘risco moral’ sistêmico. Os bancos se comportam mal porque não são responsáveis pelas consequências negativas dos comportamentos de alto risco” (HARVEY, 2011, p. 16). As ideias de livre-mercado, por vezes, confrontavam-se com interesses imediatos da classe capitalista, o que não reduz sua influência.

O período neoliberal, por sinal, não é marcado pelo apagamento do Estado. Um Estado forte continuou existindo, especialmente para impor derrotas aos sindicatos, e direcionando recursos para a estabilidade monetária, que passou a ser a meta suprema dos governos, em detrimento de gastos sociais. “Para isso seria [foi] necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (ANDERSON, 1995, p. 11). Embora sustentado por um discurso antiestatista, “menos Estado, mais mercado” (FIORI, 1997; DULCI, 2009), na prática, as relações neoliberais se concentram na alteração do papel do Estado, que não dá nenhuma evidência de ficar menor. O que acontece é que ele passa a ser direcionado mais intensamente ao cumprimento de tarefas de classe. Assim, se, de um lado, temos a privatização de serviços e empresas públicas para atender à necessidade do capital de expandir-se para gerar valor, de outro, temos o crescimento da arrecadação, destinada não ao fornecimento de serviços públicos, mas às ações financeiras do Estado – serviço da dívida e controle do câmbio.

Dessa forma, o neoliberalismo tem mais precisão se pensado como um projeto de classe, em defesa do reordenamento da economia e colocado diretamente contra o poder do trabalho. A época atual não é o resultado de forças naturais incontroláveis ahistóricas, como quer parecer o discurso neoliberal, mais próximo está, como temos colocado, do estágio mais

recente da luta de classes sobre o capitalismo. “As implicações antidemocráticas, em vez de serem varridas para debaixo do tapete como acontece no enunciado convencional, passam para o centro do palco.” (MCCHESENEY, 2003, p. 218).

Como afirma Fiori (1997, p. 88), não há evidência de que “esteja se diluindo o poder político e adotando os costumes das grandes potências ou mesmo que esteja ocorrendo um fim pacífico e virtuoso do papel dos Estados nacionais.” É preciso ter em mente que “foram políticas as decisões dos estados nacionais que aplainaram os caminhos da riqueza financeira” (Ibid., p. 92). Saad Filho (2011, p. 6) alerta para a transformação do poder do Estado:

Em essência, o neoliberalismo é baseado no uso sistemático do poder do Estado, sob o véu ideológico da “não-intervenção”, para impor um projeto hegemônico de recomposição da ordem capitalista em cinco níveis: a alocação de recursos domésticos, a integração econômica internacional, a reprodução do Estado, a ideologia e a reprodução da classe trabalhadora.

O que não aumentou foi a soberania dos estados periféricos. Conforme nos diz Fiori (1997, p. 134), é preciso distinguir Estado de soberania para entender, por exemplo, porque os estados europeus sempre foram extraterritoriais, e os estados nascidos de colônias europeias sempre foram “semi-soberanos”. “Além de poder compreender melhor que a crise real e atual da maioria dos estados não decorre do fato de que eles sejam hoje menos soberanos do que sempre foram frente ao poder do capital e das grandes potências” (FIORI, 1997, 134). O processo de globalização não eliminou os Estados, tendo redefinido suas hierarquias. “Uma vez mais, o que está em jogo não é a existência do poder político territorial, mas sua relação com o dinheiro e com as fronteiras sempre variáveis do território econômico” (NIKOLAI BUKHARIN, 1917 apud FIORI, 1997, p. 138). A administração da política monetária é hoje mais importante do que suas forças armadas, no sentido de que a colocação no circuito de capital é que está determinando sua (falta de) soberania, sendo que seus “Bancos Centrais [tirando o alemão, o japonês e o americano] deixaram de ser instrumentos dos seus estados mas mantêm-se como ‘garantidores’ das parcelas de riqueza privada mantidas dentro de suas jurisdições bancárias” (FIORI, 1997, p. 143). O que não quer dizer que o capital não requeira mais o poder político para sua multiplicação, pelo contrário.

O conceito de neoliberalismo não está restrito a suas manifestações ideológicas. O neoliberalismo é uma fase do capitalismo e, como tal, compreende dimensões materiais e institucionais, segundo descreve Duménil (2005, p. 1), destacando o poder das finanças como representativo do domínio de classe:

Se as sociedades multinacionais são os agentes dessa nova ordem mundial, esta responde às exigências das classes capitalistas, o que nós chamamos de ‘finanças’, ou seja, a fração superior dos proprietários do capital e suas instituições financeiras. Se, num primeiro nível, o poder desses proprietários, muito destacados das empresas, não saberia se afirmar sem a intermediação das instituições financeiras (bancos, banco central, fundos de todos os tipos), ele se exerce, num segundo nível, através do Estado. Essa é uma propriedade geral das sociedades de classe, não importando qual seja o compromisso derivado da democracia (de classe) e da violência própria das ditaduras.

A partir das revoluções gerenciais por que passou o capitalismo, o processo produtivo conta com três classes distintas: 1) classes capitalistas; 2) classes gerenciais; 3) classes populares (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 28). O que caracteriza o período neoliberal, na perspectiva dos autores, é uma aliança entre as classes capitalistas e gerenciais, que colocam as empresas a trabalhar para gerar ganhos em lucratividade não revertidos à acumulação de capital, mas sim ao pagamento de dividendos. As classes gerenciais, que ocupam cargos executivos nas grandes empresas, desempenham tarefas capitalistas de organização da produção, têm rendimentos muito mais elevados do que os da maioria dos trabalhadores, mas não são donos do capital. Esses executivos, como aponta Kotz (2009), não são mais profissionais com larga carreira dentro das empresas, são profissionais de fora, uma mudança que sintetiza a atuação dos mesmos ao atendimento dos interesses próprios e dos acionistas e não das empresas. Os dados de Lyra (2010) são exemplificadores dessa questão: entre 2003 e 2007, nas 15 maiores empresas dos Estados Unidos, a diferença entre os 10% menores salários se os 10% maiores salários subiu 70%, de 300 para 500 vezes maior.

Na ambiguidade entre o seu radicalismo e o conservadorismo que lhe é subjacente, o neoliberalismo precisa manter a anarquia potencial das forças do mercado, impulsionadas pela aplicação da agenda neoliberal, com “sólidas bases políticas e a insistência nos valores tradicionais” (PAULANI, 2006, p. 7). Assim, quanto mais apela para valores metafísicos, como a eficiência do mercado, buscando legitimação, o neoliberalismo proporciona mais atividades racionalizantes, secularizantes que tendem a esvaziá-lo. No campo acadêmico, manifesta-se pelo deslocamento das Ciências Econômicas para a *técnica* do *Business Administration* de Estado, “que têm por únicos objetivos preservar a estabilidade monetária custe o que custar e garantir o ‘respeito aos contratos’” (Ibid., p. 9).

O avanço do capital sobre os bens simbólicos é descrito por Cocco (2013) a partir de uma recomposição entre mente e mão, em que, na visão do autor, a subjetividade é incorporada na produção de riqueza, que passa a ser a produção de formas de vida a partir de formas de vida. Muito mais do que modo de produção, ele é a produção de mundos: das

Havaianas, da Nike, das relações. O capitalismo funcionaria, assim, a partir de relações salariais convertidas em relações de serviço (prestação de serviço, terceirização), cada vez mais precarizadas. O modelo, por outro lado, é o trabalho intelectual e político, que não se sabe quando começa e quando termina. Harvey (2013) explica os fenômenos simbólicos aí implicados de outra forma. Da ascensão do neoliberalismo decorrem mudanças nas práticas culturais, como novas experiências com relação ao tempo e ao espaço, donde surgem novas sensibilidades, o que não significa, contudo, que estejamos em uma era pós-industrial. Tratam-se de decorrências de estratégias de um tipo específico de acumulação marcadamente flexível, que tem como algumas de suas características a financeirização, a globalização e a política neoliberal. A flexibilização do processo de acumulação explica as transformações na relação capital/trabalho (diminuição dos salários), da organização da produção (globalização, terceirização) e a financeirização. O neoliberalismo desenvolve o predomínio da acumulação por espoliação, tornando visível a face imperialista do domínio capitalista, sem deixar de atuar na reprodução expansiva do capital.

Harvey (2013, s. p.) descreve o processo de *produção de mundos* a partir da tendência monopolista do capitalismo: “presume-se que vivemos sob o capitalismo; que o capitalismo é competitivo; e, assim, imaginamos que capitalistas e empresários gostem da concorrência. Bom, acontece que os capitalistas fazem todo o possível para evitá-la. Amam os monopólios”. A exposição publicitária dos mundos envolvidos nas mercadorias é uma maneira de construir os produtos como “únicos”, ou seja, passíveis de obtenção de rendimentos monopólicos. Pode o capitalista cobrar muito mais por produtos simplesmente alegando sua unicidade. “Tomemos [...] o logotipo da Nike, que é um exemplo perfeito de como os capitalistas extraem um preço de monopólio de um logo particular, visto que há uma enorme bagagem associada a ele, ao que ele significa, e a como as pessoas devem interagir com ele” (HARVEY, 2013, s. p.). As cidades, a seu turno, tentam comercializar-se, buscando vender uma parte de sua história a partir de uma imagem que criam para os turistas. “Um dos modos de melhorar sua singularidade é vender algo que esteja ligado a sua história, algo muito específico que não tenha paralelos históricos em outro lugar. [...] E se não houver uma história especial, simplesmente inventa-se uma.” (Ibid., s. p.). São formas de manifestação do que o geógrafo chama de capitalismo simbólico coletivo, com suas marcas de distinção a fim de gerar rendimentos monopólicos. O que está em jogo é a atração de fluxos de capitais.

A mídia contribui para o avanço ideológico-cultural do neoliberalismo, no desenvolvimento da globalização financeira, tanto no aspecto ideológico como empresarial. A mudança tecnológica dos últimos anos implicou no desenvolvimento radical da

comunicação e da informática. A própria globalização cultural e econômica seria difícil não fosse o sistema de “mídia comercial global para promover os mercados globais e encorajar os valores de consumo” (MCCHESENEY, 2003, p. 217). Além de promover uma espécie de síntese político-ideológica da hegemonia neoliberal (MORAES, 2003, p. 188), as corporações de mídia representam elas mesmas uma poderosa fatia de mercado. Defendem, assim, a ordem econômica globalizada por uma questão de sobrevivência, pois elas mesmas são constituídas nesse sistema. Apenas “um sistema internacional que permitiu a desregulamentação e a privatização dos veículos de comunicação na maior parte dos países pode garantir a própria existência das grandes corporações transnacionais.” (ARBEX JÚNIOR, 2005, p. 100).

A hegemonia do capital implica seriamente nas atividades comunicacional de seleção de conteúdos, interpretação e difusão. Os jornais, TVs e outros veículos elaboram e disseminam interpretações no sentido de reforçar a concepção neoliberal sobre o mundo, em que cabe ao mercado a solução dos problemas (abordamos de modo mais aprofundado esse tema no item 4.3).

Explorando sua característica integradora, os veículos de comunicação tornam-se a “esfera da vida cotidiana habilitada a interligar povos, países, sociedades, culturas e economias” (MORAES, 2003, p. 189). A partir dessa sua característica, acabam sendo agentes discursivos de coesão ideológica em torno da globalização, e, como agentes econômicos, vendem os próprios produtos, dão visibilidade aos anunciantes, são, assim, proeminentes no mercado mundial. Sua organização institui-se, enquanto corporações de mídia no reinado neoliberal, graças a uma brutal desregulamentação e depreciação do papel do Estado como âmbito da representação pública. Ficam prejudicadas também a sociedade civil e os laços comunitários.

3.3 A CRISE DE UMA TRAJETÓRIA: DIAS DRAMÁTICOS E POLÍTICAS DE SOCORRO

Embora tenha manifestado eventos importantes ainda em 2007, a crise econômica explodiu em intensidade em setembro de 2008. Nesse momento, ocorre a virada e uma crise localizada no mercado financeiro (queda nos valores de ações, entre outros) se desloca para a “economia real”, gerando queda na produção e desemprego. As instituições financeiras perderam e estavam programadas para perder o equivalente ao lucro acumulado de vários

anos. Os prejuízos estiveram na casa dos trilhões de dólares, somente entre os bancos, fundos e seguradoras.

O valor estimado de perdas do setor financeiro norte-americano, apontam Duménil e Lévy (2014, p. 233), chegaria a US\$ 1,4 trilhão, superando os lucros do período entre 2003 e 2007, período de lucros recorde, quando esse valor chegou a US\$ 1,367 trilhão (dos quais US\$ 688 bilhões foram retidos). A devastação chegou após anos de desenvolvimento de engenharias financeiras altamente sofisticadas com vistas a ampliar os ganhos das finanças. No final de 2008, a teia completa estava revelada. Além dos prejuízos diretos com ativos, a economia produtiva entrou em recessão.

A macroeconomia vigente, com caráter neoclássico, fundamentada nas teorias do espectro neoliberal, caracterizam as crises, basicamente, como patologias de um sistema sadio. “As teorias das ‘bolhas’ dão corpo a essa ideia, subtendendo que poderiam ser evitadas com bons remédios, quando, na verdade, afirmar que as bolhas são as causas das crises seria o mesmo que dizer que a febre é a doença.” (SAWAYA, 2009, p. 56). Essa postura está baseada na concepção, de cunho neoliberal, de equilíbrio dos mercados, em que a política monetária bem conduzida é suficiente para evitar crise, e acaba responsabilizando os agentes do governo responsáveis por essas políticas. Ou ainda, a responsabilidade é atribuída aos devedores, que tomaram empréstimos que não poderiam pagar. Os *keynesianos*, por sua vez, apontaram a falta de regulação por parte dos Estados e o excesso de especulação como os culpados, além da falta de demanda pela deterioração dos salários (KOTZ, 2009).

No intuito de organizar algumas interpretações circulantes sobre a crise, diante de uma quantidade impressionante de textos e reflexões que tentaram dar conta do problema crise, optamos pela sistematização de Harvey (2010). O autor desenvolve, a partir de seu ponto de vista teórico, alguns apontamentos sobre posições que observou no período da crise. As cinco razões para a crise – todas falsas, mas presas a alguns elementos verdadeiros –, listadas pelo autor a partir do acompanhamento da repercussão que o tema teve, são:

a) um problema da natureza humana, sobre o qual não se pode fazer nada a respeito. Instintos predadores, delírios dos investidores, excesso de ganância, estão dentro dessa interpretação;

b) falhas nas instituições, as que deveriam fazer o serviço de regular o sistema, ou as bancárias, que foram para além de sua alçada. Aí a solução seria reconstruir as instituições.

c) crença em teorias falsas como as de Hayek, que dava muita ênfase na eficiência dos mercados. É preciso, agora, voltar ao Keynes, e levar a sério a teoria das instabilidades inerentes às atividades financeiras.

d) problema cultural, uma doença do mundo anglo-saxão. Os americanos são fascinados por casa própria e então isso provocou a crise. Isso se observa também na forma de tratamento do problema dívida dos países do sul europeu, chamados de PIGS (porcos, na tradução).

e) problema de intervenção da política, pois há muita regulação, e o mercado deveria ser mais livre.

Crises são constantes no sistema produtivo capitalista. Há oscilações parciais, que correspondem aos ciclos de negócios e que não configuram a necessidade de transformações significativas nas formas específicas que o capitalismo se desenvolve em cada período, e há crises estruturais (BOTTOMORE, 2001). Após as manifestações da crise atual, várias foram as abordagens interpretativas propostas, muitas identificando e apontando aspectos diferentes como as causas últimas do desastre. Buscavam até certo ponto dar os contornos da crise, relacionar fatos, apontar as causas e a maneira eficaz de superá-la. Ações de governos foram embasadas nesses diagnósticos.

Mesmo no espectro marxista há mais de uma explicação possível para a crise⁹, ainda que concordem com o caráter profundo desta. Ao configurar-se como estrutural, a crise estaria relacionada à existência de uma superprodução capitalista, ou seja, uma crise explicada pela lei da taxa de lucro decrescente. Essa hipótese, contudo, é descartada na análise de Duménil e Lévy (2014), que, ao acompanharem a evolução histórica da taxa de lucro da economia dos EUA, percebem a elevação da mesma a partir dos anos 1970, embora em patamar rebaixado. Adotamos, assim, a perspectiva desses autores, em diálogo com outros (HARVEY, 2011; KOTZ, 2009), para apontar a atual crise como uma crise de hegemonia. Em um período específico, as relações capitalistas desenvolvem certos arranjos institucionais e políticos a fim de garantir o contínuo processo de busca pelo lucro. Essa maneira particular de organização no período neoliberal entrou em crise.

Para essa interpretação, a causa da crise é a dinâmica da fase neoliberal do capitalismo, ou seja, uma dinâmica particular erigida nas décadas de 1970 e 1980. Palludeto (2012) observa que o grupo de autores dessa interpretação enfatiza a estrutura institucional proveniente das relações de poder entre as classes, com fortalecimento da classe capitalista, o que tem implicações na economia, em especial no setor financeiro e na distribuição de renda.

⁹ Palludeto (2012) organiza os dois grandes ramos de interpretações marxistas sobre a crise, mostrando as diferenças entre o grupo não homogêneo de autores que colocam a crise como sendo do período neoliberal e o grupo que a trata como uma crise capitalista genérica.

Para explicar a crise, não existe uma fórmula técnica sintética, uma vez descartada a hipótese da taxa de lucros deficiente e a existência de um problema de demanda por insuficiência dos salários. “Se for necessário encontrar uma explicação geral, ela está nos objetivos do neoliberalismo, nos instrumentos usados para buscá-los e nas contradições inerentes a esses objetivos e métodos.” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 42). Duménil (2014) localiza no Manifesto Comunista de Karl Marx uma passagem que ajuda a explicar o que aconteceu no caso da crise do neoliberalismo. Ele lembra que os capitalistas são “aprendizes de feiticeiro”, e que suas criações fogem ao seu controle. Assim foi com os mecanismos desenvolvidos a partir dos anos 1970, e que levaram a um contexto de inevitabilidade da crise.

[...] a Grande Depressão e a crise do neoliberalismo não estão ligadas à tendência de queda da taxa de lucros. Nos dois casos a queda da taxa de lucro estava passando por um lento processo de recuperação. [...] Ambas foram consequência do exercício da hegemonia, a expressão irrestrita das exigências das classes altas que forçaram os mecanismos econômicos até os limites da sustentabilidade, extrapolando-os por fim (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 29).

A crise do neoliberalismo exigirá uma nova estruturação do sistema, acarretando transformações importantes, cujos embates sociais acentuam-se, muitos ligados a explicações sobre as causas do evento e apontando soluções. As medidas tomadas pelos distintos governos, especialmente os dos países centrais (EUA e europeus), não foram no sentido de superação do modelo em voga, notadamente resultando num superendividamento dos Estados, cuja continuidade não está garantida, e numa nova ofensiva contra os direitos dos trabalhadores (especialmente salários e previdência).

Harvey (2011) recorre às análises de Marx e a estudos mais recentes que afirmam a tendência imanente a crises no capitalismo. As crises são não apenas inevitáveis como também necessárias para restituir um equilíbrio temporário nas bases contraditórias da acumulação capitalista. “As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável” (Ibid., p. 64-65). O autor destaca a importância de avaliar em que direção essas racionalizações estão sendo implementadas. “Em tempos de crise há sempre opções. Qual delas é escolhida depende criticamente da relação das forças de classe e das concepções mentais sobre o que poderia ser possível” (Ibid., p. 65). A luta política pode dar a direção diferente à inercial, que significaria aprofundamento do neoliberalismo. “Não foi o *New Deal* inevitável, como não era a política neoliberal de Reagan e Thatcher”. Dessa forma, a disputa sobre a interpretação da crise está relacionada com a forma como a crise será

enfrentada de maneira mais profunda. As políticas tomadas nos primeiros momentos da crise indicavam o aprofundamento do modelo neoliberal.

Como alerta Zizek (2011), ao defender formas políticas alternativas ao domínio capitalista, a crise capitalista também pode ser utilizada como choque para impor uma terapia liberal¹⁰. Para o fundamentalismo de mercado, em seu âmago utópico, há a necessidade de uma terapia econômica neoliberal para superar a crise. Seus defensores atribuem todo o fracasso a uma ainda demasiada intervenção do Estado, o que justificaria uma radicalização da doutrina neoliberal.

Consequentemente, para usar termos marxistas antiquados, a tarefa central da ideologia dominante na crise atual é impor uma narrativa que atribua a culpa do desastre não ao sistema capitalista global como tal, mas a desvios secundários e contingentes (regulamentação jurídica excessivamente permissiva, corrupção das grandes instituições financeiras etc.). (ZIZEK, 2011, p. 27).

Como foi possível, em poucos dias, articular um plano que despejou US\$ 700 bilhões para resolver o problema do sistema financeiro sem que se refletisse sobre por que esse problema surgiu e quais suas causas sistêmicas? Essa questão subjacente à reflexão de Zizek leva a uma compreensão sobre o domínio ideológico. A naturalização da “economia” como área decisória deve ser questionada: “em regra, as decisões políticas são apresentadas como questões de pura necessidade econômica; quando medidas de austeridade se impõem, dizem-nos vezes sem fim que isso é simplesmente o que deve ser feito” (Ibid., p. 28). Mas o que a própria necessidade de salvamento mostra é que não existe neutralidade no mercado, ou seja, em cada situação concreta que temos diante de nós, são as decisões políticas que regulam a configuração do mercado. “O verdadeiro dilema, portanto, não é ‘o Estado deveria intervir?’, mas ‘que tipo de intervenção estatal é necessário?’. Essa é uma questão de política real, ou seja, uma luta para definir as coordenadas ‘apolíticas’ básicas de nossa vida.” (Ibid., p. 26).

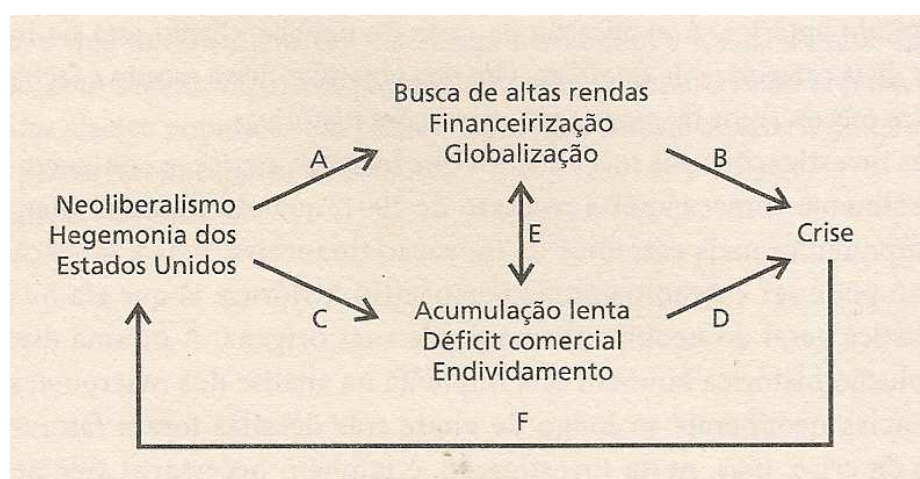
Pensamos o jornalismo nesse contexto, em que os acontecimentos singulares revelam as entranhas dos mecanismos que garantem a contínua geração de excluídos e a acentuação da desigualdade. A prática jornalística debruça-se sobre as manifestações e tem potencialidade de levar a significações dos fatos de modo transformador ao caminhar do

¹⁰ A utilização da crise para a acentuação das políticas neoliberais, especialmente no que tange à redução de direitos da população e à imposição de políticas de austeridade fiscal pesadíssimas, foi a receita aplicada na Zona do Euro. O resultado é que o bloco alcançará apenas em 2018 o produto registrado em 2007, um ano antes da crise. Proliferam matérias jornalísticas com a ideia de “década perdida” para a Europa. Como em “Europa tenta deixar para trás o fantasma da crise”, de 17 de maio de 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,europa-tenta-deixar-para-tras-o-fantasma-da-crise,185179e>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

singular ao universal. As posições e interpretações que contextualizam os fatos são a própria discussão política sobre o futuro da vida econômica e social. “Não há posição ‘objetiva’ especializada à espera simplesmente de ser aplicada; é preciso apenas tomar posição de um lado ou de outro, politicamente.” (ZIZEK, 2011, p. 27).

Duménil e Lévy (2014) centram sua explicação sobre a crise na economia dos EUA, ponto central da ordem global financeira e produtiva e ponto de origem da crise. Os autores argumentam que o neoliberalismo de hegemonia dos EUA chegou à crise por dois conjuntos de fenômenos inter-relacionados: a busca por altas rendas, em que a financeirização e a globalização foram os instrumentos; e a macrotrajetória da economia dos EUA (acumulação lenta, déficit comercial e endividamento). O esquema da crise pode ser explicado a partir do diagrama 1.

DIAGRAMA 1 – Conjunto de fatores inter-relacionados que levaram à crise



Fonte: Duménil; Lévy (2014, p. 42).

As tendências superiores (setas A e B) e inferiores (setas C e D) indicam “desenvolvimentos insustentáveis”, nas palavras dos autores. Assim, as causas da crise são os excessos evidenciados nessas trajetórias: “excesso de financeirização significou uma estrutura financeira frágil; e excesso de globalização, uma economia mundial incontrollável.” (Ibid., p. 45). É importante, na representação gráfica, que se entenda a reação entre as várias categorias determinantes, expressa pela “seta E”.

Uma tendência ao aumento da dívida das famílias [...] foi certamente resultado da gananciosa busca de lucro pelas instituições financeiras e da regulação deficiente [...]. Os aumentos simultâneos do déficit comercial e do financiamento externo [...] foram consequência da abertura da economia mundial [...], dada a hegemonia internacional dos Estados Unidos, o que

permitiu o crescimento dos déficits sem impactar gravemente a estabilidade do dólar. (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 45).

Nessa dinâmica, os mecanismos específicos da condução da política econômica para manter taxas de crescimento relativamente altas foram responsáveis pela crescente dívida interna. O crescimento do consumo das famílias ricas, os estímulos da política de crédito e a consequente expansão da dívida das famílias tiveram efeitos combinados na determinação de uma trajetória insustentável. Algumas interpretações colocam a crise como resultado da política de expansão de crédito imobiliário desenvolvida no mercado americano a partir de 2000, após a crise das empresas *pontocom*. Mas a crise do setor imobiliário, após crescente inadimplência em função de juros elevados no mercado *subprime*, foi apenas a onda sísmica que fez desmoronar a frágil estrutura financeira global. Não se trata de um efeito colateral infeliz e dotado de autonomia, a expansão do mercado americano de hipotecas imobiliárias é parte da expansão dos mecanismos financeiros, que era necessária para a continuação da política econômica dos Estados Unidos. Ou seja, era parte integrante do desenvolvimento da trajetória insustentável.

3.3.1 A crise em cinco atos e as medidas do estado de urgência econômica

A crise das hipotecas imobiliárias foi, portanto, o primeiro sinal, um resultado inevitável das tendências desenhadas pelas estruturas neoliberais. O “problema” das hipotecas iniciou ainda em 2005-2006, e, em 2007, alargou-se de modo que começou a ficar clara a existência de uma crise de maiores proporções. Mesmo assim, somente em 2008 é que um episódio excepcional deu celeridade à crise e colocou a questão no centro efetivo das políticas dos governos. “A fagulha que alterou as expectativas dos especuladores sobre os empréstimos, títulos e derivativos não foi o dólar, mas talvez a imprevisível e dificilmente compreensível decisão da administração Bush de deixar falir o banco Lehman.” (CIOCCA, 2009, p. 88).

Duménil e Lévy (2014) sistematizam em estágios uma sequência de eventos econômicos ligados à crise a partir de 2006. Trata-se de manifestações da crise e medidas de emergência adotadas, não estão ligadas a suas causas. A sistematização observa que fatos abordados de maneira isolada estavam relacionados a um mesmo conjunto, que forma o todo da crise, embora interpretações parciais ou fragmentárias vejam como eventos isolados.

Difícilmente em 2006 e 2007 fosse possível ter um desenho sobre os destinos da crise. Os estágios são os seguintes:

(1) O primeiro momento da crise pode ser descrito como um ponto de inflexão dos mercados imobiliários, a partir da elevação da inadimplência e consequente crise nos Títulos Lastreados em Hipotecas (TLHs) – ou seja, que têm as hipotecas como garantia –, ocorrida entre janeiro de 2006 a agosto de 2007. (2) Entre agosto de 2007 e agosto de 2008, a crise atinge o setor financeiro nos Estados Unidos, envolve problemas de liquidez no mercado interbancário e a consequente intervenção do Federal Reserve (FED) – Banco Central dos EUA. Nessa fase, ocorrem especificamente: a) perda de confiança, crise de liquidez, queda no mercado de ações; b) ampliação da ajuda do Federal Reserve, um alívio efêmero, e os primeiros sinais do arrocho de crédito, no final de 2007; c) resgates, falências e o avanço do arrocho de crédito. A falência do banco de investimentos Bear Stearns marca essa fase. A crise revelou gradualmente que era, na verdade, uma profunda crise das instituições financeiras, causada por enormes prejuízos. Se fosse apenas uma crise de liquidez, o Federal Reserve teria sido capaz de curá-la com facilidade.

Em setembro de 2008, entra-se em uma nova fase: (3) O mercado financeiro vive dias de pânico; a crise se globaliza e há contração da produção, entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009. Nesse período, ocorre uma multiplicação de falências nos EUA e em todo o mundo. O setor financeiro parecia se implodir. A produção e o comércio começaram a entrar em contração em todo o mundo. Durante essa nova fase, o Federal Reserve estava determinado a aplicar qualquer intervenção que pudesse evitar o colapso total do setor financeiro e reduzir a velocidade da contração da produção. Scherer (2008) aponta no mesmo sentido, o mês de setembro como de passagem da crise financeira para a crise econômica. (4) A partir de fevereiro de 2009, há uma estabilização da macroeconomia em um baixo nível, e enormes déficits dos governos dos países europeus e dos EUA. (5) A partir de 2011, a continuidade da crise se expressa pela dívida soberana¹¹, em especial dos países do Sul europeu (Grécia, Espanha, Irlanda, Itália e Portugal).

O período (3), em que a crise se generaliza, praticamente corresponde a dois trimestres seguidos (último de 2008 e primeiro de 2009), em que a economia brasileira é

¹¹ A Grécia tem sido, juntamente com a Espanha, o caso mais clássico para mostrar o resultado do endividamento público após a crise. O país sofre com desemprego enorme, um dos maiores do continente. O PIB grego teve recuo de 25% desde 2008, fato compatível apenas com países em guerra. Esses números gregos circulam em várias notícias sobre a paralisia europeia, como na coluna de Clóvis Rossi, na Folha de S. Paulo, do dia 25 de janeiro de 2015, por ocasião da vitória eleitoral do partido de oposição. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2015/01/1580151-tsipras-2015-e-o-lula-2002.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

brutalmente afetada. O produto interno bruto (PIB) do país sofre uma queda violenta, depois de uma sequência inédita de elevação. Ocorrem três fenômenos principais no Brasil nesses meses: desvalorização do real; contração do crédito; e demissões em massa. A cobertura objeto deste trabalho corresponde ao período desses dois trimestres de violentas manifestações da crise, englobando também o mês da inversão, setembro de 2008, e um mês anterior (agosto de 2008) para observar quais as mudanças de rumo na cobertura provocadas pela aceleração da crise.

O período (3) é o que compreende os processos de decretação de falência. Instituições que poderiam ser inseridas na conhecida expressão “too big to fail” (muito grande para quebrar, na tradução livre) faliram (Lehman Brothers), foram absorvidas por concorrentes (Morgan Stanley e Merrill Lynch) ou socorridas pelo governo dos EUA (AIG, Fannie Mae e Freddie Mac, Citigroup).

O que se deu por parte do governo dos EUA foi um abandono súbito dos credos do neoliberalismo. O reconhecido governo neoliberal de George W. Bush correu para aprovar um plano praticamente ilimitado de socorro às instituições financeiras causadoras da crise. Considerando, contudo, que o neoliberalismo é, antes de qualquer coisa, um projeto das classes capitalistas, em que o Estado realiza medidas para garantir as altas rendas dessas classes, não foi surpreendente o imediato ímpeto intervencionista. “Não houve mudança de objetivos. No neoliberalismo, o Estado [...] sempre trabalhou a favor das classes altas”. (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 241). Harvey (2011), como vimos anteriormente, apontou a existência do mecanismo de salvamento dos bancos em dificuldade durante o período neoliberal, sob a justificativa do efeito em cascata que o impacto de uma quebra poderia desencadear. Os mecanismos do governo visaram a garantir a liquidez no sistema financeiro e evitar falências, além de apoiar diretamente, via FED, empréstimos a famílias para estimular a demanda e as empresas.

Após setembro de 2008, os empréstimos bancários, sem os quais a economia não funciona, estavam paralisados e não retornariam pela inércia do sistema, pois os emprestadores seguravam ao máximo os recursos para reforçar seus próprios caixas. No período (3), o Federal Reserve aumentou seus empréstimos de uma média de US\$ 433 bilhões para US\$ 1,779 trilhão¹² nos meses de novembro, dezembro e janeiro. Ou seja, as instituições centrais dos EUA (FED e Tesouro) passaram a ser as grandes emprestadoras,

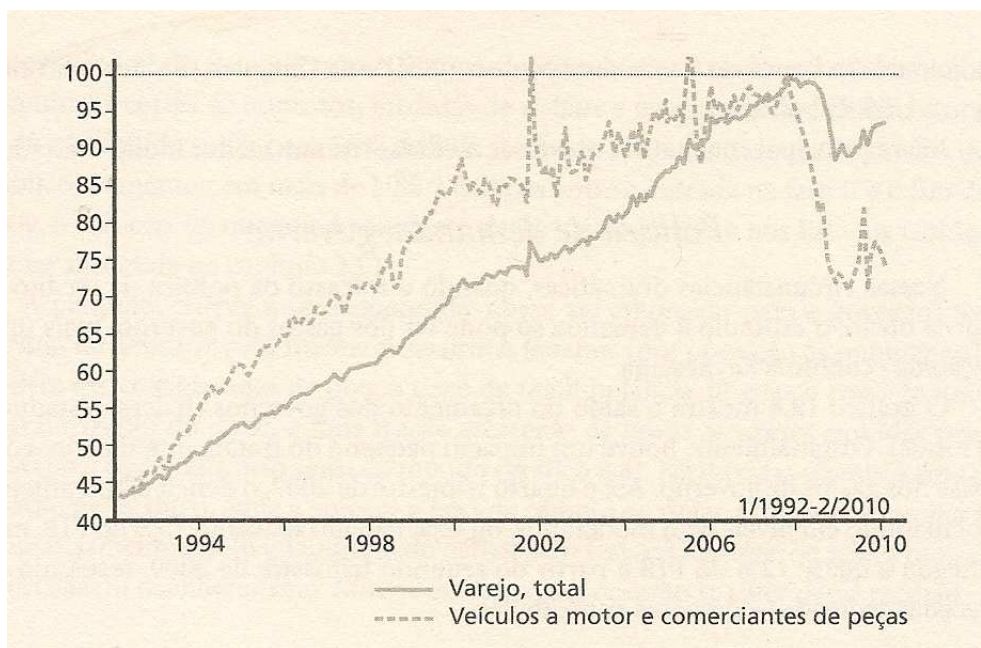
¹² Para se ter uma ideia comparativa, tudo que o Brasil produziu em 2008 chegou a US\$ 1,653 trilhão, de acordo com dados do Banco Mundial. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx>>. Acesso em: 17 de nov. 2014.

dado o arrocho de crédito do sistema privado, substituindo essas diretamente. Os aportes ao setor financeiro contribuíram, ao longo desse período, como ajuda indireta ao setor produtivo. A queda seria maior se isso não tivesse ocorrido. A indústria automobilística dos Estados Unidos, uma das que mais sofreu com a crise, teve de ser resgatada pelo governo, com um programa específico, o “Programa de Financiamento da Indústria Automotiva”, que destinou, nos meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009, US\$ 24,8 bilhões (o aporte chegou a US\$ 85 bilhões) de capital adicional a General Motors e Chrysler.

A partir desse desenvolvimento, começa a se desenhar o problema do endividamento público, que repercute com intensidade desde 2011. Nos EUA, no último trimestre de 2008, a dívida líquida cresceu de 40% para 48% do PIB, como efeito do programa de financiamento suplementar da economia pelo governo (DUMÉNIL; LÉVY, 2014). Basicamente, para realizar essas operações, o governo precisa emitir títulos e tomar dinheiro emprestado. Esses títulos eram aguardados pelo mercado financeiro, que buscava proteção a seus capitais. “Em fevereiro de 2009, o Congresso aprovou a Lei de Recuperação e Reinvestimento Norte-Americana (Arra), que combinava cortes de impostos, medidas de *welfare state* e programas de infraestrutura. A dívida líquida subiu para 56% do PIB”. (Ibid., p. 264).

De acordo com Duménil e Lévy (2014, p. 262), a demanda das famílias dos EUA é o elemento que revela a dramaticidade dos eventos da crise, pois o total de vendas do varejo foi ao nível da Segunda Guerra (Imagem 2). A queda nas vendas de automóveis foi muito expressiva, de 29% entre outubro de 2007 e março de 2009.

IMAGEM 2 – Gráfico das vendas totais no varejo e de automóveis (EUA)

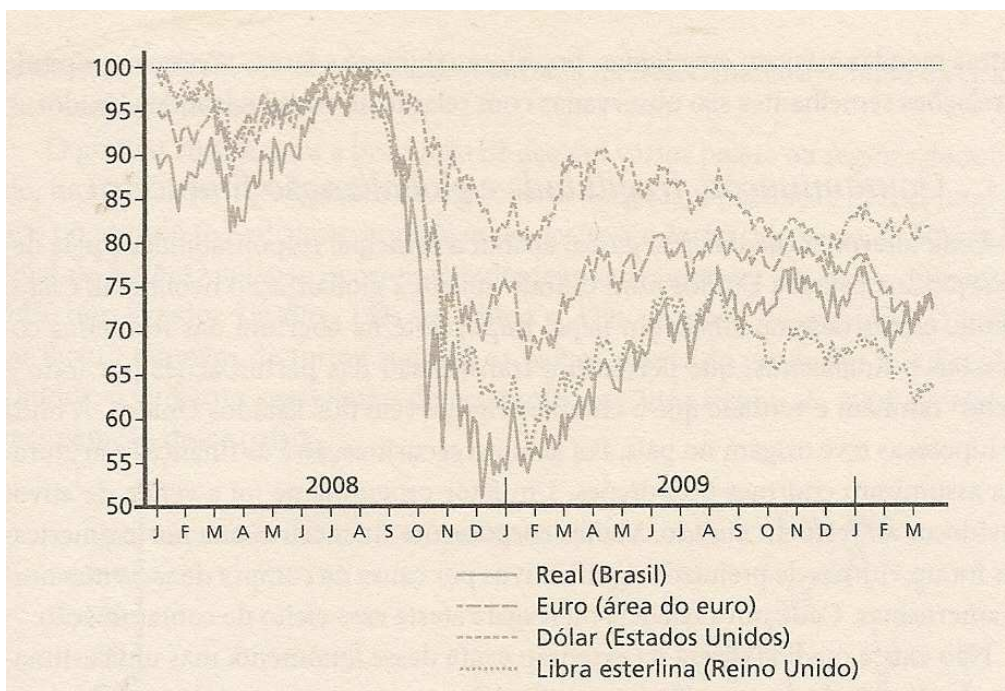


*Dólar constante, por mês normalizados a 100 picos das variáveis.

Fonte: Duménil; Lévy (2014, p. 263).

A entrada no período (3), como dissemos, marca a globalização da crise, o que coincide com os efeitos no Brasil. Um conjunto de países entra em recessão. Um índice que mostra o efeito global da crise é o das taxas de câmbio, pois há uma queda acentuada de todas as moedas em relação ao iene japonês (mais estável – Imagem 3). Entre os valores máximos e os de janeiro de 2009, quando se atingiu o mínimo, as várias moedas perderam: o real, 49%; a libra, 44%; o euro, 33%; e o dólar, 21%. “Conseqüentemente, as taxas de câmbio entre as várias moedas foram dramaticamente afetadas.” (Ibid., p 270). A queda na produção de aço indica o impacto da crise na indústria (Imagem 4).

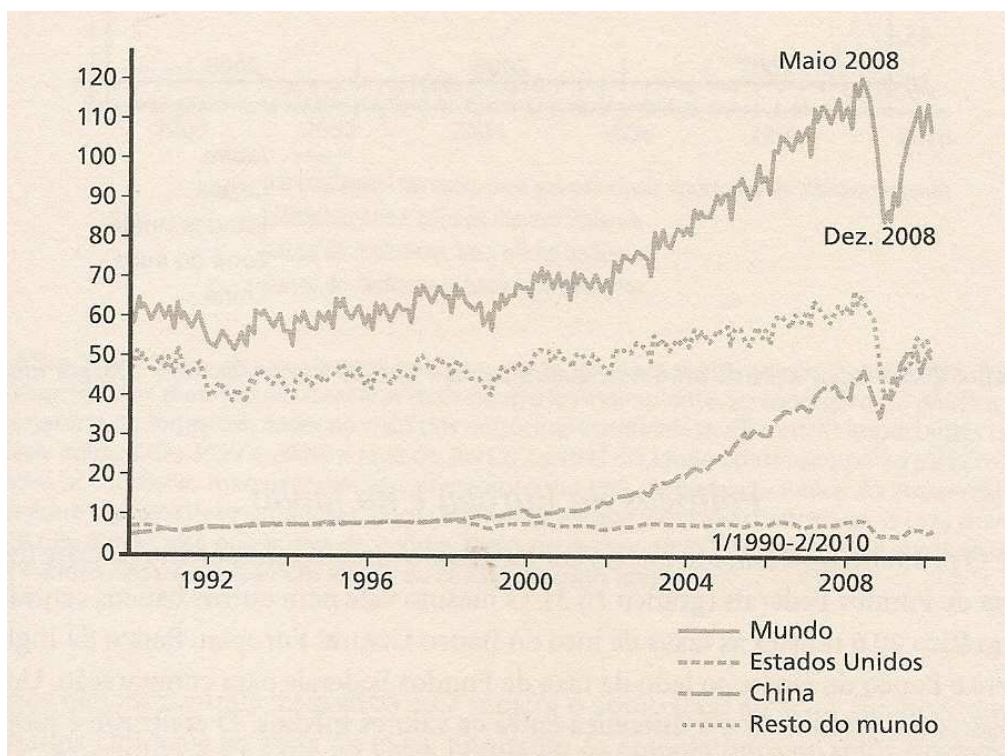
IMAGEM 3 – Taxas de câmbio durante a crise (de janeiro 2008 a março 2010)



* Yens por unidade de moeda (máximo: 100, por dia).

Fonte: Duménil; Lévy (2014, p. 271).

IMAGEM 4 – Produção de aço: economia mundial e três regiões



* milhões de toneladas, por mês

Fonte: Duménil; Lévy (2014, p. 273).

O capitalismo sangrava a olhos vistos nessas semanas de setembro e outubro, quando as perdas financeiras rondavam a casa dos US\$ 40 trilhões, equivalentes a 45% da riqueza mundial (SAAD FILHO, 2011). Assim, os governos não confiaram aos mercados, completamente paralisados, o estancamento do sangramento e tomaram medidas que envolveram a nacionalização de algumas instituições bancárias, garantiram depósitos e investimentos financeiros, cortaram drasticamente as taxas de juro e introduziram políticas fiscais expansionistas para apoio ao sistema financeiro, melhora da demanda e alguma manutenção do emprego. A expectativa de grandes investidores era de que o socorro a instituições financeiras colocasse a economia nos eixos de suas dinâmicas autônomas.

O noticiário de economia ficou repleto de notícias sobre a crise, com as quebras, os resgates e os indicadores financeiros em destaque. A crise deixava expostos os mecanismos de sustentação do livre-mercado, tão defendido como modo mais eficiente de funcionamento da economia. Numa visão otimista, seria possível pensar que mudanças significativas viessem a ocorrer, no mínimo relacionadas à regulação do sistema financeiro. Como observa Saad Filho (2011, p. 15), não foi isso que ocorreu:

É alarmante perceber que, apesar de várias propostas terem sido feitas para tratar da crise e impedir sua repetição, quatro anos após seu início e três anos após o colapso da Lehman Brothers muito pouco aconteceu de fato e as instituições financeiras têm pressionado contra qualquer tentativa de restringir suas operações.

As medidas adotadas demonstraram uma capacidade de reação dos governos aos problemas emergenciais da crise, o que não significa que tenham atacado as suas reais causas. Os resgates pareceram não ser mais do que um socorro de curto prazo para evitar falências eminentes, e os estímulos não atingiram contingentes populacionais significativos. O dinheiro necessário para o resgate e os primeiros estímulos (US\$ 1,4 trilhão apenas nos EUA) acarretou em ampliação do endividamento dos Estados endividados. Por isso a etapa seguinte foi a crise financeira dos Estados (5).

Ainda em 2013, cinco anos após o episódio emblemático do Lehman, a crise tinha como palco principal a dívida soberana de países europeus. “Ainda mais fundamentalmente, a crise atual das dívidas soberanas parece esconder outras tendências que manifestam a continuação das tendências neoliberais subjacentes, as fontes reais das dificuldades básicas” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 12). Os EUA vêm mantendo a capacidade de administrar déficits orçamentários crescentes e de balança comercial. A continuidade dessa sistemática, porém, não está garantida eternamente.

A superação da crise exige, contudo, uma reestruturação profunda.

Cada um desses terremotos [crises estruturais] forçou o estabelecimento de uma nova ordem social e alterou profundamente as relações internacionais. A crise atual marca o início de um processo de transição semelhante, que não só envolve a regulação financeira como também torna necessárias uma nova governança corporativa, a reconstrução do setor financeiro e a adoção de novas políticas. Os princípios e práticas básicos da globalização neoliberal serão questionados, e a produção terá de ser significativamente 'reterritorializada' nos Estados Unidos. Dessa forma, países como China, Índia ou Brasil deverão se tornar cada vez menos dependentes de suas relações com os Estados Unidos. (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 12).

A crise foi tratada de modo a não resolver problemas estruturais, apenas transferindo o imenso passivo ao déficit dos Estados e com conseqüente retorno à pressão para cortes de gastos públicos com políticas sociais, não apenas nos EUA, mas por todas as partes. “Como neoliberais intransigentes, eles esperam que as novas concessões arrancadas das classes populares recoloquem o neoliberalismo assim revigorado no caminho do progresso.” (DUMÉNIL; LÉVY, 2011, p. 66-67). A decisão política foi pelo lado de “lidar com a crise pela linha de menor resistência, subordinando a política econômica aos interesses do grande capital e as relações internacionais aos desígnios dos Estados Unidos”, o que “reforça os aspectos mais perversos da ordem global” (SAMPAIO JR, 2011, p. 90). Por outro lado, a crise facilita a ideia de estado de exceção econômica que recai sobre os direitos dos trabalhadores, sobre as políticas sociais e, do ponto de vista internacional, disciplina as políticas econômicas nacionais, acarretando acentuação das políticas de ajuste fiscal clássicas no neoliberalismo e afetando a soberania dos Estados periféricos.

Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, todas essas políticas cumprem um duplo propósito: por um lado, a sustentação da macroeconomia e das instituições financeiras e, por outro, o uso da recessão (real e do risco de seu aprofundamento) para obter novas concessões da grande massa dos assalariados em matéria de salário, proteção social e condições de trabalho. Todos os componentes das políticas sociais são atacados, como a saúde e a aposentadoria, na perspectiva neoliberal mais explícita de aumento da exploração das classes populares. O mesmo acontece com as políticas que preparam o crescimento futuro, como a educação ou a pesquisa. (DUMÉNIL; LÉVY, 2011, p. 61).

Uma saída menos passageira exigiria uma reestruturação profunda nas dinâmicas macroeconômicas. Para superar o que são os contornos do neoliberalismo, seria preciso modificar a priorização das finanças, alterando drasticamente a distribuição de renda. Essa inclinação depende, em geral, da efetiva luta de classes. De um ponto de vista imediato, a saída a ser adotada em sentido contrário, como aponta Carcanholo (2011), seria a desvalorização do montante de capital fictício expresso pelos títulos “tóxicos”. Mas os

Estados optaram por monetizar esses papéis, adquirindo os mesmos em momentos de conturbação ou dando garantias sobre seu valor: “garante-se a ampliação dos recursos públicos para o salvamento das instituições financeiras com problemas de liquidez/solvência” (Ibid., p. 82). E faz isso destinando frações cada vez maiores de seus orçamentos para atuação no mercado financeiro, com recursos extraídos de políticas sociais e do custeio, ou com o “lançamento de títulos públicos adicionais no mercado que, ao possuírem maiores garantias de retorno para seus compradores, apresentam uma atratividade muito maior nos contextos de crise” (Ibid., 82). No âmbito das empresas, a saída tradicional e largamente aplicada pelas foi a elevação da exploração do trabalho, com aumento do desemprego, redução e congelamento salarial.

A retomada da acumulação capitalista exige a expansão da exploração da mais-valia, e as formas que se encontra para isso, conforme sistematiza Carcanholo (2011, p. 81 – destaques nossos), são:

(i) arrocho salarial puro e simples; (ii) maior destituição de direitos da classe trabalhadora como forma de reduzir o valor da força de trabalho; (iii) prolongamento da jornada e/ou da intensidade do trabalho, sem a correspondente elevação salarial; (iv) avanço na reestruturação produtiva, com implicações sobre a rotação do capital e jornada/intensidade do trabalho. Em resumo, volta-se a carga de maior aprofundamento das reformas neoliberais nos mercados de trabalho, com o discurso mistificador de que isso reduziria o custo de contratação da mão-de-obra e elevaria o emprego. Na verdade, trata-se de impor o “ajuste” da crise à classe trabalhadora.

Os dados da OIT¹³ ilustram o processo de arrocho. O desemprego no mundo passou de 5,5% em 2007 para 5,7% em 2008 e 6,2% em 2009, ou seja, o número de pessoas sem colocação no planeta chegou a 200 milhões e esse contingente é crescente. Além disso, o número de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia cresceu em 40 milhões, e com menos de dois dólares cresceu mais 100 milhões (LYRA, 2010). As formas mais “sofisticadas” de ampliação da exploração passam pelas reestruturações das empresas, que encontram pouca resistência dos trabalhadores, em virtude da pressão externa que exerce o exército de reserva cada vez maior. Em dissertação sobre os impactos da crise de 2008 no mercado de trabalho, Lyra (2010) cita dois exemplos esclarecedores sobre as flexibilizações que exigem as empresas. A British Airways, grande empresa de aviação do Reino Unido, em seu “Plano de sobrevivência”, pedia aos trabalhadores que trabalhassem um mês voluntariamente, ou seja, que abrissem mão de seus salários para salvar seus empregos. Na

¹³ Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

mesma linha, a Renault no Brasil suspendeu os contratos de mil metalúrgicos por cinco meses, ação prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os trabalhadores ficaram em casa recebendo o seguro desemprego e uma bolsa qualificação. Ao passar os cinco meses, a empresa não tinha obrigação de recontratá-los e os mesmos não fariam jus ao seguro desemprego, pois já o haviam recebido. Mesmo assim, os trabalhadores aceitaram o acordo, pressionados pelo contingente de desempregados.

3.3.2 A crise no Brasil: impacto no crescimento e no emprego

Durante a década de 1990, o que caracterizou a ordem neoliberal, em termos internacionais, foi uma assimetria tanto geográfica, em que apenas EUA e China mantinham taxas significativas de crescimento, quanto social, dado o desemprego na Europa e na América Latina, assim como nos países ex-soviéticos, e a acentuada exclusão da África. A distribuição de renda piorou em todos os países, inclusive nos EUA. Não se visualizava um crescimento inclusivo, convergente, e sim uma polarização entre países e classes.

A partir dos anos 2000, a explosão do crédito internacional garantiu a expansão de economias de países ditos “mercados emergentes”. O crescimento da China manteve-se elevado, ao passo que outros países deram respostas positivas nesse quesito, como Brasil, Índia, Rússia e África do Sul. “Com relação à fase mais recente do neoliberalismo, a partir do ano 2000, a economia brasileira é típica dos países que encontraram *uma posição muito satisfatória na globalização neoliberal.*” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 9 – destaques dos autores). Ao evitar a dependência excessiva da economia mundial e redirecionar o comércio à China, o Brasil pôde crescer, entre 2006 e 2008, a índices recordes, o que não se via desde o milagre brasileiro, findo em 1973. O resultado propagado pelos defensores do neoliberalismo no país chegou apenas após mais de uma década dessa experiência por aqui. De um lado, o país apresentava taxas de desemprego decrescentes e políticas sociais (salário mínimo e renda mínima), de outro, continuava refém de um sistema bancário privado muito poderoso e com problemas estruturais que se perpetuam.

Enquanto transcorriam os primeiros períodos da crise, o ambiente econômico brilhava no país. Grandes projetos governamentais e anúncios de investimentos privados estiveram na agenda de 2007 e entraram 2008 com vigor. Pairava o otimismo com a economia do país. “Não se ignorava, por certo, o andamento da crise financeira em outros países, mas sua influência [...] era considerada residual [...], predominou na discussão o tema do

descolamento das economias emergentes em face da crise nos países centrais.” (DULCI, 2009, p. 105).

Todavia, a crise não poupou a economia brasileira. Sua contaminação ocorreu a partir de outubro de 2008, e fez com que o produto interno bruto do país acumulasse uma queda de 4% entre o último trimestre de 2008 e o primeiro de 2009¹⁴, o que foi muito significativo, principalmente se pensado num cenário em que a economia do país vinha crescendo mais de 5% ao ano. Tratava-se do mais longo ciclo de expansão continuada da economia do país desde o milagre econômico da década de 1970. “O setor industrial, com redução de 11,6% nesse mesmo período de tempo, foi o principal responsável pela inflexão na evolução do PIB, uma vez que o setor agropecuário registrou leve expansão de 0,6% e o setor terciário cresceu 4,2%.” (POCHMANN, 2009, p. 42).

O crescimento só retornou, ainda tímido, no segundo trimestre de 2009. A extinção do crédito externo, a fuga de investidores e a queda bruta nas exportações foram alguns dos pontos de contágio da crise. Diferente dos sistemas bancários americano e europeu, que tiveram perdas com a desvalorização de derivativos e outros títulos “tóxicos”, o brasileiro não possuiu quantidades relevantes desse tipo de instrumento. Essa celebrada estabilidade do sistema financeiro nacional tem por detrás os juros altos, que foram parte importante do “modelo de liberalização à brasileira”, servindo para atração de recursos internacionais, mas também para garantir “um processo de transferência de recursos do Tesouro para os bancos, as grandes empresas e os credores do Estado, processo que está na base da tão falada solidez do sistema bancário brasileiro¹⁵.” (CARVALHO, 2009, p. 120-121). Nesse modelo, os bancos faturam alto com os títulos públicos e podem dar crédito de maneira seletiva, sem muito risco.

Os grandes bancos brasileiros, detentores dos depósitos das empresas e famílias, embarcaram no pânico geral dos mercados e comprimiram sua oferta de crédito, o que afetou em cheio os bancos menores, que dependem de aplicações dos grandes. Esses bancos menores são os responsáveis pelo financiamento de pequenas empresas, as principais empregadoras do país, resultando da contração de crédito um problema econômico grave. A

¹⁴ A queda por dois semestres consecutivos configura recessão técnica.

¹⁵ “De fevereiro de 2006 a outubro de 2007, a posse de títulos públicos rendeu aos investidores domésticos um ganho de 42% sobre o valor aplicado, ao passo que os não-residentes auferiram um ganho de 89% no mesmo período” (PAULANI, 2008, p. 143). Conforme Belluzzo (2015, s.p), entre 1995 e 2011, o Brasil pagou aos detentores da dívida pública, em **juros reais** (descontada a inflação), um total acumulado de 109,8% do PIB. “Se avançarmos até 2014, essa transferência de renda e riqueza chega a 125% do PIB. Isso significa atirar ao colo dos detentores de riqueza financeira, ao longo de 19 anos, um PIB anual, mais um quarto. É pelo menos curioso que os idealizadores do ‘impostômetro’ não tenham pensado na criação do ‘jurômetro’.” Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/832/feliz-ajuste-fiscal-1731.html>>. Acessado em: 12 jan. 2015.

queda nas exportações atingiu à grande indústria, que também sentiu a falta de crédito aos compradores, em especial nos setores de automóveis e eletrodomésticos. Com o acesso ao mercado internacional de crédito interrompido e a entrada de capital estrangeiro paralisada, ocorreu na prática a suspensão dos investimentos e os principais efeitos quem sentiu foi a indústria. Singer (2009, p. 92-93) aponta que a generalização da crise no Brasil se efetiva quanto ocorrem as demissões em massa na indústria, momento em que a “enxurrada de más notícias econômicas, nacionais e internacionais, estridentemente divulgadas pela mídia, espalha o pânico entre os empresários e os consumidores.” O governo acionou os bancos públicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) para substituir os privados na liberação de créditos a produtores e consumidores. O BNDES foi utilizado para dar alguma sustentação aos investimentos.

Em linhas gerais, a economia do país teve uma queda acentuada na produção e decorrente queda no emprego, redução do financiamento externo e paralisia do crédito interno, eventos concentrados no último trimestre de 2008. Carvalho (2009, p. 111) coloca como elemento importante para pensar os efeitos da crise no país a incoerência de crise cambial, que, em outros momentos de conturbação internacional, acometeu o país. Além disso, o governo “conservou capacidade de reação suficiente para adotar medidas como o corte seletivo de impostos, programas de apoio e de estímulo à economia e até redução das taxas de juros.” Essa capacidade de reação, argumenta o autor sob uma ótica *keynesiana*, deve-se à combinação de fatores internos e externos. O país acabou sendo beneficiado pelos enfrentamentos da crise pelo governo dos Estados Unidos, emitindo moeda para suportar o sistema financeiro. Ao mesmo tempo, a China manteve seu crescimento, também em função de medidas adotadas pela política econômica. São fatores, contudo, que podem se esgotar em virtude de não modificarem a lógica de funcionamento do sistema. Do ponto de vista interno, as ações anticíclicas do governo brasileiro colaboraram para a minimização do impacto, envolvendo a redução de impostos e do superávit fiscal e também cortes das taxas de juros.

A recuperação lenta que ocorreu a partir do segundo trimestre de 2009 deveu-se ao retorno do capital externo, à melhora dos preços das *commodities* e dos ativos financeiros, à retomada das exportações para a China e do comércio internacional como um todo, que “afastaram o espectro da crise cambial e recompuseram paulatinamente as condições externas para que o Brasil voltasse a crescer, não obstante as economias desenvolvidas, imersas em grandes incertezas, permanecessem prostradas.” (SAMPAIO JR., 2011, p. 87).

No que se refere ao trabalho, os impactos foram significativos. A proporção de desempregados foi de 14,1% em setembro para 15,1% em março¹⁶. Marcio Pochmann (2009) mapeou os efeitos no mercado de trabalho brasileiro, apontando três consequências diretas e imediatas dos meses de maior impacto, que foram o crescimento do desemprego, da ocupação precária e da rotatividade. A paralisia na expansão econômica provocou desemprego maior e degradação dos postos existentes, com crescimento da informalidade, pois, na ausência de um sistema que ampare de fato o trabalhador demitido, há uma busca por rendimentos para a sobrevivência, em empregos precários. Ou seja, importa saber o dado dos desempregados, mas também conhecer aqueles que têm o emprego precarizado, pois ambos indicam piora nas condições de vida, com remuneração mais baixa e sem as garantias legais de um emprego formal. “Com o avanço do trabalho não formal, há o rebaixamento das condições gerais de emprego da mão de obra.” (POCHMANN, 2009, p. 44). A rotatividade vai na mesma linha, pois, em geral, significa a demissão de trabalhadores melhor remunerados para a contratação de novos em condições inferiores. O que Pochmann logra demonstrar com dados sobre o emprego no Brasil é que:

Nos seis meses que decorrem da manifestação inicial da crise internacional no Brasil (de outubro de 2008 a março de 2009), a taxa média nacional de rotatividade do emprego formal foi de 3,88%. No mesmo período de tempo anterior (de outubro de 2007 a março de 2008), a taxa média nacional de rotatividade foi de 3,74%. Com isso, observa-se que, a partir da crise, a rotatividade cresceu 3,7%, indicando que um dos mecanismos de ajuste do mercado de trabalho, além do fechamento de vagas, tem sido a substituição na mesma ocupação de um empregado de maior remuneração por outro de menor salário. (POCHMANN, 2009, p. 46-47).

Durante a crise, o aumento do desemprego¹⁷ se deu em trabalhos melhor remunerados de níveis médio e superior. “De outubro de 2008 a março de 2009 [...] a taxa de desemprego entre a população pobre aumentou 18,5%, enquanto, para a população não pobre, a taxa de desemprego cresceu 24,8%.” (Ibid., p. 44).

Tendo vista esses elementos gerais do neoliberalismo e de sua crise e as políticas governamentais tomadas, trataremos de observar a cobertura da crise, no capítulo 5. No próximo capítulo discutiremos o jornalismo de economia, como área do jornalismo especializada na cobertura dos assuntos relativos à crise e que possuiu um desenvolvimento histórico próprio, sobre o qual iniciamos o trecho a seguir.

¹⁶ Dados do Convênio Seade – Dieese, MTE/FAT e convênios regionais, referentes às regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

¹⁷ O desemprego também é seletivo, sendo maior entre os mais pobres: em 2009, 24,5% da população pobre estava desempregada, enquanto da população não pobre, 5,2% (POCHMANN, 2009).

4 ESPECIFICIDADE DO CONHECIMENTO JORNALÍSTICO NA COBERTURA DE ECONOMIA

Buscamos, nesse capítulo, descrever especificidades da cobertura jornalística de economia, em pesquisa bibliográfica que aponta o desenvolvimento histórico dessa relação e seus contornos atuais. Realizamos, primeiramente, um breve recorrido histórico destacando a formação e consolidação da editoria de economia. Pensamos esse item como de aproximação com o objeto, uma vez que se caracteriza como região de encontro entre o jornalismo, os processos econômico-produtivos e o conhecimento em economia e que será o ponto central da cobertura da crise. Na sequência, apontamos situações históricas recentes em que a economia brasileira torna-se o tema principal do jornal, notadamente os planos econômicos após a redemocratização do país. É possível perceber a influência, ou mesmo o impulso, de processos políticos e econômicos no desenvolvimento da cobertura jornalística da área, como o advento do neoliberalismo. Pensar a relação do jornalismo com uma área específica, com suas próprias formas, está relacionado com os desdobramentos do jornalismo como forma de conhecimento. Atentamos, assim, aos contornos historicamente constituídos dessa cobertura, estabelecido na interação do fazer jornalístico com o modelo político econômico vigente. A cobertura da crise, embora evento único, surge estruturada em uma prática já estabelecida e com desenvolvimentos históricos reconhecidos, os quais buscamos abordar nesse capítulo.

4.1 NOÇÕES SOBRE O PERCURSO DA EDITORIA DE ECONOMIA NO JORNALISMO BRASILEIRO

A relação entre o jornal e os processos produtivos inicia com o surgimento dos jornais, as publicações mercantis do século XVII (LAGE, 1979), quando as publicações informavam sobre a circulação de mercadorias, e vai sendo modificada ao longo do tempo, a partir de mudanças culturais, sociais, econômicas e tecnológicas, incluindo transformações do próprio jornalismo, que passa pela fase político-doutrinária e, posteriormente, atinge o formato informativo atual. Para este trabalho, visitamos uma literatura brasileira sobre o processo de desenvolvimento da abordagem da economia como tema a ser diariamente monitorada pelos “jornais gerais”, a ponto de constituir uma editoria específica, com seções ou cadernos diários, com características que vão sendo criadas e consolidadas ao longo do tempo. Nesse levantamento, conseguimos observar uma evolução da importância relativa dos assuntos propriamente econômicos ao longo da segunda metade do século XX, muito

associada a mudanças nas concepções políticas vigentes em relação à economia, e em relação à industrialização do país, à ênfase econômica do Regime Militar, à consolidação do jornalismo de serviço na redemocratização, e ao apoio à agenda neoliberal nos anos 1990. Neste item, estudamos o desenvolvimento ocorrido nessa relação (jornalismo-economia) para apontar os contornos com que é praticada nos dias de hoje e assim entender em que dinâmica a cobertura da crise econômica global de 2008 se insere.

Na década de 1950, os assuntos econômicos, nos jornais gerais, eram limitados a pequenas notas e artigos isolados, que tratavam de questões específicas do comércio e da produção de café. A produção e exportação de café, os movimentos portuários e as taxas cambiais constituíam os principais objetos desses conteúdos. A origem desse material, em geral, estava ligada às agências estrangeiras, às câmaras de comércio e aos órgãos públicos – ministério da Fazenda, em especial (LENE, 2004). Os jornais do comércio, editados pelas associações patronais, presentes no país desde o século XIX, faziam divulgação de informações específicas da indústria e do comércio.

Algo marcante no cenário da economia nacional a partir da década de 1940, consolidando-se até 1970, é a presença de economistas entre os membros do governo, compondo a elite dirigente (LOUREIRO, 2006). Essa participação desenvolve-se ao longo das referidas décadas em função de um trabalho institucional construído por indivíduos e grupos no interior dos órgãos de governo e agências internacionais, nas faculdades e escolas de economia e em outros espaços de pesquisa sobre o tema. O campo do saber econômico, no Brasil, forma-se ao longo do processo de construção do Estado Nacional desenvolvimentista, na era Vargas (Ibid.). Nesse momento histórico, ocorre a centralização do poder no executivo federal. O Estado assume funções econômicas e há uma migração do poder do Congresso e dos partidos para as agências de planejamento e regulação econômica. As mudanças macroeconômicas trazidas pelos projetos de desenvolvimento em vigor no país acarretam modificações na imprensa. O crescimento econômico e demográfico e a ampliação da escolarização “se combinaram a fatores conjunturais (como política de crédito e legislação fiscal) para impulsionar a transformação da empresa jornalística” (LENE, 2004, p. 8).

Os primeiros registros mais significativos e constantes de páginas dedicadas à economia nos diários de referência ocorrem nesse contexto (QUINTÃO, 1987), com a cobertura de economia ganhando os primeiros espaços próprios. Ainda incipiente, no *Correio da Manhã*, a *Seção de Economia* é entregue a um delegado de polícia. No *Jornal do Brasil*, a reforma de 1958 (marco na modernização do jornalismo brasileiro) cria a editoria de *Fatos gerias e econômicos*, com duas páginas. “Mesmo assim é ainda uma cobertura confusa.

Constantemente as páginas destinadas à economia têm de ser preenchidas com matérias gerais por falta de notícias econômicas suficientes para fechá-las” (QUINTÃO, 1987, p. 56). Nessa época, a economia brasileira entra em um período de crescimento com o desenvolvimento industrial e a formação de um mercado interno. O contexto político-econômico favorece o surgimento de seções e cadernos destinados à área. *O Estado de S. Paulo* passa a editar, a partir de 1949 (até 1964), o caderno semanal *Suplemento Comercial e Industrial*, com matérias da economia mundial, e reprodução de material das agências *France Press*, *Reuters* e *Ansa*, além de material de colunistas. “O *Suplemento* não é apenas o primeiro informativo de negócios do país com circulação regular, mas um veiculador doutrinário, liberal, anticomunista, com postura política bem delineada na área de economia” (Ibid., p. 51).

O jornalismo econômico nascente é exercido em forma de colunismo, mais analítico que noticioso, e é reduzido em espaço no jornal. A *Folha de S. Paulo*, nesse período, empregava dois repórteres dedicados exclusivamente ao tratamento dos assuntos de economia, tendo conteúdo de caráter mais analítico, mas dedicava atenção à cobertura diária do movimento do Porto de Santos. É comum, nessa fase, a presença de estrangeiros especializados em economia internacional, aos poucos substituídos por brasileiros formados em economia. Na segunda metade dos anos 1950, a *Folha de S. Paulo* vai criar o seu *Caderno de Economia e Finanças*.

Em entrevista a Lene (2009, p. 46), Joelmir Beting, iniciante nas redações nessa época, observa a presença de economistas responsáveis pela cobertura do assunto: “Além de pouco espaço, esse espaço era ocupado por economistas convidados até no ‘peito’, pois não cobravam nada para escrever. Então, escreviam um artigo sobre a crise do café, outro sobre o câmbio, outro sobre política cambial.”

Na virada dos anos 1950 para os 60, o cenário nacional envolto politicamente no desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek tem ênfase no crescimento econômico, o que torna praticamente obrigatório aos jornais intensificar a organização de seções de economia ou, pelo menos, possuir colunistas para o tema. Na virada de década, surgem os primeiros sinais identificados por Quintão (1987) do que seria o jornalismo econômico da saída dos anos 1980, ou seja, o nascer de um conteúdo especializado e com linguagem particular. O governo JK disseminava um discurso modernizante e de progresso, forçando a destaques político-econômicos. O projeto visava tirar o Brasil da condição de exportador de matérias-primas, modernizando o parque industrial do país. “A ideologia desenvolvimentista praticada com ajuda do capital estrangeiro, e refletindo na geração de novos empregos urbanos, na

produção brasileira de bens antes adquiridos no exterior, como automóveis, máquinas agrícolas, etc. vai alimentar o clima de otimismo na sociedade.” (QUINTÃO, 1987, p. 58). Nesse período, o *ufanismo* desenvolvimentista é assunto no noticiário de economia, revertido em coberturas sobre as explorações de petróleo, riquezas minerais e produtos agrícolas destinados à exportação, em especial o café. Os assuntos econômicos são incorporados por políticos e partidos e é assim que viram notícias. “O fato econômico só tem destaque na imprensa de cobertura geral transformado em fato político. Os jornais não dão ainda tratamento diferenciado a esses assuntos [...] as fontes são, em geral, os políticos e os partidos” (Ibid., p. 59). A linguagem utilizada, dessa forma, é carregada de jargões políticos e reinterpretada pela imprensa de acordo com a sua linha partidária.

O Golpe Civil-Militar de 1964 é marco para acelerar mudanças na atuação no jornalismo econômico. Após o golpe e a instalação do estado de exceção, com a política posta sobre o rígido controle do governo e a cobertura política censurada e reduzida ao oficialismo do governo, há um processo de silenciamento do jornalismo político. A legislação que surge nesse período institui a ação fiscalizadora e repressiva do Estado, recaindo especialmente sobre a cobertura política.

O jornalismo econômico é visto pelos militares como conveniente para divulgação da política econômica do regime. “Era importante que a imprensa divulgasse conquistas e avanços, já que a economia se tornara a moeda de legitimação de um regime sem legitimidade política.” (LENE, 2004, p. 13). Órgãos do governo também se preocupam em formar times de assessoria de imprensa para melhorar seu relacionamento com os jornais. O discurso oficial de caráter propagandístico do governo converge para as informações do cenário econômico, destacando o crescimento econômico e a serena *paz social* que recobre o país. O “Milagre Brasileiro” (1968-1973) é destaque na imprensa internacional e, conseqüentemente, repercute nacionalmente, alimentando a propaganda dos efeitos positivos do governo. A ênfase na economia em detrimento da política é registrada por levantamento de José Marque de Melo (1975 apud QUINTÃO, 1987), que calcula o aumento do espaço para economia nos jornais de 6%, em 1967, para 18%, em 1972. A formação universitária é reformada pelos governos militares e são criados programas de pós-graduação, tornando-se os bancos universitários o principal palco de formação dos economistas, que, devido à precarização das escolas, eram formados mais na prática dos órgãos. Esse aspecto vai fortalecer o debate econômico no país, o que, em certa medida, respinga tanto nas políticas governamentais quanto nos espaços jornalísticos para o tema.

A abertura de capitais pelas empresas familiares, como modo de modernização da economia nacional, recebe incentivos fiscais pelo governo, o que leva ao aumento nos negócios na Bolsa de Valores, que começa nessa época a interessar à cobertura dos jornais em função do crescimento nas movimentações no mercado de capitais e futuros. As reuniões do Conselho Monetário Nacional (CMN) passam a ser acompanhadas e algumas reportagens abrem espaço para empresas, até então, relativamente, de fora da cobertura. Nesse contexto de valorização da economia e aparecimento de um corpo de investidores, surge, em 1970, o que Quintão (1987) coloca como o marco definitivo do formato de jornalismo econômico que viria a se consolidar anos mais tarde: o encarte *Diretor Econômico*, do jornal *Correio da Manhã*. “Através de grandes reportagens sobre as empresas e o acompanhamento sistemático, pela primeira vez, dos negócios, demonstrando que qualquer cidadão pode aplicar em Bolsa – e não apenas os iniciados – o *Diretor* direciona a atenção dos pequenos e grandes investidores para a Bolsa de Valores” (Ibid., p. 77). A diferença que singularizava o *Diretor*, e que depois veio a ser uma constante no jornalismo da área, é que ele cobria os negócios. O restante do noticiário estava preocupado com o discurso da sociedade política, exercício de poder, e dialogava com a sociedade civil. A capa do *Correio da Manhã* do dia 19 de agosto de 1970 anunciava o novo caderno:

Nesse estágio da vida nacional, sob o signo da mudança e da busca de um novo modelo político-social, uma das evidências mais significativas é o fortalecimento do nosso sistema empresarial. [...] Através de informações pormenorizada e exata, e de análises, pesquisas, comentários e debates, o DIRETOR ECONÔMICO propõe-se a fornecer aos nossos leitores o mais completo noticiário econômico-financeiro do país. É mais um serviço do CORREIO DA MANHÃ à causa da informação nacional e da participação do nosso povo num processo de desenvolvimento, pelo seu sentido democrático e social, não dispensa a veiculação segura e responsável. (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p. 1)¹⁸

O encarte é fruto da percepção pela empresa que o edita do fortalecimento do “empresariado” e da classe média de investidores, a que busca suprir sua necessidade de informação econômico-financeira. Beting comenta sobre esse período, apontando que os jornais, a partir do *boom* da bolsa, em 1971, perceberam ali um espaço de mercado. “Enquanto a informação econômica estava decolando, estava aterrissando a informação política, que estava já sob controle. Então, esvazia a informação política e cresce a econômica”. (BETING, 2007 apud LENE, 2009, p. 47). Após a queda drástica das ações em 1971, na sequência do *boom*, a credibilidade do *Diretor* e do próprio *Correio da Manhã* fica

¹⁸ Jornal *Correio da Manhã*, de 19 de agosto de 1970, disponível no site da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 14 abr. 2014.

comprometida. Com a desconfiança dos leitores e pressionado pelo governo em função de uma linha editorial que tenta esclarecer as práticas contábeis maliciosas do governo e das empresas, o encarte acaba saindo de circulação.

Com esse fechamento, o novo noticiário de economia nos demais jornais, centrado no financeiro, surge no espaço editorial pelo *Diretor*, deixando de lado questões que poderiam gerar polêmicas. Com direção positiva ao tratar de grandes operações financeiras internas ou externas, “[o noticiário] insistirá na abertura de capitais por empresas tradicionais, em novas linhas de produção industrial, e questões ligadas à agropecuária” (QUINTÃO, 1987, p. 79). Avançavam também as discussões acadêmicas de categorias simbólicas da ciência econômica, como o comportamento de “agregados macroeconômicos”, como a inflação, o controle da balança de pagamentos, a balança comercial, o saldo em contas correntes e o crescimento do PIB. Até mesmo termos e práticas econômicas desconhecidas no Brasil passam a ingressar no noticiário. Uma parte significativa do espaço editorial do jornalismo econômico passa a se dedicar a discussões das correntes de pensamento econômico contemporâneo, entre estruturalistas, monetaristas, pós-keynesianos, ou discutindo as razões para a inflação brasileira, se de custo ou de demanda.

Aos militares, editorias de economia representavam menor risco porque as informações publicadas advinham basicamente de setores públicos, “e os dados e índices eram oficiais, fornecidos pelo BNDES, pelo Conselho Monetário Nacional, pela Associação Comercial, pelas Federações das Indústrias, e fundamentalmente pelo Ministério da Fazenda” (ABREU, 2001, p. 3). O noticiário tinha sua origem em maior grau no Rio de Janeiro, onde ficavam os ministérios da Fazenda, do Planejamento e outros órgãos estatais. “Mas a censura atingia todos os setores dos jornais, alguns com mais intensidade do que outros” (Ibid.).

Um jornal que desponta nesse período, embora segmentado, é a *Gazeta Mercantil*, que até os anos 2000 será “o principal diário especializado em economia do país”¹⁹

¹⁹ Lene (2012) aponta que a *Gazeta* tinha uma estrutura de funcionamento com escritórios em 12 capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Belém, Fortaleza, Recife e Vitória), em três cidades do interior paulista (São José dos Campos, Ribeirão Preto e Campinas) e três no exterior (Buenos Aires, Miami e Londres). “A rede tingiu o seu ápice em 2000, com 21 jornais regionais. As redações que produziam o conteúdo do jornal nacional e dos estaduais empregavam aproximadamente 500 jornalistas” (Ibid., p. 4). Na entrada do século XXI, era o maior jornal do segmento de negócios do país, com uma circulação média diária de 118,5 mil exemplares em 2002, sendo impresso simultaneamente em cidades diferentes do país. “Até a chegada do concorrente Valor Econômico ela [a *Gazeta*] era o mais prestigiado diário de circulação nacional voltado para economia e negócios no Brasil. Diante da fragilidade financeira da *Gazeta* nos primeiros anos do século, os grupos empresariais da Folha da Manhã e Organizações Globo se uniram para criar o jornal especializado *Valor Econômico*, que começou a circular em 2 de maio de 2000, fruto um acordo anunciado, em outubro de 1999.” (LENE, 2004, p. 20). Os dois grupos investiram US\$ 50 milhões no lançamento do *Valor* sob o argumento de que havia espaço para um novo diário dirigido à área econômica.” Lins da Silva (2012), editor-adjunto do jornal à época do lançamento, conta que os

(MAGALHÃES, 2009, s.p.), exercendo a liderança nas vendas e tendo leitores entre o empresariado nacional e os gestores públicos. A *Gazeta* – originalmente um jornal mimeografado dos anos 1920, que cresce nos anos 1950 – colocava-se, nos anos 1970, como um jornal que almejava estar à altura do “milagre econômico brasileiro” (LENE, 2004, p. 16). A exemplo do que já acontecia em países industrializados, onde despontavam grandes veículos nesse setor específico, como o *Wall Street Journal* (EUA) e o *Financial Times* (Reino Unido), a *Gazeta* ocupa-se do mercado financeiro, inclusive, copiando dos estrangeiros editoriais relacionadas a setores econômicos específicos como matéria-prima, finanças, indústria, além de análises de conjuntura (DONADONE, 2000).

O mercado editorial para os segmentados em economia conta também com a revista *Exame*, da Editora Abril. Criada em 1971, a partir do encarte *Negócios em Exame* (1967), publicado nas revistas técnicas da editora (*Máquinas e Metais, Transporte Moderno, Química e Derivados e Plástico Moderno*), a “*Exame* tinha como referência a revista americana *Fortune*, que se caracterizava por divulgar os fatos relacionados com as empresas, através das opiniões de empresários e exemplos de gestão empresarial” (DONADONE, 2000, p. 3). Caracterizando-se como local de circulação das ideias dos gurus executivos, a revista fornecia análises sobre a repercussão de mudanças da política econômica na indústria, e divulgava também as inovações em tecnologia e organização implementadas pelas empresas para superar as crises que atingiam o país após os anos de crescimento recorde.

As crises econômicas marcam o início e também o final da década de 1970 e não dão trégua nos oitenta, colocando desafios ao jornalismo, que vai tentar explicar o que está acontecendo e indicar como os leitores podem lidar com isso. A *Gazeta*, por exemplo, focaliza sua atuação nos dados econômicos confiáveis, atendendo à rapidez do mercado financeiro. A “ciranda financeira”, coloca Donadone (2000, p. 4), exige, por parte das empresas e dos investidores, informações precisas, pois nessa época “a escolha errada de alternativas de investimentos podia gerar consideráveis perdas em apenas um mês.”

Foi a partir da editoria de economia que os jornalistas fizeram a crítica da economia do período autoritário. O foco de resistência dos jornalistas engajados sobrecaiu na economia e no modelo econômico brasileiro como um todo (ABREU, 2001). As editoriais se organizavam em torno de jornalistas mais experientes que contribuíam para a capacitação dos mais jovens. Abreu e Lattmann-Wlatman (2006 apud LENE, 2009) observam outro lado

empresários se basearam em pesquisas de mercado que indicavam que, em países desenvolvidos, a participação das publicações financeiras e de negócios chegava a 10% do mercado editorial, enquanto no Brasil era de 1%. Certamente não apenas a fatia de mercado era buscada, mas também o modelo desenvolvido nos países centrais.

dessa transformação do jornalismo econômico durante o governo militar. Para os autores, a editoria foi o lugar para onde correram os jornalistas engajados que não podiam mais trabalhar na política, abaixo de censura mais aguda.

[As editorias de economia] Apresentaram os resultados de pesquisas econômicas, elaboradas nas universidades e institutos de pesquisa, que continham críticas à política econômica adotada, à distribuição de renda, à pobreza, à questão do emprego, entre outras. O modelo econômico foi utilizado como foco para a contestação ao regime e para questionar a continuidade dos militares no poder. Essa atuação das editoriais de economia provocou respostas de outros atores que até o momento não haviam se manifestado, como os empresários e os sindicatos (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006 apud LENE, 2009, p. 65).

A presença do interesse do público nos investimentos pessoais, que Quintão e Beting apontam como fatores para o desenvolvimento da editoria de economia, também é reconhecida por Basile (2011). Esse, por sua vez, enfatiza o crescimento do jornalismo econômico como motivado pela necessidade do jornalismo dar explicações sobre questões complexas, como a quebra do país em 1981. “Ela [editoria de economia] foi se especializando cada vez mais. Isso foi necessário para que o público entendesse a complexidade das questões envolvidas nas tentativas de proceder à estabilização da moeda” (Ibid., p. 75), e também quais as condições para crescer, por que somos tão desiguais, entre outras. As redes de televisão, que não se interessavam pela área econômica, se viram às voltas desse tema. Também surgiram nesses anos publicações segmentadas e revistas especializadas.

Criada em 1921 como *Folha da Noite*, em meio à Velha República, a *Folha de S. Paulo* atravessou todo esse período de transformações. Tendo apoiado o governo militar e se beneficiado com ele²⁰, assumiu a liderança na circulação diária no país durante a década de 1980, quando defendia a abertura política do Brasil. Entre as principais características da linha editorial do jornal, em seus 90 anos, estão a oscilação política e a contínua renovação das formas de conceber o fazer jornalístico.

O processo de renovação do jornal, iniciado nos anos 1970, com a meta de transformá-lo em um jornal de opinião nacional (até então era um jornal mais circunscrito ao âmbito estadual), que continha o objetivo declarado de tornar o jornal mais politizado, envolveu também uma renovação na cobertura de economia. Até meados dos anos 1980, contudo, a *Folha*, mais plural e liberal que *O Estado de S. Paulo*, perdia em importância para

²⁰ O próprio jornal o admite, com atenuantes, em publicações de revisão históricas, como “Os 90 anos da Folha em 9 atos”, de 19 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877777-os-90-anos-da-folha-em-9-atos.shtml>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

este, sendo uma espécie de segundo jornal em São Paulo. Seu sistema de distribuição eficiente, a preponderância de colunistas, texto e diagramação leves e fortes garantiam uma penetração no interior do estado (NASSIF, 2003). “Em 1983, consolidada financeiramente, a ‘Folha’ passou a disputar jornalistas no mercado. Em seguida, abraçou a campanha das ‘diretas-já’. Foi um marco na história da imprensa brasileira. A posição conferiu prestígio nacional ao jornal.” (Ibid., p. 15).

O Projeto Editorial de 1984, elaborado já sob os rumos da abertura do país, defendeu – no discurso da empresa – que a *Folha* adotasse um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. No mesmo ano, foi implantado o *Manual da Redação*, editado em livro. O Projeto Folha foi a primeira iniciativa de marketing das notícias do jornalismo brasileiro. A ideia central, segundo Nassif (2003, p. 15), “era a de que o jornal não poderia se submeter a nenhuma forma de interesse, fosse financeiro, político ou corporativista. Seu compromisso único era com os direitos difusos do cidadão”, atentando para os pontos em comum de todos os leitores: cidadão, contribuinte e consumidor. Assim, o jornal atribuía-se a tarefa de representar os interesses dos leitores, em tese, posicionando-se contra os interesses corporativos, ao lado do contribuinte; contra o fornecedor, ao lado do cliente; contra o vendedor, ao lado do consumidor.

Nessa dinâmica de renovação, o jornal foi o primeiro a instituir a figura do *Ombudsman*, trouxe, no *Painel do Leitor*, espaço para questionamentos diretos da cobertura, e a seção *Erramos*. Mais tarde, em 1996, foi o primeiro veículo do Brasil a oferecer conteúdo on-line a seus leitores (LENE, 2009).

Um dos poucos jornais do país que mantém circulação nacional, a *Folha* se organiza em cadernos temáticos e suplementos. Para o jornal, a editoria de economia deveria abranger a conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios, e a seção *Opinião Econômica* procuraria manter o pluralismo de opiniões. No período analisado por este trabalho (de agosto de 2008 a março de 2009), o caderno de economia era chamado *Dinheiro*²¹, atualmente recebe o nome de *Mercado*, indicando um direcionamento maior do caderno aos temas do mercado financeiro, e migrando os conteúdos de economia política, que ficavam a cargo de *Dinheiro*, para a editoria *Poder*. O caderno (a partir daqui nos referimos ao período analisado, portanto, a *Dinheiro*) contém em torno de 14 páginas de uma média de cem publicadas pelo jornal diariamente (somados classificados e publicidades). Cobre a

²¹ O caderno *Dinheiro* deixou de circular em 22 de maio de 2010, passando a se chamar *Mercado*. A alteração ampliou o espaço da coluna Mercado Aberto, e focou também na análise de commodities, segundo informações publicadas pelo jornal no dia da troca.

conjuntura econômica brasileira e internacional e o mundo dos negócios. “Com informações precisas, linguagem clara e elucidativa, o caderno [*Dinheiro*] orienta quanto a investimentos, traz indicadores econômicos e faz a cobertura de temas que mereçam atenção especial em função da conjuntura econômica” (FSP, 2006 apud LENE, 2009, p. 80). Além disso, a economia *stricto sensu* e, especialmente, a política econômica são temas relevantes para o espaço chama de *Opinião*, tida como marca de sua linha editorial, que ocupa a página A2 do *Primeiro Caderno*, com dois editoriais diários, três colunas de jornalistas (uma delas fixa, a de Clovis Rossi), uma charge e um artigo de colaboradores.

O caderno *Dinheiro* passou a circular dia 17 de fevereiro de 1991, em função de mudanças na política editorial do jornal. *Dinheiro* foi a fusão dos cadernos *Economia e Negócios*, onde “se encontram informações sobre a economia privada, além de informações indispensáveis para o pequeno investidor.” (FSP, 17.02.1991). Nessa época, o caderno *Brasil*, substituto do *Primeiro Caderno*, ficou encarregado da cobertura da política econômica governamental. O caderno *Dinheiro* reunia informações de indicadores, mercados em expansão, tendências; priorizava serviços, sem deixar de analisar e “destrinchar a economia para o investidor” (Ibid.). A vida empresarial era “outro ponto chave do caderno”. O espaço, que surgia como proposta ser mais voltado ao dia a dia das empresas e empresários, tinha como meta atender às expectativas quanto a informações sobre finanças pessoais e cenário econômico do país²².

O projeto editorial em vigor foi elaborado e implementado em 1997 e propõe seleção criteriosa dos fatos a serem tratados jornalisticamente, abordagem aprofundada, crítica e pluralista, texto didático e interessante.

4.1.1 A economia na primeira página: crescimento em momentos de crise

Nesse levantamento sobre a editoria, é possível identificar a economia como área submetida ao jogo político institucional que, com o passar dos anos, vai alterando essa

²² Com relação à linguagem, o manual de redação da *Folha*, traz o verbete “economês” assim definido: “A Folha combate o economês, vício de estilo comum em jornalismo econômico: A autoridade monetária está praticando uma política contracionista de elevação de juros reais com o objetivo de tentar conter o crescimento dos índices inflacionários significa apenas O governo está aumentando os juros para tentar segurar a inflação. Todos os termos técnicos e jargões devem ser evitados ou explicados em linguagem compreensível para qualquer leitor”. Essa definição indica uma procura por dialogar com o leitor comum, não iniciado nos temas econômicos. Na prática, pelo que foi observado por este trabalho, isso não ocorre. Tratamos desse tema no capítulo 5.

relação, crescendo em espaços destinados pelos jornais e se especializando – acompanhando o próprio desenvolvimento dos meios produtivos no Brasil. Uma das razões para a ampliação se deve à importância relativa dada à área pelos governos. A partir da década de 1970, a proliferação de publicações voltadas ao mercado financeiro também coincide com o ganho de espaço que esse setor vai adquirindo na economia. A ultrapassagem da economia sobre a política, ou seja, as questões do mercado postas como forma de pressão para o governo, ocorre nos anos seguintes, com a abertura política do fim da ditadura.

Kucinski (2000, p 14) aponta que teve início em 1972 a desordem monetária que, além de pressionar as moedas nacionais e estabelecer a cultura do dólar (no capítulo anterior tratamos da importância do dólar no cenário internacional), trouxe a economia ao centro dos temas jornalísticos no último quarto do século XX, dando aos temas políticos o segundo plano. Coloca-se, desde então, e cada vez mais, o desafio diário de traduzir processos econômicos complexos, definidos em princípio por outro tipo de saber (as ciências econômicas), em linguagem convencional, acessível, que garanta o mínimo de cidadania econômica aos leitores. Complicações extras advêm do crescimento da ideologia neoliberal nessa área do jornalismo, estratégica para as políticas dessa agenda.

Ao abordar as coberturas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* no período da redemocratização, Lene (2009) mostra como os pacotes econômicos²³ lançados pelos governos, especialmente construídos em torno do combate à inflação, e a crise do real em 1999 foram momentos decisivos para a legitimação da editoria de economia perante os leitores como espaço de reconhecimento das carências informacionais, mas também da criação de consensos em torno de decisões colocadas como necessárias. As mudanças por que passam as empresas de comunicação, adaptando-se ao contexto político-econômico do país, não esgotam as transformações do jornalismo que praticam. Nesse ponto, a cobertura de economia funciona como o vetor das transformações internas dos veículos (LENE, 2009). Esses momentos críticos da economia são carregados de efetiva disputa sobre os rumos da política da área, alçando a economia a tema central das edições dos jornais.

Ao longo dos dez anos que se seguiram à redemocratização (1985-1994), deu-se um processo “traumático” que consistiu em tentativas fracassadas de conter a inflação. A especialização da cobertura de economia efetivada nesse período, pela conclusão de Lene (2009) e o que observa Basile (2011), atende a uma necessidade do público de compreender

²³ O material empírico utilizado pela autora envolve as edições dos meses de lançamento dos pacotes econômicos: Cruzado I (dia 28 de fevereiro e mês de março de 1986), Cruzado II (novembro de 1986), Bresser (junho de 1987), Verão I (janeiro de 1989), Verão II (maio de 1989), Collor I (março de 1990), Collor II (janeiro de 1991) e Plano Real (1994), e a crise do real em 1999 (mês de janeiro).

as complexas questões envolvidas nessas tentativas monetárias. Em resumo, nesse período, as editorias de economia nos “jornais gerais” foram profissionalizando-se e tornando-se específicas sobre o assunto, desenvolvendo uma linguagem própria que tenta ser acessível ao público em geral. A cobertura do governo Sarney foi de crescente crítica, após período de entusiasmo. A época do Plano Cruzado marcou a tentativa dos jornais promoverem um discurso pedagógico, em que o leitor leigo era prioridade, apresentando noticiário otimista e didático, simultaneamente. Nesse episódio, o jornalismo de serviço, tendência surgida na década de 1980, preponderou “porque, no momento de choque econômico, leitores, ouvintes, telespectadores buscavam informações sobre bolsas, aplicações de curto prazo, investimentos de risco, como assegurar o valor do salário, como funcionava o seguro-desemprego” (LENE, 2009, p. 399). A resposta dos jornais deu-se a partir de instrumentos gráficos como boxes, ilustrações, tabelas e também a partir da adoção de uma linguagem explicativa.

A ideia que ganhou força nesse período é a imprensa trabalhando como representante financeiro, ou o departamento de finanças das pessoas físicas (unidades empresariais individuais), tendo o *Jornal da Tarde* como exemplo. No capítulo 3, o surgimento dessa perspectiva pode ser contextualizado com a ascensão do neoliberalismo e a centralidade que concede aos “agentes econômicos individuais”, por ora, cabe reconhecer esses desdobramentos da cobertura de economia. O padrão jornalístico praticado pelo *Jornal da Tarde*, no periódico, era didático e chegava próximo ao dia a dia do leitor, a quem se dirigia diretamente em suas manchetes: “entenda como se faz”, “defenda seus direitos”.

Seu ponto alto [do jornalismo voltado às finanças do leitor] foi no Plano Cruzado, quando se tornou padrão utilizado por todos os grandes jornais, resultando em grandes aumentos de tiragem, além de ter aberto novas fontes de faturamento publicitário através dos cadernos de serviço (NASSIF, 2003, p. 14)

A prática conhecida como “jornalismo de serviço”, segundo Nassif (2003), é a “descoberta” dos anos 1980 do jornalismo, que já havia inventado o jornalismo de economia nos anos 1960 e o jornalismo de negócios nos anos 1970. Para o autor, o jornalismo de serviço é a realização da “verdadeira vocação em uma sociedade moderna: ser representante dos interesses difusos da sociedade, contra os interesses políticos, corporativos e setoriais” (Ibid., p. 3-4). Kucinski (2000, p. 16) avalia que essa prática é concebida voltada aos problemas econômicos e financeiros dos leitores de classe média dos diários, com pautas como a prestação da casa própria, aplicações na poupança, impostos, custo de vida, defesa do consumidor. “Apesar de reforçar a ideologia do consumismo junto às classes médias, trata-se de um jornalismo que recoloca o cidadão como sujeito da história e objeto da preocupação.”

Um dos jornais que se dedicou ao jornalismo de serviço, investindo pesado nessa abordagem, foi o *Jornal da Tarde*, voltado ao mercado local paulista (NASSIF, 2003, p. 10), na tentativa de aproximar o noticiário do bolso do leitor, de modo a não ser voltado apenas para os leitores “iniciados” nos assuntos econômicos, como empresários, economistas e integrantes do governo. A maneira de fazer isso foi direcionar as reportagens para os efeitos diretos das medidas no cotidiano dos leitores. Nassif conta sobre a tática adotada pelo *Jornal da Tarde* para avançar nesse ponto: “Se houvesse matérias sobre tarifa de energia elétrica, por exemplo, invertia-se a ênfase: a matéria principal seria sobre a conta de luz e o boxe sobre a política tarifária. Completava-se o quadro com matérias analíticas pequenas, sob o olho de ‘Entenda a Economia’.” (Ibid., p. 10). Com isso, outros temas tornaram-se pauta, como assuntos ligados ao funcionamento dos condomínios, seguros, financiamento habitacional, e todo o conjunto de temas que compõe o orçamento doméstico²⁴. Na opinião de Nassif (2003, p. 14) o jornalismo de serviço teria sido a primeira tentativa contemporânea de organizar e defender o que chama de valores difusos dos leitores, especialmente os relacionados ao direito do consumidor e o uso do leitor para controlar os gastos públicos.

O confisco da poupança operado por Fernando Collor foi outro momento de tensão abordado pelo jornalismo de economia. Os jornais procuraram abrir espaços amplos para explicar as medidas, simplificando seus modos de funcionamento, com a finalidade de confortar a população, num trabalho de tradução. “A imprensa foi o principal agente de intermediação, para o público, dos fatos econômicos gerados pelo governo e os jornalistas reforçaram, mais uma vez, na ‘era’ Collor, seu papel e sua importância como mediadores desse processo” (LENE, 2009, p. 399). Nesse momento, a cobertura econômica ganhou aspectos narrativos da crônica policial. Foram relatadas as experiências compartilhadas de consumidores, que conviviam com o novo cenário econômico, incluindo as extremas como suicídios, assaltos e saques, motivados, segundo a cobertura, pelos desdobramentos do pacote. Lene argumenta que a atuação no sentido de clarear fatos de um campo específico, indica uma abordagem do leitor como “consumidor-espectador-cidadão”, num contexto mais amplo da cultura do consumo.

O acirramento do processo inflacionário, ao longo dos anos 1980, foi um alibi importante para que as decisões econômicas não fossem discutidas e negociadas de forma aberta e ampla, envolvendo uma pluralidade de grupos

²⁴ O *Jornal da Tarde* passou a divulgar semanalmente, no suplemento *Jornal do Carro*, uma tabela com os valores de mercado dos veículos, “ganhando” o mercado segurador e o de veículos usados. A seção *Seu Dinheiro* trazia orientação sobre o financiamento habitacional, dicas de investimentos sobre capitalização, informações sobre o funcionamento legal de condomínios (NASSIF, 2003).

organizados na arena política. Com a justificativa, teoricamente construída, utilizada até hoje, de que os agentes econômicos agem estrategicamente, antecipando medidas e neutralizando os resultados das políticas governamentais, quando conhecem previamente seus conteúdos, as decisões acabam sendo tomadas por um grupo mínimo de indivíduos. São eles que detêm com exclusividade as informações mais importantes, como se fossem segredos de guerra. (LENE, 2009, p. 402)

Com essa atuação, o jornalismo econômico contribuiu, no período da “Nova República”, para legitimar os planos econômicos, que, como fatos sociais de interesse, ajudaram a colocar o jornalismo em um lugar de legitimidade para mediar a relação do governo com a população. Nesse processo de credibilidade mútua, os economistas tornaram-se agentes públicos fundamentais a partir de sua participação como fontes jornalísticas. Relevante também é a atuação da imprensa na defesa da doutrina neoliberal a partir da valorização do mercado e defesa do desmonte do Estado.

A política de estabilização associada ao Plano Real foi acompanhada por mudanças na forma de atuação do Estado na economia, nas relações internacionais do país, na estrutura dos setores industrial e financeiro e do mercado de trabalho – conforme o ideário liberal de estabilidade, rigidez fiscal e desenvolvimento. Isso criou uma barreira intransponível entre estabilidade monetária e crescimento, agravando o desemprego, aprofundando a dependência externa do país, fragilizando financeiramente o Estado e enfraquecendo sua capacidade de adotar políticas públicas e sociais, ao longo dos anos 1990.

Um dos episódios marcantes dessa política foi a crise cambial que ocorreu nas primeiras semanas de 1999. O Brasil estava sofrendo com a fuga de capitais desde o final de 1998, e logo nas primeiras semanas de 1999, após a segunda posse de Fernando Henrique Cardoso, a crise foi assunto para os diários. Com a fuga de capitais, a moeda perdeu sua âncora cambial (ligação do real com o dólar estadunidense), que havia sido fundamental para o controle da inflação por quatro anos e meio. A crise no modelo foi utilizada pelo governo para acentuar a reforma neoliberal que já estava em andamento, contribuindo para a implementação acelerada da agenda liberal do programa de Fernando Henrique Cardoso, com a quebra do monopólio de estatais, ampliação do programa de privatizações, ampliação do superávit primário, taxa de juros elevadíssimas para controle de inflação com meta reduzida, etc. O noticiário de economia pautou-se por aconselhar os leitores, enquanto consumidores, sobre como lidar com suas contas, e orientou investimentos em poupança. Nas semanas seguintes, ocorreu a ameaça, pelo governo de Minas Gerais, de moratória da dívida do estado e a desvalorização do real. As editorias voltaram a esforçar-se em prestar serviço traduzindo

as turbulências para a compreensão do leitor, incluindo a preocupação em mostrar no que os fatos econômicos teriam efeitos sobre o cotidiano. A *FSP* criou o selo “Real em Crise” e, durante a cobertura, foi crítica ao presidente e às medidas tomadas, embora não tenha agido como oposição ao governo. Em editoriais, o jornal posicionou-se claramente durante a crise, indicando o que o governo deveria fazer. Chegou a publicar, na capa, o texto “Sem direito de vacilar”, em que tratava da crise e das dificuldades políticas que gerava, cobrando medidas (neoliberais) efetivas para evitar o retorno da inflação e do desequilíbrio. Enquanto *O Globo* se preocupou em fazer uma defesa do real, a *FSP* assumiu posição mais crítica e dirigiu-se diretamente ao governo, defendendo como forma de sair da crise a privatização de empresas públicas²⁵.

Lene (2009, p. 379) observou que, no período da redemocratização até a crise de 1999, as notícias econômicas estavam muito mais pautadas por “análises, estimativas, especulações, aproximações e pontos de vistas sobre cenários futuros de fontes especializadas do que por fatos concretos”. Assim, em muitas ocasiões, a *FSP* e *O Globo* anteciparam situações sobre cenários futuros a partir de informações do presente, previsões que alteram o “humor” do mercado, em que “as operações são cada vez mais virtuais, voláteis, e cujas decisões são fortemente influenciadas pelos discursos sobre os rumos dos setores da economia”. Utilizando-se de fontes estatísticas, o jornalismo de economia aponta, na maioria das vezes em tom otimista, suas expectativas sobre o desempenho da economia. “Analisar de forma negativa pode fazer com que setores deixem de lucrar e, como se sabe, a possibilidade contínua de se obter lucro é a mola que move o capitalismo e seus discursos” (Ibid., p. 379). Outro aspecto apontado pela autora é a utilização de fontes do mercado para falar sobre as projeções, que acabam dizendo o que o governo deve fazer baseando-se em dados que eles mesmos produzem e relacionam, exprimindo avaliações que, muitas vezes, os beneficiam enquanto agentes do mercado.

Dessa forma, a cobertura jornalística do campo econômico pelos meios de comunicação passa por especulações sobre os riscos das medidas tomadas pela política monetária do governo, por **aproximações, estimativas e cenários futuros desenhados por fontes especializadas da área**, o que pode levar a informações equivocadas, dependendo da interpretação que se dá ao assunto. (LENE, 2009, p. 379 – destaques da autora).

Embora cotidianamente moldado por um discurso otimista, o jornalismo de economia sobrevaloriza as “crises” como valor-notícia, centrado muitas vezes em ameaças que pairam

²⁵ No terceiro item deste capítulo, tratamos de uma maneira um pouco mais aprofundada sobre os procedimentos dispensados pelos veículos da imprensa brasileira, especialmente a *FSP* (4.3.2), aos temas relativos ao neoliberalismo (agenda neoliberal).

sobre determinados setores ou sobre a economia como um todo, principalmente agindo como forma de monitoramento e pressão do governo sobre determinada circunstância. Como destaca Joelmir Beting, a crise é rica “para alimentar a pauta e a cobertura de economia. E também é momento propício para a própria legitimação da importância do jornalismo da área e dos economistas enquanto especialistas que explicam esses fatos” (BETING, 2009 apud LENE, 2009, p. 384). Em um processo, de certa forma, paradoxal, o jornalismo alimentado pelas crises que pressionam as políticas de governo também possui uma reiterada preferência pelas fontes oficiais da equipe econômica, quase que dependendo das mesmas.

A partir de análise crítica, Kucinski (2000) aponta seis características negativas que dominam a mentalidade do jornalismo econômica brasileiro: consensualismo, dogmatismo, ingenuidade do jornalista, oficialismo, entreguismo e deslumbramento. A divergência tem carga negativa no país, assim, o consensualismo, identificado como um traço da cultura do país, veda o debate e a legítima divergência em nome do consenso fechado com os interesses dominantes. Por sua vez, a partir do reforço de teses ultrapassadas impostas como verdades, é possível perceber o dogmatismo da cobertura jornalística, muito influenciada pelos próprios economistas ortodoxos. Isso é percebido na falta de discussão, na ausência das matérias factuais e no trabalho analítico pouco desenvolvido. Outra característica, de acordo com o autor, é a ingenuidade do jornalista, que aborda temas de alto interesse entre os envolvidos como “histórias encantadas”, muito diferente de outros países que adotam linguagem agressiva, mostrando claramente as disputas e rivalidades dos negócios. O entreguismo é a defesa dos interesses estrangeiros no país (poderia ser estendido também à defesa do setor privado sobre o público). “Nos poucos momentos em que o governo decidiu enfrentar os banqueiros, como em 1986, a imprensa, atormentada, se aliou aos banqueiros.” (KUCINSKI, 2000, p. 191). O jornalismo econômico desdobra-se numa mentalidade oficialista, expressa pela submissão ao governo do dia, e na ausência de criticidade com relação às fontes oficiais, bastante presentes na cobertura. Por fim, o deslumbramento pode ser percebido em relação a empresários e donos do dinheiro, exaltando-se suas trajetórias de sucesso, sua capacidade de tomar decisões certas, na hora certa. Uma das facetas dessa característica é a presença de empresários como colunistas fixos dos jornais.

Kucinski (2002, p. 59), ao criticar as práticas cotidianas da imprensa no que se refere à economia, chama atenção para a deificação do “mercado”, entidade suprema que “ninguém sabe quem é, onde é, onde está, mas ela existe e comanda o processo”. Como exemplo disso, traz as seguintes manchetes: “‘Mercado convoca o governo para a guerra’. Muitas vezes lê-se a matéria inteira, e o mercado nessa matéria é uma pessoa só, que ‘falou’ com aquele

jornalista. Pode ser um analista de uma corretora. Um mero funcionário subalterno. Ele é o ‘mercado’.” A cobertura do mercado financeiro, na maioria das vezes, é caracterizada pelo otimismo. Refletindo o comportamento do empresariado, o jornalismo da área econômica, especialmente a financeira, tem uma propensão ao otimismo exagerado, que prefere esquecer depressa as adversidades e apostas nas oportunidades (KUCINSKI, 2000, p. 188). O jornalismo dessa área não trata dos problemas estruturais crônicos como tal. Fome, desemprego, dificuldade no transporte, habitação, desníveis entre as nações, desordem monetária, são abordados sem atingir seus fundamentos capitalistas.

O autor critica a falta de reflexão lógica no dia a dia da cobertura, pois as causas e consequências dos fatos apresentados não se complementam, sendo comum a utilização do que o autor chama de “chute”, ou seja, a atribuição de uma motivação para os fatos que não é necessária. Para isso, cita um exemplo da *Folha*, sobre a queda do dólar:

Começa assim: “Os investidores voltaram a se desfazer de dólares, ontem”. Como os investidores se desfizeram dos dólares? Para os que venderam, havia os que compraram. Ninguém vende alguma coisa se não há compradores. Em seguida, vem a explicação, que é sempre um “chute”: “A expectativa da finalização, de acordo com o governo argentino, foi o motivo para a baixa do dólar”. Se tivesse subido, iam dizer: “Há demora na realização”. E todo dia é esse “chute”. (KUCINSKI, 2002, p. 57)

A cobertura aborda acontecimentos que são basicamente interpretados a partir de processos, leis e relações econômicas. E para definição de que dados e relações são importantes, é preciso olhar qual a corrente hegemônica na política econômica vigente. As teorias econômicas dominantes de uma época influenciam a forma como se dá a cobertura jornalística de economia. Os padrões de cobertura, os contornos ideológicos, são emanados, em boa parte, dos jornais das nações centrais da economia, notadamente, os seis destacados por Kucinski (2000): *The New York Times*, *Washington Post*, *Le Monde*, *The Guardian*, *Financial Times* e *The Wall Street Journal*²⁶; e as revistas *Time* e *The Economist*. Desse time, a revista *The Economist* destaca-se, ainda, como principal geradora primária de ideologia, “papel que assumiu como proposta editorial e por ser a revista transnacional por excelência, lida pela comunidade internacional de homens de negócios” (Ibid., p. 184).

²⁶ A empresa Dow Jones & Company editora do jornal *Wall Street Journal* passou a publicar desde 1896 o conhecido índice Dow Jones Industrial Average (ou apenas Dow Jones). Mais difundido indicador para avaliar as cotações de ações da Bolsa de Nova York, o Dow Jones não é um índice de responsabilidade da própria Bolsa, sendo elaborado e divulgado segundo os critérios do jornal.

As agências de notícias internacionais, especialmente a *Reuters*, mas também a *Bloomberg* e a *Dow Jones* (da empresa de mesmo nome que publica o *Wall Street Journal*), constituem importantes elementos do circuito noticioso do jornalismo de economia.

Hoje, cada agência forma um sistema industrial avançado que recobre e reproduz no campo das comunicações a multinacionalização e a concentração de capital características da expansão das multinacionais. Reproduzem também a relação assimétrica centro-periferia e disseminam padrões de pensamento, valores culturais e codificações ou formas de reprodução da realidade. (KUCINSKI, 2000, p. 160).

No Brasil, as agências de *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo* são importantes na definição do que é importante e na forma de enquadrar esses assuntos, dando ao conteúdo de diferentes jornais certa proximidade, a ponto de parecerem redigidos pelo mesmo editor.

Os traços mais gerais desses padrões ideológicos de cobertura podem ser identificados como “a defesa da livre empresa na esfera econômica e da democracia liberal na política; a escolha do capital e seu processo de acumulação – e não do homem – como objeto central de preocupação; o otimismo noticioso e o descaso com questões estruturais” (LENE, 2009, p. 36), o que decorre da própria centralidade no livre mercado apresentada de várias maneiras. Outra característica, mais relacionada aos espaços de análise e de opinião, é a desconsideração das posições críticas, utilizando, muitas vezes, da desqualificação de seus autores, tratados por dinossauros, ultrapassados. Essa supressão se dá especialmente nos pontos estratégicos para as classes dominantes (KUCINSKI, 1997).

O jornalismo de economia trabalha em torno de dois públicos, os especialistas, empresários e técnicos, e o grande público e os pequenos empresários²⁷. Os economistas que são acionados nas coberturas ou que estão na origem dos fatos utilizam argumentos lógicos, ou aparentemente lógicos. Para atender a ambos os públicos, o jornalista tem que trabalhar em linguagem acessível, sem ferir os conceitos dominados pelos detentores do saber econômico. Sua forma de organização, em geral, atende a critérios diferentes, algumas vezes relacionados aos setores da economia, à divisão micro e macro ou geográfica (BASILE, 2011). A cobertura baseada na divisão macroeconomia/ microeconomia trata de questões

²⁷ Discutindo o jornalismo econômico norte-americano após a cobertura da crise de 2008, Starkman (2012) conduz distinção parecida entre os públicos do jornalismo de economia, o investidor, empresário e analista iniciado, e o leitor comum. Esse autor, contudo, aponta uma separação entre os interesses promovidos pelo jornalismo de economia quando praticado em função desses diferentes públicos, uma vez que o interesse do investidor, que estaria representado pelo primeiro dos públicos, nem sempre coincide com o interesse do público em geral, mais associado ao interesse público e que deve ser buscado nas coberturas, sob a ótica da responsabilidade da imprensa.

dedutivamente, ou seja, do geral para o particular, em que são tomadas em conta os números da economia nacional, como inflação, desemprego, variação de juros, relacionado também com a capacidade política de alterar o rumo desses números. A microeconomia corre ao contrário, parte dos casos específicos e desses pode chegar a conclusões sobre o andamento geral, privilegiando o que há de novo, os negócios, as decisões das empresas. De acordo com Basile, a cobertura setorial pode ser entendida como vertical, pois foca em uma determinada atividade econômica a aborda de cima para baixo, buscando diagnosticar se o setor vai bem ou mal. A geográfica tem caráter mais horizontal, pois é definida por área territorial, sendo acompanhadas as atividades daquela área e suas relações.

Há um descompasso entre os eventos econômicos, que ocorrem como processualidades, não como fatos. “Por isso, no jornalismo econômico, processos e sistemas são igualmente objetos de interesse sendo singularizados pela linguagem jornalística, que os noticia como se fossem episódicos” (KUCINSKI, 2000, p. 22). A maioria das notícias tem sua origem em alguma entidade, nos governos, via assessoria de imprensa, que produziu algo de modo a ser noticiado, como relatórios periódicos, entrevistas coletivas ou outros encontros com jornalistas. As notícias, assim, se referem a índices econômicos produzidos com regularidade, divulgação de pesquisas, anúncios empresariais de aquisições, ou investimentos, fechamentos, desistências.

Claro que há alguns fatos, também, do ponto de vista tradicional: a descoberta de um poço de petróleo, alguma coisa inesperada que aconteceu. Mas a maioria das notícias de economia nasce de cortes temporais que se fazem num processo contínuo. Aquele corte vira um fato. É um procedimento muito administrado, fortemente administrado. O corte é arbitrário. Podia ser naquele mês, podia ser em outro. A estatística podia ser montada de um jeito ou de outro. (KUCINSKI, 2002, p. 57)

Os episódios e fatos singulares que ocorrem ou que são gerados pela apreensão jornalística são interpretados, ou mesmo revelados, à luz de processos, leis e relações econômicas. Eventos que muitas vezes seriam ignorados à vista do senso comum. Um problema a essa “tradução” jornalística advém do próprio saber econômico, que comporta um grande número de teorias e axiomas, muitas vezes manejados como instrumentos ideológicos, e com relações de necessidade diferentes para cada corrente de pensamento.

4.2 O JORNALISMO ATRAVESSADO PELO NEOLIBERALISMO: PERSPECTIVAS CRÍTICAS

O jornalismo econômico não ficou ileso ao processo de consolidação da hegemonia neoliberal, principalmente no que se refere às questões de política econômica. Antes pelo contrário, além de modificar algumas de suas práticas, em função das transformações do período, os veículos de imprensa, em muitos casos, são acusados de serem os principais meios pelos quais as ideias do neoliberalismo se difundiram e permanecem sendo repetidas. Para este trabalho, importa trazer aspectos que representam as modificações e as caracterizações do jornalismo de economia (o jornalismo que trata de questões econômicas e político-econômicas) na era do neoliberalismo. Outro ponto relevante é entender como a agenda neoliberal foi pauta dos veículos, especialmente a *Folha de S. Paulo*, e como o jornal contribuiu para discussões das questões colocadas por essa agenda.

4.2.1 As finanças no noticiário e o seu jornalismo

A integração dos mercados financeiros globais propiciada pelas tecnologias de comunicação, notadamente a internet, como apontamos no capítulo anterior, propiciou, colada ao desenvolvimento dos fluxos financeiros, o fluxo de informações em tempo real (HARVEY, 2013). No período de desregulamentação global do sistema financeiro, a internet foi utilizada para o desenvolvimento de novas técnicas de gerenciamento, alterando as formas de funcionamento dos mercados de capitais. O próprio surgimento do jornalismo de “cotações” está vinculado ao funcionamento das bolsas de valores. Na última década do século XIX, os jornalistas Charles Dow, Edward Jones e Charles Bergstresser, de um lúgubre escritório no distrito financeiro de Nova York “mandavam garotos entregar aos investidores folhas de papel contendo as últimas notícias do mundo corporativo” (STARKMAN, 2012, p. 27). Nas últimas décadas, esse processo se tornou mundial e agregou tecnologias. “Pela primeira vez surgiu um mercado de capitais unificado, funcionando em tempo real, com uma grande velocidade nas transações. Este mesmo capital é transportado de um lado para o outro entre as economias em questão de horas, minutos ou segundos.” (SILVA, 2003, p. 2). Esse contexto geral de sentido que se formou com a vitória do neoliberalismo, caracterizado, nas últimas três décadas, especialmente, pela relação entre tecnologia e ideologia, faz crescer, na cobertura da imprensa especializada, a velocidade do noticiário e o foco no investidor.

Essas mudanças geraram alterações em todas as áreas da sociedade, em especial, na imprensa, que passa a fornecer informações em velocidade que acompanha a aceleração das tomadas de decisão pelos agentes econômicos. Característica da vitória do neoliberalismo e, portanto da valorização financeira, como contexto geral dos sentidos gerados na cobertura de economia, a velocidade fortalece a tendência a um conteúdo jornalístico *desideologizado*, que procura apagar-se como mediação, trazendo simplesmente os fatos, sequer editorializados. Uma das formas de manifestação desse jornalismo, importante para caracterizar o cenário brasileiros de informações econômicas, é o Broadcast²⁸, serviço da Agência Estado que alimenta em tempo real os assinantes com notícias que podem influenciar as operações financeiras no mercado de ações. O noticiário tem caráter neutro e só informa conteúdos da política e da economia com potencial de interferência no mercado de ações. Para explicar esse processo, Silva propõe ir além de uma noção de parcialidade, chegando à matriz ideológica, noção desenvolvida por Hackett (1995 apud SILVA, 2003, p. 11): “Quando um assunto é mais complexo ou de difícil enquadramento, os jornalistas não lançam mão de uma parcialidade explícita, mas de um conjunto de regras e conceitos que o ajudam a dar sentido ao mundo.” Os repórteres e editores, segundo a autora, têm resistência a matérias que ligam fatos, por receio de editorializar o material. As matérias, supostamente técnicas e *desideologizadas*, cumprem, resta claro, uma *função* específica na sociedade dos investidores. Por óbvio que não são sem ideologia, dimensão indispensável na apreensão do fato (como apontamos no capítulo 2), elas atendem a uma visão de mundo particular do que deve ser a economia e inclusive de como deve funcionar um sistema de informação que atenda a esses interesses. De maior relevância ainda é o apontamento de Silva com relação à influência dessa cobertura para sobre os outros veículos que cobrem economia, mesmo que, aparentemente, não direcionados aos *investidores*.

As informações do Broadcast influenciam as rotinas produtivas em jornalismo econômico e político no Brasil, em processo comparado por Silva com o das agências internacionais com relação às notícias do exterior. Assim como a cobertura das agências alerta as redações para o que acontece no mundo e o que contam as agências é o que acontece

²⁸ Empresa de teleinformática, adquirida pela Agência Estado em 1991, que transmitia, em tempo real, para os computadores de seus assinantes (à época, cerca de 200), as cotações das bolsas de valores nacionais e internacionais. A partir de uma estrutura de comunicação fechada em rede, os assinantes recebem informações em grande quantidade, transmitidas por linha privada, telefone, FM, satélite, internet ou WBI (um retrazo de sinal de TV), os sete dias da semana. “Esses assinantes, em geral, possuem outras fontes de informação. Da Broadcast precisam de um retrato o mais crível possível da conjuntura e não uma análise ideologizada. Não buscam um meio de comunicação que filtre informações, mas que dê a eles a real dimensão que tal fato tem na vida nacional para que possam decidir os investimentos da forma a mais lúcida possível.” (SILVA, 2003, p. 3).

no mundo, a Broadcast influencia a cobertura de economia, especialmente na praça de Brasília. A existência de muitos *fatos* acontecendo ao mesmo tempo leva os jornalistas a acompanharem as notícias do Broadcast em tempo real para avaliarem o que devem ser objeto de interesse e com que destaque. Mais do que indicar os assuntos importantes, o serviço acaba apontando o enquadramento que o fato vai receber, funcionando como um portal, pelo qual o fato já passou e que, por isso, merece publicação. O que lá não está raramente será notícia nessas praças. Repórteres não especializados e, principalmente, de televisão são mais propensos a essa influência.

Funciona aí, rotineiramente, uma dinâmica que parece não privilegiar o *furo*, em que a pauta e o enfoque correto é o que os outros também publicarem. Essa particularidade do jornalismo de economia também é destacada por Nassif (2003) quando relata que errar com a maioria não é um problema. Se o repórter utiliza o mesmo enfoque que os concorrentes, ele não será incomodado, mesmo estando errado. Caso, contudo, busque um enfoque original, “editorializando”, relacionando outros fatos e outros dados a determinado fato, o jornalista será cobrado, mesmo estando correto. Assim, instala-se um sistema de repetição que começa nos serviços online e é espalhado pelos demais veículos. A forma de enquadrar efetivada pela Broadcast para vários temas, como acordos financeiros do governo, votações importantes do Congresso, e, claro, operações da bolsa de valores, é reproduzida no circuito, e seus termos técnicos se mantêm nesse processo. “É comum que os repórteres da Broadcast, em Brasília, durante entrevistas [coletivas], indaguem as autoridades sobre tal anúncio ou tema em debate a partir do ponto de vista do mercado financeiro” (SILVA, 2003, p. 6). As perguntas envolvem o recado do mercado ao governo: “O mercado reagiu mal a tal anúncio, as bolsas caíram e o dólar subiu” ou “O mercado quer saber se esta proposta vai...”.

O que Silva nota nessa relação é a diminuição da importância do furo noticioso, que dá lugar a uma capacidade de filtro que as redações precisam ter para selecionar as notícias que também serão ressaltadas pelos concorrentes. “A pior edição passa a ser aquela que não tenha dado o mesmo destaque que os concorrentes para temas considerados importantes” (Ibid., p. 9). Um “efeito de manada” é verificado, em que um vai porque acha que o outro vai, garantindo uma sensação de segurança maior, pois faz uso de informações que os outros deram e não deixa de lado aspectos explorados pelo concorrente.

A relação de confiança do mercado financeiro com os jornais não surgiu acidentalmente. Paula Puliti (2009) mostra como as instituições do mercado financeiro lançam mão de estratégias comunicativas para galgar espaços na imprensa, ações que dialogam com a dinâmica produtiva dos jornais, o aperto no tempo, especialmente. Em

estudo em que aborda o processo ocorrido a partir da primeira eleição direta após a ditadura (a pesquisa abrange o período de 1989 a 2002), a autora analisa o que define como financeirização do noticiário econômico, por representar a consolidação do predomínio de temas de interesse do mercado financeiro e de fontes também oriundas de bancos, corretoras e consultorias, nos “jornais gerais”. O ingresso inicial de especialistas do mercado de capitais no noticiário ocorre em 1989, e a sua forma de aparição é a produção de dicas aos leitores para encararem as oscilações macroeconômicas, notadamente a inflação. Ao longo dos anos, essas fontes chegam a um estado de preferência pelos jornais em detrimento inclusive de fontes empresariais outrora maioria. A observação dialoga com as conclusões a que chega Lene (2009), que revela o destaque dado pelos jornais aos economistas do mercado nos períodos, especialmente, nos períodos de turbulência econômica. Eles indicavam ao leitor como se proteger do “dragão da inflação”, e explicavam como se portar para que funcionassem os planos econômicos.

A financeirização, de que fala Puliti, inicia em caráter mais ideológico a partir do governo Collor (1990-1992), quando o próprio governo passa a propagar no noticiário os temas do “Consenso de Washington”, centrado em reformas econômicas e do Estado e em privatizações. Os economistas do mercado financeiro passaram a repercutir e a comentar as ações do governo.

O que a análise do noticiário econômico nos revela, de forma mais concreta, é a predominância de abordagens e temas que refletem quase que exclusivamente uma linha de pensamento: o neoliberalismo financeiro, sua visão sobre a política de juros e o endividamento federal. Entre as fontes privadas, os profissionais do sistema bancário e da rede de consultores que gira em torno das altas finanças prevalecem até mesmo sobre os empresários, antes predominantes, caracterizando uma linha editorial batizada de financeirização do noticiário (PULITI, 2010, p. 1-2).

Todo esse processo passou por estratégias de comunicação, que incluem o envio regular de *press releases* comentando o cenário econômico, a confecção de análises, a disponibilidade para falar com os jornalistas sobre o que estava ocorrendo de acordo com a necessidade dos repórteres. Os bancos constituíram departamentos de economia com a finalidade de fornecer relatórios a seus clientes corporativos carentes de informações econômicas para planejar suas atividades. Esses departamentos acabaram por constituir os elos entre as instituições financeiras e a imprensa, em função da divulgação dos relatórios, com farto conteúdo para elaboração de pautas, e disponibilidade de economistas para entrevistas. Os relatórios produzidos oferecem análises com indicadores econômicos. Em linguagem econômica, esses documentos relacionam produção industrial, balança comercial,

contas públicas, PIB, para projetar o comportamento da economia no próximo período; observam também o comportamento de ações de empresas na bolsa de valores. Assessorias de imprensa das instituições financeiras passaram a procurar jornalistas de veículos de comunicação para oferecer seus economistas como fontes para explicar determinados fatos do mundo econômico. O objetivo de tamanha disponibilidade, conclui Puliti (2009), é estabelecer laços com jornalistas, cavar espaços nos jornais e melhorar a imagem dessas instituições, e, podemos supor, defender posições que possam pressionar a política econômica do governo e influenciar os rumos da economia.

A retórica científica (Ibid., p. 4), discurso de aparente neutralidade social e política, coloca-se como conhecimento técnico, formulador de modelos econômicos para o desenvolvimento de um país, livre de amarras ideológicas, ensinando a governantes, empresários e trabalhadores quais os comportamentos corretos para que esse desenvolvimento ocorra. Disso resultou a supremacia do *economês* nas notícias, com embasamento científico. O discurso racional-científico das fontes do mercado financeiro, embasados em gráficos e número que convergem a uma única saída, casualmente é a receita da ortodoxia econômica, o neoliberalismo. A valorização dos modelos matemáticos é ancorada pelos próprios centros acadêmicos de economia, notadamente pelos dois mais internacionalizados, da PUCRJ e da FGV – cujos professores, em mais de 80% dos casos, são formados nos EUA –, que se constituem como espaços de valorização da modelização matemática. “Esse pólo pode ser denominado ‘privatista’ por serem instituições privadas, valorizarem teoricamente o papel do mercado no sistema econômico e estabelecerem laços estreitos com empresas privadas, particularmente bancos, onde seus representantes prestam consultoria” (LENE, 2009, p. 57).

A cobertura jornalística não levanta questionamentos sobre a falta de democracia e transparência nas tomadas de decisão na esfera econômica do governo. Mesmo na redemocratização, as políticas macroeconômicas continuam a ser geridas pelas equipes econômicas dos governos, formadas por economistas recrutados no mercado financeiro ou nas universidades do centro do país. “Estes economistas gozavam de ampla autonomia para formular e implementar as medidas ou planos econômicos, através do respaldo pessoal do Presidente da República e não através da articulação com partidos ou outras forças do sistema político.” (LOUREIRO, 2006, p. 355). O padrão tecnocrático foi sendo instalado, historicamente fazendo uso de diferentes argumentos, seja “a necessidade de desenvolvimento da economia nacional (anos de 1950 e 1960), seja o controle da

hiperinflação (anos de 1980 e 1990) ou, ainda, a necessidade de produzir credibilidade frente aos investidores estrangeiros, como tem ocorrido mais recentemente.” (Ibid., p. 356).

O aparecimento constante nas publicações de relevância nacional ajuda os economistas a consumarem um ciclo que vai da academia para o governo e chega às consultorias especializadas, altamente remuneradas.

Empresas de consultoria, por sua vez, constroem sua visibilidade na imprensa não só por meio da publicação de artigos de seus principais sócios, mas também pela contratação de empresas de publicidade, que se encarregam de produzir ‘centimetragem de jornal’ (divulgação de notas, resultados de pesquisas efetuadas pelos clientes, etc.). (LENE, 2009, p. 11)

Como característica do processo de financeirização do noticiário, com permanência ainda hoje, o economista “entra” no jornalismo como fonte especializada envolto em uma *cientificidade*, e protegido por uma linguagem de difícil compreensão, mas que possibilita o distanciamento necessário à constituição da imagem de autoridade. Coberto ainda pela força dos números, comprovados por cálculos, o economista está autorizado a definir o que o leitor deve fazer com o seu dinheiro, inclusive oferecendo, mesmo que indiretamente, os instrumentos financeiros da instituição em que trabalha. A partir da adoção do Plano Real, em 1994, a interação entre os economistas do mercado financeiro e o jornalismo de economia se acentua, e todo o processo de hegemonia da agenda neoliberal na economia passa pelo noticiário econômico. A hipótese levantada por Puliti (2009) é de que a classe financeira substituiu a empresarial na liderança da política econômica do país, e isso só foi possível num processo que passou pela constituição de uma rede de apoio formada pela imprensa e pela academia. Uma avaliação bastante condizente com a ampliação das finanças como centro da atividade econômica, embora deixando margem para a oposição dos setores produtivo e financeiro, o que pode ser enganador, pois se trata de uma mudança no próprio funcionamento das empresas, voltadas à valorização financeira.

Fato é que, segundo Puliti (2009), os economistas que defendiam o modelo neoliberal eram os mesmos que recebiam fartos espaços no noticiário. “O noticiário econômico tem sido dominado nos últimos anos pelo chamado discurso do pensamento único ou hegemônico” (Ibid., p. 31). Esse domínio estabelece um veto ao debate, à medida que, reiteradamente, as posições discordantes são desqualificadas como política errada, populista e irresponsável.

Os critérios editoriais ligados ao interesse público, que contemplem o maior número de leitores, são, com a financeirização, preteridos por assuntos da bolsa de valores, que expressam preocupações de poucos, quando se observam as manchetes (KUCINSKI, 2002).

Temas como déficit público, ajuste fiscal, lucratividade das grandes empresas ganham maior relevância do que a criação de empregos, custo de vida, lançamento de planos de habitação, que acabam sendo assuntos de jornais populares. Ao longo do período acompanhado por Puliti (2009), reduziu-se nos grandes jornais o espaço de temas econômicos do dia a dia, da relação Capital/Trabalho, e alguns desses temas passaram a ser taxados como assuntos de segunda importância. Nessa lista entram os direitos do consumidor e trabalhista. Números relativos à inflação e ao mercado de trabalho continuam importantes, todavia tratados pelo viés do mercado financeiro, pois interferem em suas projeções, e podem justificar uma alteração na taxa de juros. Até mesmo os empresários, em período anterior (até o final da década de 1980) considerados os arautos do desenvolvimento, foram qualificados como ideológicos e atrasados, em comparação aos financistas modernos.

Tendo em vista a dispersão das informações e comunicação de massa, o papel central dos jornalistas, na perspectiva da autora, é organizar conteúdos para apresentá-los à sociedade, refletindo códigos de ética aplicada que, embora variem de sociedade para sociedade, enfatizam a busca da verdade e do interesse público. Ao ignorar as vozes dissonantes ao neoliberalismo, a imprensa contribui para que um único pensamento influencie a sociedade. Puliti (2010), dialogando com as teorias do jornalismo a respeito da noticiabilidade, identifica, a partir de abordagem empírica, que a procura pelo jornalista por parte dos agentes do mercado se daria pela capacidade de formação de opinião de que o jornalista é investido. Esses agentes sociais “pretendem usar as notícias como um recurso de comunicação com a sociedade. E justamente por ser um *opinion maker* o jornalista é disputado por grupos de interesse” (Ibid., p. 7), em um processo por vezes estrategicamente construído. Os financistas têm muito boa noção do grau de impacto que as notícias têm na agenda do país e no próprio mercado, por isso alimentam o sistema jornalístico. Como possibilidade de alteração desse processo que não privilegia o debate e que forçosamente impõe padrões econômicos, a autora defende que sejam retomados padrões éticos e democráticos a partir do pluralismo e de um equilíbrio de interesses.

Seria o jornalismo econômico, nas condições em que é praticado atualmente, porta-voz do capital financeiro? Rocha et al. (2014) acreditam que sim. Muito mais do que intérprete das ações dos agentes desse sistema, o jornalismo econômico porta-se como cúmplice, pois colunistas e outras fontes da grande imprensa nunca explicam aspectos importantes para a compreensão dos bastidores da luta por poder, que se articulam em larga escala. O argumento dos autores se baseia na observação de que muito pouca coisa é vista na imprensa sobre os mecanismos claramente antiéticos do sistema financeiro. Um exemplo é a

abordagem acrítica que a imprensa faz das agências de análise de risco, que, com suas notas, muitas vezes enganosas, conseguem atrair o interesse de investidores ou afugentá-lo dos papéis de países.

O jornalismo dessa área caracteriza-se pela ausência de uma ética iluminista e republicana, ausência que orienta esse tipo de abordagem. “A profissão de trabalhar com a informação é facilitadora das relações assimétricas, prejudicando assim os direitos da cidadania e da democracia mesmo em sua forma burguesa e representativa” (ROCHA et al., 2014, p. 92). A falta de informações que esclareçam as relações de interesse estabelecidas obscurece a tomada de decisões pela sociedade. A própria divulgação de informações “despretensiosas” da área econômica pode estar funcionando de modo a alimentar um caráter de cidadania meramente ilusório, pois essas mesmas informações, sem a interpretação do alcance e implicações que podem ter, atuam no sentido da desinformação.

Lene (2009) discute essa *função* do jornalismo de economia no capitalismo contemporâneo, com suas características globalizantes e aceleradas. O diferencial da mídia corporativa, e do jornalismo de modo geral, segundo a autora, é o monitoramento do risco, pois esses veículos cumpririam um trabalho de vigilância social sobre os fatores de risco. Nessa perspectiva, para a tomada de decisões, os investidores têm que equalizar custo e benefício, o que sempre requer informações de qualidade. Avalia-se o passado, decide-se no presente sobre uma expectativa futura, o que é possibilitado, no caso dos agentes econômicos, a partir de informações já conhecidas. O papel do jornalismo no sistema do mercado seria compor uma relação de crença, em que o agente tende a acreditar que tomará a decisão correta quando munido de maior quantidade de informações, ainda associado à tomada de decisões. “No sistema econômico, o jornalismo tem, portanto, o papel de servir como ferramenta ao processo decisório dos agentes do mercado” (Ibid., p. 378). Não consideramos, contudo, que a visão desde o ponto de vista do mercado financeiro – que exige um tipo de informação, com determinado pressuposto ideológico – esgote a tarefa jornalística na sociedade, mesmo relativa à área econômica. É claro o viés *integrador* do jornalismo nessa análise.

Certamente, em determinada medida, o jornalismo (pelo menos um tipo de jornalismo) cumpre essa tarefa funcional ao sistema financeiro. A perspectiva deste trabalho, porém, procura considerar de modo mais amplo o trabalho jornalístico, não restringindo seu entendimento à ação conveniente que desempenha aos agentes financeiros. Sobre a questão do risco, convém adicionar uma incerteza a respeito da “confiabilidade” que os que manipulam o grande capital possuem pelos veículos jornalísticos. Não é difícil supor que os

megainvestidores possuam fontes próprias de informação, interpretação e análise dos fatos econômicos. O jornalismo, em certo sentido, é o espaço da política na economia dos investidores, ou seja, compõe os mecanismos que tensionam, revelam e omitem informações sobre os e dos próprios agentes, que procuram influenciar e pressionar uns aos outros, sendo, portanto, além de informação para a tomada de decisões, uma produção de informação que os agentes buscam influenciar a divulgação e a não divulgação²⁹.

4.2.2 O jornalismo econômico ideologizado: a política da não política

O jornalismo, vocacionado aos fatos, não combina com ideias acabadas, com visões obtusas e respostas prontas. Porém, no que se refere ao período neoliberal, os jornalistas dos veículos hegemônicos têm agido como se vissem o mundo por um viés estritamente ideológico (KUCINSKI, 2000). Assim se deu neste país, por ocasião da implantação da agenda neoliberal, especialmente no que se refere às privatizações de empresas estatais, “em que todos os meios de comunicação de massa adotaram a mesma posição, apesar de a sociedade civil estar dividida” (Ibid., p. 183-184). Os anos 1980, como vimos, trazem a economia para o centro da temática jornalística, o que faz com que as questões do “mundo produtivo” comandem o processo de formação da ideologia do jornalismo nesta época. Mesmo no jornalismo generalista, “doutrinas econômicas passam a ter mais importância do que as teorias políticas.” (Ibid., p. 187).

O jornalismo econômico formula suas questões, em geral, desde a perspectiva da teoria econômica dominante em cada período. Essas teorias, no caso do neoliberalismo, constituem o conjunto de respostas das classes dominantes às crises que se sucedem no sistema. Nos últimos trinta anos, a negação e a negativização do social pelas forças econômicas, explícitas sob a égide do neoliberalismo, acaba refletindo na negação do social pelo jornalismo de economia dos veículos referenciais. “O jornalismo econômico, veículo por excelência dessa nova ideologia, tornou-se a principal agenda do debate político. Assim, a disfunção de sua linguagem talvez tenha uma função ideológica. Um jornalismo que não se propõe a explicar e sim a seduzir” (KUCINSKI, 2000, p. 14-15). Um jornalismo cuja atuação

²⁹ O cinema muitas vezes, como forma de arte, consegue ser mais preciso nas construções de como funcionam determinados procedimentos, como apontam Santos, Rocha e Dos Santos (2014) em artigo sobre as narrativas audiovisuais sobre a crise de 2008, e que concluem pela efetividade de produções como *Inside Job* (Trabalho Interno), em demonstrar os mecanismos que levaram à crise. Particularmente sobre as notícias plantadas como componente da dinâmica da bolsa, no caso a de Nova York, o hollywoodiano *Wall Street – Poder e cobiça* (1987), do diretor Oliver Stone, demonstra essa como esse “esquema” funciona.

tem função ideológica, pouco explica e muito impacta sobre as questões de economia e economia política.

A necessidade objetiva de desestruturar o sindicalismo e o sistema produtivo estatal fez do neoliberalismo uma doutrina especialmente agressiva, que arrastou o jornalismo como sua linha auxiliar. Houve uma ideologização da imprensa, no sentido de uma insistência em afirmações dogmáticas, a recusa generalizada em lidar com fatos e a tentativa de desclassificação dos críticos do neoliberalismo por meio da adjetivação de “atrasados”, “retrógrados” ou “dinossauros”. (KUCINSKI, 2000, p. 188)

Como se sabe, o neoliberalismo vai além de uma doutrina econômica, ele atua como uma teoria política, que pressupõe a dominação empresarial (livre-mercado) conjugada com a democracia representativa formal. O que é considerado o traço ideológico mais marcante e permanente do jornalismo nos países de capitalismo avançado é “a defesa da livre empresa na esfera econômica e da democracia liberal na esfera política” (Ibid., p. 184). A democracia, contudo, não é um valor supremo, embora colocada no discurso como possuindo tal estima, ela aparece na prática como sistema adequado à livre empresa e à expansão dos interesses globais dos países centrais. Em geral, a democracia representativa é bem vista quando fraca e ineficiente, com alto grau de despolitização, especialmente entre pobres e trabalhadores (MCCHESENEY, 2003). “É aqui que se pode ver por que o sistema de mídia comercial existente é tão importante para o projeto neoliberal, pois é singularmente brilhante ao gerar o tipo exato de falsa cultura política” (Ibid., p. 234). Os partidos e as políticas devem condicionar sua atuação em respeito às decisões meramente técnicas que emanam da economia, como no exemplo apresentado por Halimi (1998, p. 77), em que um jornalista faz a seguinte pergunta a um membro do governo francês: “Como o senhor explica que, na França, a economia ainda seja conturbada pelo debate público e pelos militantes de um partido ou de outro? [...] Que a economia seja utilizada pelos partidários desta ou daquela tese política?”. Ou seja, quando mais necessita da política para reformar e transformar a atuação do Estado no campo do social e os estamentos jurídico-trabalhistas, a circulação de capitais, mais o neoliberalismo quer parecer como projeto apolítico, como simplesmente “o que deve ser feito”.

A despolitização operada pelo jornalismo no contexto neoliberal é tratada por Pierre Bourdieu (1998) de um ponto de vista sociológico, caracterizando esse processo de desencanto com a política que as coberturas promovem. Os comentários e perguntas dos jornalistas repercutem uma visão cínica do mundo político, “espécie de arena entregue às manobras ambiciosas sem convicção, guiados pelos interesses ligados à competição que os

envolve.” (BOURDIEU, 1998, p. 98). Coloca-se o conflito entre pessoas e não entre ideias no primeiro plano, um interesse demasiado pelo jogo e os jogadores e não por aquilo que está em jogo, a substância dos debates políticos. Procura-se as causas para as tomadas de posição nos interesses associados a posições do campo político, rivalidades pessoais, intrapartidárias e de correntes. Esses são mecanismos que, coloca Bourdieu, contribuem para um efeito global de despolitização, de desencantamento com a política. Produz, dessa forma, a imagem de um mundo de ameaças incompreensíveis e incontrolláveis, das quais é preciso se proteger, manter-se distante, pois nada se pode compreender e, portanto, nada se pode fazer para mudar. O jornalismo praticado a partir de tais pressupostos insinua e estimula “pouco a pouco, uma filosofia pessimista da história que encoraja a desistência e a resignação em lugar de estimular a revolta e a indignação. Ao invés de mobilizar e politizar, tal filosofia acaba contribuindo para avivar os temores” (Ibid., p. 102).

O jornalismo, ainda, promove um discurso de elogio à empresa privada e estimula o interesse privado, que funciona como uma crença compartilhada que põe fora de discussão teses que necessariamente deveriam ser discutidas politicamente. Contribui para a destruição dos fundamentos filosóficos do *Welfare State*, particularmente a noção de “responsabilidade coletiva”, quer seja em acidentes de trabalho, quer seja em relação à doença ou à miséria, conquista fundamental do pensamento social. A demonização do *Welfare state* é tão intensa que o cidadão, repellido pelo Estado, “repele o Estado, tratando-o como uma potência estrangeira que ele utiliza do melhor modo para os seus interesses” (BOURDIEU, 1998, p. 13). Sobrepõe-se o discurso do “fatalismo neoliberal”, que repousa na inevitabilidade histórica da primazia do econômico sobre o social, em que o economicismo desresponsabiliza e desmobiliza, “anulando o político e impondo toda uma série de fins indiscutíveis, crescimento máximo, competitividade, produtividade” (Ibid., p. 68). Por um lado, os moldes dessa discussão têm o mérito de colocar claramente a “escolha pelo mercado”, expõe em “plena luz” a escolha “entre a confiança dos mercados e a confiança do povo [...]. Mas a política que visa preservar a confiança dos mercados corre o risco de perder a confiança do povo.” (Ibid., p. 69).

Outra forma constituinte do universo do jornalismo está na sua inobservância de mudanças lentas, “insensíveis”, que ficam imperceptíveis no cotidiano, e se revelam no passar do tempo. Bourdieu vê aí uma “*amnésia estrutural*”. Trata-se da própria lógica do campo jornalístico focada no *furo* e desatenta para as mudanças de longo prazo. O factual raramente consegue transcender para, a partir dele, observar-se o estrutural que implica. O uso de simplificações, justificadas em nome das expectativas do público, e, em certo sentido,

necessárias à comunicabilidade de questões complexas, transformam-se em demagogias ao projetarem as próprias inclinações hegemônicas e que os jornalistas reproduzem.

Halimi (1998) traz exemplos franceses de como a presença do “pensamento único” (neoliberalismo) é constante e conforma com naturalidade as perguntas e colocações de jornalistas, sem que os próprios percebam isso. Colocam o salário mínimo como entrave para o crescimento econômico do país, como no caso de *Le Figaro* interpelando o presidente francês Jacques Chirac: “‘Se a França se encontra nessa situação não será em decorrência de sua rigidez e, em particular, da barreira do salário mínimo que bloqueia a contratação de jovens ou imigrantes?’” (Ibid., p. 68). Em outro jornal, um chefe de redação repete a ideia fixa do patronato francês: “uma revalorização do salário mínimo representaria um ‘pequeno empurrão assassino’. Além disso, ‘a desigualdade da renda, em certa medida, é um fator de enriquecimento dos mais pobres e do progresso social’.” (Ibid., p. 68). Certamente, esses exemplos não expressam apenas a situação particular do jornalismo francês, mas resumem, em certa medida, a situação geral de concordância e defesa do projeto neoliberal pela abordagem jornalística, que notamos também no Brasil.

Assim, os conteúdos são codificados por uma espécie de culto à empresa, pela valorização do desequilíbrio, defesa da abertura econômica e sua mundialização, e por posições contrárias às conquistas sociais, fazendo com que a existência de excluídos (desempregados) seja colocada na conta dos assalariados (privilegiados). O indivíduo é responsabilizado pelas condições degradantes que enfrenta, quando, cada vez mais, lhe tiram as condições de responder aos problemas que lhe são colocados. Assim, políticas que geram e mantêm níveis elevados de desempregados fazem par ao discurso que responsabiliza os mesmos desempregados por sua condição.

Mesmo em um país com tradição de protestos e mobilizações, como é o caso da França, as manifestações coletivas que denunciam o modelo neoliberal são condenadas pelos comentaristas da mídia. “[...] Esse pensamento único, essa lenga-lenga patronal, têm sido martelados por milhares de instituições, organismos e comissões” (HALIMI, 1998, 69-70). A mídia, segundo o autor, tem servido de ventríloquo aos desígnios dos mercados financeiros. O jornalismo a serviço do mercado, dessa maneira, pode ser resumido pelo “economicamente correto”, que estabelece: “A economia global é um mecanismo muito dispendioso e delicado que exige a participação dos investidores no lugar dos cidadãos.” (Ibid., 1998, p. 74).

4.2.3 A *Folha de S. Paulo* e a agenda neoliberal

A agenda neoliberal se espalhou, ou foi espalhada, pelo mundo no último quarto do século XX. O Brasil não ficou imune a esse processo. Francisco Fonseca (2005) estudou a implementação da doutrina no país, observando o papel da Grande Imprensa como instituição da sociedade que condensa de maneira mais clara a capacidade de “publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas [...], uma influência sutil, capaz de sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada ideia, opinião ou representação.” (FONSECA, 2005, p. 29). Entre 1985 e 1992, os “jornalões” *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* tiveram, ao correr dos anos, posições flutuantes em relação às posições neoliberais, até o momento em que se estabiliza um consenso (O Consenso Forjado, com Fonseca intitula seu trabalho), atuando os jornais como espaços para a luta ideológica que se travou e consolidando uma posição de propaganda das ideias neoliberais. As principais características da cobertura do ponto de vista de sua contribuição para a deliberação democrática foram o veto ao debate, com desqualificação dos atores sociais com posições divergentes, e a vulgarização/ simplificação das ideias que defendiam. Com isso, conclui o autor, que é possível “questionar qual o valor da liberdade de imprensa numa democracia, entendida como intermediação privada da opinião, se seus mais notórios (e autoproclamados) representantes nada discutem, literalmente embotando o debate” (FONSECA, 2006, p. 6).

A imprensa equilibrou posições pró-imperialismo e o estágio das disputas internas do país. Em alguns momentos, criticava a extrema desigualdade entre os países centrais e periféricos, pois o Brasil, como devedor, remetia levas de capitais ao exterior. Mas a relação imperialista só foi criticada ou não conforme a configuração do *front interno*, ou seja, de acordo com o “grau de mobilização sindical/social e dos movimentos à esquerda, por um lado, e do papel desempenhado pelo Capital nacional, por outro, se mais ou menos próximo da efetivação da Agenda Ultraliberal.” (Ibid., p. 450). No período de forja do consenso, a imprensa atuou como instituição fundamentalmente voltada à estabilidade do sistema, como representante do capital global, cujas posições são as de agente de conservação. A defesa de mudanças na ordem internacional deveria ocorrer no marco da ordem estabelecida. Com relação à transformação estrutural no regime de acumulação, o padrão flexível de produção, o país não podia “perder o bonde da história”, ou seja, deveria simplesmente aderir às mudanças tecnológicas, inserir-se no modelo sem muita demora, dada sua posição periférica e pouco decisiva nos destinos do sistema.

Dessa maneira, pode-se sustentar que a grande imprensa contribuiu rigorosamente pouco para a democracia, por evitar o debate e não diversificar as opiniões apresentadas (FONSECA, 2005). No período da implementação da agenda neoliberal, os jornais julgaram perda de tempo a discussão, sendo, portanto, impermeáveis a ideias divergentes, propagando a falta de alternativa, em nome de um realismo inescapável (fatalismo). Outra característica de cobertura observada é a simplificação de questões complexas, exagerando no impacto dos problemas econômicos. Também os benefícios da agenda política econômica foram supermensurados. Construiu-se um discurso fortemente dualista, com pares de antitéticos. Crentes nas imagens que eles mesmos criaram, os jornais colocavam de um lado a agenda ultraliberal modernizante e de outros os seus inimigos. Para os veículos de presença nacional à época, “só haveria um caminho, uma saída e uma única forma de superar a crise econômica e desenvolver o país: a implementação da Agenda em foco.” (Id., 2006, p. 4).

A *Folha de S. Paulo*, de acordo com o autor, tinha, no início do governo Sarney, uma posição cambiante com relação à agenda neoliberal, e foi aderindo ao ideário no final daquele governo. Já na campanha de Fernando Collor, o jornal sutilmente já havia se apropriado das ideias neoliberais, e, após as eleições, vai apresentá-las como a única saída possível. Seguiu-se um veto ao debate sobre a sua implementação e a tentativa de separar a queda do presidente da agenda que ele defendia. Empiricamente, Fonseca mostra essas mudanças de posições e a defesa das mesmas pelos jornais, com base em estudo realizado em editoriais e colunas da época.

Mesmo no caso da *FSP*, seu maior pluralismo não implicou nem visões alternativas ao núcleo da Agenda Ultraliberal, nem (principalmente) abertura a vozes oponentes a esta Agenda. [...] seus editoriais defenderam posições praticamente em uníssono aos seus congêneres, recusando-se a discutir *séria e profundamente* não apenas a Agenda em si mas também seu processo de implantação. (FONSECA, 2005, p. 446 – destaques do autor).

A *Folha*, contudo, abriu espaço para algumas vozes discordantes, especialmente em espaços opinativos, em que se expressam articulistas de fora do jornal, e mesmo alguns críticos de dentro, mas, claramente minoritários, esses ficaram submetidos ao ambiente acrítico com relação à agenda neoliberal.

No primeiro ano do governo Sarney, 1985, a *Folha de S. Paulo* alertava para a existência de controvérsia histórica sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico e na redistribuição de renda, sem tomar posição. Sobre a estatização ou privatização, acreditava que o tema não poderia ser ideologizado, e sim tratado com pragmatismo. Já no correr do referido ano, a *FSP* passa a fazer crítica à burocracia e a ineficácia produtiva do Estado. Sua

posição em relação ao setor público variou de acordo com as modificações internacionais, levando em conta a crise do socialismo e os ajustes neoliberais por que passavam os países centrais, sendo, em geral, mais *pragmática* do que doutrinária. Sua postura à época era nacional-desenvolvimentista, sendo 1985 um ano de transição. Tratava como possível a existência de protecionismo, embora não o defendesse. Considerava, ainda, como desejável e possível a distribuição de renda por meio de um sistema tributário progressivo e não defendia a recessão como forma de garantir a estabilidade. A preocupação da *Folha* com o Plano Cruzado não sobrecaiu no tabelamento dos preços, e sim na manutenção do crescimento.

Em 1986, o jornal cobrava a redução do déficit público à medida que apareciam problemas na economia, como o desabastecimento e o mercado negro. Assumiu uma postura privatista, pressionando por uma drástica reforma administrativa, com corte dos custos e demissão de funcionários públicos. A retirada do Estado da economia não era defendida por razões intrínsecas ao funcionamento desse, e sim como uma ação para conter a crise econômica. Ao longo dos anos, a *Folha de S. Paulo* vai migrando para uma defesa mais aberta do neoliberalismo, tardiamente em relação aos seus concorrentes (*O Globo, Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo*).

Na segunda metade do governo Sarney, ao propor debates sobre o modelo brasileiro, o jornal utiliza argumentos ideologizados, aprofundando dicotomias e maniqueísmos. Defende, assim, o desmonte da máquina pública, “utilizando-se, uma vez mais, mas com maior intensidade ainda, do recurso estratégico das reportagens especiais para provar que o Estado estaria falido, conseqüentemente sobrecarregando a sociedade.” (FONSECA, 2005, p. 258-259). O jornal exacerba a retórica ultraliberal em defesa das privatizações, em 1989, quando defende que, mesmo não trazendo benefício econômico (diminuição de gastos, combate à ineficiência e ao desperdício), a venda de estatais é defensável por conter carga simbólica (ideológica): “a ideia da privatização das estatais exercia uma função simbólica inestimável. Sinalizava para a sociedade brasileira [...] se haveria ou não determinação política para diminuir gastos, combater a ineficiência e estancar o desperdício” (*FSP*, 15.02.1989³⁰). O jornal passa a uma posição de “intransigência” e “implacabilidade”.

No governo Collor, as críticas do presidente ao empresariado nacional são diluídas pelo jornal na oposição “setor público versus setor privado”, falando em nome desse. “Em outras palavras, o jornal optou por criticar o Estado – a estatização e o intervencionismo –,

³⁰ Editorial: Na contramão da história.

preservando e mesmo defendendo o empresariado das críticas do governo Collor, apesar de manter o apoio ao seu *programa*.” (FONSECA, 2005, p. 355).

A guinada fica clara quando se observa a posição do jornal no debate sobre a privatização da Usiminas, por ocasião da suspensão temporária da privatização, em polêmica sobre o preço mínimo da empresa.

Não pode se perder [a privatização] em uma discussão sobre o preço pelo qual serão vendidas as ações da estatal [...]. O pretexto do preço eventualmente incorreto não pode obscurecer o fato de que a privatização é imprescindível, necessária e até emblemática. Já não há, no arco político-ideológico brasileiro, uma só corrente responsável e respeitável que defenda a manutenção de um setor como o siderúrgico em mãos do Estado. Logo, não cabem dúvidas quanto à necessidade e urgência de se privatizar a Usiminas. (*FSP*, 7.8.1991)

Ou seja, além de defender intransigentemente a privatização, ainda taxa seus opositores de irresponsáveis e indignos de respeito. Para o jornal, barrar a venda da Usiminas, primeira privatização do governo Collor, significaria “atingir duramente uma das pedras angulares de todo o processo de privatização, que já vem caminhando muito mais lentamente do que seria desejável” (*FSP*).

No período seguinte, nos governos FHC, a ênfase foi dada à necessidade de privatizações. O aspecto econômico das privatizações, ou seja, a situação financeira das empresas, as possibilidades de lucros para os investidores, incitando a concorrência no mercado, foi o principal foco da cobertura da *FSP* sobre as privatizações, em detrimento do social, cultural e político, esses puramente negativados (BARROS, 1996). “O desempenho das estatais é exposto como exemplo de anti-racionalidade econômica, reforçando o argumento de urgência em privatizá-las para que sua performance produtiva seja recuperada” (Ibid., p. 91). À dimensão política das privatizações, secundária em relação à econômica, é atribuído o insucesso econômico das estatais. Entre 1990 e 1994, período investigado por Barros (1996), os editoriais são redundantes na utilização de determinados argumentos, e veementes, imprimindo um tom de urgência para a necessidade de vendas. Os articulistas do jornal estão em consonância com os editoriais, havendo pouco espaço tanto para a oposição (sindical basicamente) quanto para textos polêmicos, que não colocam a dicotomia (contra e a favor) e procurando elencar argumentos de ambos os lados e não tomam como correto nenhum dos lados.

A supremacia da agenda neoliberal segue no segundo mandato de FHC, como mostra o editorial publicado na capa do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 24 de janeiro de 1999, durante a crise do real, em defesa da agenda liberalizante: “O governo não deve tampouco

temer tabus na privatização. A Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal podem e devem ser privatizados. Acelerar o enxugamento da máquina pública, em todos os níveis, é crucial”. E continuava: “país algum progride se o seu orçamento é excessivamente comprometido por salários e pensões”. Como se sabe, a crise do real foi instrumento para o aprofundamento da reforma neoliberal no país. Grosso modo, podemos dizer, que a partir daí a doutrina deixou de ser apenas uma agenda da transformação da forma de atuação do Estado para se consolidar como a forma apolítica de gestão dos “negócios públicos”.

Enfatizamos nesse capítulo como o jornalismo, brasileiro especialmente, se desenvolve para abarcar a área de economia, sendo as editorias, cadernos e veículos especializados os espaços privilegiados para essa cobertura. A abordagem dos temas econômicos, embora seja mais característica desses espaços, não se restringe a eles. No capítulo a seguir, trabalhamos diretamente com a cobertura da *Folha* sobre a crise econômica, não nos restringindo aos espaços tradicionais da economia no jornal, priorizando-os, contudo.

5 A CRISE PELAS PÁGINAS DA FOLHA

Para a abordagem empírica, tendo em vista o entendimento de que os vários espaços do jornal dialogam entre si e vão constituindo noções sobre a crise, decidimos apanhar todos os conteúdos publicados pela *Folha* que continham referência à crise, lançando mão, para isso, do recurso de meta-busca disponibilizado no site do jornal. Essa ferramenta permite fazer busca apenas no conteúdo do jornal impresso, o que constitui nosso *locus* de interesse. Nossa definição pelo jornal impresso ajuda a encurtar a quantidade de material, mesmo assim não pequena.

Assim sendo, realizamos a busca pelos termos “crise” e “anticrise”, no período de 1º de agosto de 2008 a 31 de março de 2009, abrangendo oito meses de cobertura. O intervalo se refere ao período em que a crise chega a seu ápice (mês de setembro de 2008) em termos de ocorrências factuais no “mundo” da economia, às quais respondem os distintos governos. Encaramos o referido mês como momento de clivagem da crise (vide fases no item 3.3.1), em que ela transforma-se de crise financeira, e, portanto, mais ou menos circunscrita aos mercados financeiros de ações e fluxos de capitais, em uma crise econômica geral, atingindo a “economia real” (indústria, setor primário e comércio). O marco para esse momento e para a crise como um todo é a quebra do banco americano de investimentos Lehman Brothers, mas também a promoção de uma série de “pacotes econômicos” dos países, envolvendo somas de recursos quase irrestritas.

Na sequência de setembro, temos os dois trimestres em que a economia brasileira mais sofreu impactos da crise, principalmente com uma onda de demissões. A economia que vinha em uma trajetória macroeconômica de crescimento teve uma súbita queda no último semestre de 2008, o que seguiu no primeiro trimestre de 2009, só invertendo essa tendência no segundo semestre de 2009. É importante adiantar que os resultados do PIB são conhecidos com certo atraso, quase três meses depois do período a que se referem, dessa maneira, são os fatos singulares, como demissões e anúncios de cortes na produção, que no presente dão amostra de como a economia está indo. Assim, o que, em termos de trajetória macroeconômica (dados do crescimento, balança comercial), que muito importam à cobertura, já se previa com as questões cotidianas do desemprego em massa, das férias coletivas, das medidas tomadas pelos governos, das ações anunciadas pelas empresas, das pressões de distintos setores, dos protestos dos trabalhadores, etc.

Esses trimestres coincidem com o que Duménil e Lévy (2014) colocam como a fase (3), em que a crise provoca grandes falências, corrida dos governos para socorrer instituições,

e quando a recessão atinge a maioria das economias mundiais. O mês de agosto foi englobado de modo a conseguirmos visualizar a mudança na cobertura.

Com relação à coleta, a partir das buscas por “crise” e “anticrise”, fizemos *download* de todo o resultado para o período. Após eliminarmos as matérias repetidas (as que continham as duas palavras e, portanto, compuseram os dois resultados), restaram 8.980 matérias³¹ em formato .pdf. Destaca-se que esses arquivos foram *baixados* contendo apenas textos, sendo as fotografias e ilustrações perdidas com esse recorte. O material foi, então, tabulado, primeiramente, eliminando os conteúdos que não se referiam à crise tema deste trabalho³². Como *corpus* efetivo, assim, resultaram 6.176 matérias, além das 243 capas das edições, consideradas à parte³³. De todo forma, não nos furtamos de constantes visualizações da versão digital para complementar nossa compreensão sobre a cobertura.

As 6.176 matérias que ultrapassaram as etapas referidas acima foram tabuladas a partir de critérios que envolveram a data da publicação; a editoria ou caderno; veículo de autoria (além da própria *Folha*, as agências de notícia e outros jornais internacionais); tipo de abordagem (notícia, nota(s), reportagem³⁴, artigo, coluna³⁵, nota(s) de coluna, entrevista, editorial, frases, resenha, ensaio, análise, comentário, dica³⁶, explicação³⁷); autor³⁸; tamanho, de acordo com o número de parágrafos; lugar a que se referia o conteúdo (estados brasileiros, nome do país, países, região, internacional, mundo); tema (economia internacional, relações

³¹ Utilizamos a expressão matéria para nos referirmos a qualquer conteúdo publicado no jornal (exceto publicidade e classificados), ou seja, notícias, notas, colunas, frases, artigos, reportagens, editoriais, resenhas, ensaios, etc.

³² O único filtro que utilizamos, fora a delimitação ao conteúdo do jornal impresso e o período, foram as palavras-chave. Assim, como é possível imaginar, outras crises ficaram presas em nossa rede. Como exemplo, tivemos uma crise política na Bolívia, a seleção brasileira de futebol masculina estava em crise, ocorreu um intenso conflito na Faixa de Gaza, denominado “crise”, entre outros casos. O formato disponibilizado pelo site do jornal coloca os títulos do *artigo* anterior e próximo no rodapé da página, assim, ocorreu de o termo “crise”, que fez o conteúdo cair na rede, se referir a esse título (do anterior ou do próximo) e não ao *artigo* propriamente, o que resultou na eliminação desse material. Foram eliminados também os conteúdos da Folha Ribeirão (distribuição regional), da Astrologia e da Folha Corrida.

³³ Nota-se que, por ocasião do exame de qualificação deste trabalho, nos debruçamos sobre 18 edições de setembro de 2008, acessadas no portal da *Folha*, idênticas à versão impressa, e que os materiais que analisamos naquela ocasião foram encontrados na busca por palavras-chave.

³⁴ Para nota(s), notícia e reportagem, levamos em conta o tamanho do texto avaliado, a existência de mais de uma fonte, a centralidade em apenas um fato, ou em um tema, numa postura, de modo geral, convencional. Quanto mais complexo tendia para reportagem, quanto mais simples, para nota(s).

³⁵ Chamamos de coluna os espaços fixos de opinião (incluindo colunas com nomes definidos) da página A2 (Opinião) e dos demais cadernos, com regularidade pelo menos semanal. Artigos foram chamados os textos da seção Tendências e Debates (A3), os eventuais e com periodicidade baixa nos demais cadernos, e os textos de outros veículos e agências.

³⁶ Resenha, ensaio, análises, comentários e “dica” foram assim definidos os textos que continham esse tipo de identificação na cartola.

³⁷ Como explicação foram categorizadas as matérias que continham a cartola “Saiba mais” e textos do caderno *Dinheiro 2* publicado dia 18.10.2008, que buscavam explicar a crise a partir de respostas a perguntas-chave.

³⁸ Utilizamos essa expressão para designar a assinatura dos textos, sem nos determos em discussões a respeito do conceito de autor, bastante caro à área da Comunicação.

internacionais, macroeconomia, política econômica, política, trabalho, empresas e negócios, mercado financeiro e cotações, entre outras descritas e definidas abaixo), a partir da anotação do assunto geral e assunto específico de cada matéria. Além disso, os conteúdos foram classificados quanto à importância da crise para o assunto em cada texto, se secundária ou principal. Ou seja, se o texto fazia apenas uma referência à crise, mas sem que ela fosse tomada como algo relevante para o objeto do referido conteúdo, era marcado como de interesse secundário. Se, pelo contrário, ou se tratava de um aspecto manifesto da crise ou de algum assunto relacionado diretamente com a crise, classificamos como de interesse principal.

No caso dos opinativos (artigo, análises, ensaios, resenhas e colunas), foi anotada a “origem” do autor (político, setor público, empresas, etc.) e a periodicidade com que se manifestam no referidos espaços. Na identificação dos informativos (nota, notícia, reportagem, entrevista), marcamos a origem dos autores (reportagem local, sucursal de Brasília, redação, correspondente, etc.), de acordo com as assinaturas.

O “lugar” foi categorizado em termos genéricos de País, Países, Relação, Bloco Comercial, Região, Globo, levando em conta se o texto se referia a um país específico, a dois países em separado, a uma relação entre dois países ou blocos, ou se tratava de mais de dois países, blocos ou regiões; depois foi discriminada a região de cada um (América do Sul, América do Norte, Europa Ocidental, Leste-Europeu, América Central, Ásia, Oceania, África, Oriente Médio).

Neste capítulo, buscaremos, primeiramente, apontar os aspectos mais gerais da cobertura, com enfoque quantitativo. Na sequência, fazemos um passeio pelos principais fatos da cobertura, destacando as manchetes de capa do período que trataram da crise e as posições defendidas pelo jornal nos editoriais sobre o tema, como elementos definidores de sua política ideológica-editorial. Dando prosseguimento, interpretamos a cobertura, atentos aos aspectos definidos no capítulo sobre jornalismo de economia que caracterizam o conhecimento produzido nessa área do jornalismo.

5.1 ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO* SOBRE A CRISE

A cobertura da crise mobilizou as diferentes editoriais do jornal, foi tema de seus editoriais e dos comentários de seus colunistas e articulistas, povoou suas capas, envolveu agências de notícia, correspondentes e enviados especiais, as praças do jornal pelo país, gerando quantidade e diversidade significativas de conteúdos. Trabalhar com esse material

bruto foi, sem dúvida, um desafio para esta pesquisa. Diante do volume de dados, optamos por sintetizar quantitativamente os aspectos mais gerais, que nos dão uma boa base para análise, conformando um desenho de como foi feita a cobertura. À medida que os dados são apresentados, acrescentamos observações que apontam para interpretações desse material.

Do ponto de vista mais geral, dividimos as matérias em semanas, conforme Quadro 1. Foram consideradas 5.015 matérias em que a crise foi elemento principal e 1.161, secundário. A crise foi manchete principal do jornal em 139 das 243 edições do período (Quadro 2).

QUADRO 1 – Quantidade de matérias por semana

Semana Nº	Dias	Total	Principal	Secundária
0	1-2.8	5	2	3
1	3-9.8	25	15	10
2	10-16.8	17	10	7
3	17-23.8	29	22	7
4	24-30.8	35	22	13
5	31.8-6.9	27	15	12
6	7-13.9	60	55	5
7	14-20.9	182	162	20
8	21-27.9	201	176	25
9	28.9-4.10	233	201	32
10	5-11.10	257	229	28
11	12-18.10	258	211	47
12	19-25.10	265	222	43
13	26.10-1.11	258	225	33
14	2-8.11	263	187	76
15	9-15.11	208	171	37
16	16-22.11	241	189	52
17	23-29.11	195	149	46
18	30.11-6.12	231	178	53
19	7-13.12	239	193	46
20	14-20.12	220	170	50
21	21-27.12	182	140	42
22	28.12-3.1	161	108	53
23	4-10.1	160	134	26
24	11-17.1	176	140	36
25	18-24.1	214	161	53
26	25-31.1	220	163	57
27	1-7.2	203	173	30
28	8.14.2	201	158	43
29	15-21.2	181	157	24
30	22-28.2	179	149	30
31	1-7.3	199	171	28
32	8-14.3	198	178	20
33	15-21.3	186	156	30

Semana Nº	Dias	Total	Principal	Secundária
34	22-28.3	172	141	31
35	29-31.3	95	82	13
	<i>Total</i>	<i>6.176</i>	<i>5.015</i>	<i>1.161</i>

Fonte: Almeida (2015)

QUADRO 2 – Manchetes de capa por semana

Semana Nº	0	1	2	3	4	5	6	7	8
Manchetes	-	-	-	-	-	1	3	5	5
Semana Nº	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Manchetes	6	5	5	7	5	5	7	3	1
Semana Nº	18	19	20	21	22	23	24	25	26
Manchetes	5	6	5	6	2	2	5	4	6
Semana Nº	27	28	29	30	31	32	33	34	35
Manchetes	4	7	5	7	6	5	4	1	1
<i>Total de capas com manchete principal sobre a crise: 139/243</i>									

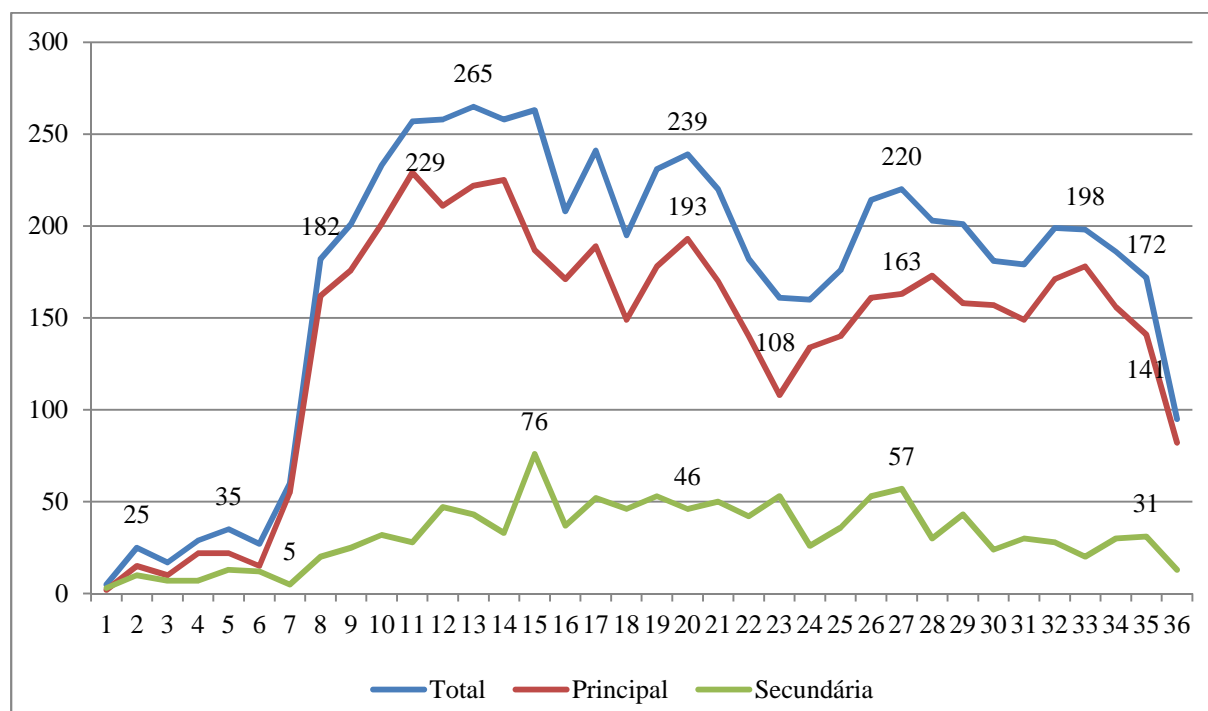
Fonte: Almeida (2015)

O mês de agosto e parte do mês de setembro (semanas 0 a 6) têm volume de matérias sobre a crise extremamente mais tímido do que o que se verifica a partir da semana 7, quando se pode dizer que a crise explode como tema da cobertura, marcando com precisão as datas de ocorrência dos acontecimentos iniciais da crise econômica, como a quebra do Banco Lehman Brothers nos EUA (Gráfico 1). O intervalo entre as semanas 9 e 14, entre o final de setembro e o início do mês de novembro, representa o período de maior intensidade (incidência ficou entre 233 e 265 nessas semanas), mantendo média elevada até o final do período. Praticamente o mesmo se apresenta quando se observam as capas do jornal, com a diferença de haver maior oscilação na sequência de manchetes, havendo, contudo, referência à crise em 57% das manchetes no período. No percurso, houve outros acontecimentos e temas de relevo para a cobertura, como os pacotes de medidas econômicas *emergenciais* dos governos (especialmente EUA e países europeus), o início dos efeitos da crise no Brasil (centrada no aperto do crédito para o funcionamento da economia), as eleições e a posse de Barack Obama, discussão sobre os depósitos compulsórios no Banco Central.

A partir da semana 15, a crise permanece com destaque elevado na cobertura em número de matérias e manchetes de capas, até o final do período, na semana 35. Os temas desse intervalo envolvem a continuidade das atenções aos EUA e internacional de modo

amplo, mas, especialmente, são centrados na economia brasileira. As demissões na indústria a partir de novembro e dezembro trazem definitivamente a crise para o país. Também há pressões de setores da economia brasileira até chegar às medidas do governo, que sob a pecha da crise concederam reduções de impostos e um plano de habitação popular.

GRÁFICO 1 – Evolução do número de referências à crise por semana



Fonte: Almeida (2015)

A *Folha* produziu conteúdos sobre a crise em seus diversos cadernos e editorias. Notadamente, o caderno de economia *Dinheiro*, dedicado tanto a negócios e finanças, quanto à política econômica, foi o espaço privilegiado para a cobertura, certamente. Um total de 3.854 matérias, 62,40%, foi publicado nesse caderno, sendo que a incidência de matérias que trataram diretamente da crise (Principais) foi a mais elevada, 90,22%. O tema da crise, fora do caderno *Dinheiro*, foi abordado especialmente pela seção de *Opinião* no *Primeiro Caderno* (653), páginas A2 e A3, em que são publicados os dois editoriais diários, colunas fixas de jornalistas e de convidados, e artigos (seção *Tendências e Debates*) de convidados especialmente para essa publicação, além do *Painel do Leitor*. A editoria *Mundo* destaca-se como outro espaço editorial privilegiado para abordar a crise (Quadro 3), especialmente porque temas políticos de outros países foram abordados por essa editoria, como as eleições nos EUA, que acabavam sendo relacionados com a crise. O mesmo vale para a editoria de *Brasil*, que trata da política nacional, tendo na crise um tema importante para falar sobre as

movimentações no Congresso e a repercussão dela no cenário eleitoral futuro (prevendo as eleições de 2010) e presente, após as eleições municipais de 2008 e a posse dos eleitos.

QUADRO 3 – Número de matérias por seção/editoria/caderno

Editoria/Seção/Caderno	Total	Principal	Secundária	Proporção de Principal
Dinheiro	3.854	3.477	377	90,22%
Opinião	530	431	99	81,32%
Opinião (Tendências e Debates)	123	84	39	68,29%
Ombudsman	11	7	4	63,64%
<i>Opinião Geral</i>	<i>664</i>	<i>522</i>	<i>142</i>	<i>78,61%</i>
Mundo	385	219	166	56,88%
Brasil	378	287	91	75,93%
Ciência	21	9	12	74,13%
<i>Primeiro Caderno (sem Op.)</i>	<i>2.112</i>	<i>1.559</i>	<i>553</i>	<i>44,89%</i>
Ilustrada	225	101	124	60,23%
Esporte	171	103	68	47,54%
Cotidiano	122	58	64	66,67%
Saúde	3	2	1	42,86%
New York Times	101	79	22	78,22%
Mais	60	39	21	65,00%
Informática	32	19	13	59,38%
Turismo	21	16	5	76,19%
Vitrine	18	6	12	33,33%
Especial	11	8	3	72,73%
Folhateen	5	3	2	60,00%
Fovest	5	4	1	80,00%
Equilíbrio	4	1	3	25,00%
Empregos	31	23	8	74,19%
Negócios	27	20	7	74,07%
Veículos	25	14	11	56,00%
Imóveis	10	5	5	50,00%
Construção	3	0	3	0,00%
<i>Total</i>	<i>6.176</i>	<i>5.015</i>	<i>1.161</i>	<i>81,20%</i>

Fonte: Almeida (2015)

Cadernos especializados, como *Construção*, *Veículos e Emprego*, trataram da crise. O mesmo valeu para *Equilíbrio* e *Vitrine*, cada um a sua proporção, além de edições do *+Mais* e, ainda, os cadernos de *Esporte*, *Ilustrada* e *Cotidiano*, mostrando a penetrabilidade da crise como tema de interesse do jornal como um todo naquele período. *Emprego* trouxe assuntos como demissões de executivos, contratação de analistas de Tecnologia da Informação durante a crise e incorporou a crise em suas pautas, como os programas de trainees e empregos temporários de Natal. A temática da crise chegou especialmente aos conteúdos opinativos de *Vitrine* e *Equilíbrio*, abordando os direitos do consumidor no caso do primeiro e as situações familiares no outro. *Mais* rendeu amplos espaços à crise, inclusive com edição temática a respeito, uma sobre a “crise do capitalismo”, outra sobre a cidade de Detroit (parque industrial automotivo decadente dos EUA) e outro sobre *desglobalização*. Tanto os clubes de futebol, brasileiros e de outros países, quanto a Fórmula 1 formaram, especialmente, os assuntos nos quais o caderno *Esporte* tratou da crise, dando ênfase ao impacto financeiro nas contas dos clubes e associações de desportos, tratando também de corte dos patrocinadores. A crise foi tema recorrente da cobertura das semanas da moda e das crônicas de José Simão no caderno *Ilustrada*, e foi pauta para a cobertura da cidade de São Paulo do *Cotidiano*.

Se tomarmos as matérias publicadas no caderno *Dinheiro* em relação ao total de matérias por semana, temos uma correlação de 95,46%, ou seja, a evolução do número de matérias do caderno é bastante próxima da evolução do total de matérias publicadas.

A estruturação da cobertura de economia, como vimos no capítulo a esse respeito, atende, conforme Basile (2011), a assuntos setorializados da economia, como mercado financeiro e agricultura (agronegócio), acompanha assuntos macroeconômicos (inflação, taxa de juros, desemprego), de microeconomia (negócios, fusões e aquisições, demissões, balanços), e, ainda, regionais. Tendo em vista essa diversidade e sendo a crise um tema também político e fortemente internacionalizado, a partir do que constatamos como seu “assunto geral” e “assunto específico”, classificamos as matérias em categorias que nos permitissem analisar quais os principais temas que foram tratados sob a insígnia de crise. Há sempre áreas de sobreposição entre as categorias utilizadas, em função da transversalidade dos temas, e da multiplicidade de critérios utilizados para a própria cobertura – como atenção estruturada por setores da economia, por região e pela abrangência macro e micro. Além disso, não apenas o jornalismo especializado pautou-se pela crise, também as outras áreas, como vimos no quadro das editorias. Assim, dividimos as matérias nos seguintes temas: *Política Econômica*, *Macroeconomia*, *Empresas e Negócios*, *Economia Internacional*,

Trabalho, Microeconomia, Política, Agricultura e Pecuária, Cultura-Artes-Moda-Lazer-Comportamento, Esporte-Competições, Ambiente, Educação, Saber Econômico e Noticiário de Economia.

No Quadro (4), podemos verificar o predomínio das questões de política econômica, mostrando a ênfase da cobertura da crise sobre as ações dos governos.

QUADRO 4 – Temas de maior interesse da cobertura

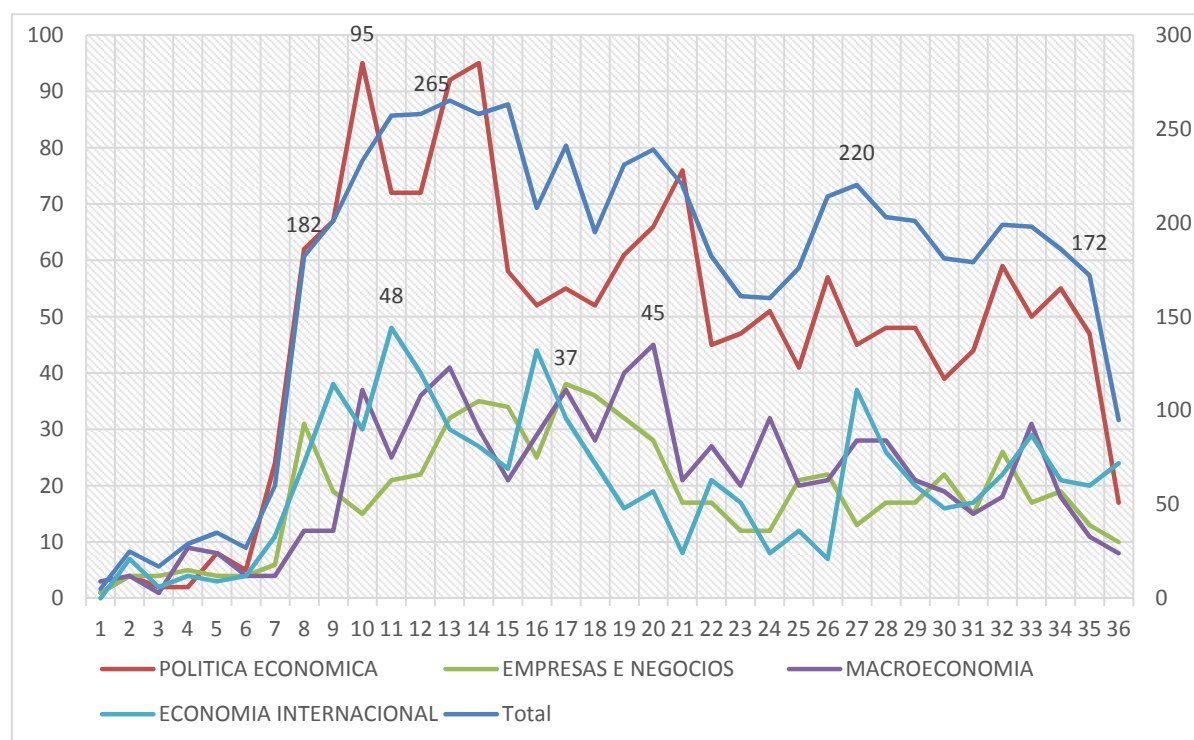
Tema	Total		Principal		Secundária	
Política Econômica	1.714	27,75%	1.554	90,67%	160	9,33%
Macroeconomia	764	12,37%	696	91,10%	68	8,90%
Economia Internacional	731	11,84%	679	92,89%	52	7,11%
Empresas e Negócios	666	10,78%	513	77,03%	153	22,97%
Política	555	8,99%	413	74,41%	142	25,59%
Trabalho	444	7,19%	303	68,24%	141	31,76%
Mercado Financeiro-Cotações	340	5,51%	280	82,35%	60	17,65%
Relações Internacionais	168	2,72%	96	57,14%	72	42,86%
Esporte-competições	164	2,66%	93	56,71%	71	43,29%
Cultura-Artes-Moda-Lazer-Turismo	129	2,09%	80	62,02%	49	37,98%
Agricultura e Pecuária	102	1,65%	70	68,63%	32	31,37%
Microeconomia	71	1,15%	44	61,97%	27	38,03%
Ambiente	47	0,76%	17	36,17%	30	63,83%
Noticiário de Economia	19	0,31%	15	78,95%	4	21,05%
Saber Econômico	16	0,26%	11	68,75%	5	31,25%
Educação	11	0,18%	4	36,36%	7	63,64%
Outros	37	0,60%	18	48,65%	19	51,35%
Indeterminado	198	3,21%	129	65,15%	69	34,85%
Total	6.176		5.015		1.161	

Fonte: Almeida (2015)

No sentido geral que empregamos nos capítulos anteriores, todos os fenômenos sociais envolvem a esfera política, e, sendo a crise de natureza econômica, poderíamos genericamente falar que todas as matérias são sobre política e economia. Essa postura, contudo, não contribuiria para especificar a cobertura que temos em mãos. Assim, assumimos os riscos de produzir essa codificação. Tratamos como *Política Econômica* todos os assuntos de economia que diziam respeito a governos de países, como as ações dos bancos centrais, o uso de reserva soberana, a pressão de setores por medidas e reformas dos Estados, pacotes de medidas, os acordos com o FMI (entendido como decisão soberana dos países que o fizeram),

e toda a sorte de comentários que diziam o que determinado governo deveria fazer para encarar a crise. A *Macroeconomia* está muito próxima da *Política Econômica*. Foram categorizadas como *Macroeconomia* especificamente os indicadores econômicos, como a taxa geral de desemprego, crescimento da economia, inflação, índice de confiança dos consumidores e da indústria, balanços comerciais dos países e também resultados dos setores econômicos, especialmente a indústria como um todo. No Gráfico 2, podemos verificar a evolução por semana dos temas mais tratados nos texto com referência à crise.

GRÁFICO 2 – Evolução dos principais temas ao longo das semanas



* “Total” está projetado no eixo vertical da direita.

Fonte: Almeida (2015)

Política, por sua vez, foi considerada a matéria que se referia estritamente à política formal e a movimentos sociais, quando direcionados àquela. Eleições, posses, projetos de governo para outras áreas, arranjos políticos, partidos, protestos sem tema específico, trocas de ministros, composição de governo estão aí englobados. *Mercado Financeiro e Cotações* foi o código utilizado para as oscilações nos índices das bolsas e das cotações de *commodities*, câmbio (quando não se referiam prevalentemente à ação de um Banco Central), comércio de ações. *Empresas e Negócios* se refere especificamente às empresas, planos de investimentos, balanços, prejuízos, novas tecnologias para gestão e barateamento de custos,

fusões e aquisições. Colocamos nessas categorias as notícias de subsetores da economia que tinham aumento ou redução nas vendas e em geral o que ficava na alçada de decisão da empresa, exceto as relativas a demissões e acordos coletivos. Para essas ocorrências, junto a férias coletivas, demissões em massa, anúncios de cortes, protestos denunciando precarização, dados gerais do desemprego, adotamos a categoria *Trabalho*, incluindo as leis e pressões que atingiam os trabalhadores, uma vez que o tema do trabalho se reveste de interesse em momentos de crise. O código *Microeconomia* foi atribuído às matérias que abordavam questões do cotidiano, como vendas no comércio de determinada região, dicas de investimento, migrantes comemorando ou lamentando a variação do câmbio, efeito da crise em cidades, casos de pessoas que sentiram a crise (desde que não relacionado especificamente ao trabalho).

As demais categorias, setORIZADAS, referem-se ao *Esporte* (especialmente Fórmula 1 e Futebol), à *Moda* (semanas da moda de diferentes cidades), à *Cultura* (vendas de álbuns de determinados cantores, agenda de shows), ao *Turismo* e ao comportamento (mudança na rotina dos jovens em função da crise ou aumento da procura por brechós, por exemplo). O mesmo é válido para *Educação*. *Ambiente* é o código para matérias sobre energia renovável, mudanças climáticas, política ambiental, etc. Em *Agricultura e Pecuária* colocamos as matérias relativas ao agronegócio, agricultura familiar, à safra de grãos e cotações relativas a esses produtos, além das demandas do setor junto ao governo (que poderia ser categorizado como *Política Econômica*, mas que optamos por setORIZAR). Por último, *Saber Econômico* e *Noticiário de Economia* reuniram, respectivamente, as considerações sobre a capacidade da ciência de prever a crise, os erros dos analistas; e questões tocantes ao noticiário, questionado especialmente em comentários do *Painel do Leitor* e do *Ombudsman*.

O que pudemos observar com essa codificação, basicamente, aponta para a diversidade de assuntos relacionados com a crise e para a centralidade das políticas econômicas na cobertura. O Planalto e os demais governos foram o ator principal sobre o qual as matérias falaram. Muito mais do que as próprias empresas em crise, o que o governo faria para salvá-las. Algo relativamente surpreendente para o período de hegemonia neoliberal que, em tese, seria adversária do Estado e, portanto, teria nos governos apenas os culpados. Esse dado fortalece a posição apontada no capítulo 3, em que sustentamos a modificação do papel do Estado e não a sua diminuição, como se supõe na propaganda do estado mínimo.

Expressa-se preocupação com o global, o arranjo internacional, quer em questões mais diplomáticas, codificadas como *Relações Internacionais*, em menor quantidade, quer na

Economia Internacional, focada nas discussões sobre os rumos que o sistema global deveria tomar, e nas recessões que apontavam mundialmente. Pautas relativamente secundárias como o *Ambiente* chamam atenção por expressarem uma preocupação com os efeitos da crise nas mudanças climáticas. *Esporte e Educação* estiveram mais voltados para questões financeiras, o mesmo valendo para a *Moda, Turismo, Lazer e Cultura*.

Ainda que residual, a própria cobertura, marcada como *Noticiário de Economia*, aparece como tema do *Painel do Leitor* e no *Ombudsman*, no primeiro caso, falando em excesso de notícias, no segundo discutindo a forma da mesma. O *Saber Econômico* foi assunto especialmente de colunistas e articulistas, ou discutindo autores consagrados das Ciências Econômicas que poderiam explicar a crise, ou criticando o próprio campo em função da maneira pró-mercado e especulativa como se organiza a economia com convivência de acadêmicos.

O jornal empregou de maneira preponderante o tipo de abordagem “notícia”, mas também utilizou colunas de opinião (tanto como assunto principal de uma coluna como em notas) e artigos em quantidade significativa, superior a reportagens e entrevistas, por exemplo. No período, em 243 edições, foram publicados 162 editoriais abordando a crise de diferentes formas, um indicativo bastante claro da centralidade da crise para a *Folha* nesse período. O jornal fez uso de reportagens e entrevistas e, largamente, de notas, conforme Quadro 5.

QUADRO 5 – Tipo de abordagem jornalística sobre a crise

Tipo de abordagem	Total	Principal	Secundária
Notícia	2.648	2.186	462
Coluna	747	624	123
Nota	703	602	101
Artigo	486	369	117
Reportagem	406	309	97
Nota(s) de coluna	379	295	84
Entrevista	201	146	55
Editorial	162	142	20
Frase	123	115	8
Frases	66	61	5
Crônica	73	26	47
Análise	56	51	5
Notas	27	26	1
Comentário	26	16	10
Dica	16	7	9
Ensaio	12	8	4

Tipo de abordagem	Total	Principal	Secundária
Explicação	24	18	6
Resenha	9	5	4
Chamada	6	5	1
Debate Folha	2	2	0
Discurso	2	1	1
Editorial (NYT)	2	2	0
Perfil	1	0	1
<i>Total</i>	<i>6.176</i>	<i>5.015</i>	<i>1.161</i>

Fonte: Almeida (2015)

Em geral, referindo-se apenas a dica, entrevista, explicação, nota(s), notícia, perfil reportagem e resenha (4.027), o principal autor das matérias foram jornalistas da *Reportagem Local* (863), seguidos pela *Sucursal de Brasília* (552), correspondentes, *Redação*, enviado especial e *Sucursal do Rio*. Desses itens, as agências e jornais assinaram como autores 176 vezes (QUADRO 6).

O alto envolvimento da *Sucursal de Brasília* na cobertura da crise é um forte indicativo do que trataremos a seguir, que é a centralidade do governo nas matérias. Essa sucursal assina 12,7% do total de matérias e 16,7% das do caderno *Dinheiro*. Essa filial da *FSP* acompanha as decisões e costuras na capital do país, sendo a principal autora de matérias sobre *política econômica*. A *Reportagem Local* centra-se em notícias de *empresas e negócios* e do *mercado financeiro e cotações*.

QUADRO 6 – Autores das matérias (dica, entrevista, explicação, nota(s), notícia, perfil reportagem e resenha)

Autor	Único	Misto	Total
Reportagem Local	863	56	919
Sucursal de Brasília	552	31	583
Correspondente	490	3	493
Redação	430	-	430
Enviado especial	333	8	341
Sucursal do Rio	253	24	277
Sem assinatura	249	-	249
Colaboração	235	2	237
Agências e jornais	176	-	176
Agência Folha	138	13	151
Misto (dois autores)	128	-	128
Outros	180	2	165
<i>Total</i>	<i>4.027</i>	<i>128</i>	<i>4.164</i>

Fonte: Almeida (2015)

Se tomados os textos assinados por jornalistas de outros veículos ou apenas por outros veículos e agências, o recurso às agências de notícia e jornais internacionais não corresponde a uma proporção superior a 4,6% do total dos textos, na maioria dos casos, 95,6%, sendo conteúdo *próprio* (Quadro 7 – Veículos e agências utilizados). Mas, nesse aspecto, se observadas as matérias assinadas por “Redação”, mais de duas centenas, essas continham no seu rodapé a expressão “Com agências internacionais”, demonstrando o forte impacto desses conteúdos, ainda que reelaborados pela “Redação”. A *Folha* publica semanalmente, às segundas-feiras, o caderno *The New York Times*, o que faz com que este seja a principal fonte estrangeira do jornal. O *Financial Times*, contudo, é o mais frequente no caderno *Dinheiro*.

QUADRO 7 - Veículos e agências internacionais utilizados na cobertura

Jornal-Agência Internacional	Total	Dinheiro	Mundo	Brasil	Ciência	NYT	Mais	Turismo
NYT	159	42	14	0	1	101	1	0
Financial Times	73	62	11	0	0	0	0	0
Bloomberg	17	17	0	0	0	0	0	0
Reuters	15	12	1	0	0	0	0	2
Associated Press	6	4	1	0	0	0	0	1
Le Monde	5	2	1	0	0	0	2	0
France Press	3	2	0	0	1	0	0	0
EFE	2	2	0	0	0	0	0	0
The Nation	1	0	0	0	0	0	1	0
USA Today	1	0	1	0	0	0	0	0
Tribune Media Service	1	1	0	0	0	0	0	0
New Scientist	1	0	0	0	1	0	0	0

Fonte: Almeida (2015)

Como é possível observar no Quadro 8, as principais referências internacionais, *NYT* e *Financial Times*, são reproduzidos significativamente em textos analíticos (artigos e análises), em que são publicados textos de personalidades conhecidas no mundo das finanças internacionais, como o economista Paul Krugman (*NYT*), o mais frequente entre os autores de textos desses veículos, com 17 incidências ao todo; o professor de economia e consultor Nouriel Roubini (*FT*), com três textos, apresentado como o primeiro a prever a crise; o megainvestidor George Soros, em quatro textos do *Financial Times*; e o jornalista-economista Martin Wolf, com sete textos, chefe dos analistas de economia do mesmo jornal (Quadro 9). Convém chamar a atenção para os textos assinados por ex-integrantes de

governos e de órgãos, como o ex-secretário do Tesouro dos EUA da gestão George W. Bush, Henry Paulson, e o ex-diretor do Federal Reserve, Alan Greenspan, ambos personagens de várias matérias durante a cobertura.

Tendo em vista esses dados, pode-se observar que, mesmo o número total de texto de agências e veículos internacionais não sendo superior a 5%, quando se focaliza o tipo de texto e a autoria, é possível verificar que a *Folha de S. Paulo* utilizou o recurso a veículos estrangeiros e a seus autores para ancorar a cobertura, de modo a colocar nomes conhecidos a interpretar os fatos, em Artigos e Análise, tipos em que os estrangeiros representam quase 25% do total (134/543). Têm, em especial o *Financial Times* e o *NYT*, uma força qualitativa na cobertura ao trazer “figurões” para as páginas da *Folha*, assentando uma relação com a referencialidade daqueles veículos e os autores que trazem (Quadro 9).

QUADRO 8 – Principais veículos e agências internacionais por tipo de matéria

<i>Tipo de matéria</i>	NYT		Financial times		Bloomberg		Reuters	
	Dinheiro	Mundo	Dinheiro	Mundo	Dinheiro	Mundo	Dinheiro	Mundo
Notícia	6	1	6	4	7	-	4	-
Artigo	24	5	42	2	-	-	-	-
Coluna	-	-	-	-	-	-	-	-
Entrevista	-	-	-	1	-	-	-	-
Reportagem	6	6	4	1	-	-	-	-
Nota	2	-	3	2	10	-	8	-
Resenha	-	-	-	-	-	-	-	-
Análise	4	1	6	-	-	-	-	1
Comentário	-	1	1	1	-	-	-	-
Ensaio	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Parciais</i>	<i>42</i>	<i>14</i>	<i>62</i>	<i>11</i>	<i>17</i>	-	<i>12</i>	<i>1</i>
<i>Total</i>	56		73		17		13	

Fonte: Almeida (2015)

QUADRO 9 – Autores dos textos dos principais veículos internacionais utilizados

Autor	Financial Times	NYT
Jornalista	20	47
Economista	4	19
Jornalista-econômico	7	7
Executivo	7	-
Acadêmicos e consultores	5	3
Ex-integrantes de governos e órgãos	3	2
Outro	4	-

Fonte: Almeida (2015)

Tratando especificamente dos conteúdos “opinativos” (artigos, colunas, nota(s) de coluna, análise, comentário, crônica, dica, discurso, ensaio), é possível observar um predomínio de autores-jornalistas em colunas fixas, como a *Mercado Aberto (Dinheiro – economia, 230 vezes)*, *Toda Mídia (Brasil – sobre as notícias do dia anterior, 103)*, *Painel (Brasil – política, 89)* e o *Ombudsman (14)*, entre outros. Entre os jornalistas autores de coluna não demarcadas por título, o colunista de economia Vinícius Torres Freire foi o mais assíduo a tratar da crise, com 110 incidências, seguido de Clóvis Rossi (assuntos gerais, especialmente internacional, política e economia), com 80, do cronista José Simão, com 66, e da colunista de política Eliane Cantanhede, com 36. No Quadro (10) tabulamos a origem dos autores dos conteúdos opinativos.

QUADRO 10 – Origem dos autores dos textos opinativos

Assinatura	Total
Coluna Fixa de Jornalista	646
Jornalistas	613
Economistas-políticos	110
Acadêmicos	101
Executivos e empresários	63
Políticos	46
Órgãos internacionais	32
Agremiações empresariais	31
Profissionais liberais	21
Setor Público	21
Organizações não governamentais	7
Ativistas-movimento social	3
Esportistas	3
Outros	31
<i>Total</i>	<i>1.726</i>

Fonte: Almeida (2015)

Entre os não jornalistas, destacamos a presença dos autores que classificamos como “Economistas-políticos”, que são, em geral, ex-integrantes do Governo Federal na área de economia (quer seja no Banco Central, ministérios da Fazenda e Planejamento), credenciados como economistas, às vezes professores, e a partir desse cargo que ocuparam. São personalidades conhecidas na política nacional, como Antônio Delfim Netto, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Alexandre Schwartzman, alguns atuando em consultorias. O jornal publicou uma quantidade significativa de textos de acadêmicos, embora não tenha sido possível chegar a uma tabulação muito precisa, pois, em alguns casos, o acadêmico é ex-integrante do

governo, em outros possuem consultorias e atuam no mercado financeiro. Importa destacar que não apenas economistas, mas historiadores, internacionalistas, filósofos, dentre outras áreas, abordaram a crise. Chama atenção a praticamente total ausência de movimentos sociais como autores (com apenas três textos), sendo possível nominar seus autores: Frei Betto, Plínio de Arruda Sampaio e direção de movimentos preocupados com a agenda da crise (João Pedro Stédile, José Antônio Moroni e Nalu Faria). Não há sequer um texto assinado por sindicalista representante de trabalhadores, enquanto os sindicatos e agremiações empresariais como FIESP, FecomercioSP, FEBRABAN, sindicatos das empresas terceirizadas e da construção civil ganharam espaço.

Na página A2, no espaço em que o jornal destaca as frases que marcaram o dia anterior, os sindicalistas aparecem, ainda que timidamente. Como se pode observar no Quadro 11, nessa seção destacam-se as declarações de políticos (ocupantes de cargos eleitos ou indicados, ou aspirantes aos mesmos). Seguindo aos políticos, estão as pessoas vinculadas a empresas, cujas afirmações são destacadas pela *FSP*.

QUADRO 11 – Origem das frases da página de Opinião da *Folha*

Origem	Incidência
Políticos	13
Empresas (bancos, indústrias e outros setores)	10
Chefes-de-Estado	9
Acadêmicos	6
Sindicato de trabalhadores	4
Setor Público	4
Órgãos internacionais	2
Agricultores	1

Fonte: Almeida (2015)

O caderno *Dinheiro* estruturava sua cobertura na época analisada em notícias e notas, indicadores do mercado financeiro e a resenha diária desse setor, colunas fixas (as nominadas Mercado Aberto e Vaivém das Commodities, e a de Vinícius Torres Freire) e colunas de articulistas convidados-fixos, notadamente empresários, economistas com trânsito na academia e nos governos (Federal, em particular), conforme quadro a seguir (12).

QUADRO 12 – Colunistas fixos externos do caderno *Dinheiro*

Autor	Credencial	Frequência	Total
Benjamin Steinbruch	Empresário, presidente da CSN	Semanal	27
Paulo Nogueira Batista Jr.	Diretor do FMI para países da América do Sul e Caribe	Semanal	23
Luiz Carlos Bresser-pereira	Professor emérito FGV, ex-ministro dos governos Sarney e FHC	Semanal	22
Luiz Carlos Mendonca de Barros	Economista-chefe Quest Investimento, ex-ministro do governo FHC	Semanal	21
Paul Krugman (<i>NYT</i>)	Professor da Universidade de Columbia, colunista do <i>NYT</i>	Semanal	19
Paulo Rabello de Castro	Vice-presidente do Instituto Atlântico e chairman da SR Rating; presidente da RC consultores e membro de conselho da FecomercioSP	Quinzenal	13
Rubens Ricupero	Diretor Faculdade de Economia da FAAP, ex-ministro do governo Itamar	Quinzenal	12
Alexandre Schwartzman	Economista-chefe Santander, ex-diretor do Banco Central	Quinzenal	10
Cesar Benjamin	Editor da Contraponto Editora	Quinzenal	10
Luiz Gonzaga Belluzzo	Professor da Unicamp, ex-secretário do Ministério da Fazenda no governo Sarney	Quinzenal	9
Martin Wolf	Jornalista-economista, chefe dos analistas de economia do <i>Financial Times</i>	N. Idt.	8
Roberto Rodrigues	Coordenador de Agronegócio da FGV, conselho da Fiesp, ex-ministro governo Lula	Quinzenal	8
Yoshiaki Nakano	Diretor Faculdade de Economia da FGV, ex-secretário do governo Covas em São Paulo	Mensal	7
Marcos Antônio Cintra	Editorialista de economia da <i>Folha</i>	N. Idt.	5
Roger Agnelli	Empresário, presidente da Vale	Mensal	5
Albert Fishlow	Professor da Universidade de Berkeley	Quinzenal*	3

* Fishlow iniciou como colunista no final do período analisado.

Fonte: Almeida (2015)

No material analisado, há referências a todos os continentes e a 52 países diferentes. Todavia, as matérias se concentram fortemente em temas do Brasil (3.349), dos EUA (1.104, 21,95%) e relacionadas a temas internacionais³⁹ (789) (Quadro 13). Ao se observar as regiões a que pertencem os diferentes países, temos uma prevalência da América do Sul (em função do Brasil), e à América do Norte, em função dos EUA, que, se descontado o Brasil, é a região de maior interesse (Quadro 14), ao passo que a África é praticamente ignorada.

³⁹ As matérias foram consideradas como “Internacional” quando se referiam a relações de mais de dois países; quando tratavam de organismos e mecanismos internacionais (FMI, ONU, Fórum Econômico Mundial, Fórum Social Mundial, Rodada Doha).

QUADRO 13 – Países mais referidos em matérias

País ⁴⁰	Total
Brasil	3.349
EUA	1.104
China	95
Argentina	67
Reino Unido	68
Japão	41
Rússia	38
França	37
Alemanha	30
Venezuela	28
Espanha	25
Índia	17
Cuba	16
Itália	12
Suíça	10
Islândia	10
Mundo ⁴¹	203
Internacional	789

Fonte: Almeida (2015)

QUADRO 14 – Regiões de maior interesse da cobertura

Região	Total ⁴²
Globo ⁴³	1.048
Américas do Sul	3.471
América do Sul sem Brasil	126
América Central	17
América do Norte	1.116
<i>Somente EUA</i>	1.104
Europa	359
Ásia	191
Oceania	4
África	4
Outras	67

Fonte: Almeida (2015)

As cidades constantes nas assinaturas de enviados especiais, correspondentes e Agência Folha foram Nova York, Washington, Genebra, Pequim, Buenos Aires, Madri (única

⁴⁰ Em uma mesma matéria mais de um país pode ser contado, no caso de os dois serem tema da matéria.

⁴¹ Mundo se refere a uma temática internacional, porém sendo mais conceitual, como “Ordem global”, “Sistema Financeiro Internacional”, etc.

⁴² O número total pode ultrapassar o total de matérias, em função de dupla referência geográfica.

⁴³ Reúne “Mundo” e “Internacional”.

sem correspondente fixo, dentre essas) e Caracas (Quadro 15). No item 5.3.1, discutimos a assimetria internacional nos critérios de cobertura. As cidades com correspondentes puxam a lista. Já os enviados escrevem de localidades mais diversificadas.

QUADRO 15 – Principais cidades para cada um dos principais autores

Cidade*	Total	Correspondente	Enviado Especial	Colaboração	Outros
Nova York	191	161	29	-	1
Washington	165	107	58	-	-
Genebra	63	59	4	-	-
Pequim	59	59	-	-	-
Buenos Aires	53	53	-	-	-
Londres	51	29	21	1	-
Madri	28	-	28	-	-
Caracas	22	22	-	-	-
Davos	19	-	19	-	-
Outros	320	-	174	8	138
<i>Total</i>	<i>971**</i>	<i>490</i>	<i>333</i>	<i>9</i>	<i>139</i>

* Sem contar as matérias elaboradas pelas equipes do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. A menos nos casos que ocorre um deslocamento dessas equipes.

**Incluindo os destinos nacionais.

Fonte: Almeida (2015)

No Brasil, as cidades que originaram mais matérias (descartando São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro) foram Porto Alegre (17), Belo Horizonte (15) e São José dos Campos (12), indicando o critério econômico, pois as duas primeiras são capitais das maiores economias estaduais que não possuem sucursal. São José dos Campos surge com destaque por ser a sede da Embraer, empresa que, durante a crise, cortou mais de 20% de seus funcionários, sendo foco da cobertura por algumas semanas.

5.2 A CRISE COMO TEMA CENTRAL DAS CAPAS E EDITORIAIS DA *FOLHA*

A crise econômica, em seus vários aspectos, dominou as capas da *Folha de S. Paulo* no período analisado neste trabalho. Foram 139 edições, de 243, com manchetes principais relacionadas ao tema. Tomamos, nesse item, o destaque dado pelo jornal aos eventos que povoaram as manchetes para relatar os principais fatos, objetos da cobertura nos oito meses estudados, e acompanhamos as posições do veículo expressas nos editoriais ao longo do período, com relação aos assuntos da capa. Com esse movimento, foi possível perceber que no período anterior a setembro as perturbações financeiras da economia em crise não eram

significativas a ponto de serem objeto de manchete. Ao longo do mês de setembro, todavia, há uma consolidação da crise como pauta central do jornal. Nota-se, em seguida, a transformação da crise de um movimento mais ligado aos mercados financeiros (crise financeira) em uma crise econômica generalizada. A partir daí, os efeitos na “economia real”, especialmente no Brasil, ganham corpo nas capas e editoriais.

A ênfase inicial, assim, será relacionada aos efeitos de medidas do governo dos EUA e de indicadores da economia nos índices das bolsas de valores, e mesmo as próprias bolsas são o *locus* prioritário da crise, em função das elevadíssimas oscilações e de momentos descritos como de *pânico* e de *euforia*. A crise aparece na capa da *Folha*, pela primeira vez no período analisado, em 6/9, tratando da queda no índice Bovespa (“Bolsa cai ao menor nível em 1 ano”), cuja razão é apontada como sendo o “Pessimismo da Europa e dos EUA”, que derruba os mercados. A ênfase nos mercados financeiros segue durante o mês de setembro, especialmente ligando a crise a acontecimentos internacionais, norte-americanos em geral, que repercutem no Brasil a partir da bolsa de valores de São Paulo. Em 9/9, “Socorro nos EUA anima Bolsas, mas Bovespa cai”, destaca a valorização dos “principais mercados” e perdas nos emergentes; em 10/9, “Bolsa acumula perda de 24% ao ano”, relata queda “generalizada das bolsas pelo mundo”; e, em 16/9, dia seguinte à quebra do banco Lehman Brothers, nos EUA, a manchete, “Maior quebra da história causa pior dia nas Bolsas desde 11/9”, destaca a repercussão financeira da falência.

IMAGEM 5 – Capas *FSP* de 16.09.2008 e 30.10.2008



Fonte: *FSP* dias 16.09.2008 e 30.10.2008

A partir da repercussão negativa da quebra do banco de investimentos, o jornal traz como capa do dia 17/9, “Com US\$ 85 bi, EUA salvam seguradora”, falando da concessão de um aporte gigantesco pelo governo dos EUA a uma das maiores seguradoras de papéis financeiros do mundo (a Imagem 5 ilustra a repercussão nas capas). No dia seguinte, 18/9, dando sequência à caracterização da condição de tumulto nos mercados financeiros, a *Folha* traz, pela primeira vez, a palavra “crise” na manchete: “Crise financeira derruba Bolsas e paralisa crédito”. O qualificador da crise, “financeira”, expõe a centralidade, nesse momento, das repercussões no mundo das finanças, os efeitos na “economia real” são temores e perspectivas negativas.

As definições do que é a crise por que passa a economia e de como enfrentá-la são expostas nos editoriais do jornal. O *livre-mercadismo* é criticado, especialmente relacionado aos feitos da administração George W. Bush nos EUA. O jornal associa o político a um ideologismo conservador, colocando a discussão sobre as responsabilidades da crise, associadas a suas causas, no binômio “política da não regulação” e “ganância especulativa”. Trata-se, pela perspectiva do jornal, de uma crise de confiança, o que explica o “efeito de manada”, conceito que utiliza para explicar o que está acontecendo. Logo, assim definida, a resposta para superar a crise, tanto de um ponto de vista imediato como estrutural, é esperada e cobrada dos governos e não parte da própria iniciativa privada. Os agentes econômicos individuais, ao serem tomados coletivamente, são irracionais, uma vez que a desregulação do mercado incentiva o aumento das operações arriscadas, formando bolhas, como a que acabara de estourar no mercado imobiliário dos EUA. A partir do vazamento da bolha estabelece-se a crise de confiança nos mercados, cabendo ao Estado reestabelecer essa confiança para que a economia livre siga seu caminho de progresso.

Sem opções, a gestão Bush absorveu os prejuízos - e os repassou aos contribuintes - da farrá financeira que não soube moderar ao longo de oito anos. [...] Numa crise de agentes endividados e interligados, como a que se abate sobre os EUA, há um momento em que as pessoas e as empresas começam a se desfazer de patrimônio para honrar compromissos. Como todos agem ao mesmo tempo, o resultado é que o patrimônio - imóveis, automóveis, ações e os demais títulos privados - se desvaloriza, e os recursos obtidos com a sua venda não conseguem fazer frente ao débito. Segue-se então mais uma rodada de liquidação de ativos, e o círculo vicioso se alimenta. (9/9 – “Bush Estatiza”).

Assim, a natureza profunda da crise provém do próprio funcionamento do sistema financeiro desregulado. A restauração da confiança exigirá uma nova regulamentação. Espera-se que todas as instituições que engendraram essa gigantesca crise sejam trazidas para a esfera da supervisão pública. Não

basta controlar os bancos, é necessário envolver as instituições financeiras não-bancárias. Operações feitas fora do balanço devem ser restritas ao mínimo, senão proibidas. Diante da magnitude do prejuízo que tem recaído sobre os contribuintes, é preciso declarar encerrada, o quanto antes, a era da finança selvagem. (15/9 – “Finanças Selvagens”);

E aqui chegamos, com Paulson [secretário do Tesouro] aparentemente acreditando que jogar roleta-russa com o sistema financeiro dos EUA era a sua melhor opção’. A frase, do economista Paul Krugman, descreve com argúcia os riscos implícitos na mais nova cartada do governo Bush na tentativa de domar a crise. (16/9 – “Cada vez pior”).

A evidência de que os excessos especulativos são a sua causa deverá levar, à frente, a uma regulação bem mais estrita das instituições financeiras, tanto nos EUA como nas demais economias. (17/9 – “Desaceleração Geral”).

Os agentes se sentem mais ricos, e os bancos reduzem suas margens de segurança. Essa espiral eufórica acaba por ampliar o endividamento de toda a sociedade, com risco crescente. [...] Se o movimento ganha escala, com várias instituições fazendo o mesmo, ocorre uma contração abrupta no crédito, que favorece falências em diversos setores. Esse comportamento cíclico do crédito faz parte da lógica do sistema capitalista moderno - e tem sido demonstrado à exaustão pela história. (21/9 – “Euforia e pessimismo”).

Agravaram-se as disparidades de renda, o déficit público atingiu níveis estratosféricos, o fundamentalismo de mercado e uma irresponsável confiança na desregulamentação criaram as bases para uma crise econômica sem precedentes no pós-Guerra. [...] Ainda persiste, mesmo nos adversários da Doutrina Bush, o receio de aparentar “fraqueza” diante das ameaças ao poder americano; o prestígio de uma ideologia simplista e arrogante não é negligenciável, apesar dos fracassos que acarretou. (18/1 – “Depois do desastre”).

Relacionando a falência do *Lehman*, o resgate à AIG e a manutenção do estado de *pânico* nos mercados, o jornal vai destacar as costuras políticas e as ações públicas do governo dos EUA para criar e aprovar no congresso daquele país um pacote de socorro às instituições financeiras em dificuldade. Ocorre praticamente uma sequência de manchetes sobre o pacote, desde seus bastidores à sua rejeição pelos congressistas, passando pela expectativa de sua aprovação. O pacote é *manchetado* até sua aprovação em 4/10 (Quadro 16). Cada movimento repercute nas bolsas de valores.

QUADRO 16 – Primeiras manchetes sobre a crise

Data	Manchete
19/9	EUA estudam assumir papéis podres
20/9	Bolsas disparam à espera de megapacote
22/9	EUA estendem ajuda a bancos estrangeiros
23/9	Indefinição sobre pacote esfria mercado
24/9	Sem pacote, EUA prevêm série de falências

26/9	Republicanos travam pacote nos EUA
29/9	EUA votam megapacote após acordo
30/9	Congresso dos EUA rejeita pacote de US\$ 700 bi; Bolsas despencam
02/10	Senado dos EUA aprova megapacote
03/10	Bolsa cai 7,3% e dólar passa de R\$ 2
04/10	EUA aprovam pacote, mas Bolsas caem

Fonte: Almeida (2015)

A tramitação do pacote nos EUA é acompanhada também pelos editoriais. Nesse espaço, o jornal caminha entre a valorização do “rito democrático” e o “instinto eleitoral” dos políticos. (Imagem 6). A democracia, além de reduzida a um trâmite burocrático nas esferas representativas, não é a forma de construção das alternativas. Essas são desenhadas no âmbito técnico-econômico dos governos. Sobressai-se aí, e em outros momentos, a figura do “contribuinte”, como objeto abstrato a quem os governos devem respeitar em suas ações. No editorial do dia 30/9, os parlamentares norte-americanos, ao recusarem o plano do governo Bush, aumentam os custos ao contribuinte do salvamento do sistema financeiro, atendendo a seus “instintos eleitorais”. Dessa forma, contribuinte e eleitor parecem não coincidir. Ao mesmo tempo, o próprio objeto de haver ou não o socorro parece não poder entrar em questão. Ou seja, a recusa do pacote em 30/9 apenas adia algo inevitável, do ponto de vista da publicação, que é o socorro governamental às empresas em dificuldade. Logo depois, veremos mais adiante, as pressões são direcionadas aos “gastos públicos”.

Ação do Congresso no projeto de Bush de ajuda financeira mostra que crise não justifica abrir mão de rito democrático. (27/9 – “Do pânico à política”).

Ao seguir seu instinto eleitoral – o que de resto faz parte das regras do jogo democrático –, 228 deputados americanos aumentaram o poder destrutivo dessa crise para a sociedade dos EUA. Também elevaram, muito provavelmente, o custo final do socorro financeiro que recairá sobre o Tesouro do país e, assim, sobre os contribuintes. (30/9 – “Convulsão na finança”).

IMAGEM 6 - Capa FSP de 30.09.2008

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★ WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

TERÇA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2008
ANOS 47 • Nº 20.000

Congresso dos EUA rejeita pacote de US\$ 700 bi; Bolsas despencam

- Dow Jones tem maior queda em pontos da história e perde US\$ 1,2 tri, o equivalente a um Brasil
- Bovespa interrompe pregão pela primeira vez em nove anos; dólar dispara e fecha em alta de 6%

SEMI-DIÁRIA
De manhã, o índice de Wall Street despencou 1.200 pontos, o equivalente a um PIB do Brasil. A Bovespa levou o pregão suspenso pela primeira vez desde 1999, chegou a cair 23,95%, e fechou em queda de 9,36%.

PAUSA FORÇADA
Quando a queda na Bolsa atingiu 23%, o pregão foi interrompido por 30 minutos.

NOVA ABERTURA DO MERCADO EM PONTOS

-9,36%
Dow Jones
Encerramento

Para Lula, americanos montaram um 'cassino'

O presidente Lula insinuou que os americanos montaram um "cassino" econômico e disse não ser justo que países latino-americanos, africanos e asiáticos "paguem pela irresponsabilidade" de ações do sistema financeiro americano. Segundo ele, há transparência de informações brasileiras.

Para o ministro Guido Mantega (Fazenda), a situação no Brasil é "normal". O ministro pediu, porém, que se atente ao fato de que as empresas brasileiras não têm o mesmo impacto no país. Algumas acham que o mercado interno manterá o crescimento, outras expressam preocupação. **Ass. 87 e 88**

Para Lula, americanos montaram um 'cassino'

O ministro Guido Mantega (Fazenda), a situação no Brasil é "normal". O ministro pediu, porém, que se atente ao fato de que as empresas brasileiras não têm o mesmo impacto no país. Algumas acham que o mercado interno manterá o crescimento, outras expressam preocupação. **Ass. 87 e 88**

Citigroup compra 6º maior banco

O negócio foi fechado após a FHC, após que gerou operações do setor, concordar em abster-se na venda do Wachovia que representa US\$ 42 bilhões. O negócio receberá US\$ 12 bilhões em ações e garantias de bancos.

ALVARO PEREIRA SOBRINHO
Desta vez, Brasil tem como atenuar efeito da tormenta

LUIS CONDEGALHEIRO
Velo ao socorro pode levar mundo à beira da depressão

Um decisão do Congresso dos EUA afeta a supremacia da recuperação da América Latina sobre a crítica mundial. Um conjunto de medidas recomendadas por um grupo de economistas para evitar a recessão, com suas deficiências e limitações.

Os dados mostram que a aprovação da legislação pode levar a economia global não mais a recessão, já contrariada, mas a beira de uma depressão. **Ass. 87**

MARCOS NOBRE
Capitalismo encara pela 1ª vez crise global sem ter rival

Não há primeira vez, o capitalismo enfrenta crises globais sem ter adversário. Não há movimento social e político capaz de combater o capital e sua forma de distribuição. É a primeira desmontagem, não há harmonia preestabelecida entre capitalismo e democracia. **Ass. 87**

APÓIO DE OBAMA E MCCAIN NÃO DÁ RESULTADO

Duvidas parlamentares e crises de governo. Barack Obama e John McCain, apoiados por profissionais todos os deputados, eram favoráveis, mas a Câmara não pôde como "trajete por picaretagem de Wall Street". **Ass. 87**

Fonte: FSP, 30.09.2008.

A preocupação central com os mercados financeiros segue no início de outubro, em meio à tramitação do pacote de socorro nos EUA. A partir daí, as manchetes chamam atenção também para os eventos político-econômicos europeus e suas repercussões nas bolsas de valores, algumas vezes credenciadas apenas como “mercados” (Quadro 17). A maneira como são tratadas as subidas e descidas das ações e das cotações de *commodities* e de moedas reforçam teses de irracionalidades a partir de expressões como “euforia” e “pessimismo”, responsáveis pelas oscilações dos índices (a Imagem 7 mostra capas com este tipo de abordagem). São capas com valores impressionantes, dia após dia, em que os governos têm pouco tempo para tomar ações ponderadas, devendo agir em estado emergencial. O período de turbulência nos mercados é uma fase da crise, aponta o editorial “Crise em etapas”, de 15/10: “Quando for vencido o pânico financeiro, ações para evitar depressão do consumo e do emprego estarão na ordem do dia”, após, seguirão eventos nos demais setores da economia.

QUADRO 17 – Tramitação do pacote de medidas nos EUA e repercussão nos mercados

Data	Manchete
07/10	Crise se aprofunda na Europa e espalha pânico pelos mercados
08/10	Governos ampliam socorro, mas não seguram mercados
09/10	BCs cortam taxas de juro; Brasil aumenta crédito e vende dólar
10/10	Bolsa dos EUA tem queda recorde com perdas de empresas
11/10	Bolsas perdem 6 'Brasis' na semana
12/10	Sistema financeiro está prestes a derreter, diz FMI
13/10	Europa aprova plano para salvar bancos
14/10	Pacotes geram euforia global; BC injeta R\$ 106 bi no Brasil
15/10	Expectativa de recessão ainda preocupa mercado
16/10	Sinais de recessão assustam mercados

Fonte: Almeida (2015)

IMAGEM 7 – Capas FSP de 07.10.2008 e 14.10.2008



Fonte: FSP, 07.10.2008 e 14.10.2008.

As primeiras manchetes da crise que falam do Brasil são relacionadas à liberação de dinheiro pelo Banco Central, dia 25/9, para compensar dificuldades dos bancos brasileiros de conseguir crédito no exterior. À medida que os eventos da crise não são restritos ao mercado financeiro e crescem as possibilidades de a economia brasileira, gestada em âmbito nacional,

ser atingida pela crise, o jornal trata de expor o que deve ser feito para “evitar o pior”. Em 12/10, a *Folha* publica o editorial “Resposta imediata”, no qual, baseado no diagnóstico de uma rápida deterioração de expectativas no Brasil, exige adaptação “ampla nas políticas fiscal, monetária e regulatória”, norteadas pelos seguintes tópicos:

a) liberar parcela significativa dos depósitos compulsórios não-remunerados, que os bancos são obrigados a manter no Banco Central, em contrapartida à retomada de operações de crédito; b) garantir, com reservas de divisas ou outros recursos públicos, a oferta de crédito para as exportações. O governo já tomou algumas iniciativas nessa direção; [...] Outra prioridade é preservar os investimentos em infraestrutura e deter os gastos de custeio da máquina pública. O contexto justifica ajustes jurídicos emergenciais e transitórios, a fim de acelerar as licitações de obras e desvincular despesas do Orçamento, para que o Executivo amplie sua margem de manobra em tempos adversos. (12/10 – “Resposta imediata”).

Antes ainda, em 1/10, já havia feito o alerta sobre a utilização de meios do governo para prover o crédito:

Autoridades têm meios de prevenir efeitos indesejáveis da crise no país, como a escassez no crédito para exportar. (1/10 – “O Brasil vendável”).

As temáticas apontadas dia 12/10 estarão na pauta dos editoriais em função das ações do governo relacionadas à defesa da economia do país diante da crise. Como medidas mais urgentes a serem adotadas pelo governo, o jornal enfatiza as questões relativas à disponibilidade de crédito no sistema financeiro. Nota-se que não há, no início do período, crítica à retenção dos recursos pelos bancos privados, que levou à escassez, tratada, em certa medida, como uma atitude natural, uma vez que buscam se proteger da instabilidade da economia, restando ao governo prover medidas para restaurar a credibilidade do sistema, fazer com que ele volte a funcionar. Para isso, são recomendados ao governo a liberação dos depósitos compulsórios, que o Banco Central retém em período de normalidade. Também os bancos públicos serão elementos centrais para prover os recursos. Ao longo do tempo o governo vai remeter ao congresso medidas provisórias para autorizar ações específicas relativas à temática do retorno à normalidade do crédito, as MP 442 (modifica a necessidade de garantia que o Banco Central deve receber para emprestar aos bancos) e a MP 443 (autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem instituições financeiras ou não). Essa última será mais polêmica e, inicialmente, criticada pela *Folha*.

Nesse contexto de crise, cabe ao governo brasileiro conter seus gastos correntes, inclusive para preservar os investimentos. Cabe ao Executivo, ainda, garantir que o sistema financeiro cumpra adequadamente suas funções de ofertante de crédito. (28/11 – “Já apertou”).

Mas o comportamento das autoridades no que diz respeito ao crédito, em geral, deve ser de incentivo. Trata-se de tentar mitigar o impacto, para o emprego e a renda, da atitude extremada dos bancos, que diminuiram abruptamente os empréstimos. Se todos começarem a tomar a mesma atitude defensiva, os efeitos da desaceleração tenderão a se agravar. (06/01 – “O dilema do crédito”).

A temática da liberação dos *compulsórios* será uma das discussões centrais da cobertura dos efeitos e medidas relacionados à crise no Brasil. Em 31/10, com a justificativa de que os bancos estavam retendo o dinheiro liberado, fato já destacado em 28/10, o governo muda a regra dessa atividade, o que também é manchete do jornal. A pauta do compulsório será uma das disputas em torno da dificuldade de obtenção de crédito pelas empresas, incluindo bancos pequenos e médios, exportadores e agropecuaristas. Junto a essa temática são discutidas as taxas de juros do Banco Central, num jogo de empurra para imputar responsabilidade sobre a alta nos juros cobrados na economia do país, se do BC que não baixou a taxa básica a tempo ou se dos bancos privados que subiram os juros e seguraram o crédito. Também na área do crédito vão atuar os bancos estatais, como medida ativa do governo para impulsionar a retomada dos empréstimos, então, congelados. Com relação ao aperto no crédito, é tarefa do governo tomar as atitudes que reestabeleçam a normalidade de funcionamento dos sistemas financeiros. A pressão sobre os bancos privados é aprovada pelo veículo, mas quando o governo assume uma postura punitiva, retirando a remuneração de juros sobre o compulsório restante, o jornal critica a medida e dá manchete para a posição dos bancos, em 2/11. Ao longo dos meses, o próprio jornal fará críticas aos juros dos bancos privados, cola esse assunto à crítica à política de juros do BC, e fornece amplos espaços para a posição dos banqueiros. O aumento da concorrência bancária é, ainda, a solução para o problema dos juros elevados da economia brasileira.

A posição com relação à política de juros do Banco Central flutua no decorrer da crise, de um primeiro momento de defesa, passando por momento de alerta, chegando à crítica, inclusive pregressa. A crítica à morosidade com que o corte nos juros foi feito acompanha o andamento das economias desenvolvidas, nas quais a redução foi mais acentuada e os juros foram praticamente a zero.

Reunimos abaixo manchetes e recortes de editoriais que abordaram os temas financeiros, da liberação dos depósitos compulsórios, bancos privados (a) e da política de juros do BC (b).

a) compulsório e bancos privados:

QUADRO 18 – Manchetes acompanham ações do BCB sobre crédito

Data	Manchete
25/9	BC libera dinheiro para compensar crise no exterior
28/10	Banco contraria Lula e segura crédito
31/10	BC pune banco que segurar crédito
2/11	Banqueiro prevê alta de juros após medida do BC
11/11	Escassez de crédito deve continuar, dizem bancos
25/1	Inadimplência de empresas registra maior alta desde 1999
28/1	Ganho dos bancos cresce; inadimplência é recorde

Fonte: Almeida (2015)

No Brasil, para fazer frente à crise de crédito, a autoridade monetária reduziu os depósitos compulsórios, parcela que os bancos são obrigados a manter no Banco Central. [...] O resultado foi frustrante. Os grandes bancos resistiram a ampliar a circulação do dinheiro, inclusive dos recursos provenientes dos depósitos compulsórios. Optaram por deixar seus recursos nos cofres do Banco Central. Os dados da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) corroboram essa hipótese. Na quinta-feira, o Banco Central enxugou R\$ 247 bilhões do mercado. [...] Não há garantias de que a ação seja bem-sucedida. O risco é os bancos aumentarem os juros para seus clientes, repassando os prejuízos. Nesse caso, novas ações serão necessárias para estimular a retomada do crédito e a compra de carteiras (1/11 – “Crédito bloqueado”).

É necessário, certamente, reduzir a tributação que onera demasiadamente os empréstimos no Brasil, bem como avançar na modernização, legal e burocrática, dos sistemas que dão garantias ao credor em caso de calote. Mas é inegável o peso da oligopolização bancária, que resulta em déficit crônico de competição, nessa equação dos juros altos. (6/2 – “A batalha do ‘spread’”).

b) política monetária do Banco Central do Brasil:

QUADRO 19 – Política de juros do Banco Central como tema das manchetes

Data	Manchete
24/10	BC reserva US\$ 50 bi para tentar conter alta do dólar
30/10	Brasil mantém juros; EUA cortam
11/12	Apesar de pressões, BC mantém juros
18/12	Governo libera até R\$ 95 bi para crédito
22/1	Juro cai 1 ponto; BC indica mais cortes
12/3	Crise faz BC acelerar corte nos juros

Fonte: Almeida (2015)

Seja porque está em curso uma queda mundial nos preços das matérias-primas, seja porque a crise global restringe o crédito - e a demanda - em toda a parte, é prudente que o BC modere a mão pesada com que tem elevado a Selic. (13/9 – “Crédito apertado”).

Conselho de Política Monetária do BC deveria alterar sua conduta na definição da taxa básica de juros. Uma interrupção no aumento da Selic, que vem subindo desde abril e está fixada em 13,75% ao ano, é o mínimo que se espera do Copom na reunião que termina hoje. [...] Por isso a decisão do Banco Central deveria ser pela prudência: uma pausa na elevação da Selic até que o cenário se desanuvie. (29/10 – “Pausa nos juros”).

O cenário é de desaquecimento das vendas e de concessão das férias coletivas. Uma grande montadora já anunciou a primeira leva de demissões. [...] Diante de um horizonte pior que o previsto, as autoridades precisam adotar medidas mais eficazes. Os gastos correntes do setor público devem ser reduzidos, permitindo a manutenção dos investimentos. Na reunião do Copom da próxima semana, o mínimo a esperar é que o BC mantenha a taxa básica de juros. (3/12 – “Queda brusca”).

Diante de cenários semelhantes, vários países estão reduzindo suas taxas básicas de juros - medida que seria facilitada, no Brasil, se o governo contivesse o gasto público. (8/12 – Alerta geral).

A política econômica, que já vem se adaptando a essa realidade, precisa acelerar a tomada de outras decisões - como a redução dos juros básicos pelo Banco Central já na reunião do próximo dia 21- que possam mitigar os impactos da crise na produção e no emprego. [...] É uma evidência de que medidas pontuais de estímulo - no caso, cortaram-se impostos e mobilizaram-se fontes para o crédito automotivo - podem funcionar. (7/1 – “Revés na indústria”).

O Banco Central começou a reduzir a Selic apenas no mês passado, apesar de ter retirado, de uma só vez, um ponto percentual da taxa. [...] Cortes mais substanciais, anunciados de modo extraordinário, teriam efeito importante sobre o ânimo de empresários, investidores e consumidores. Deixar o tempo passar, neste contexto, é perder a chance de evitar um choque profundo - e desnecessário na renda e no emprego dos brasileiros. (4/2 – “Perto do apagão”).

Se cortasse despesas de custeio, o governo abriria margem para mais ações anticrise. A redução da taxa básica de juros também aliviaria gastos públicos e, além disso, estimularia o conjunto da atividade econômica. (5/3 – “Devagar com o IPI”).

O BC brasileiro continua agindo como se estivesse em ambiente de normalidade. Diretores se reúnem a cada 45 dias, decidem a meta dos juros para o período seguinte e produzem notas lacônicas e dúbias como a publicada anteontem [...] Fica ainda mais difícil evitar que o pior efeito da crise global - a queima desnecessária de empregos e renda se abata sobre a economia brasileira. (13/3 – “Um ponto e meio”).

Na visão do jornal, a utilização dos bancos públicos, para suprir a falta de crédito, pode ocorrer, mas dentro de limitações, não podendo envolver estatizações gerais. Quanto à estatização, ela deve ocorrer temporariamente para sanar os problemas das empresas e *devolvê-las* ao universo privado. Faz-se notar que o jornal prefere as ações tomadas pelo

Banco do Brasil (BB), banco público, mas constituído como sociedade anônima, com ações negociadas na bolsa, a medidas envolvendo a Caixa Econômica Federal (CEF), que é 100% estatal, acompanhadas com receio e crítica (Quadro 20). O BB estaria sujeito a mais controle social (transparência dos balanços conforme a bolsa de valores exige). A *Folha* entende que o controle sobre a CEF, exercido por um governo eleito pelo voto direto, no “rito democrático” (como se refere à política, claramente restringindo sua dimensão), presta menos satisfações sobre suas ações do que as empresas com comércio de ações na bolsa. Democracia, dessa forma, se resume a transparência e a disponibilidade de informações para decisões ajustadas. O dogmatismo faz ver a gestão pelo Estado brasileiro como elemento de atrasado, que não atende a requisitos exigidos pelo mercado.

QUADRO 20 – Bancos estatais durante a crise

Data	Manchete
21/10	Bancos oficiais ampliam empréstimos contra crise
23/10	Governo autoriza BB e Caixa a comprar bancos e empresas
25/10	BNDES ajudará empresas que perderam com dólar
3/11	Caixa dá R\$ 2 bi para financiar consumo
23/1	BNDES terá mais R\$ 100 bi para investir
13/2	Banco público se previne contra aumento do calote
17/2	BB irá atuar no crédito à habitação de baixa renda

Fonte: Almeida (2015)

A criação de um braço da Caixa para comprar participações, sem limites, em empresas de quaisquer setores da economia não faz nenhum sentido e deveria ser derrubada no Congresso. [...] A construção civil debate-se contra a escassez de capital de giro: falta crédito, principalmente para iniciar novos projetos. A ação dos bancos estatais nessa área deveria limitar-se a assegurar um nível mínimo de empréstimos de curto prazo ao segmento, enquanto durar a fase aguda da crise. Outro eixo de atuação poderia ser financiar fusões e aquisições no segmento, onde atua grande número de empresas. Para isso já existe o BNDES. (24/10 – “Pacote infeliz” – sobre a MP 443).

Nada justifica a criação de um braço da Caixa Econômica Federal para adquirir fatias de empreiteiras, cujos problemas, basicamente a escassez de crédito para girar negócios, não configuram ameaça sistêmica. [...] A crise global não pode funcionar como um cheque em branco para que o governo Lula interprete o interesse público como quiser. Seu dever é justificar publicamente a necessidade de cada negócio e os critérios que definirão os desembolsos. (12/11 – “O governo e os bancos”).

A passagem pela Câmara dos Deputados da medida provisória 443, a autorização legal para que bancos estatais federais adquiram participações em empresas públicas e privadas, trouxe melhorias ao texto. [...]

Infelizmente, continua válida a permissão para que a Caixa adquira participações em empresas do setor não financeiro (14/11 – “Cautelas necessárias”).

É natural que o setor público tente mitigar os efeitos deletérios de uma escassez brutal de crédito que tem tudo para ser passageira, desde que aja com transparência e respeite algumas limitações. (22/11 – “Dinheiro na mão”).

Diante dessas dificuldades [de obtenção de crédito], ampliaram-se as pressões sobre o BNDES, a principal fonte de recursos em reais com prazos mais dilatados e juros moderados. Não é função desse banco estatal, contudo, sustentar as necessidades de crédito para capital de giro, de curto prazo, no país. É crucial, assim, que as autoridades redobrem esforços para que o setor bancário tradicional, público e privado, normalize suas operações de empréstimo. (4/1 – “Crédito para a produção”).

Já em agosto, o jornal relaciona a “crise global” aos gastos públicos. Essa relação, com o fortalecimento da crise externa e com sua chegada ao país, será intensificada e acompanhada praticamente por todo o período analisado. “O presidente Lula, reza a versão difundida, está preocupado com a marcha da inflação e os perigos da crise global. O governo, solidário a sua base sindical e partidária, patrocina um arrastão de aumento nas despesas permanentes e de aparelhamento no Executivo”, escrevia o jornal em 7/8, no editorial “Conversa de pescador”. Os “gastos do governo” são um ponto em que se vê com clareza a postura ideológico-doutrinária da *Folha*, ora se dirigindo ao governo (como deve agir em determinada circunstância), ora fazendo uma espécie de didatismo em que expõe o que está acontecendo e como deve ser interpretado.

A partir de meados de novembro ocorre a intensificação do processo de *brasileirização* da crise, abordando ações do governo no mercado de câmbio e preocupações com a manutenção das atividades econômicas, especialmente as relacionadas a projetos de infraestrutura. De 19 a 31 de outubro, nada menos que 11 capas trazem como manchete as ações relacionadas ao governo brasileiro diante da crise, ou seja, todas as capas com exceção das dos dias 26 e 27, que abordam as eleições municipais daquele ano e seu resultado. Entre as preocupações centrais do jornal com relação à economia brasileira, estão a defesa da estabilidade macroeconômica, que deve ser garantida pelo governo, e da disponibilidade de crédito, tratada acima. Para poder operar rapidamente o governo deve ter recursos à disposição, por isso, o corte de custos é exigido, apontado como necessidade estrutural para o país. Projeções e perspectivas são marcas do jornalismo de economia e é nesse tom a manchete do dia 28/9, a segunda a falar dos efeitos da crise no Brasil. Ela trazia a previsão do governo para expansão da economia no ano seguinte, rebaixada em função dos fatores

externos. Além disso, até o final do período, informações sobre a economia, expressas ou a partir de projeções de atores econômicos ou por números de pesquisas sazonais ocupam as capas e vão funcionando como espécie de pressão sobre o governo para que tome alguma medida. O governo é, assim, tomado como o ator principal a quem devem recorrer todos os demais agentes. Ações que têm efeito sobre a arrecadação ou mesmo sobre as contas públicas são o objeto de atenção permanente do jornal e pelos quais expõe sua visão sobre o papel do Estado brasileiro e o bom funcionamento da economia do país.

Quando a crise atinge a produção industrial, a recuperação da economia passava, na visão do jornal, por cortes nos gastos públicos, pois os recursos da União deveriam ser destinados a políticas de investimento. Os investimentos em infraestrutura são colocados em oposição aos gastos com a máquina pública. A posição do jornal é que o governo deve fazer economia fiscal e manter os investimentos. Mas essa prioridade não é absoluta, uma vez que quando colocada a possibilidade de utilizar os recursos as reservas internacionais para investimentos, o jornal é enfaticamente contrário, em 9/12, sendo que já havia defendido, em 12/10, a utilização desse dinheiro para prover crédito ao sistema financeiro. Arrecadação e tributos são colocados nesse bojo dos gastos com os serviços, pois, segundo o jornal, o aumento da arrecadação se destina ao custeio (não aos juros da dívida), descrito como *fanfarronices fiscais e gastança*. Nesse ponto, até mesmo a queda no PIB registrada no último trimestre de 2008 tem o gasto público como alvo. As empresas, que demitiram em massa para se proteger e forçaram a economia a uma queda impressionante, tomaram as medidas seguindo as regras básicas do mercado, as quais o jornal defende, e, portanto, são inimputáveis sobre os estragos na economia do país e no emprego em particular.

Nesse sentido, fica mais clara a relação entre a *Política Econômica* como o tema de maior incidência em toda a cobertura e o seu autor principal *Sucursal de Brasília*, como pode-se observar no Quadro (21). O Governo Federal foi transformado no personagem central da crise, para o bem e para o mal. Por um lado, é ator que *pode resolver a situação*, por outro, *é o responsável por ela*. Avançando para a interpretação dos materiais com a cartola “análise” (tratamos desses materiais no item 5.3.5), dos quais, alguns assinados pela *Sucursal de Brasília*, podemos dizer que esses textos apontam na mesma linha de responsabilização do Estado pela crise, alegando medidas não tomadas com antecedência e a lentidão para fazer o que, na visão que expressam, é necessário: cortar gastos. Por exemplo, em 22/1, “Governo faz jogo de empurra” analisa a demora do governo em perceber os reais efeitos da crise; dia 13/12, “Crise pode pôr fim à comodidade de não cortar gastos” relata as

estratégias dos governos nas últimas décadas para evitar o necessário, o corte, que com a crise virá.

QUADRO 21 – Temas de maior incidência e autores de notícias, notas, entrevistas e reportagens

Tema	Reportagem Local	Sucursal de Brasília	Correspondente	Redação	Total
Política econômica	187	320	191	93	1143
Empresas e negócios	155	31	16	74	532
Macroeconomia	111	93	44	89	591
Economia internacional	25	12	72	30	315
Mercado financeiro-cotações	139	13	16	35	273
Política	43	30	81	35	310
Trabalho	48	42	15	33	355
Relações internacionais	11	5	33	14	115

Fonte: Almeida (2015)

No artigo que julgamos exceção quase completa nos espaços opinativos da *Folha*, “É hora de mudança!”, de 15/12 (*Tendências e Debates*), assinado por João Pedro Stedile, José Antônio Moroni e Nalu Faria, todos integrantes de movimentos sociais, podemos ver medidas opostas às defendidas pelo jornal. Os autores avaliam que a crise em vigor se devia ao modelo neoliberal, e que a saída dela deveria ir em sentido contrário às políticas de estado mínimo e valorização financeira, defendendo a não utilização dos bancos estatais para socorro de empresas e bancos que perderam dinheiro com a crise, e que os eventuais empréstimos devem ser condicionados à não demissão. “Chegou à falência o modelo econômico caracterizado pela hegemonia do capital financeiro, altas taxas de juros, superávit primário e prioridade ao setor exportador”, escrevem, indicando medidas a serem tomadas imediatamente, entre as quais, a redução das taxas de juros, o controle da movimentação do capital especulativo, impedindo a livre circulação, instituindo quarentenas e taxaões, e o redirecionamento dos recursos dos juros da dívida pública para políticas sociais, reforma urbana e reforma agrária.

O governo deve estabelecer metas de geração de postos de trabalho formais, dentro de um amplo programa público, reagindo ao aumento do desemprego causado pela crise. Ao mesmo tempo, para dar força ao mercado interno e garantir o consumo, o salário mínimo e os benefícios da Previdência Social devem aumentar, distribuindo renda. (15/12 - “É hora de mudança!”).

Posições quase que diametralmente opostas às do jornal. Apontado o corte dos gastos, os editoriais apresentam como principais entraves para a reunião de recursos para o governo agir contra a crise, inicialmente, a destinação de recursos para os juros da dívida pública, os salários dos servidores e a previdência. Sobre os juros, a receita é reduzir a taxa Selic, o que, no momento da crise, parecia consensual. O jornal defende uma lei que limite o aumento aos servidores e apregoa a desvinculação da previdência do valor do salário mínimo. Mais tarde, quando novamente cita os grandes *gargalos* dos recursos da União, esquece-se dos juros e volta suas fichas para os dois outros alvos, e surgem as políticas sociais como terceiro elemento crítico das contas do governo. O governo deve, antes de tudo, se precaver para a crise, fazendo poupança (superávit primário). Percebe-se com isso o sentido que o jornal quer dar à necessidade de reforma na previdência quando, em 16/11, defende três reformas imprescindíveis para o país (política, previdenciária e tributária).

Abaixo, listamos as manchetes e trechos de editorial que tratam das projeções e dados da economia, e a *gastança* dos recursos públicos (a), a centralidade da atenção voltada para o Governo Federal, com destaque para os gastos públicos, particularmente para os salários dos servidores (b).

a) informações econômicas, projeções e perspectivas (Imagem 8):

QUADRO 22 – Projeções, expectativas e informações da economia alimentam a cobertura da crise

Data	Manchete
28/9	Governo prevê expansão menor em 2009
4/11	Fusão do Itaú com Unibanco cria o maior banco do Brasil
7/12	Crise reduz investimentos em R\$ 40 bi
10/12	Antes da crise, economia cresce 6,8%
3/1	Importação cresce e saldo comercial é o pior sob Lula
08/1	Fuga de dólares é a maior desde 1982
11/1	Valor do imóvel financiado pode subir
26/1	Crise reduz arrecadação e afeta planos dos Estados
4/2	Indústria tem maior queda desde 1991
2/3	Crise desacelera alta de alimento e reduz inflação
6/3	Empresas ampliam pedidos de renegociação de dívidas
21/2	Crise derruba investimento estrangeiro na produção
25/2	Inadimplência sobe e bancos retomam 100 mil veículos
7/3	Indústria tem maior queda em 19 anos
11/3	Queda do PIB no Brasil é uma das piores do mundo

Fonte: Almeida (2015)

IMAGEM 8 – Capas FSP de 10.12.2008 e 11.03.2009



Fonte: FSP, 10.12.2008 e 11.03.2009.

Os vilões do orçamento e a *gastança*.

Infelizmente, o setor público brasileiro, em especial o Executivo federal, desperdiçou grande parte do trunfo oferecido por vários anos excepcionais de arrecadação. A despesa com servidores federais fechará 2008 em R\$ 133 bilhões, aumento de 10% acima da inflação em relação a 2007. Em franca ascensão, a folha de pagamentos vai ultrapassar a despesa com juros da dívida pública (R\$ 104 bilhões) para tornar-se o segundo item do gasto federal, atrás dos benefícios da Previdência (R\$ 202 bilhões). [...] PAC, no governo Lula, não se tem feito acompanhar de iniciativas fiscais ousadas, capazes de dar concretude à promessa. É preciso golpear, e já, os três grandes itens de despesa fixa federal [servidores, previdência e juros], a fim de que seu conjunto, no mínimo, pare de conquistar mais fatias do Orçamento nos próximos anos. [...] Na Previdência, uma opção óbvia e justa é desvincular o piso dos benefícios assistenciais do salário mínimo. O ritmo de crescimento da folha de pagamentos no funcionalismo público - nos três Poderes e nas três esferas administrativas- precisa ganhar um limite legal. Seria um incentivo a mais para que o governo Lula se distanciasse um pouco dos lobbies sindicais a fim de encarar os ganhos de eficiência na gestão pública como objetivo sistemático. (11/11 - “Mais disciplina fiscal”).

Carga de impostos sobe para atender à marcha descontrolada dos gastos com a máquina estatal nas três áreas federativas [...] Três itens, responsáveis por dois terços da despesa federal, cresceram mais que o PIB: assistência social (191,2%), benefícios previdenciários (86,3%) e pessoal (72,5%). [...] Nesse contexto [da crise], os governos, a começar do federal, precisam cortar despesas de custeio se quiserem fazer diferença no combate aos efeitos mais deletérios da derrocada global. (20/2 - “Sufoco tributário”).

Crise exige mudança de atitude no governo Lula, que deveria deixar de lado a ganância e frear as despesas de custeio. (3/10 - “Cautelas Fiscais”)

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados oferece contraexemplo “instrutivo” de como se comportar diante da crise [...] Cortar gastos, nestes tempos de crise, é sempre uma decisão difícil, exigindo longas e tensas reuniões. Por vezes, entretanto, o mais sensato seria não fazer reunião nenhuma (9/1 - “Cortes e mordidas”).

Recuo no PIB reafirma necessidade de ações anticrise, mas arsenal é limitado pelo pendor à ganância dos governos [...] Infelizmente, essa linha de prudência não abrangeu os gastos de custeio dos governos - federal, estaduais e municipais -, que dispararam no período. Se o poder público tivesse controlado seu pendor natural à ganância, teria agora um arsenal menos limitado para combater os efeitos deletérios da derrocada global. (11/3 - Queda Vertiginosa)

O conjunto de medidas anunciadas anteontem pelo governo federal, ao optar pelo alívio tributário, atende a um justo e decantado anseio da sociedade brasileira. [...] Apesar da boa intenção, os limites da atuação ‘anticíclica’ do governo brasileiro ficam nítidos nesse pacote. O descontrole dos gastos públicos de custeio, que sempre esteve na raiz da escalada da carga tributária, estrangula as margens para o remanejamento da despesa - o que faz toda a diferença no momento de combater os efeitos de uma crise. (13/12 - “Pacote federal”).

b) o governo como ator central da manutenção da economia:

QUADRO 23 – Destaque para ações do governo durante a crise

Data	Manchete
19/10	Mantega descarta freio na economia
20/10	Crise já ameaça R\$ 28 bi em obras de infra-estrutura
22/10	Lula já admite cortar orçamento
29/10	Governo pode adiar tributo para empresa
3/11	Governo conclui estudo para adiar tributo de empresa
9/11	Funcionalismo custa mais que dívida
12/11	SP libera R\$ 4 bi para montadoras
12/12	Pacote reduz IR e incentiva consumo
13/12	Governo decide garantir operação de banco pequeno
14/12	Governo prepara pacote habitacional
21/12	Em meio à crise, gás para a indústria em SP subirá 19%
24/12	BC prevê freada no crédito em 2009
27/12	Lula muda lei para tornar fundo soberano ilimitado
2/1	Na posse, prefeitos já preveem cortes
27/1	Governo aumenta burocracia para frear importação
29/1	Lula amplia Bolsa Família e dá merenda para jovens
30/1	Governo quer comprar e revender casa popular
6/2	Receita deve tirar 100 mil declarações da malha fina
26/2	Faculdade privada perde aluno e quer auxílio do BNDES
4/3	Governo vai prorrogar redução do IPI

Data	Manchete
19/3	Arrecadação cai e governo revê PIB
20/3	Com crise, cai aprovação de Lula
31/3	Governo reduz tributo de carro, moto e construção

Fonte: Almeida (2015)

Defesa de aperto fiscal para manutenção dos investimentos para na necessidade primordial de manter a roda do sistema financeiro.

As reservas internacionais do BC estavam avaliadas em US\$ 207 bilhões na sexta-feira passada. Foram constituídas na fase em que o fluxo de capitais em direção ao Brasil era abundante. [...] à diferença do que pensam alguns assessores do Planalto, as reservas não podem ser utilizadas a torto e a direito. Sua finalidade, agora, é amortecer os vetores destrutivos da crise. Os dólares acumulados precisam estar depositados em aplicações seguras e líquidas - isto é, que se convertem em dinheiro vivo ao menor sinal de necessidade. (9/12 - “Reservas não são panacéia” - sobre proposta de utilização dos recursos para exploração do Pré-Sal pela Petrobras).

Desafio do país é evitar a queda acentuada dos investimentos, que cresciam com vigor até a véspera da crise global. [...] Para preservar os investimentos em infra-estrutura, os governos precisam interromper a escalada dos gastos com a manutenção da máquina pública, que registraram alta de 6,4% no trimestre passado. Sem uma intervenção sistemática nesses dispêndios, a retomada do crescimento, após o fim da crise, será postergada e prejudicada. (10/12 - “O auge de um ciclo”).

O receio é que surpresas negativas na arrecadação redundem na resposta de sempre, altamente indesejável: sacrifício do investimento público em infraestrutura. Um ataque frontal e sistemático aos gastos de custeio é a alternativa mais saudável. (21/12 - “Sinal amarelo na Receita”).

O alvo preferencial no período foram os aumentos dos salários dos servidores (Imagem 9).

Muito mais relevante seria o governo Lula tomar agora medidas prudenciais no flanco fiscal, como anular concessões de aumento salarial ao funcionalismo, bem como outras despesas de custeio. No Brasil também “chegou a hora da política”, como disse Lula na ONU, ao dar palpite sobre o modo de enfrentar a crise global. (25/9 – “Hora da Política”).

No embalo de recordes sucessivos de arrecadação, os governos em geral - em particular o federal - têm sido pródigos no aumento de despesas de custeio, em especial na concessão de aumentos salariais. [...] Se tamanha lassidão fiscal já era condenável quando a economia do país atravessava um momento excepcionalmente favorável, mantê-la a partir de agora será um ato de irresponsabilidade atroz. [...] Está esgotada a margem para fanfarrônicas fiscais. O cenário mudou - e exige realismo. (3/10 - “Cautelas Fiscais”).

O ensaio de austeridade fiscal, no entanto, não enganou muita gente. Em primeiro lugar, o governo federal ainda faz suas simulações orçamentárias utilizando uma estimativa de crescimento do PIB excessivamente otimista. A cada R\$ 4 do aumento previsto nas despesas federais neste ano, R\$ 1 irá para a folha de pagamentos. Quando a arrecadação declina e é necessário canalizar recursos públicos ainda mais escassos para despesas - como habitação, saneamento e infraestrutura - que produzem maior impacto antirrecessivo, o governo mantém a promessa de gastar com o funcionalismo R\$ 21 bilhões a mais do que em 2008. (21/3 - “Magia fiscal” - sobre ajustes fiscais anunciados pelo governo federal).

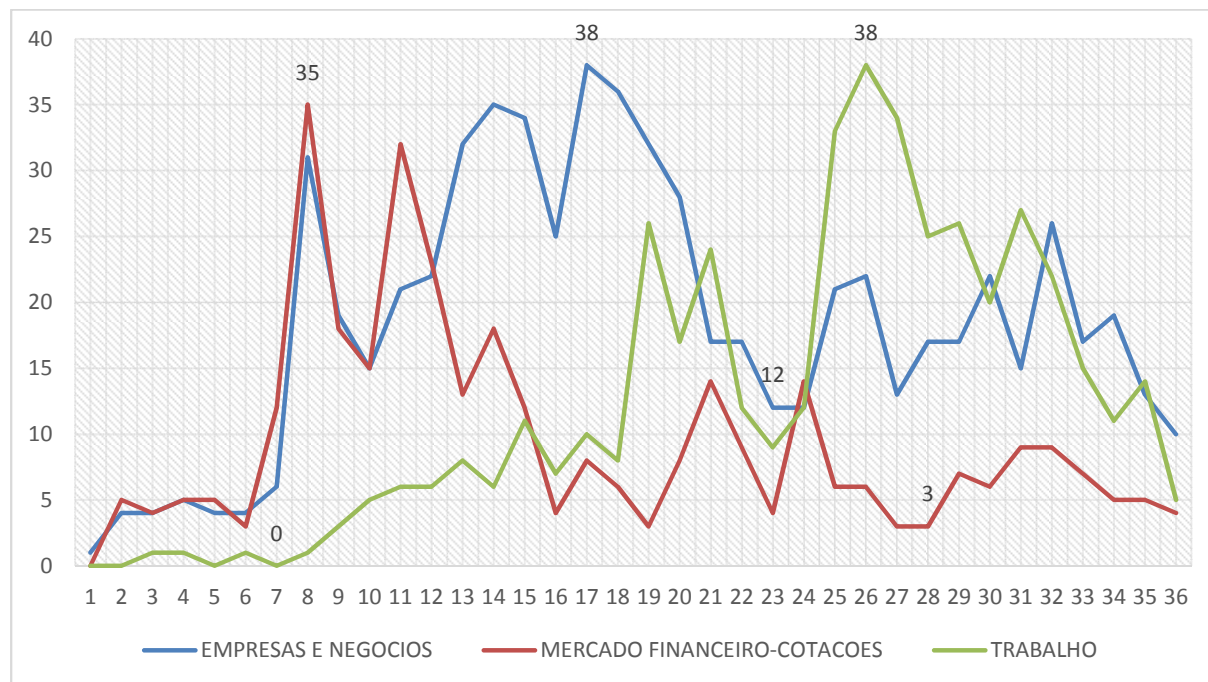
IMAGEM 9 – Ênfase no corte de gastos pelo governo, com destaque para o funcionalismo



Fonte: FSP, 9.11.2008.

Iniciados em novembro, com continuidade em dezembro, mas intensificados nos meses de janeiro, fevereiro e março, os problemas relativos ao emprego e renda dos trabalhadores pipocam nas capas. As primeiras manchetes sobre demissões e cortes nas empresas, assim como vão sendo delineadas medidas do governo para atenuar a crise e consequentes pressões sobre as contas públicas, servem de base para o jornal apontar reformas no sentido da desoneração da folha de pagamento das empresas.

GRÁFICO 3 – Evolução de matérias sobre os temas *Empresas e Negócios, Mercado financeiro – Cotações e Trabalho*.



Fonte: Almeida (2105)

No Gráfico 3, podemos observar a evolução das matérias dos temas *Trabalho, Empresas e Negócios* e *Mercado Financeiro-Cotações*. No decorrer, a mudança na quantidade de matérias coincide com a alteração de foco notada nas capas do jornal. Inicialmente, como vimos acima, o centro da cobertura estava no mercado financeiro, em suas oscilações, que atingem o pico na semana 7, período em que as medidas dos governos eram acompanhadas desde sua repercussão nas bolsas de valores. No momento seguinte, as notícias empresariais, relativas a balanços, prejuízos, fusões e aquisições, ganham notoriedade. Algumas são relativas a diminuição na produção, sem falar no lado do trabalho. É o período dos negócios e inclui a fusão dos bancos Itaú e Unibanco no Brasil, ocorrida na semana 14. A virada para os temas da relação capital/trabalho, que envolve demissões, cortes nos salários, férias coletivas, ocorre no início de 2009, momento de anúncios de demissões, mas também de dados relativos ao aumento das dispensas (Imagem 10 mostra capas com o Trabalho destacado). Mesmo com esse sendo o principal problema da crise no país, as demissões não figuram como elemento de interesse estável acima dos negócios e do mercado, esses objetos de cobertura continuada, seguindo o que é feito em momento em que não há crise. Mesmo ultrapassando em número as matérias que codificamos como *Empresas e Negócios*, vale destacar que muitas das categorizadas como *Trabalha* colocam-se na

perspectiva da empresa e não abordam o “lado de quem é demitido”. É possível afirmar isso, pois as manchetes e os títulos das matérias destacam as ações das empresas, que anunciam ou definem por “cortes”, “demissões”, “suspensões”.

A redução da produção industrial e temas relacionados ao conflito capital/trabalho foram manchetes da *Folha* durante a crise, como listamos no Quadro 24.

QUADRO 24 – Assuntos relativos ao *Trabalho* nas manchetes da *FSP*

Data	Manchete
1/11	Crise faz Vale diminuir produção
14/11	Indústria fecha vagas e inadimplência cresce
4/12	Para governo e indústria, desemprego vai crescer
19/12	Lula não vê motivos para demissões nas empresas
23/12	Emprego em novembro tem a pior taxa em 10 anos
13/1	GM começa demissões nas grandes montadoras
14/1	Emprego industrial tem maior queda em 5 anos
15/1	Fiesp quer cortar jornada e salário sem garantir vagas
20/1	Indústria concentra demissão recorde
5/2	Crise trava ganho real em negociações trabalhistas
09/2	Desemprego atinge 31% dos lares de SP
10/2	Crise provoca maior corte na indústria em 8 anos
12/2	Demissão cresce; governo amplia seguro-desemprego
20/2	Embraer corta 20% dos funcionários
22/2	Crise deve punir salários mais altos
01/3	Crise revela despreparo de sindicatos
08/3	Subemprego aumenta com a crise
13/3	Indústrias de SP fecham 237 mil vagas em 5 meses

Fonte: Almeida (2015)

IMAGEM 10 – Capas FSP de 13.01.2009 e 12.02.2009



Fonte: FSP, 13.01.2009 e 12.02.2009.

Do ponto de vista trabalhista, quando passam a ocorrer as demissões, o jornal defende em seus editoriais: a) a desoneração da folha de pagamento para as empresas; b) a valorização dos acordos patrão/ empregados, sem ingerência do governo; c) estímulos do Estado à economia para evitar o desemprego; d) o governo pode ampliar as parcelas do auxílio desemprego. Entre as três reformas que o país precisa, a tributária aparece tendo como centro a desoneração, tida como única maneira que o governo tem de estruturalmente manter o emprego, pois alimenta a competitividade da indústria nacional. As demissões são um processo natural da relação empregatícia e a queda na demanda exige essas medidas das empresas. Assim, para que o dano não seja grande para os trabalhadores (consumidores), o jornal recomenda a ampliação das parcelas do seguro-desemprego, sendo que outras políticas seriam difíceis, dada a ganância do governo federal. Também não pode o governo interferir quanto a demissões, vinculando políticas de auxílio à economia (leia-se, aos empresários) à manutenção dos empregos. Nessa via vai a defesa da flexibilização das leis trabalhistas. Embora não apontada com esse termo, nos editoriais, apresenta a ideia de que as soluções devem estar reguladas tão somente pelas negociações coletivas e que deveria haver mudanças para formalizar os empregos, no sentido de reduzir as exigências sobre o empregador. Em rara ocasião de que trata de problema estrutural do país com enfoque específico na questão do trabalho, em “Subemprego em alta”, dia 10/3, o jornal aponta o problema indicando que 50% dos trabalhadores atuam na informalidade. Convém apontar que a formalização é mais um

elemento, contudo, para defender a desoneração fiscal das empresas. “Um caminho certo para aumentar o índice de regularização dos trabalhadores é desonerar as folhas de pagamento, que impõem custos excessivos a empregadores [...]”. Defende ainda a redução do valor previdenciário, desvinculado do salário mínimo. Este último é também objeto de crítica com relação à política de aumento real, que deveria ser abolida. Dessa forma, o jornal prega um rebaixamento geral das condições de trabalho, supostamente em prol da maior abrangência da assistência social. Ao mesmo tempo desconstrói a capacidade dos sindicatos de representar os trabalhadores. Vejamos esses assuntos nos editoriais:

O mérito da proposta [de suspensão do contrato de trabalho] é incentivar o progresso de soluções acordadas entre patrões e empregados em momentos de dificuldade. A suspensão negociada e temporária do contrato de trabalho - em que reduções de carga horária e remuneração são em geral decididas precisa, de fato, avançar no Brasil, ainda muito preso à tradição varguista. [...] Efetivar a promessa, sempre adiada, de aliviar a tributação sobre a folha de pagamentos de todas as empresas - grandes, médias ou pequenas - seria um caminho mais apropriado. (20/12 - “Desemprego”)

Cautelosas, as empresas primeiro deram férias coletivas a seus funcionários, mas agora algumas já começam a demitir. Infelizmente, portanto, é de esperar aumento no desemprego nos próximos meses - razão suficiente para elaborar e implementar, já, medidas que inibam seus efeitos nocivos. Uma opção é ampliar o prazo de pagamento do seguro desemprego, embora a medida abranja apenas o setor formal. Atualmente, o beneficiário pode receber no máximo cinco parcelas. [...] A desoneração tributária sobre a folha de pagamentos também estimularia a manutenção de postos de trabalho neste ambiente. (14/1 - “Abalos no emprego”).

Iniciativas concretas de curto prazo, e não frases demagógicas, são necessárias para atenuar efeitos do desemprego [...] “Não há motivo para demitir os trabalhadores”, declarou nesta terça-feira [o ministro do Trabalho Carlos Lupo], como se a decisão de cortar vagas, num quadro de evidente declínio da demanda, fosse resultado de mero capricho empresarial. O ministro ainda anunciou a possibilidade de retaliações - como vetar empréstimos oficiais a empresas que demitam funcionários. [...] Descontada a espuma retórica que costuma acompanhar as tratativas desse gênero, ninguém haverá de ignorar o irrealismo de qualquer proposta de estabilidade no emprego numa situação econômica tão incerta como a atual. Dificilmente se poderia aplicar a todos os setores da economia um mesmo tipo de acordo, e muito menos caberia ao governo exercer pressões no sentido de que seja aceito pelos participantes da negociação - cujas variáveis e limites, de resto, já estão previstos em lei. Ampliar o prazo do seguro-desemprego, hoje limitado a cinco parcelas, e diminuir a carga tributária que atualmente pesa sobre as folhas de pagamento, são providências que, ao lado de uma redução significativa da taxa de juros, podem ser tomadas a curto prazo. (16/1 - “Agitações de oratória”).

Cabe questionar, porém, se não haveria meios menos drásticos de efetuar o corte na Embraer, como negociações para redução de jornadas e salários, demissões voluntárias incentivadas ou férias coletivas. De todo modo, isso é

assunto a ser tratado exclusivamente entre empregador e sindicato. Em lugar de retórica, o poder público precisa oferecer ao país as medidas que de fato lhe cabe tomar para melhorar a competitividade das empresas nacionais. [O governo] Pode começar promovendo uma nova rodada de desoneração e incentivo às exportações. Reduzir encargos sobre a folha salarial para todas as empresas é outra medida óbvia. Por fim, mas não menos importante, redobrar as iniciativas para a redução das taxas de juros ao tomador final. (21/2 - “Cortes na Embraer”).

Crise aumenta a precariedade no trabalho e exige mudanças para que país deixe de inibir contratações formais. [...] Um caminho certo para aumentar o índice de regularização dos trabalhadores é desonerar as folhas de pagamento, que impõem custos excessivos a empregadores, sob a forma de tributação e contribuições previdenciárias. Se a crise impõe limites a uma reforma tributária abrangente neste momento - pois as receitas dos governos estão em queda-, medidas emergenciais de desoneração dos encargos trabalhistas, desde que dirigidas ao conjunto da economia, poderiam aliviar o problema do desemprego e do subemprego. (10/3 - “Subemprego”).

“O que poderia haver de pior na área do emprego no Brasil já aconteceu”, afirmou [Carlos Lupi, Ministro do Trabalho]. São declarações que atendem sobretudo à intenção política de ocultar o real impacto da crise. [...] Cabem, ao contrário, medidas que atinjam horizontalmente a economia, e não apenas os setores mais organizados e com forte lobby sindical. O governo deveria agir para resolver problemas estruturais que dificultam a criação de postos de trabalho. Uma ação de efeito certo seria a desoneração das folhas de pagamentos, que são excessivamente taxadas com impostos e contribuições previdenciárias. (25/3 - “Restrito e questionável” - sobre ampliação das parcelas do seguro desemprego apenas para trabalhadores demitidos em dezembro).

A economia internacional, fora a dos EUA, surge em novembro como elemento a ser destacado para além das bolsas de valores, o que vai caracterizando o caráter global da crise. Nesse período, ocorre a reunião dos chefes de Estado das 20 maiores economias do mundo (G20), cujas deliberações também são objeto de capa.

Como podemos ver nas manchetes abaixo, a economia internacional (a), assim como os indicadores macroeconômicos das maiores economias do mundo acusam recessão (b), são repercutidos com manchetes.

a) encontros do G20 e economia internacional em geral:

QUADRO 25 – *Economia internacional nas capas*

Data	Manchete
10/11	G20 propõe juro menor e gasto maior contra crise
16/11	G20 lança pacote contra crise global
30/11	Mundo terá o pior trimestre desde 80, prevêem bancos
14/03	Protecionismo não é saída, afirma Lula antes de ver Obama

Fonte: Almeida (2015)

b) informações das economias de regiões do mundo e internacional:

QUADRO 26 – Economias de áreas desenvolvidas e volume de gastos com a crise

Data	Manchete
15/11	Zona do Euro já está em recessão
14/2	Recessão se aprofunda na Europa
17/11	2ª economia do mundo, Japão entra em recessão
8/2	Governos gastam US\$ 1,9 tri para enfrentar crise

Fonte: Almeida (2015)

Embora em densidade menor, os EUA seguem sendo objeto de manchete, especialmente em função das eleições presidenciais, a vitória de Barack Obama, sua posse, seu plano de governo e suas primeiras medidas, mas também pelas ações emergenciais no mercado financeiro e pelos dados da economia daquele país. Como se vê abaixo, a repercussão nos mercados financeiros das decisões do governo não é mais central, sendo relacionada em apenas duas das manchetes. Ganham ênfase as medidas do presidente eleito (a), os resgates a instituições privadas (b) e as informações macroeconômicas daquele país (c).

a) eleições e medidas relacionadas com o presidente eleito Barack Obama:

QUADRO 27 – Eleição e o presidente eleito dos EUA nas manchetes durante o período

Data	Manchete
6/11	Vitória histórica de Obama afasta conservadores e derrota racismo
8/11	Obama defende ajuda à classe média
22/12	Obama amplia pacote para salvar emprego
21/1	Obama toma posse com promessa de reconstruir os EUA
27/2	Obama amplia déficit e prioriza social
15/3	Obama não se compromete com fim de barreira a álcool
17/3	Obama quer vetar bônus milionário

Fonte: Almeida (2015)

b) resgate de instituições privadas e planos de estímulos por parte do governo dos EUA:

QUADRO 28 – Ações do governo dos EUA em socorro a empresas

Data	Manchete
25/11	EUA impedem quebra do Citigroup
20/12	Bush socorre montadoras com US\$ 17 bi
9/12	Expectativa de mais ajuda oficial faz Bolsas subirem
17/12	Anúncio de investimentos em infra-estrutura por Obama
11/2	Bolsa reage mal a plano de Obama para bancos
23/2	EUA fecham bancos e podem estatizar
24/2	EUA querem mais controle sobre os bancos
28/2	EUA aumentam controle do Citigroup
24/3	Governo dos EUA assume riscos de papéis 'tóxicos'

Fonte: Almeida (2015)

c) informações gerais sobre a economia dos EUA:

QUADRO 29 – Economia dos EUA

Data	Manchete
2/12	EUA têm 1ª recessão desde 2001
6/12	EUA fecham 533 mil vagas em 1 mês
25/12	Americano volta a financiar imóvel
10/1	Desemprego nos EUA é o maior desde 82
07/2	Desemprego nos EUA cresce e bate recorde de 34 anos
15/2	Calote de empresas dispara nos EUA
18/2	Montadoras dos EUA preveem mais 50 mil demissões
3/3	Seguradora dos EUA tem perda recorde

Fonte: Almeida (2015)

A agenda internacional é o momento para o jornal destacar a projeção do país nesse cenário, incorporando a ideia do acrônimo BRICS⁴⁴ (termo para reunir países que possuem grandes economias em desenvolvimento, à época, Brasil, Rússia, Índia e China), vislumbrando a maior participação do Brasil na ordem global. Essa mudança ocorre antes na esfera econômica, do tamanho da economia desses países, e depois na esfera política internacional. Assim, justifica-se a ampliação do leque de países líderes mundiais e não a horizontalização das relações internacionais. O jornal critica acidamente qualquer medida que indique a proteção de economias nacionais a partir de barreiras de fronteira, chamadas de

⁴⁴ Este acrônimo surgiu em texto de 2001, criado por Jim O'Neill, executivo do banco de investimentos Goldman Sachs, que o utilizou para descrever um conjunto de países com características semelhantes e potencial de crescimento econômico elevado, embora bastante atrasados com relação aos desenvolvidos. A *Folha* adotou a ideia para descrever a posição internacional do país e, durante a crise, vários são os momentos que O'Neill aparece falando do conjunto de países.

protecionismo. Listamos trechos de editoriais versando sobre os emergentes e a economia internacional:

O peso conjunto de países como China, Rússia, Índia e Brasil começa a mostrar-se relevante para o futuro da economia mundial - ainda que não se conheça, por enquanto, o real impacto da crise sobre os países emergentes. (1/1 - “Desafios de 2009”).

Essa múltipla corrosão de variáveis econômicas na América Latina dificilmente deixará de prejudicar um dos principais avanços obtidos nos anos recentes. O índice de pobreza no subcontinente, apurado pela Cepal, baixou de 44% da população, em 2002, para 33%. Com a crise, fica vulnerável a manutenção de programas sociais que atendem aos mais necessitados. (3/1 - “Corrosão regional”).

Em meio à onda de demissões que atinge as principais economias do mundo, ganham nova força o nacionalismo populista e a xenofobia. [...] A demanda por mais protecionismo vai reaparecendo em toda parte - do Senado americano a setores da sociedade brasileira. Trata-se de um discurso de fácil aceitação e comprovada ineficácia. Contornar suas armadilhas exige um esforço de coordenação global urgente. (6/2 - “Sombras do passado”).

O protecionismo, dado o grau de interdependência da economia contemporânea, difunde uma ilusão poderosa de que beneficia o emprego local, enquanto enseja reações internacionais que produzem o efeito contrário. (10/2 - “Evitar o retrocesso”).

A maior crise econômica global em 30 anos teve origem na disseminação de inovações financeiras altamente complexas. Uma das novidades empacotava diferentes tipos de dívida - hipotecas, cartão de crédito, empréstimos corporativos ou para compra de automóveis e crédito estudantil - em um novo instrumento financeiro, que era então adquirido por fundos de pensão, de investimento e de hedge. [...] Os investidores começaram a perceber que tinham comprado “ativos tóxicos”, os quais não obtinham nenhum preço no mercado. Em comportamento de manada, procuraram se desfazer desses papéis. Nesse movimento, gerou-se uma ampla desconfiança entre todos os agentes: quem estava carregando os “ativos podres”? (24/3 - “Limpar balanços” – sobre o pacote de US\$ 1 trilhão do governo Obama para compra de ativos tóxicos).

Dada a urgência do socorro, não faz sentido que o FMI condicione seus empréstimos, como era a praxe, a exigências draconianas nas políticas monetária, fiscal e cambial. Não há justificativa “moral” para proceder dessa maneira, quando os Estados Unidos dispõem-se a elevar sua dívida e seu déficit fiscal o quanto julgarem necessário para combater a recessão. (22/3 - “O Fundo e a crise”).

Tendo em vista esses vários aspectos apontados – explicação para a crise e como enfrentá-la, pressão sobre o governo brasileiro, maneira de encarar o Estado, relações capital/trabalho, ordem internacional –, podemos avaliar, primeiramente, que a perspectiva ideológica ampla tomada pelo jornal tem fortes relações como o que discutimos sobre o

neoliberalismo. Há alguns elementos estranhos, porém, a essa definição, se ela for tomada do ponto de vista mais dogmático, a partir das teses dos precursores do neoliberalismo (Hayek, especialmente). A interpretação às causas da crise e seu funcionamento é *keynesiana*⁴⁵, sobre as crises cíclicas do capitalismo. O funcionamento do mercado não é perfeito e, do que cabe ao Estado, a causa do desequilíbrio é falta de regulação. Na visão do jornal, a economia capitalista tende à formação de bolhas especulativas, a partir da ampliação do risco dos agentes financeiros, influenciada pela falta de regulação correta da economia pelo Estado. Não se trata, pois, de uma defesa do *laissez-faire*, e sim da defesa da economia de mercado, com problemas intrínsecos, mas que são superados ao largo por suas características positivas. Assim, não se observa uma posição *hayekiana*, por assim dizer, e sim uma postura que vê papel do Estado na economia. Nada, contudo, que se possa comparar com o período de consenso *keynesiano* que marcou o pós-guerra, pois não são absorvidas as características voltadas à justiça social. Apenas um editorial fala em pobreza e renda e, ainda nesse caso, o assunto serve para criticar os governos latino-americanos, que surfaram no ambiente econômico internacional propício, o que garantiu suas políticas populistas, em xeque no momento de crise. Na verdade, o que se observa nas medidas que recomenda aos governos é o neoliberalismo aplicado à política econômica, pois restringe-se à abordagem de participação do Estado como estimulador da atividade econômica, especialmente pelo lado da *oferta*, aspecto de orientação ortodoxa, pois seu papel é prover um ambiente adequado aos negócios das empresas, focado em “competitividade”, por isso, aliviar a folha de pagamento e prover crédito. No que tange ao ponto de regulador que deveria exercer o Estado sobre os mercados vai, reconheça-se, noutro sentido.

⁴⁵ Em artigo publicado pela *Folha* em 17/09/2008, o colunista do *Financial Times* Martin Wolf traz a definição das origens das crises financeiras para o economista, discípulo de Keynes, Hyman Minsky (pós-keynesiano). Escreve Wolf: “Um longo período de crescimento rápido, baixa inflação, baixas taxas de juros e estabilidade macroeconômica gerou complacência e aumentou a disposição a assumir riscos. A estabilidade levou à instabilidade.” WOLF, Martin. **O fim das finanças pouco regulamentadas**. *FSP* - 17/09/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1709200828.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2014. Marco Antônio Cintra, assinando artigo como editorialista da *Folha*, em 05/10/2008, chama atenção para o texto de Wolf, identificando o ressurgimento de Minsky. Não cita, contudo, que boa parte das considerações do editorial da *Folha* sobre a crise utilizam a mesma referência. A matriz explicativa está no exemplo da conhecida crise das tulipas utilizada por Keynes para descrever a formação de bolhas especulativas. Trata-se de um exemplo da Holanda do Século 17, em que um bulbo de tulipa valia 24 toneladas de trigo. CINTRA, Marcos Antônio. **Crise ressuscita Minsky**. *FSP* - 05/10/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0510200815.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2014. Maurício Moraes, em colaboração para a *Folha*, dia 21/09/2008, utiliza esse exemplo: “A exótica tulipa, vinda do Oriente, virou mania entre os holandeses, que passaram a colecionar e logo a disputar os bulbos. Tamanha valorização fez os produtores (e logo os intermediários) fecharem contratos futuros informalmente [...]”. MORAES, Maurício. **No século 17, tulipas deixaram Amsterdã à beira da bancarrota**. *FSP* - 21/09/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2109200816.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2014.

Alguns aspectos pelos quais se pode dizer que o jornal permanece efetivamente no espectro neoliberal são: a centralidade do controle das variáveis macroeconômicas em torno dos juros e na inflação, especialmente pela ação independente e técnica do Banco Central; a defesa de integração financeira internacional; *sobrepreocupação* com o funcionamento dos mercados de ações e com a valorização financeira que acarreta; preocupação com a retomada e manutenção da confiança dos investidores; defesa da flexibilização das leis trabalhistas; atuação antissindical; posição contrária a estatizações permanentes; defesa das privatizações; preocupação central com os ajustes fiscais; defesa da ortodoxia moderada nas ações do Banco Central; defesa da ordem institucional nos âmbitos interno e externo como via para solução dos problemas econômicos e políticos; baixíssimo interesse em problemas sociais e, quando esses surgem, são instrumentos para a defesa de posições que acabam por os ampliar.

5.3 ELEMENTOS DO JORNALISMO DE ECONOMIA NA COMPREENSÃO DA COBERTURA DA CRISE

Neste item, pretendemos descortinar melhor a forma de conhecer do jornalismo de economia praticado pela *Folha* durante a crise. Para tanto, utilizamos algumas noções desenvolvidas no capítulo 4, em que tratamos das características do jornalismo de economia, que nos dão as linhas gerais para entendimento do material analisado. Baseamo-nos nas possibilidades viabilizadas pela nossa abordagem quantitativa e nos apontamentos realizados durante a tabulação do material. Bem como avançamos qualitativamente sobre os textos quando julgamos esse exercício importante para a compreensão das questões que surgem no decorrer da interpretação.

5.3.1 A confirmação da assimetria internacional

O critério principal para distribuição das matérias, descontado o Brasil, por tratar-se, obviamente, de objeto de maior interesse, parece ser o tamanho relativo da economia e as relações comerciais com o Brasil. Há ampla relação entre os países mais citados e sua posição relativa pelo tamanho de sua economia – tomados para este os dados de 2007 do Banco Mundial – pela ordem, a relação entre a posição entre os mais citados e a posição no ranking das maiores economias: EUA (1° com mais citações/1° economia mundial), China (2°/3°), Argentina (3°/não encontrado), Reino Unido (4°/6°), Japão (2°/5°), Rússia (6°/8°), França (7°/5°), Alemanha (8°/4°), Venezuela (9°/ n. e.), Espanha (10°/10°), Índia (11°/12°), Cuba

(12º/n. e.), Itália (13º/7º). Desse modo, de certa forma, desloca-se da gravidade da crise (certamente mais aguda nos EUA) para critérios prévios aos acontecimentos da crise, quantidade de valor gerado pela economia específica.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior⁴⁶, relativos a 2007, último ano com volumes da balança comercial conhecidos no início da crise, o principal parceiro do Brasil era os Estados Unidos, seguido pela Argentina, China e Alemanha. A Venezuela, embora em volumes totais não esteja no “pódio” do comércio brasileiro daquele ano, representa o 3º maior superávit de balança em prol do Brasil, além de ter se configurado, nos últimos anos, como uma liderança política regional. Exceção a partir do quesito economia, é a presença de Cuba como 12º país mais citado individualmente na cobertura da crise (são 16 textos, seis principais), o que se deve à coincidência com o aniversário de 50 anos da Revolução Cubana, em janeiro de 2009, quando o jornal produziu uma série de reportagens a partir de enviado especial à ilha e que citavam a crise como um percalço a mais na vida dos cubanos. Além disso, há citações relacionadas a temas políticos, como a presença de Cuba nos círculos de nações americanas e o embargo dos EUA.

Somados todos os demais países, excluídos Brasil e EUA, temos 577 textos de referência exclusiva ou em conjunto a economias nacionais de 50 países, ao passo que, somente sobre os EUA são 1.104 matérias, quase o dobro – sem enumerar as várias referências que listamos como *Internacional* e *Mundo* que têm como origem a economia daquele país, mas cujo centro seria as repercussões e relações com os demais países e com o conjunto deles. A crescente economia da China, onde há um correspondente internacional, sobressai-se à japonesa, então maior, justamente por ser um polo de crescimento e ascensão das relações comerciais com o Brasil (3º maior parceiro comercial).

Mesmo os países do BRICS (à época Brasil, Rússia, Índia e China), que ocupam um segundo posto na cobertura, logo atrás das economias desenvolvidas, não são objeto de muita atenção. Se o critério utilizado para fazer a cobertura fosse mais voltado para entender as condições específicas que países de diferentes graus de desenvolvimento possuem para enfrentar a crise a fim de relacionar com a economia local, infere-se que esse grupo de países teria importância estratégica até mesmo superior às velhas economias europeias. E, principalmente, embora se reconheça a centralidade dos EUA nas relações neoliberais, não é

⁴⁶ BRASIL. **Balança Comercial Brasileira Mensal**, 2007, dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1217&refr=1161>>. Acesso em: 13 Dez. 2014.

necessária a sobreatenção em detrimento das demais, trata-se de um critério editorial, mesmo que naturalizado.

Os destinos de correspondentes e enviados especiais reproduz a dinâmica da ordem global, concentrando-se de acordo com a importância das economias. Para a cobertura, a *Folha* mobilizou correspondentes em Nova York e Washington, além de remeter enviados especiais para essas localidades e outras nos EUA. Também possui correspondente no Reino Unido (Londres), China (Pequim), Suíça (Genebra, que responde por Europa, atendendo França, Itália e Alemanha, além da própria Suíça), Argentina (Buenos Aires) e Venezuela (Caracas). Os enviados especiais foram para Espanha (Madri) e para o Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, e às reuniões do G20, em Londres, em Washington e em Santiago do Chile.

Os países mais importantes para a cobertura são acompanhados dos pontos de vista de sua macroeconomia, ou seja, os dados gerais de inflação, crescimento, desemprego, balança comercial e sua política econômica, com relação à taxa básica de juros. As decisões das maiores empresas são publicadas com frequência e, ao decorrer da crise, vão reproduzir demissões e cortes no lugar de investimentos e planos, que são objeto de publicação no início da cobertura. As bolsas de valores são acompanhadas cotidianamente. Com a acentuação da crise a partir da metade de setembro, esses países com grandes economias seguirão os EUA e lançarão os “pacotes resgates” – amplamente noticiados, justificados por dados macroeconômicos –, concedendo reduções de impostos e cortes nos juros (no caso da Zona do Euro, o Banco Central Europeu age como autoridade monetária), e realizando estatizações nos respectivos sistemas financeiros domésticos. A divulgação se estende também aos pacotes de estímulos e às posições tomadas internacionalmente pelos seus líderes, que são revestidas de relevância.

Os vizinhos argentinos e venezuelanos não representam economias de “tamanho global”, mesmo assim, são acompanhados com frequência relativamente elevada nas matérias da *Folha*. Enquanto a Argentina, historicamente, um país de intenso fluxo comercial com o Brasil, é pautada preferencialmente pelas decisões descritas como “dramáticas” de seus dirigentes políticos e especialmente as relacionadas ao comércio bilateral, como taxas de fronteira, e outras dificuldades ao trânsito de produtos brasileiros, a Venezuela aparece como país dependente do petróleo e caracterizado por uma insistente instabilidade política.

Alguns exemplos sintetizam a forma como esses países são tratados na cobertura da crise. Em matéria do dia 27 de outubro, intitulada “Estatização da previdência reforça temores de novo calote argentino”, o texto de apoio aponta: “Analistas atribuem decisão à

urgência de levantar caixa para pagar dívidas”. No lead, destaque para o termo resgate entre aspas, indicando a possível não veracidade do motivo apontado pelo governo para estatizar a previdência privada do país: “O governo argentino anunciou na semana passada o “resgate” dos fundos de Previdência privada, que serão estatizados, mas conseguiu um efeito contrário ao desejado: em vez de parecer que está tomando medidas importantes para atenuar os efeitos da crise internacional, acabou trazendo à tona rumores sobre um novo calote.” O comércio bilateral surge como preocupação ao longo da crise. No dia 17 de janeiro, a coluna Mercado Aberto traz o seguinte título: “Fiesp reclama de protecionismo argentino”; em 27 de fevereiro, uma notícia vai no mesmo sentido, com o título: “Brasil teme mais barreiras da Argentina”.

A ênfase da cobertura sobre a Venezuela, como dissemos, é a constante instabilidade econômica e política do país, cujo crescimento e sustentação do governo, de acordo com o que é reiterado pelo jornal, dependem da renda do petróleo. Destaca-se a personalização *caudilhesca* do presidente do país, Hugo Chávez. Das 28 matérias sobre o país sul-americano integrantes do *corpus*, em 16 o nome do presidente está no título. Alguns exemplos: em editorial, em 16 de janeiro, “Nova aposta chavista”; em notícia, no dia 15 de fevereiro, “Chávez na encruzilhada”; em notícia de 17 de fevereiro, “Limites a Chávez”; em notícia do dia 4 de março, “Chávez impõe cotas para produção de alimentos”; em notícia de 5 de março, “Chávez ordena “expropriação” da Cargill”; em notícia de 6 de março, “Chávez recua e limita a uma fábrica ocupação da Cargill”; e, por fim, em notícia de 22 de março, “Por queda do petróleo, Chávez enxuga gastos”.

O reforço a questões quantitativas, como os valores dos pacotes, assentado tanto na ordem econômica internacional, quanto nos fundamentos positivistas dos números, embasa uma espécie de apagamento das qualidades, das diferentes formas como os problemas econômicos são resolvidos. Assim, os acordos com o Fundo Monetário Internacional, assinados pelos diferentes países, além de ter o Fundo como sujeito (é ele quem empresta e não o país que toma emprestado ou que recorre), é apenas citado em notas rápidas sem entrar nas especificidades de cada economia. No período acompanhado, assinaram acordos com FMI Ucrânia, Paquistão, Sérvia, Hungria, Romênia e Islândia. Com exceção da Islândia, esses países foram tema de uma a três vezes em todas as matérias do *corpus*, o que deixa claro a não abordagem de seus problemas econômicos, como se vê observando os títulos das matérias. Em 27 de outubro, “FMI emprestará US\$ 16,5 bi para Ucrânia”, a única fonte da matéria é o FMI: “De acordo com Strauss-Kahn, o pacote de resgate visa restaurar a estabilidade financeira da Ucrânia e ajudar o mercado e o sistema financeiro a recuperarem a

liquidez.” Outros exemplos: em 29 de outubro, “União Européia e FMI anunciam socorro à Hungria”; em 16 de novembro, “FMI vai socorrer Paquistão com crédito de US\$ 7,6 bi”; em 26 de março, nota de três curtos parágrafos, “Romênia recebe socorro de US\$ 27 bilhões”; em 27 de março, nota de dois parágrafos, “Sérvia recebe socorro de US\$ 4 bi do FMI”.

No caso dos países que sofreram crise financeira generalizada e fecharam acordos com o Fundo Monetário Internacional, ressalta-se o caso da Islândia. Esse país é significativo para o tratamento da crise e é tido como uma economia que resolveu seus problemas após duro golpe financeiro. As dez matérias que registramos falar desta ilha durante o período pesquisado podem dar a entender que se trata de um caso relativamente bem explorado pelo noticiário. São seis notas de até quatro parágrafos, uma crônica e três notícias. Primeiramente, o país é notícia em função de sua colocação “à venda” no site norte-americano *e-bay*, em brincadeira por sua virtual falência, apresentado como espelho da crise do sistema financeiro global. A Islândia é conhecida como país que efetivou uma integração com os fluxos financeiros internacionais nos dez anos que antecederam a crise. A notícia traz que o país “aproveitou o crédito farto”, adquirido junto aos três principais bancos privados que operavam no país. A nacionalização desses bancos pelo governo, que ocorrera na mesma semana, é referida. Em seguida, seguem-se notas sobre a busca por recursos em outros países e no FMI para salvar o país, e a aprovação de um empréstimo junto ao Fundo. O que não aparece são os termos desse empréstimo, o que, aliás, não é exceção. Em 25 de novembro, é noticiado o empréstimo, na notícia intitulada, “FMI empresta US\$ 2,1 bilhões para a Islândia”. Em 27 de janeiro, o primeiro ministro da ilha renuncia, tornando-se o primeiro líder a cair diretamente em função da crise. A notícia contextualiza a renúncia pela situação econômica e instabilidade política: “Desde outubro passado, o governo enfrenta manifestações todos os sábados, em um país geralmente tranquilo, com 320 mil habitantes.”. O motivo dos protestos, assim como já havia se dado com os termos do acordo com o FMI, não é exposto. Por fim, uma semana depois, assume a substituta do primeiro-ministro ausente, o que é noticiado chamando atenção para a orientação sexual da política, nada de questões político-econômica e de protestos no corpo do texto: “Homossexual lidera novo governo de esquerda islandês”.

Santos, Rocha e Dos Santos (2014) destacam esse apagamento das especificidades da Islândia nas coberturas jornalísticas sobre a crise, apontando que o país deu repostas diferentes das seguidas pela maioria das economias europeias. Nesse período, a Islândia, além de nacionalizar todo o sistema bancário, reverteu, em processo amplamente democrático, o processo de valorização financeira que aportara na ilha havia cinco anos.

Segundo os autores, o FMI e a União Europeia pressionaram o país para assumir o controle da dívida tomada junto à Inglaterra e à Holanda para cobrir os problemas de reembolso dos correntistas dos bancos nacionalizados, como única forma do país voltar a crescer. Mais adiante, em referendo de março de 2010, 93% da cidadania islandesa votou contra o pagamento da dívida. Essa saída levou a economia à estabilidade e ao crescimento, em contraste com os países da União Europeia, que não retomaram esse caminho desde a crise.

Por fim, como se vê no Quadro 14, em que listamos as regiões, há um silenciamento sobre a África. Se tomados os países, há apenas uma referência à África do Sul e diz respeito ao risco de atraso das obras da Copa do Mundo Fifa de 2010, que seria realizada naquele país. A cobertura não acompanha e não apura consequências da crise para os países do continente, fato que remete à consideração de Santos (2008, p. 195), sobre o processo de globalização, excluindo regiões inteiras: “integrados na economia global pelas formas específicas com que são excluídos dela”. A periferia asiática, ou mesmo as novas economias emergentes, exceto a Coreia do Sul, também são deixadas de fora, assim como vários países das Américas do Sul e Central, como Uruguai, Paraguai, Costa Rica, Honduras, El Salvador, Peru, entre outros tantos.

5.3.2 As agências de *rating* e o esquecimento noticioso

A crise pôs em evidência as estruturas e mecanismos de funcionamento do sistema financeiro internacional. Um dos elementos que se sobressaiu foram as agências de *ratings*, notadamente as três mais importantes, Standard & Poor's (S&P), Moody's e Fitch Ratings. Elas classificam os títulos de países e empresas de acordo com a confiabilidade, em notas que são utilizadas como referências para investidores. A qualificação dada pelas agências foi objeto de estranheza durante a crise, especialmente anteriormente ao período analisado, pois papéis com nota máxima de confiabilidade em pouco espaço de tempo foram desacreditados, encarados como papéis tóxicos. Recordamos o capítulo 3, em que apontamos os TLH (títulos lastreados em hipotecas) como ponto inicial pelo qual a crise se mostrou. Esses papéis eram avaliados com grau de investimento, ou seja, tinham sua compra recomendada pelas referidas agências. A própria Islândia, meses antes de entrar em colapso financeiro, foi acreditada como maravilhosa pelas agências (SANTOS; ROCHA; DOS SANTOS, 2014).

A partir da globalização financeira e da inserção dos países, especialmente as economias emergentes na ordem global do neoliberalismo, caracterizada pela valorização financeira, as notas dessas agências de *rating* servem de baliza para investimentos

estrangeiros. Assim, países que visam colocar-se à disposição dos fluxos internacionais de capital cumprem agendas político-econômicas para receber notas de grau de investimento das referidas agências. Elas são um instrumento de “informação precisa”, que o investidor racional precisa para realizar sua decisão de investir. Durante o período analisado por este trabalho, observamos que em textos de caráter opinativo, as agências foram alvo de discussão. A regulamentação de seu trabalho foi colocada em questão. Ao mesmo tempo, em alguns casos, como o da Islândia, a nota é fator de contextualização de como era segura e de uma hora para outra não mais, uma vez que os papéis perderam grau de investimento.

Em 22/09, o jornal colocou a questão em uma notícia: “Mercado quer regra para agência de risco”, pois “demora em apontar problemas de bancos nos EUA ressuscita discussão sobre credibilidade das empresas de *rating*”, a partir da opinião de um investidor. Em 26/01, o jornal destacava que “Agências de *rating* precisam de regulação”, em afirmação colocada em entrevista com o representante de uma empresa de avaliação de risco de seguros, a Cofase, que estava *entrando no mercado* para competir com o oligopólio de Moody's, Standard & Poor's e Fitch. Seria o “sujo falando do mal lavado”? Uma regulação de interesse do próprio mercado de *rating* é colocada como se se tratasse de uma mera questão técnica, não sendo as agências uma engrenagem de um sistema maior que levou à crise. Elas tentam garantir a confiabilidade de uma máquina criada em determinada época capitalista e que segue para uma crise após a outra. Além disso, a adequação de países às agências parece continuar sendo uma mera medida de gabinete, sem considerar que envolve o conjunto da economia de um país. As agências funcionam de acordo com a própria lógica capitalista vitoriosa no período neoliberal, que acabam por ampliar. De modo mais crítico, o jornal trouxe, dia 25/01, em artigo, o economista Paul de Grauwe, analista de economia do *Financial Time*, que abordou a questão em “Agências de risco podem fazer mal”, após rebaixamento da nota da Espanha, da Grécia e de Portugal pela S&P, alertando para a credibilidade que a mesma agência conferiu aos títulos *subprime* que não foram honrados na crise imobiliária dos EUA.

Ocorre, contudo, que o noticiário de economia manteve um fluxo de informações sobre a qualificação dos papéis de países e empresas, durante a crise, sem, ao menos, chamar atenção para a maneira como as agências funcionam e como elas erraram no período anterior. Rocha et al. (2011, p. 9) destacaram esse elemento de *esquecimento* do noticiário:

Um exemplo gritante da abordagem midiática é a repercussão acrítica da apreciação das empresas de análise de risco, que rebaixam ou aumentam a “confiabilidade” dos papéis (títulos da dívida pública dos países, em formato digital) emitidos pelos Estados. Quando a agência de classificação

de risco Moody's avisara que iria, dentro de um curto prazo (poucos dias, em algumas semanas) rebaixar a apreciação dos papéis da dívida grega e portuguesa (EL PAÍS, 2010), esse enunciado ganha ares de verdade, passando a ecoar como factual. Quando contrapomos as “supostas” verdades das agências de risco, nos deparamos que são as mesmas, ou quase as mesmas empresas que operam como parte da engrenagem das fraudes financeiras em escala mundial.

A *Folha* parece procurar não editorializar matérias com esse assunto, publicando-o em notas. Como que se exime de filtrar, alertar, mediar e qualificar a relação do leitor com as agências de *rating*. O jornal publicou, sem contextualizações a respeito do papel das agências, o rebaixamento de notas de países, como a Letônia, Espanha e Rússia, além de notas de empresas (essas após sérios prejuízos e balaços que escondiam a contaminação com papéis tóxicos). Além disso, a *Folha* trouxe várias análises e comentários das agências, tanto das três principais, quanto da Austin Rating, essa bastante frequente em citações de matérias, respaldando como fontes de confiabilidade as agências. Por exemplo, nas colunas Mercado Aberto, de 21/02, “Com cenário incerto, cresce busca por avaliação de risco”, com fonte da Austin Rating; e de 28/10, “Banco Central terá de cortar juro ainda neste ano, diz Austin”. As agências são origem de avaliações amplas da economia de países inteiros, e legitimada a julgar as políticas desempenhadas por governos, como nos casos: dia 28/10, “Fitch elogia condução da crise no Brasil”; dia 28/01, “Avaliação do Brasil não corre risco, diz agência” (Fitch Ratings); em 30/10, “Crise congela concessão do 3º selo de bom pagador ao Brasil” (Moody's); e, em 11/12, “Moody's descarta recessão na América Latina em 2009”. A ciranda das agências continua a girar no mercado financeiro, sem que a mediação jornalística consiga abordar, ao menos parcialmente, sua dinâmica de funcionamento.

5.3.3 O jornalismo de serviço aos investidores

Apontado como um dos carros-chefes do jornalismo de economia, o jornalismo de serviço consolidou-se no noticiário no decorrer dos anos 1980. Seu surgimento e fixação ocorreram especialmente em função de problemas econômicos imediatos que levaram os jornais a um processo de conquista de seus leitores a partir de dicas de como se portar em determinada situação da economia. Os momentos de crise no passado conformaram o ambiente especial para esse tipo de atividade jornalística. Na crise em questão, contudo, não tivemos um afloramento desse tipo de material dirigido diretamente ao cidadão, cliente, consumidor, etc. Como marca da financeirização e do advento das aplicações financeiras

individuais, a *Folha* possui uma seção no caderno *Dinheiro*, chamado *FolhaInvest*, direcionada aos investidores individuais de pequeno porte, que procuram informações sobre como investir. Para esse espaço, a crise foi tema relevante durante os meses acompanhados, configurando o jornalismo de serviço aos investidores. Embora não muito frequente no geral, em outros locais esse tipo de abordagem também surgiu, como nos cadernos *Negócios*, *Empregos*, *Veículos*, *Imóveis* e *Turismo*.

Os textos da *FolhaInvest* com dicas de como investir vêm com uma cartola assinalando “Dicas FolhaInvest”, e são espaços para que as orientações e estimativas de corretoras tratem diretamente com o leitor-investidor. A partir do *FolhaInvest*, o jornal mostra-se integrado com o universo financeiro, formando parcerias com as consultorias e corretoras, para direcionar as decisões dos leitores quanto a seus investimentos. Não se trata mais apenas de informar que determinadas ações caíram de cotação, mas indicar quais devem subir e, portanto, representam boas aplicações.

Alguns títulos dessas dicas ajudam a entender esse processo: em 18/08, “Com mercado fraco, corretora ajusta estimativas para ações”; em 29/12, “Corretoras mantêm indicações para a última semana do ano”. Ressalta-se que a seção é escrita no formato de notícia, sendo que os consultores aparecem fazendo suas considerações sobre a tendência para as ações da próxima semana com declarações entre aspas. Em 22/09, o texto “Bovespa encerra semana em alta após fortes oscilações” traz a constatação de que “Nas carteiras sugeridas pelas instituições financeiras que participam da seção ‘Dicas’, houve altas expressivas, mas também baixas fortes” e encerra o texto com a citação de um consultor: “Para a próxima semana, as atenções continuam voltadas às notícias corporativas vindas do exterior e aos desdobramentos da crise financeira norte-americana que tem pesado fortemente sobre o nosso mercado. Acreditamos que o Brasil nunca esteve tão bem posicionado para enfrentar uma crise externa”, diz Rossano Oltramari, diretor da XP Investimentos”.

Há também notícias não identificadas com a cartola “Dica” que acompanham esse formato. Um exemplo é extraído do dia 08/09: “Sair da Bolsa na crise exige muito cuidado”, título complementando pelo apoio “Especialista aconselha paciência e lembra que investimentos em ações devem ser feitos visando sempre o longo prazo. Com 51.939 pontos e no 4º mês consecutivo de queda, Bolsa de Valores de São Paulo acumula perda de 18,7% ao longo do ano”.

Os analistas do mercado financeiro são fontes privilegiadas para dar dicas ao leitor de um espectro mais amplo do que o investidor, mas que procurar igualmente se proteger individualmente da crise. Em 12/10, “Analistas financeiros dão dicas para proteger o bolso na

turbulência”, que é apoiado por “Conselho é redobrar cuidados no planejamento e evitar decisões por impulso”, apontando como lidar com investimentos, pagamento de dívidas, aquisição de novas dívidas, câmbio e viagens, controle de preços, flutuação da bolsa de valores, FGTS em ações Petrobras.

Um espaço que faz uso amplo do jornalismo de serviço é o caderno *Negócios*, que se dirige aos pequenos e médios empresários, com linguagem direta. Alguns exemplos: em 01/03, “Investir vira estratégia para poupar”, com o lead “À primeira vista pode parecer um contrassenso, mas, mesmo que o empreendedor tenha como objetivo cortar custos, abrir o caixa e fazer investimentos tende a ser uma boa solução”; em 07/12, “Hotéis devem se armar para a crise”, com o apoio “Unir-se a outras firmas para divulgação conjunta e focar mercado interno são estratégias”; em 15/03, “Empresário deve focar fidelização”, abrindo com a colocação de um consultor: “‘O marketing é elementar na crise’, ressalta o consultor Marcelo Ortega, também autor do livro ‘Sucesso em Vendas’.”.

O caderno *Empregos* finaliza nossa ilustração do desenvolvimento do jornalismo de serviço na cobertura da crise econômica. Esse caderno se dirige aos trabalhadores de renda média a elevada, que podem optar por ramos de atividade econômica e costumam fazer investimentos financeiros. Como exemplo, temos as matérias do dia 08/03, intitulada “Migrar para setores menos afetados pela crise é opção para profissionais”, e do dia 30/10, “Evidências de crise”, que é composta de três notas com elementos para o empregado ficar atento às evidências de que a empresa estaria em crise, apontando como efetivar uma realocação nesse momento e como investir a verba rescisória. Em 30/11, o caderno trouxe, com a cartola “Direitos”, um quadro com os direitos que o trabalhador faz jus nos casos de dispensa e no caso de programas de demissão voluntária.

5.3.4 Abordagem explicativa: “Saiba mais” sobre a crise

Embora contenha em seu Manual de Redação a anotação para evitar o uso do “economês”, ou seja, de linguagem com termos de utilização restrita ao universo da economia, a *Folha*, durante a cobertura da crise, inevitavelmente incorreu a essa prática, incluindo expressões em inglês. As próprias agências de *rating*, comentadas neste capítulo, constituem uma expressão notadamente restrita. Assim ocorreu com as expressões “derivativos”, “spread”, “swaps”, e outros termos como “balanço de contas correntes”, “recessão”, “desaceleração”, “compulsório”, “ativos”, “liquidez” e “solvência”.

No período, foi publicado, por duas vezes, um “Glossário da Crise” (Imagem 11), contendo os termos que o jornal aponta como mais importantes para entender a crise. Observando esse material e as matérias iniciadas com a cartola “Saiba mais”, que, de modo geral, apresentam certa finalidade didática, além de outros materiais avulsos que continham tal linguagem e o caderno especial (*Dinheiro 2*), publicado dia 18 de outubro, que trouxe “10 questões para entender a crise”, buscamos traçar como se desenvolve a preocupação de “traduzir” o acontecimento e a linguagem para o leitor da *Folha*. O entendimento deste trabalho, contudo, não depreende o sentido dado pelo jornal à crise apenas a partir desses objetos específicos, e sim pela totalidade da cobertura, a que estamos nos dedicando. Esses materiais específicos foram recortados tendo em vista a necessária conversão de um assunto sobremaneira complexo e recheado, em especial de termos de uso restrito a iniciados, para obter a comunicabilidade do veículo com seus leitores.

IMAGEM 11 – “Glossário” do dia 17.09.2008

GLOSSÁRIO DA CRISE

RATING
 >> Nota dada por agências internacionais de classificação de risco, como a Standard & Poor's e a Moody's, a países, empresas e bancos. O rating mostra a capacidade do emitente de uma dívida de honrá-la em determinado período. É utilizada como parâmetro na hora de empréstimos serem concedidos

CARRY TRADE
 >> Operação altamente especulativa em que o investidor faz empréstimos em um país com taxas de juros baixas, como ocorre no Japão, para aplicar em países que prometem alto retorno. Uma das formas principais de ganhos dessas operações é com as diferenças entre as taxas de juros e o câmbio

SUBPRIME
 >> Categoria de crédito de alto risco, destinada a pessoas que têm histórico de mau pagador ou dificuldade de comprovação de renda

ALAVANCAGEM
 >> Processo pelo qual uma empresa ou um investidor toma emprestado recursos de terceiros para aplicar

LIQUIDEZ
 >> O conceito de liquidez se refere à facilidade com que um investidor consegue converter uma aplicação em moeda corrente. Ou seja, quanto mais rápido um título pode ser vendido, com o menor nível de perda de rentabilidade, maior é a sua liquidez

CAPÍTULO 11
 >> É um dos artigos da lei de falências dos Estados Unidos usado pelo Lehman Brothers. Por ele, a empresa pode continuar negociando e tem tempo para reorganizar seus ativos e tentar um recomeço. O capítulo 7 determina a liquidação do negócio

RISCO SISTÊMICO
 >> Em finanças, é o risco que não pode ser reduzido por meio da diversificação da exposição. Quando se diz que a quebra de uma instituição financeira representa um risco sistêmico significa que a sua falência pode provocar um efeito dominó, espalhando prejuízos por todo o sistema bancário

COMMODITIES
 >> No mercado financeiro, utiliza-se o termo commodities para indicar diferentes tipos de produtos, normalmente agrícolas ou minerais, que são negociados nos mercados. Em diferentes Bolsas do mundo, são realizados negócios com contratos de commodities, como café, soja, cobre e petróleo

FUNDO DE HEDGE
 >> Firms que investem em diversos ativos para se protegerem da flutuação dos preços de ações, taxas de câmbio etc. Fazer hedge significa contratar uma operação visando neutralizar perdas em outra

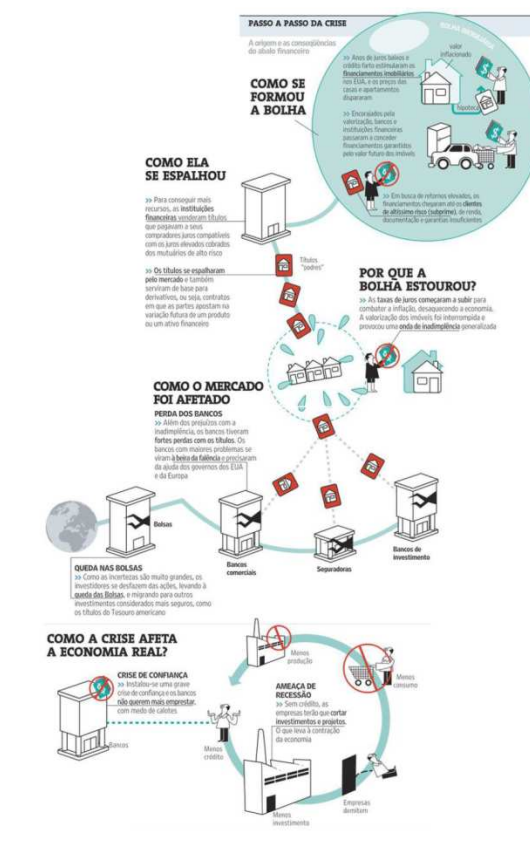
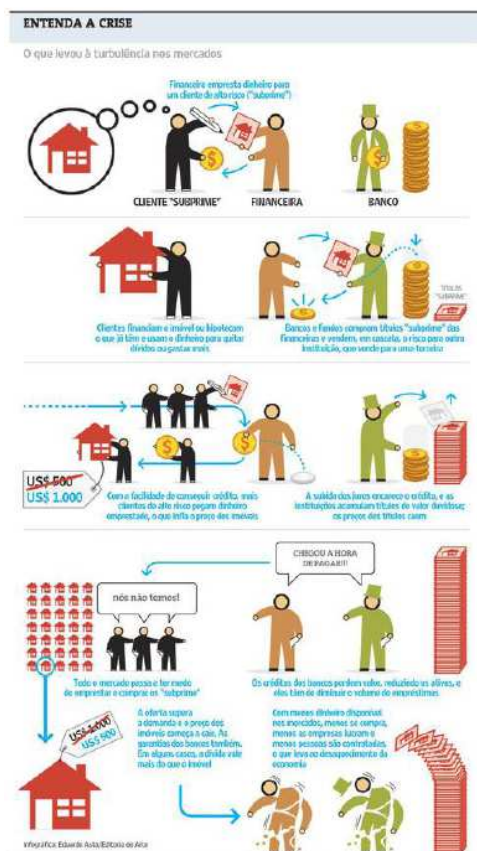
Ao produzir esse tipo de material, como o glossário, o jornal reconhece a necessidade de intermediar a relação do seu público com os fatos, não se tratando, portanto, de uma postura relativa à objetividade dos fatos, em que caberia ao veículo o simples relato. O conhecimento jornalístico funciona aí como mediador e busca uma comunicabilidade com o público. Ao mesmo tempo, coloca-se a necessidade de tratar dos assuntos de economia financeira especialmente em seus termos, o que leva à utilização dos mesmos nas matérias. Como a origem do acontecimento, de sua explicação e, muitas vezes, do critério para entender determinado fenômeno como relevante advêm de outro saber, o econômico, com o qual o jornalismo interage, ocorre uma permanência desses termos originários e de difícil substituição. O critério de veracidade dos termos não pode ser a verificação *in loco* como se observa na apuração jornalística de outras áreas, assim, os próprios economistas atuam como elementos de filtragem da qualidade do material jornalístico sobre economia. Pela conformação a que está submetida, a atividade jornalística na cobertura de economia, dada a complexidade da área, lança mão de recursos explicativos e metalinguísticos, sob pena de afastar-se dos sentidos compartilhados com os leitores.

Os textos indicados pela cartola de “Saiba mais”, constituído de breves comentários, trabalham para situar o leitor diante de um grande volume de informações, a partir da definição mais pausada de “o que está acontecendo”, trazendo informações menos instantâneas, funcionando como uma contextualização do fato noticiado no dia. Por exemplo, no dia 04/11, a manchete do *Dinheiro* destacava a fusão entre os bancos Itaú e Unibanco (“Crise acelera união de Itaú e Unibanco”). Neste dia, o “Saiba mais” trouxe o assunto da concentração dos bancos, que ocorria paralelamente à crise, “Crise eleva concentração pelo mundo”, e segue: “A crise elevou a concentração do setor bancário mundial, principalmente nos EUA. Os negócios, que começaram ainda no início deste ano, se aceleraram após o pedido de concordata do Lehman Brothers, em 15 de setembro.”.

Ao longo do período, em dois momentos, foram publicados infográficos com uma explicação sobre a crise (Imagem 12). Em setembro (17/09), “Entenda a crise” explicava o funcionamento dos empréstimos a clientes de alto risco no mercado imobiliário dos EUA, abordando preferencialmente a relação entre os clientes, as financeiras e os bancos, e, assim, colocando a causa da crise no não pagamento das hipotecas por esses tomadores de empréstimo e a abordando de modo restrito aos negócios imobiliários. A explicação se complexifica no infográfico do dia 18/10, em caderno especial que coloca 10 questões para entender a crise. Nesse segundo infográfico, o objetivo é entender a formação de uma bolha no mercado imobiliário, que, espalhada para o mercado financeiro em geral, era a responsável

pela crise. Nesse caso, o não pagamento das hipotecas também é o estertor da crise, porém há uma razão para a inadimplência: a elevação dos juros para conter a inflação. Os bancos afetados pela inadimplência e pela desvalorização dos títulos lastreados em hipotecas tiveram sérias perdas e isso contaminou as bolsas. A sequência da ilustração mostra os efeitos na “economia real”, em que o imbróglio é responsável pela falta de crédito. A razão para a crise adotada pelo jornal e expressa nesse caderno, portanto, é a especulação desenfreada dos investidores, mas com participação do governo, ao não regular corretamente a economia e impedir a formação do inchaço, e por decisão equivocada que levou à inflação, conforme a resposta à questão “2. Se as autoridades culpam os especuladores, por que a especulação não é coibida?”: “Os especuladores, tratados no coletivo e no anonimato, são bodes expiatórios convenientes quando as crises explodem. Evoca-se a antipatia dedicada aos gananciosos que desejam enriquecer sem produzir, deixando em segundo plano os questionamentos à política econômica ou à atuação dos órgãos regulatórios”. Ou seja, a força da crise como acontecimento capaz de revelar mecanismos intrínsecos à dinâmica capitalista das últimas três décadas, as raízes da valorização financeira, dos dividendos a acionistas como meta das gestões das empresas, do projeto político-econômico de liberalização financeira internacional, encapado por governos de países como o Brasil, do esmagamento do movimento sindical, entre outros tantos fatores, são colocados pela crise e não são abordados pelo jornal no momento em que se propõe a explicar a crise.

IMAGEM 12 – Infográficos dos dias 17.09.2008 e 18.10.2008



Fonte: FSP, 17/09/2008 e 18/10/2008

A narrativa explicativa acaba por eleger uma explicação como a correta para a crise, sem ao menos conceber que há outras. Com objetivo didático, reproduz uma visão mais ortodoxa do que a do próprio jornal nos editoriais (abordada no item 5.2), uma vez que o que faltaria em ocasiões de crise são questionamentos sobre as políticas econômicas (que levam à inflação) e regulatórias (que levam à especulação). Não se trata de argumentar que uma explicação mais ampla seria de difícil comunicabilidade e restrita a universos acadêmicos, pois os conteúdos que circulam no jornal com a intenção de dar conta do movimento amplo da crise e mesmo os infográficos aderem a noções não frequentes no cotidiano. Trata-se, a nosso ver, de uma escolha, da posição que o jornal tem no seu conteúdo jornalístico para entender a crise. O intuito comunicativo traz a crise para o cotidiano do leitor, ponto importante para o exercício de mediação do jornal. Por outro lado, a necessidade de um caderno especial para isso, pode denotar uma autorreflexão sobre a incapacidade de, no dia a dia, dar conta dessa contextualização mais pausada. Essa consideração, acreditamos, se

reveste de importância, pois as categorias particulares que assumem o protagonismo no infográfico, com peso reflexivo e ponderado, no centro da cobertura informativa, apontam para definições neoliberais em nível de universalidade.

5.3.5 Espaços garantidos aos agentes do mercado financeiro

A partir da leitura que fizemos de todo o material, pudemos observar que as fontes do mercado financeiro, especialmente consultores e analistas, mas também economistas vinculados a bancos, banqueiros, integrantes de agências de avaliação de risco, são frequentes, embora não tenhamos tabulado esse dado. Um dos espaços notórios para essa prática, ou seja, para que as pessoas e instituições vinculadas ao mercado financeiro dessem sua posição e fizessem sua avaliação, durante todo o período, foi a coluna *Mercado Aberto*, do caderno *Dinheiro*. Ao todo, tabulamos 177 dias em que a coluna expressou em seu texto principal algum assunto relacionado com a crise, dos quais selecionamos aleatoriamente 20 para avaliar a maneira como as referidas fontes ocupam a coluna. Como forma complementar, analisamos as 27 matérias com a cartola “análise” assinadas por jornalistas da *Folha*, no caderno *Dinheiro*, para observar em que se baseiam os jornalistas para produzir uma avaliação complementar aos fatos do dia.

A coluna mostrou-se um espaço ocupado especialmente por fontes oriundas de corretoras, consultorias e bancos, a maior parte qualificada como economista ou como ocupando cargo executivo (diretor, vice-presidente). Algumas fontes são recorrentes, como as oriundas do Banco Bradesco, da Austin Rating, LCA Consultores e da Economática Sistema de Análises. As fontes falam de investimentos, perspectivas do mercado de ações, comentam as decisões dos bancos centrais do Brasil e dos EUA. Na maioria das vezes como fontes únicas da coluna, suas posições são expressas no título, como nos seguintes exemplos: em 12/9, “Turbulência só acaba em 2010, diz consultoria” (Alex Agostini, economista-chefe da consultoria Austin Rating); em 16/9, “‘Turbulência vai continuar’, diz Febraban”; em 22/9, “Roda do crédito volta a girar, diz Octavio de Barros” (Bradesco); em 7/1, “Resultado da indústria favorece corte de 0,75 no juro, diz banco” (Banco Credit Suisse); em 27/1, “Superávit permite política anticíclica, diz LCA” (Consultores); em 29/3, “Não vejo uma tendência de alta na Bolsa” (estrategista da Santander Corretora, Marcelo Audi).

O cientificismo, que recobre as abordagens da econometria, uma tradição na corrente econômica hegemônica, como observado no capítulo 4, aparece com o destaque a números, pesquisas e estudos, que embasam decisões. Em 20 colunas selecionadas para essa exposição,

seis apresentam esse tipo de informação: em 21/10, “Empresário já prevê queda nas vendas”, pesquisa da auditoria RCS Brasil; em 2/11, “Custo do crédito à exportação dobra com crise internacional”, Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp; em 6/12, “Volume de negócios de ADRs brasileiros supera o do Ibovespa”, levantamento da Economática (sistema de análises); em 30/12, “Vendas devem melhorar, afirma estudo”, Felisoni Consultores Associados e o Provar (Programa de Administração do Varejo) da FEA-USP; em 3/1, “Pesquisa dá nota 8,9 para telefonia móvel em SP”, pesquisa da Mobile Science; em 27/1, “Maioria dos provedores de rede vê crise fraca, diz pesquisa”, pesquisa WDC Networks.

A ênfase nos números como reveladores da realidade é expressa em colunas como a referida acima, de 2/11, “Custo do crédito à exportação dobra com crise internacional”: “Antes de setembro, quando a crise se agravou, o setor pagava um juro de 5,5% ao ano para adquirir operações de ACC (Adiantamento de Contratos de Câmbio). Hoje, o custo subiu para 10,7% ao ano. As informações são de levantamento da Fiesp, realizado de 24 a 28 de outubro com 46 empresas escolhidas entre as 250 maiores exportadoras do país.”

Em um momento em que os grandes bancos brasileiros eram pressionados para fornecer crédito para os bancos menores e para os demais setores da economia, a coluna *Mercado Aberto*, do dia 22/9, traz o texto com o título “Roda do crédito volta a girar, diz Octavio de Barros”, iniciada com a posição do referido economista, diretor de pesquisa macroeconômica do Bradesco: “Apesar do pessimismo dos economistas em geral, é possível supor que, tão logo a ação do Tesouro americano de resgate dos títulos podres se efetive, restaure-se o clima de volta da confiança dos mercados e de melhora de humor das famílias e das empresas. O chamado risco de confiança vai se dissipando e o sistema de crédito volta a funcionar gradualmente.” Ao mesmo tempo, outros atores econômicos também encontram ali espaço, embora a preferência seja pelas visões das empresas financeiras. A Fiesp, ainda na mesma temática do crédito durante a crise, expõe levantamento sobre os juros cobrados pelos bancos, na coluna descrita no parágrafo acima.

Praticamente a mesma variedade de fontes ilustra as matérias com a cartola “análise” assinadas pelos jornalistas da *Folha*, algumas indicando nos títulos a menção ao “mercado”. Nessas análises, relacionadas com fatos importantes da política econômica brasileira ou dos EUA, as posições de agentes do mercado são reiteradas. Vejamos alguns exemplos. Dia 17/9, a análise “Ajuda deve aumentar a confiança”, sobre o resgate pelos EUA da seguradora AIG, assinado por repórter local, traz o analista e presidente da Wedbush Morgan Securities e o presidente da administradora de recursos Johnson Illington Advisors. Por ocasião da redução

da Taxa Selic pelo Banco Central, dia 12/3, na análise intitulada “Redução do juro demorará a fazer efeito”, novamente desfilam suas avaliações analistas ligados ao mercado: a Pentágono Asset Management; o Banco Espírito Santo (BES); a LCA Consultores; a RC Consultores; a Trevisan Escola de Negócios; e o JPMorgan.

Na análise “Mercado tem dúvida se recurso virará crédito” de 14/10, repercutindo a liberação de compulsório pelo Banco Central, dão suas posições um analista da Austin Ratings, um ex-diretor do BC, especialista em risco do Ibmecc-SP, pesquisador da Unicamp e o economista-chefe do Itaú. O entendimento expresso no título, que coloca em questão a “vinda” do crédito, é a da Austin Ratings: “O que adianta liberar mais o compulsório se o banco vai colocar todo o dinheiro no seu caixa? Alguns bancos compraram carteiras e procuram ocupar espaço de bancos pequenos. Outros estão com mais medo da crise e sentam sobre o dinheiro. Isso só vai melhorar se a situação externa mudar.” Com algumas nuances, todos os demais vão em direção a considerar a medida positiva. “O compulsório no Brasil é muito alto e tem de ser reduzido. É uma tentativa do BC de incentivar o empréstimo aos bancos pequenos. Não significa que vá ter sucesso”, na avaliação do ex-diretor do Banco Central. O crédito empoçado nos bancos chegará ao mercado, segundo as fontes da Ibmecc e da Unicamp. O economista do Itaú aparece negando a retenção dos recursos do compulsório pelos grandes bancos.

Ou seja, ao considerar os itens de “análise”, apresentados para contextualizar o fato do dia, alargar a particularidade de uma manifestação singular a partir de um ponto de vista menos vinculado aos contornos do fato em si e atento a seus desdobramentos, percebemos que esses foram, na prática da cobertura da crise, a contextualização sob o ponto de vista dos agentes econômicos do mercado financeiro, com suas eventuais divergências. Há uma reiterada quantidade de fontes com o mesmo ponto de vista geral e uma baixíssima diferença de qualidade, ou seja, o jornal não parece se preocupar em colocar visões de diferentes angulações reais. Até mesmo a recorrência a fontes acadêmicas, notadamente oriundas das Ciências Econômicas, não consegue abrir o leque de significações do fato em questão, mais procura reiterar uma sequência de opiniões que no fundo *dizem a mesma coisa*.

Excetuam-se dessa sistemática as análises assinadas pela Sucursal de Brasília, que trazem o viés político das ações do governo para resolver os problemas econômicos, informando sobre bastidores, as intencionalidades, as preocupações e as frustrações, publicadas no caderno *Dinheiro*. Esses textos não explicitam fontes de informações, embora deem a entender que ouviram fontes do governo. São contextualizações *de próprio punho*, alargando a dimensão fenomênica do fato a uma particularidade, de adesão do jornalista.

Reconhece-se, com clareza, a visão particular que as análises expressam, por centralizarem nas ações do governo a responsabilização pela crise e relegarem o universo privado ao limbo do direito de exercer sua liberdade econômica, sem que lhe sejam imputadas responsabilidades gerias a respeito da crise no país. Antecipamos parte dessa avaliação no item 5.2, ao tratar dos principais assuntos tratados pelo jornal ao longo da cobertura. De todo modo, reiteramos a centralidade da responsabilidade do governo sobre a crise.

Um exemplo dessa postura é a análise do dia 22/1, “Governo faz jogo de empurra”, em que, ao mesmo tempo em que desvela a articulação do governo como uma empreitada para se livrar da culpa pelo estado da crise, a partir da interpretação de que o governo demorou em agir, que “batia cabeças nessa área”, e surpreendeu-se com o baque “bem maior do que o esperado”, denuncia a tentativa do presidente do Banco Central de repassar aos bancos a culpa pelos juros altos e retração na demanda. Assim, o autor do texto entende que enfatizar que “o problema é o ‘spread’ bancário (quanto os bancos cobram além do custo de captação para repassar o dinheiro aos clientes)” é uma mera tática de imagem do governo, e não uma questão real a ser debatida. Vale destacar que não há análises desse tipo sobre os juros cobrados pelos bancos brasileiros, embora o tema tenha sido discutido durante a crise. Soma-se a postura de isenção do setor privado e a reiterada posição de exigência de cortes nos gastos públicos, tese consagrada da ortodoxia econômica neoliberal. Não põe em questão o corte no pagamento de juros e amortizações da dívida pública que consome quase metade do orçamento. Em 13/12, na análise “Crise pode pôr fim à comodidade de não cortar gastos”, o jornalista da Sucursal de Brasília defende que o governo teve fartura para lidar com as contas públicas e que a fase acabou. “Com tamanha fartura, governo e Congresso não se incomodaram em conter sua generosidade. Reajustes recordes para o salário mínimo, novos planos de carreira para servidores e ampliação de benefícios uniram do senador Paulo Paim à oposição tucanodemocrata. A crise, porém, pode pôr fim a tanta harmonia e comodidade.” Ou seja, desqualifica os esforços em direção a políticas sociais e de poder de compra e silencia sobre os recursos destinados à remuneração dos rentistas do Estado e das elevadas taxas de juros.

5.3.6 O jogo e os jogadores: a política especulada durante a crise

Marcante na cobertura da *Folha* sobre a crise, no que se refere às repercussões de seus efeitos no Brasil, é a centralidade a personalidades, notadamente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em mais de 100 itens, considerando somente notícias, notas e reportagens, as

declarações do presidente são reproduzidas nos títulos. Numa marca de uma espécie de sobrevalorização do jogo e dos jogadores de que fala Bourdieu (1998), as ações do governo são tematizadas a partir das diferentes falas públicas do líder. Destacamos, nesse aspecto, a importância dada a declarações polêmicas e negativadas. Alguns títulos que ilustram esse tipo de abordagem: “Crise norte-americana não é problema do Brasil, diz Lula”, em 20/9; “Lula critica ‘cassino’ e cobra responsabilidade dos EUA”, em 30/9; “Pacote está descartado, insiste Lula”, em 8/10; “Lula volta a cobrar dos bancos mais concessão de empréstimos”, em 7/11; “Lula diz que críticos torcem para que crise ‘arrebente’ país”, em 31/12; “Lula defende negociação direta patrão-empregado”, em 12/2; “Lula admite demissão recorde em dezembro”, em 16/1; “Lula diz que não é hora de pedir reajuste”, em 28/3.

Os exemplos mais claros de sobrevalorização da pessoa do político são as declarações de 5/10, em que Lula chama a crise de *marolinha*, em atividade no interior de São Paulo, e de 27/3, em evento internacional, que responsabiliza pela crise a gente branca e de olhos azuis.

No primeiro caso, o jornal destacou outra declaração do presidente na cobertura de evento em São Bernardo do Campo. No título, do dia 5/10, “Lula acusa empresas de especularem”, e, no texto de apoio, “Em carreata em São Bernardo, presidente diz que, por ‘ganância’, empresas especularam contra moeda brasileira”. No interior do texto, é colocada a frase que repercutirá nos *anos* seguintes: “‘Ela [crise] é lá [EUA] um tsunami, e aqui vai chegar uma *marolinha*, que não vai dar nem para esquiar. Os Estados Unidos deram um rumo ao sistema financeiro, na agiotagem e no cassino que foi feito’, disse o presidente Lula.” Posteriormente, o jornal deu ampla divulgação à expressão. O termo foi utilizado em pesquisas do *Datafolha* acerca da opinião dos brasileiros sobre a crise ser ou não uma *marolinha*, cujos resultados foram publicados em 5/12 e em 20/3, respectivamente: “42% acham que crise no Brasil é só ‘marolinha’”; “Metade do país agora discorda da frase de Lula”. Menos de 20 dias depois, o jornal noticia a MP 443, dando destaque à declaração: “Governo faz MP para estatizar empresas”, em 23/10, com o lead, “Enterrando de vez o discurso de que a crise mundial não passaria de uma ‘marola’, como disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo editou ontem medida provisória que permite que Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal comprem bancos e empresas com problemas.” Na coluna Mercado Aberto de 12/2, “Para LCA, crise no país não será nem marola nem tsunami”. Ao todo, a cobertura da crise fez uso da expressão em 56 textos, sendo que 15 foram notícias, reportagens e notas.

De maior polêmica e já no final do período analisado, foi a declaração de Lula, em audiência com o primeiro-ministro britânico Gordon Brown, em que atribui a causa da

crise à “gente branca e de olhos azuis”, noticiada dia 27/3, sob o título de “Crise foi causada por ‘gente branca de olhos azuis’, diz Lula” (Imagem 13). Como item complementar a essa notícia, a *Folha* apurou e publicou na mesma página a nota “Diversidade: lista com os ‘culpados da crise’ tem dois negros”, que assim segue: “A revista ‘Time’ discorda do presidente Lula. Na sua lista sobre os 25 principais responsáveis pela crise (na sua maioria brancos, nem todos de olhos azuis), aparecem dois negros: Stan O’Neal, que comandou o Merrill Lynch, e Frank Raines, que foi presidente-executivo da Fannie Mae. Nela, também aparecem a população americana, o premiê chinês, Wen Jiabao, e os ex-presidentes dos EUA George W. Bush e Bill Clinton.” O editorial do dia seguinte, 28/3, “Outra visão”, seguiu a mesma linha, insistindo no aspecto racial da declaração, embora trate da autoafirmação internacional dos países em desenvolvimento. Trouxe o editorial: “Não são azuis, vale lembrar, os olhos de George Bush, de Alan Greenspan, de Bernard Madoff e de muitas outras figuras situadas no centro das responsabilidades pela crise financeira”.

IMAGEM 13 – Repercussão de declaração de Lula Crise foi causada por ‘gente branca de olhos azuis’, diz Lula

Ao lado de premiê britânico, presidente afirma que pobres, negros e índios não podem pagar a conta da especulação financeira

SIMONE EGLESIAS
DO SCARLETT BRASILIA
DENYSE GODOY
DO SCARLETT BRASILIA

Em discurso ao lado do primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva responsabilizou “gente branca de olhos azuis” pela crise econômica mundial. Ao dizer que os dirigentes não podem permitir que pobres, negros e índios paguem a conta da especulação financeira, afirmou: “É uma crise causada por comportamentos irracionais de gente branca de olhos azuis que antes da crise parecia que sabia tudo e agora demonstra não saber nada”, em referência a especuladores de países do primeiro mundo.

Brown acompanhou o discurso de Lula por um filme com tradução simultânea. Não houve reação.

Questionado por um repórter britânico se sua declaração não teria um “viés ideológico”, Lula respondeu que não, que estava fazendo uma constatação. “Não existe questão ideológica, existe um fato que mais uma vez se percebe: que a maior parte dos pobres que sequer participava da globalização estava sendo uma das primeiras vítimas da crise. O preconceito que vejo é contra os imigrantes nos países desenvolvidos”, afirmou.

O presidente complementou: “Como não conexão nenhuma linguagem negro ou índio, só posso dizer que essa parte da humanidade que é a parte mais vítima do mundo pague por umacrise”.

US\$ 100 bi para o comércio

Lula e Brown devem apresentar na reunião do G20, no dia 2 de abril, em Londres, proposta de criação de um fundo de US\$ 100 bilhões para financiar a expansão do fluxo de crédito do comércio.

“Centenas de empresas estão impedidas de fazer comércio por falta de crédito. A comunidade internacional não pode permitir isso. Estamos propondo a criação de um fundo de pe-



O primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, observa o presidente Lula em Brasília



Stan O'Neal, ex-Merrill Lynch

DIVERSIDADE: LISTA COM OS ‘CULPADOS DA CRISE’ TEM DOIS NEGROS

A revista “Time” discorda do presidente Lula. Na sua lista sobre os 25 principais responsáveis pela crise (na sua maioria brancos, nem todos de olhos azuis), aparecem dois negros: Stan O’Neal, que comandou o Merrill Lynch, e Frank Raines, que foi presidente-executivo da Fannie Mae. Nela, também aparecem a população americana, o premiê chinês, Wen Jiabao, e os ex-presidentes dos EUA George W. Bush e Bill Clinton.



Frank Raines, ex-Fannie Mae

los países e organismos internacionais, segundo o primeiro-ministro britânico.

Lula se comprometerá a repassar dinheiro, mas não adiantou qual seria o valor da contribuição. “O Brasil está estudando uma forma de contribuir sem que isso afete nossas finanças e nossas reservas”, disse o ministro Celso Amorim

(Relações Internacionais).

Lula e Brown também convergiram na necessidade de pôr fim ao protecionismo que alguns países adotaram desde o início da crise. Enfatizou, o primeiro-ministro disse que o G20 deve exigir da OMC (Organização Mundial do Comércio) que “de nome aos bois”, que não cumpriram as regras

É uma crise causada por comportamentos irracionais de gente branca de olhos azuis que antes da crise parecia que sabia tudo e agora demonstra não saber nada

A maior parte dos pobres que nem sequer participava da globalização estava sendo uma das primeiras vítimas da crise

LUIZ INACIO LULA DA SILVA
em discurso ao lado do primeiro-ministro britânico, Gordon Brown

dever ser nominal”, disse. Já Lula comparou o protecionismo ao efeito das drogas. “O efeito é rápido, mas depois vem a depressão”.

O presidente definiu ainda como “válida” e “pertinente” a proposta da China de criar uma moeda global que substitua o dólar. “Os Estados Unidos vão se colocar contra, mas o mundo não deve ficar subordinado a uma única moeda”.

ONU

Mais tarde, em palestra em São Paulo, Brown afirmou que são quatro os principais problemas com que o mundo deve se preocupar: a instabilidade financeira, a degradação global, o extremismo político e o crescimento da pobreza e da desigualdade. “Acredito que podemos construir a primeira verdadeira sociedade global”.

O premiê também defendeu que o Brasil tenha um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas). “O tempo do Brasil chegou”.

→ LEIA MAIS em Mundo

Fonte: *FSP*, 27.03.2009.

No domingo, dia 29/3, o Ombudsman fez a crítica no mesmo sentido que estamos argumentando:

A *Folha* adora debochar das mancadas verbais do presidente Lula. Quase sempre de maneira preconceituosa, elitista, exagerada, inócua e equivocada porque um presidente deve ser julgado pela sua administração, não pelo seu português ou seus conhecimentos gerais. Na sexta, deu destaque a um

desses deslizes: a acusação de que a crise econômica é culpa de “gente branca com olhos azuis”. A frase tem conotação racista e ideológica, foi proferida diante de um chefe de governo de nação majoritariamente branca e merecia repercussão. Mas ao armar uma pegadinha para Lula e mostrar que há envolvidos na crise negros, asiáticos e de olhos castanhos, o jornal aceita a premissa do argumento e se nivela com ele.

O mesmo poderia ser apontado nos textos já destacados sobre Cristina Kirchner da Argentina e Hugo Chávez da Venezuela. Outro aspecto da cobertura política (sobre políticos), tem duplo viés. Ao mesmo tempo em que revela a utilização da crise para promoção da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, como futura candidata a presidente em eleições que ocorreriam um ano e meio mais tarde, e acompanha os, então, prováveis candidatos opositores (José Serra e Aécio Neves), a *Folha* acaba por compor o jogo de *intrigas* eleitorais, enfatizando a personalidade, as declarações e as ações da ministra e dos governadores de São Paulo e Minas Gerais como ações voltadas à eleição.

Alguns exemplos podem ilustrar essa abordagem, como em 1/11, com a cartola “Campanha 2010”, a notícia “Dilma afirma que gostou dos palanques”, traz a crise como tema da sucessão presidencial: “Para Dilma, a oposição ‘vai pagar o ônus’, caso aposte na crise econômica como forma de minar Lula e seu candidato nas eleições de 2010.” Do mesmo modo, dia 14/02, trata da oposição, em reportagem “PSDB quer acelerar 2010, mas Serra hesita”, que acompanha o governador de São Paulo em evento no Paraná: “José Serra participou ontem do Show Rural Coopavel, em Cascavel (PR), onde cumprimentou visitantes, beijou crianças e posou para fotos. [...] O governador justificou sua presença na feira paranaense por se tratar de um dos maiores eventos do agronegócio e aproveitou para criticar a política econômica [...]”.

Ou seja, o objeto em questão, suas ações concretas em torno da crise, é retirado do centro de importância para promoção e antecipação do jogo eleitoral, com a pretensa justificativa de mostrar as reais intenções do governo e de seus opositores. Instala-se uma contradição na cobertura jornalística da *política* envolta com a crise econômica, uma vez que, ao enfatizar uma *anti-ingenuidade*, destacando a intencionalidade política encoberta nas ações, recobre-se a intencionalidade e a responsabilidade econômica na gestão das ações para mitigar a crise. Numa verdadeira filosofia da descrença, a política eleitoral surge como elemento central de uma dinâmica na qual não têm centralidade, e, no mesmo sentido, é desqualificada num jogo perene de mau uso dos postos públicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, fazemos uma retomada dos principais elementos do trabalho desenvolvido, do ponto de vista estrutural, das teorias e dos resultados empíricos. Além disso, apontamos possibilidades visualizadas nesse percurso e algumas considerações sobre o que conseguimos e não conseguimos realizar.

Sucintamente, recordamos que nossa caminhada teve como objetivo caracterizar a cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre a crise econômica de 2008. Buscamos apontar como se organizou a abordagem, em termos de espaços e posições editoriais, preferências, autores, fontes, regiões, temas, etc. Tendo em vista a existência de elementos que antecedem a crise, tratamos das bases históricas para o desenvolvimento deste trabalho, priorizando uma fundamentação que apontasse elementos estruturais, do jornalismo, da crise econômica, para então falar em cobertura da crise. Podemos resumir os principais aspectos teóricos do percurso realizado por este trabalho nas seguintes considerações:

1) *O jornalismo é uma forma de conhecimento centrada na singularidade e na comunicabilidade, sendo mediador entre fatos e públicos;*

2) *Em seu desenvolvimento, o jornalismo, embora desfrute de essência própria, é atravessado pelas contradições sociais, sendo, portanto, necessário considerá-las em investigações que tomam a perspectiva do conhecimento;*

3) *Para este trabalho, o atravessamento a ser considerado foi o neoliberalismo, como projeto hegemônico;*

4) *O próprio processo de significação jornalística não se exime das disputadas sociais. Aceitando a singularidade como relativa ao processo jornalístico como um todo, não restrita ao jornalismo informativo, abrange-se os outros formatos jornalísticos nessa concepção, e incorpora-se os atores sociais não jornalistas que se pronunciam através deles, mantendo inalterada a essência expressa no informativo;*

5) *O neoliberalismo representa um projeto de classe com repercussão relativa ao cenário internacional (EUA são o centro), voltado a gerar rendimentos às classes elevadas, ampliando desigualdades. Coloca-se contra o trabalho, com redução salarial e ataque à organização sindical. Tem no Estado seu instrumento para desregulamentação e execução de tarefas diferentes das que marcaram o capitalismo do período pós-Segunda Guerra Mundial;*

6) *A crise de 2008 é parte da crise estrutural do neoliberalismo, sendo os meses de setembro de 2008 a março de 2009 os de desdobramento econômicos mais decisivos: quebra de empresas, incorporações, estatizações, pacotes de estímulos e de resgate pelos governos,*

demissões em massa e queda acentuada na produção;

7) O jornalismo de economia desenvolve-se no país relacionado aos projetos políticos dominantes, tendo se consolidado como área específica durante o Regime Militar;

8) Ao longo de crises econômicas, o jornalismo de economia ganhou notoriedade, sendo espaço privilegiado para o desenvolvimento do jornalismo em geral;

9) O neoliberalismo impacta no modo de fazer jornalismo, entre outros pontos, as fontes e pautas migram para a financeirização; o discurso econômico da ortodoxia, marcado pela econometria caracterizam sua atuação; emerge um jornalismo que se coloca como a serviço do mercado financeiro;

10) A própria agenda neoliberal teve na imprensa uma de suas difusoras, incluída aí a Folha de S. Paulo. Conformam-se nessa relação um modo de ver o mundo, que tem desdobramentos decisivos na pressão colocada pelos jornais sobre os governos.

A vereda teórico-metodológica engendrada, lembramos, foi no sentido preferencial de empregar a noção de jornalismo como conhecimento em um trabalho empírico, não tendo como objetivo central realizar uma discussão epistemológica ou filosófica que fizesse evoluir tal teoria. Nesse sentido, a postura nos rendeu uma *descida ao empírico* expressa nos pontos acima descritos. Para isso, contudo, foi indispensável a revisão e as discussões relativas ao jornalismo de economia, concebendo um vínculo, não muito explícito no nosso texto, entre essas noções e a primeira. Nesse ponto, o trabalho pode sofrer de certas lacunas, que justificamos a partir do esforço empírico realizado.

O neoliberalismo como modelo hegemônico envolvendo aspectos materiais, políticos, ideológicos, agendas, personagens foi uma descoberta durante o percurso, especialmente no que se refere à sua vinculação com a crise econômica, uma vez que os trabalhos da comunicação têm preferência por abordar os elementos ideológicos, tão somente. Nossa apresentação não primou pela divisão que fazem alguns autores de perspectiva marxista entre o que seria superestrutural e estrutura, condicionando o primeiro ao segundo. Paulani (2006) é adepta da teoria da teoria do *regime de acumulação*, do qual o neoliberalismo seria um *modo de regulação*. Duménil e Lévy (2014) são mais atentos à questão macroeconômica, enquanto Harvey (2011) mescla esses elementos com decisões políticas, outros autores sentam suas teses na questão internacional. Buscamos aí uma perspectiva que fosse o menos possível apocalíptica e mantivesse viva a luta de classes como elemento transformador, mesclando elementos da ordem internacional, das ideologias, da história das ideias, das transformações produtivas, da política, das agendas político-econômicas, do papel da

imprensa, construindo uma visada relativamente coerente e que fosse eficaz para contextualizar o momento histórico em que se dá a crise.

A narrativa sobre a crise adota preferencialmente, por sua vez, a cronologia de Duménil e Lévy (2014), especialmente por ser sistematizada e clara, o que lhe garante ser uma boa perspectiva para pensar o nosso recorte empírico. Nesse ponto, não trilhamos uma solução pela busca de uma explicação para crise diretamente em Marx, visto que esse autor fundamental é a origem para praticamente todas os autores que utilizamos nesse tópico. Essa escolha se deu para priorizar as interpretações sobre *esta* crise e porque aquela demandaria um esforço talvez mais importante para as Ciências Econômicas.

Com relação aos resultados empíricos, avaliamos que sua conformação decorre da escolha metodológica que tomamos, priorizando, inicialmente, uma abordagem quantitativa. O volume de dados permitiu resultados empíricos expressos por números que nos deram informações sobre a cobertura. Certamente, esta não se esgota no recorte que fizemos. Os desdobramentos qualitativos que fizemos procuraram respostas para questões que ficavam em suspensão se tomados apenas os números. Outro trabalho poderia tomar outros rumos, sendo este uma síntese de escolhas tomadas, as quais buscamos expor no decorrer da pesquisa, e que acarretam certos resultados e não outros.

Sobre a cobertura em questão, podemos afirmar que ela se intensificou de acordo com o aumento dos eventos relativos à crise a partir de meados de setembro, marca a elevação da atenção destinada à crise pela *quebra do Banco Lehman Brothers*. Após esse período, a crise manteve-se como assunto principal do jornal pelo resto do período analisado, migrando os focos de interesse que despertava. Importante salientar a migração da temática da crise dos mercados financeiros, lugar desde onde se observam os acontecimentos, para a centralidade das políticas governamentais de vários países, especialmente o Brasil, com vistas a resgates de empresas falidas e, principalmente, políticas de estímulo para enfrentamento da crise, elementos que possibilitaram a observação da posição do jornal com relação ao papel do Estado e a questões capital/ trabalho.

A economia como tema de interesse de todas as demais áreas pode ser percebida pelo espraio da crise pelos variados cadernos, seções e editoriais do jornal, de *Equilíbrio a Ciência*. De todo modo, o caderno especializado, *Dinheiro*, foi o que melhor representou o interesse na crise, como era esperado, sendo o lugar de maior ênfase na cobertura (62,4%). Também a seção de *Opinião* dedicou-se ao tema, com destaque para os editoriais, que, somados às capas sobre a crise, embasam a afirmação de que, no período analisado, a crise

econômica foi o principal tema em espaço, assim como em atenção/ preocupação do periódico, e confirmando os períodos de crise como de crescimento da economia nas capas. Esse foco não se deu apenas em nível de observação do que “estava ocorrendo”, expressou profundamente posições e concepções, podendo-se dizer que o jornal *cumpriu um papel de aparelho de pressão*, especialmente sobre o Governo Federal.

Para um ambiente dominado pela defesa da economia de mercado, bandeira pela qual se manifesta a hegemonia da concepção de estado mínimo conquistada no país durante a década de 1990, ações do governo foram as mais tematizadas, o que não representa contradição, se observamos atentamente o que o neoliberalismo representou enquanto projeto de classe. Outro foco de atenção foram os dados e projeções econômicas (*Macroeconomia*), superando *Empresas e Negócios*. A ênfase na *Política Econômica* expressa-se não em função da defesa do Estado construtor de políticas sociais de pleno emprego, de rendimentos elevados aos trabalhadores, educação e saúde públicas, e sim a um Estado direcionado a *atender as necessidades da economia privada*. Um caso de Estado com racionalização neoliberal, embora mais pragmático do que dogmático (o que representaria a ausência). Ocorreu, assim, a promoção de explicações que enfatizam *a responsabilidade do Estado com a crise e os excessos especulativos*.

Do ponto de vista da explicação adotada para a crise, para o jornal, o que se desenvolveu ao correr dos dias acompanhados, especialmente nos primeiros meses, foi uma crise de confiança, que pode ser explicada pelo “efeito de manada” dos investidores, descrentes na capacidade dos seus congêneres manterem compromissos firmados, e, portanto, momento para guardar o dinheiro. Então, cabe ao governo dar a resposta para superar a desconfiança, tanto de um ponto de vista conjuntural como estrutural. Espera-se e é cobrado um socorro imediato e um estímulo para que o mercado volte a funcionar.

A interpretação às causas da crise e seu funcionamento é de inspiração *keynesiana*, sobre as crises cíclicas do capitalismo. Não se trata, pois, de uma defesa do *laissez-faire*, e sim da defesa da economia de mercado, com problemas intrínsecos, mas que são superados ao largo por suas características positivas. A síntese do quadro que gerou a crise reconhece nos agentes econômicos individuais, quando coletivos, corpos irracionais que, motivados pela desregulação do mercado, aumentam o risco de suas operações a ponto de formar bolhas, como a que estourou no mercado imobiliário dos EUA. No conteúdo informativo, a explicação sobre a crise é reiterada, com certa nuance importante, pois fala da formação de uma bolha de crédito e da baixa regulação que força ao movimento especulativo, mas reforça o papel de decisões equivocadas do governo, não apenas na regulação, como responsáveis

pela crise. O “entenda a crise” do caderno *Dinheiro* é mais neoliberal que a explicação adotada no editorial. Ressalta-se ainda que não há margem para explicações alternativas nesses espaços. O intuito comunicativo do jornal provê um material didático, que traz a crise para o cotidiano do leitor, ponto importante para o exercício de mediação do jornal. Ao mesmo tempo, é constituído de uma ressonância do que ecoa dos editoriais.

A posição adotada com relação ao enfrentamento da crise é que o governo deve ter recursos nas mãos para mitigar imediatamente os efeitos da crise *custe o que custar*. Um estado de emergência que poderia justificar a suspensão de medidas já tomadas, todas na direção de fazer aperto fiscal de modo a garantir a atratividade a investidores. O Governo Federal foi transformado no personagem central da crise, para o bem e para o mal. Por um lado, é o ator que *pode resolver a situação*, por outro, *é o responsável por ela*. Na verdade, restringe-se à abordagem de participação do Estado como estimulador da atividade econômica especialmente pelo lado da *oferta*, aspecto de orientação ortodoxa, e regulador dos mercados, ponto mais heterodoxo.

O dogmatismo vai ser a base para a abordagem do *problema do mercado de trabalho*. Do ponto de vista trabalhista, quando passam a ocorrer as demissões, o jornal defende em seus editoriais: a) desoneração da folha de pagamento para as empresas; b) valorização dos acordos patrão/ empregados, sem ingerência do governo; c) estímulos do Estado à economia para evitar o desemprego; d) ampliação do número de parcelas do auxílio-desemprego pelo governo. Apenas essa última significa uma postura de relativa proteção aos trabalhadores. São claramente políticas que cobrem o lado da oferta e não o da demanda, pregando que o caminho para o emprego é melhorar as condições de competitividade das empresas. A aposta é de que, em ambiente econômico sadio, após a passagem da crise, as empresas vão retomar as contratações dos empregos perdidos. Na perspectiva do jornal, as demissões são um processo natural da relação empregatícia e a queda na demanda exige essas medidas das empresas.

O jornal à *postura de panfleto* ao atacar a proposta de condicionar socorros governamentais à manutenção do emprego. Os estímulos à economia, ou seja, aos empresários, devem ser o instrumento para manter os empregos. A defesa dos acordos coletivos, vai no sentido de que esses são os meios mais legítimos para regulação da relação patrão-empregado, alicerçadas na defesa da *flexibilização das leis trabalhistas*, ainda de orientação varguistas (paternalistas) e, portanto, ultrapassadas. O resultado de tais políticas, conhece-se, é o próprio neoliberalismo em crise. Esses pontos são compatíveis com o rebaixamento geral das condições de trabalho. Ao mesmo tempo em que possibilita aos

sindicatos poucos espaços, os critica diretamente como despreparados, constituindo uma política antissindical.

O jornal defende uma democracia formal, o “rito democrático”, por outro lado, menospreza os políticos, que agem por “instinto eleitoral”. Sobressai-se a defesa do contribuinte, que não coincide com a figura do eleitor, pois para atender ao eleitorado os congressistas atacam o contribuinte. A apropriação política da crise, na cobertura da *Folha*, é marcada por uma ênfase na personalização dos ocupantes de cargos públicos, o que aparece pela responsabilização quase pessoal do presidente dos EUA, George W. Bush, ideólogo do livre-mercadismo, e dos presidentes latino-americanos, Hugo Chávez e Cristina Kirchner. O presidente do Brasil à época, Luiz Inácio Lula da Silva, é acompanhado por meio de suas declarações controversas, de modo a apresentá-lo pelos excessos verbais e não pelas decisões que toma ou pelas responsabilidades que assume.

Dessa forma, retomamos os aspectos pelos quais afirmamos que o jornal permanece no espectro neoliberal: a centralidade do controle das variáveis macroeconômicas focadas nos juros e na inflação, especialmente pela ação independente e técnica do Banco Central, de onde deriva uma sapiência para os apertos monetários; a defesa de integração financeira internacional; *sobrepreocupação* com o funcionamento dos mercados de ações e com a valorização financeira que acarreta; preocupação com a retomada e manutenção da confiança dos investidores; defesa da flexibilização das leis trabalhistas; atuação antissindical; posição contrária a estatizações permanentes; defesa das privatizações, ainda que com menor ênfase da acompanhada nos anos 1990; preocupação central com os ajustes fiscais; defesa da ordem institucional nos âmbitos interno e externo como via para solução dos problemas econômicos e políticos; retomada de um discurso sobre reformas estruturais, que apontam para a redução do direito, como desvinculação da previdência ao salário mínimo; baixíssimo interesse em questões sociais e, quando essas surgem, são instrumentos para a defesa de posições que acabam por gerar desigualdades – como é o caso da baixa formalização do emprego no país, em que defende a flexibilização das leis trabalhistas para enfrentar a informalidade.

Não foi possível chegar, na análise da *FSP*, a confirmar ou descartar a afirmação de Kucinski (2000) de que as agências de notícia e jornais internacionais são os formadores ideológicos básicos da cobertura do jornalismo de economia no país. Nesse ponto, contudo, o que parece ter relevância é o papel de conexão entre a *FSP* e personalidades referenciais envolvidas com o centro dos acontecimentos, que se estabelece via conteúdos dos veículos estrangeiros. Assim, a importância dos veículos internacionais se dá mais pela própria publicação de texto de economistas, jornalistas e investidores conhecidos do que se pode

notar de uma reprodução de posições desses textos enquanto concepção da cobertura desenvolvida pela *Folha*. Em um olhar mais atento, percebe-se que o jornal britânico *Financial Times* tem maior relevância para cobertura em nível de articulistas no caderno especializado em economia, sendo mais diversificados seus autores, e sendo aproveitado com frequência pela *Folha* em textos de ex-agentes do governo dos EUA e de investidores.

A *ancoragem em personalidades conhecidas* não se restringe aos textos apanhados junto aos veículos externos, mas também está na própria distribuição fixa de espaços no jornal, especialmente no caderno *Dinheiro*. Os autores que denominamos “economistas-políticos” são prioridade na designação desses espaços, credenciados por suas titulações acadêmicas e invariavelmente pelos cargos que ocuparam na área de economia do Governo Federal (quer seja no Banco Central, ministérios da Fazenda e Planejamento). Por outro lado, os movimentos sociais, reconhecidos pela luta anticapitalista ou simplesmente por pautas específicas, não possuem espaços fixos, nem mesmo são acionados com frequência para escrever nos espaços rotativos, havendo, ao logo do período, apenas três ocorrências de textos desses atores. Ao passo que empresários e organizações empresariais e sindicatos de empresas detêm espaços fartos. A nosso ver, fica evidenciado *o caráter de classe da cobertura*, dando aos empresários o protagonismo muito mais elevado do que aos trabalhadores, ainda que estes estivessem sendo demitidos por aqueles. Vale anotar que as empresas brasileiras praticamente não são responsabilizadas por qualquer ocorrência da crise no país, e as demissões que efetuam são logo justificadas como ações naturais de proteção num período conturbado, cabendo ao governo o reestabelecimento do *ambiente favorável aos negócios* para que as empresas não demitam.

No que tange aos países e regiões, o critério editorial do jornal reafirma a *assimetria internacional da economia*. Suas atenções se voltam aos EUA. Ainda que esse seja o centro das manifestações da crise, a incidência beira a *desproporcionalidade*, pois se os norte-americanos são centrais é porque o que acontece naquelas terras é sentido em todo o globo, sendo, portanto, justificado o acompanhamento desses efeitos em todos os rincões em busca de qualidades diferentes. Sozinhos os EUA superam todos os demais países somados como tema. Mesmo em um segundo nível de interesse, localizam-se os países de acordo com o tamanho de suas economias (China, Japão, Alemanha, Rússia, Reino Unido), reafirmando a existência de um critério prévio à crise e não um critério surgido a partir do acontecimento. O continente africano é praticamente ignorado.

O reforço a questões quantitativas, como os valores dos pacotes, assentado tanto na ordem econômica internacional, quanto nos fundamentos positivistas dos números, embasa

uma espécie de apagamento das qualidades, das diferentes formas como os problemas econômicos são sentidos e resolvidos. Sendo assim, os acordos com o Fundo Monetário Internacional, assinados pelos diferentes países, além de ter o Fundo como sujeito (é ele quem empresta e não o país que toma emprestado ou que recorre), são apenas citados em notas rápidas sem entrar nas especificidades de cada economia, demonstrando certo desprezo quanto às formas específicas de cada país, que poderiam ser exemplos para soluções de problemas brasileiros.

A lógica do *tem que ser assim*, em que se apagam decisões notadamente políticas, de blocos de interesse, é expressa pela postura de não mediação com relação aos desígnios das agências de *rating*. Elementos integrantes da lógica do livre fluxo de capitais internacionais, que desabava a olhos vistos durante a crise, as notas dessas agências a economias de países inteiros continuavam sendo publicadas, como se retratassem a realidade sobre as economias em questão. O jornal exime-se de filtrar, alertar, mediar e qualificar a relação do leitor com as agências de *rating*. A ciranda das agências continua a girar no mercado financeiro, sem que a mediação jornalística consiga criticar no conteúdo informativo, ao menos parcialmente, sua dinâmica de funcionamento.

A *consonância com o mercado financeiro* também envolve inovações mercadológicas, como a desenvolvida na seção *FolhaInvest*, que é resultado de parcerias com consultorias e corretoras, para direcionar as decisões dos leitores quanto a seus investimentos. Não se trata mais apenas de informar que determinadas ações caíram de cotação, mas indicar quais devem subir e, portanto, representam boas aplicações. Nem sequer o conteúdo é taxado como publicitário ou algo do gênero, sendo construído no formato de notícia.

Configura-se uma notável *preferência pelo ponto de vista do mercado financeiro* para interpretações dos fenômenos, especialmente nos conteúdos de contextualização, as “análises”, que buscam alargar a particularidade de uma manifestação singular a partir de um ponto de vista menos vinculado aos contornos do fato em si e atento a seus desdobramentos. Os agentes de mercados dão as bases para avaliar as ações do governo e os cenários econômicos colocados, de onde se observou a baixa pluralidade de posições.

O jornal vai no sentido de colocar-se como mediação, ao produzir “Glossários”, buscando garantir a comunicabilidade com o público. Ao mesmo tempo, coloca-se a necessidade de tratar dos assuntos de economia financeira especialmente em seus termos, o que leva à utilização dos mesmos nas matérias. Disso denotamos a importância dos conhecimentos originários sobre determinado acontecimento, no caso, o saber econômico. Uma vez que, por exemplo, inflação é um conceito da economia e calculado a partir de

noções estatísticas, a sua mera tradução pode acarretar disfunções conceituais. Assim, observa-se que o critério para entender determinado fenômeno como relevante pode vir de outro saber, com o qual o jornalismo interage, ocorrendo uma permanência desses termos originários e de difícil substituição, e sendo os próprios economistas os elementos de filtragem da qualidade do material jornalístico sobre economia.

Antes de finalizar nossos apontamentos, registramos algumas perspectivas e lacunas com as quais nos deparamos pelo caminho e que este trabalho tangenciou, ora por não ser objetivo, ora por suas próprias limitações. Listamos essas brechas que futuros estudos sobre temas circundantes nos estudos do jornalismo poderiam preencher. São as seguintes considerações: a) Como resultado da reflexão sobre a economia como tema no jornalismo brasileiro, consideramos haver espaço para a construção de uma história do jornalismo de economia no país, como um instrumento para desenvolvimento dos estudos nessa subárea. Trata-se de um espaço de produção crescente quer no jornalismo enquanto objeto de estudo quer na prática profissional. Dessa forma, consolidar as diferentes abordagens, os momentos históricos do desenvolvimento dessa cobertura, muitos já registrados em trabalhos acadêmicos, transforma-se em uma demanda com potencialidade para desenvolver uma matriz de explicação do jornalismo de economia. Tal feito, certamente haveria de levar em conta os projetos político-econômicos locais, a ordem internacional e as mudanças no próprio jornalismo, as inovações tecnológicas, os grupos econômicos que controlam essa produção, a formação de profissionais especializados, e os jornalistas de referência; b) Diante da provocadora afirmação de Kucinski (2000) de atribuição às agências noticiosas internacionais o papel de formadores ideológicos da cobertura de jornalismo de economia no país, acrescido ao trânsito de texto de personalidades conhecidas que circula dos jornais *Financial Times* e *The New York Times* para a *Folha*, pensamos que essa questão contém potencialidade que justificaria uma investigação. A concepção ideológica envolta na cobertura tem mais relação aos desdobramentos locais ou aos veículos estrangeiros?; c) Outro aspecto que parece relevante objeto de pesquisa, ainda no universo das questões que influenciam a cobertura da imprensa da economia, é a relação entre os conhecimentos do jornalismo e das Ciências Econômicas na conformação do modo desse fazer jornalístico. Pensar de que forma as correntes hegemônicas das ciências e seus defensores transitam pelos meios acadêmicos, jornalísticos e pelo mercado financeiro, e os reflexos disso nas pautas e prioridades de atenção do jornalismo de economia seria a questão inicial, haja visto que não apenas o jornalismo, mas também as escolas de economia são locais de trânsito de concepções sobre o

funcionamento do mercado e do Estado, entre outros temas; d) Este trabalho explorou mais o aspecto relacionado à contextualização dos fatos do que a dimensão da singularidade no conhecimento jornalístico como via para o surgimento do novo, expressa teoricamente pela ideia de “realidade transbordando os conceitos” (GENRO FILHO, 1989). Notamos, por certo, que a crise é um exemplo de como o novo vem à tona carregando um grau de novidade capaz de revelar dinâmicas antes escamoteadas. Por outro lado, acabamos nos detendo mais nas estruturas, formas, prioridades estabelecidas e posições defendidas, em detrimento de uma abordagem que valorizasse especialmente o potencial revelador da singularidade jornalística. Nesse ponto, poderia ser assinalada uma proximidade entre as abordagens do jornalismo como conhecimento e a noção de acontecimento utilizada por Quéré (2005; 2011), como gerador de uma nova ordem de sentido. Embora de razoável distância teórica, “acontecimento” deste e “singularidade” daquele se aproximam no que diz respeito à instalação do novo no centro de uma reflexão que envolve a apropriação deste pela sociedade como um todo institucional (no caso de Quéré) e em suas contradições (no caso de Genro Filho); por fim, e) Na descrição de Park (1972) sobre as formas de conhecimento, este aponta para uma comunicabilidade ampla do “conhecimento sobre”, mais relativo à ciência. Neste trabalho, defendemos a comunicabilidade do conhecimento jornalísticos, vinculado ao universo lógico do senso comum (MEDITSCH, 1997). Do ponto de vista dos estudos do jornalismo, pensamos ficar pendente a apropriação do que essa diferença de perspectiva revela como objeto de estudo. Dois tipos de conhecimento e dois tipos de comunicabilidade (jornalismo e ciência) suscitam um problema para pensar o que seria o “jornalismo científico”.

Tendo em vista as teorias do jornalismo adotadas neste trabalho, podemos dizer, a partir dos resultados empíricos alcançados, que a abordagem do jornalismo como forma de conhecimento não pode prescindir de uma visada sobre os desenvolvimentos amplos da sociedade, sob pena de ficar circunscrito a abstrações. Neste estudo, pudemos observar que as concepções e posições neoliberais conservam certa resiliência no conteúdo da *Folha de S. Paulo*, a despeito da materialidade da crise atentar diretamente contra a valorização do mercado como saída única e ahistórica para os problemas econômicos da sociedade. É inegável sua influência no conhecimento que a cobertura gerou sobre a crise, haja vista os elementos que descrevemos acima.

Por outro lado, definir a cobertura apenas sob a ótica de que ela reafirma a particularidade de classe não esgota o que observamos no material analisado e pode

contradizer fundamentalmente a perspectiva sobre o jornalismo que adotamos. Nem mesmo o jornalismo de economia, mais sujeito à mediação do neoliberalismo por tratar diretamente de temas centrais para essa concepção, existe apenas em função do próprio do papel que desempenha para a confirmação do modelo hegemônico. As contradições advindas das próprias manifestações e com as quais o jornalismo trabalha são decisivas para que uma mudança de perspectiva ocorra. O jornalismo praticado no caso da crise efetivamente faz a ponte entre essas singularidades e o público, mesmo que as particularidades hegemônicas atentem contra a dimensão libertadora advinda do conhecimento, que se dá nesse processo.

Não estaríamos fazendo jus ao material produzido pelo jornal e analisado por este trabalho se ficássemos restritos à conclusão de que a cobertura representa uma nova vitória do neoliberalismo, ainda que isso tenha ocorrido. Antes dessa importante particularidade, a cobertura foi jornalística. As formas de abordagem, os desenvolvimentos noticiosos, manchetes, destaques, análises, os elementos textuais sintéticos como as notas, a gama de assuntos relacionados com a crise, dão uma dimensão de que criações jornalísticas que moldam ao caso específico e ao longo do tempo mantêm certa constância, possibilitando firmar-se como elementos próprios do ser do jornalismo. A própria busca por atores externos para construir a significação, para além de representar a expressão das desigualdades sociais, fazendo como que um retrato da realidade material, mostra um grau de permeabilidade necessário ao jornalismo como conhecimento vivo pelo qual se conhece o novo. Claro está que as escolhas do jornal evidenciam um caráter de classe, de fala e observação desde o ponto de vista do poder, mas não se descarta o processo por essa conclusão verdadeiramente factível. Porque ele não foi libertador não quer dizer que não possa sê-lo.

Reconhece-se, assim, que há uma especificidade jornalística e que, embora não se possa abrir mão de contextualizá-la no plano das disputas pela hegemonia da sociedade, também não se pode negar sua participação na apreensão da realidade pela mesma sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira. Jornalistas e editorias de economia. In: Encontro Anual da Compós, X, 2001, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Compós, 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-modernismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. 4. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

BARROS, Antonio Teixeira de. O discurso da *Folha de S. Paulo* sobre a privatização no Brasil. **Revista Brasileira de Comunicação**, v. XIX, n. 1, p. 89-105, jan./jun., 1996.

BASILE, Sidnei. **Elementos do jornalismo econômico: a sociedade bem informada é uma sociedade melhor**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BERGANZA CONDE, Maria Rosa. O contributo da Escola de Chicago para o jornalismo contemporâneo: As reflexões de Robert E. Park sobre a notícia. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Revista de Comunicação e Linguagens, Jornalismo 2000**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2000.

_____. A contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 15-82

BOTTOMORE, Tom B. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 3, Edição Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, p. 73-84, dez. 2011.

CARVALHO, Carlos Eduardo. A crise internacional desafia o modelo brasileiro de abertura e liberalização. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 111-126, 2009.

CIOCCA, Pierluigi. 1929 e 2009: duas crises comensuráveis? **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 81-89, 2009.

COCCO, Giuseppe M. Dos direitos do trabalho ao trabalho dos direitos. In: REDE ESCOLA DE GOVERNO. **Aula Magna**. Porto Alegre: FDRH-RS, 2013. 1 CD.

DONADONE, Julio Cesar. Imprensa de negócios, dinâmica social e os gurus gerenciais. In: Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, I, 2000, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: ANPAD, 2000.

DULCI, Otavio Soares. Economia e política na crise global. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, p. 105-119, 2009.

DUMÉNIL, Gérard. **A América Latina na mundialização neoliberal**, 2005. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dge2005a.htm>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **A crise do neoliberalismo** (Palestra). Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fimm70rysi0>>. Acesso em: 10 de nov. 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo na história do capitalismo**. 2008-2011, *os dois primeiros atos*, 2011. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle2011n.htm>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa**. Estudo sobre a Aids. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014. p. 179-206

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 87-147

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**. A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

_____. Grande Imprensa e Ultraliberalismo: Veto ao Debate e Impactos Locais. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXIX, 2006, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Intercom, 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 2. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

_____. Questões sobre jornalismo e ideologia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 1, 1º semestre de 2004, p. 164-167.

_____. O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo (Palestra). In: AMARAL, Márcia Franz (Org.). **Olhares sobre o jornalismo**. A contribuição de Adelmo Genro Filho. Santa Maria: Facos-UFSM, 2007. p. 79-102

HALIMI, Serge. **Os novos cães de guarda**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HARVEY, David. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**. Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 139-171

_____. **The Crisis of Capitalism.** Palestra, RSA Animate, 26 abril 2010. Disponível em: <www.theRSA.org>. Acesso em: 10 fev. 2014.

_____. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O marxista que quer reinventar as cidades.** Entrevista a Vince Emanuele para a “Veterans Radio Unplugged”, 2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/o-marxista-que-quer-reinventar-as-cidades-ii/>> Acesso em: 3 jan. 2014.

HAUSER, Vanessa. **O tributo do jornalismo à retórica e à dialética:** observações sobre os limites e as possibilidades. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

KOTZ, David M. The Financial and Economics Crisis of 2008: A Systemic Crisis of Neoliberal Capitalism. **Review of Radical Political Economics**, v. 41, n. 3, p. 305-317, summer 2009.

KUCINSKI, Bernardo. Paradoxos do jornalismo econômico. **Revista Adusp**, p. 13-16, dezembro, 1997.

_____. **Jornalismo Econômico.** São Paulo: Edusp, 2000.

_____. A pauta econômica e o agendamento das assessorias de imprensa. In: DINES, Alberto (Org.). **A Mídia e os Dilemas da Transparência.** Brasília: Banco do Brasil, 2002. p. 56-60

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

LENE, Hérica. O jornalismo econômico ontem e hoje: Resgate histórico de sua expansão no Brasil. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, II, 2004, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, Rede Alfredo de Carvalho, 2004.

_____. **O jornalismo de economia e a reinvenção do Brasil no final do século XX.** 2009. 424 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

_____. Memória e história do jornalismo de economia brasileiro: a “construção” das notícias na *Gazeta Mercantil*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXV, 2012, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, Intercom, 2012.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Informações de valor. **Revista de Jornalismo ESPM**, p. 33, mar-mai, 2012.

LOUREIRO, Maria Rita. A participação dos economistas no governo. **Análise**, v. 17, p. 345-359, 2006.

LÜCKMAN, Ana Paula. **Contribuições do pensamento complexo para o campo epistêmico do jornalismo.** 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

LYRA, Diego Mendes. **A crise econômica e o mundo do trabalho**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

MAGALHÃES, Luiz Antonio. *Gazeta Mercantil*, um final melancólico. **Observatório de Imprensa. Imprensa em Questão**, n. 829, ed. 539, 2009. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/gazeta-mercantil-um-final-melancolico>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MCCHESENEY, Robert W. Mídia, global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 217-242

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

_____. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** (Conferência). 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Jornalismo como forma de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. XXI, n. 1, p. 25-38, jan./jun., 1998.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In: _____ (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 187-216

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NASSIF, Luís. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.

OSÓRIO, Pedro Luiz da Silveira. O segredo da pirâmide – algumas notas e lembranças. In: AMARAL, Márcia Franz (Org.). **Olhares sobre o jornalismo**. A contribuição de Adelmo Genro Filho. Santa Maria: Facos-UFSM, 2007. p. 37-49

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. 2005. Sobre o facto e o acontecimento. **Trajectos**, n. 6, p. 95-100, primavera, 2005.

PALLUDETO, Alex. **Crise e capitalismo contemporâneo: uma revisão das interpretações marxistas da Grande Recessão (2007-2009)**. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In. STEINBERG, Charles (Org.). **Meios de Comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

PAULANI, Leda Maria. Economia e Retórica: o capítulo brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1 (101), p. 3-22, jan-mar, 2006.

_____. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008

POCHMANN, Marcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 41-52, 2009.

PONTE, Cristina. Media e acontecimento (com)sentido. **Trajectos**, n. 6, p. 101-104, primavera, 2005.

PONTES, Felipe Simão; KARAM, Francisco José Castilhos. A pertinência da categoria da singularidade de Adelmo Genro Filho para os estudos teóricos em jornalismo. **Estudos em Comunicação**, n. 6, p. 147-165, dez. 2009.

PULITI, Paula. **A financeirização do noticiário no Brasil (1989-2002)**. 2009. 314 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2009.

_____. A financeirização do noticiário econômico: o uso de estratégias de comunicação por grupos de interesse e seu impacto nos conteúdos jornalísticos. **E-compós**, v. 13, n. 3, p. 1-12, set./dez., 2010.

_____. O discurso científico de fontes como estratégia comunicacional no noticiário econômico. **Inovcom**, v. 6, n. 1, p. 2-11, 2014.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, n. 6, p. 59-75 primavera, 2005.

_____. Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos: Entrevista com Louis Quéré. **Revista Eco-pós**, v. 14, n. 2, p. 176-183, 2011.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Figueiras. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

RAMONET, Ignácio. **A tirania Comunicação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ROCHA, Bruno Lima et al. O jornalismo econômico como porta-voz do capital financeiro. **Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação**, v. XIII, p. 1-13, jan./abr., 2011.

_____. O jornalismo econômico como porta-voz do capital financeiro. In: ROCHA, Bruno Lima; SANTOS, Anderson (Orgs.). **Desvelando a farsa com o nome de crise**. Uma análise do capital financeiro pela economia política. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 92-109

RÜDIGER, Francisco. Elementos para uma crítica do jornalismo moderno: Conhecimento comum e indústria cultural. **Revista Famecos**, v. 17, n. 3, p. 216-227, set./dez., 2010.

SAAD FILHO, Alfredo. Crise *no* Neoliberalismo ou Crise *do* Neoliberalismo? **Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 3, Edição Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, p. 85-95, dez. 2011.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. **Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 3, Edição Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, p. 73-84, dez. 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Ivan Lemos; ROCHA, Bruno Lima; DOS SANTOS, Anderson David Gomes. Uma análise fílmica da “farsa com nome de crise”: o audiovisual como linguagem síntese do roubo do século. In: ROCHA, Bruno Lima; SANTOS, Anderson (Orgs.). **Desvelando a farsa com o nome de crise**. Uma análise do capital financeiro pela economia política. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 137-156

SAWAYA, Rubens R. Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial? **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 53-70, 2009.

SCHERER, André Luís Forti. A crise da economia financeirizada. **ALAI**, América Latina en Movimiento, 2008. Disponível em: <<http://alainet.org/active/27796&lang=es>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

SILVA, Jaqueline de Paiva. A Broadcast, o mercado financeiro e a cobertura de economia da grande imprensa. In: Encontro Anual da Compós, XII, 2003, Recife. **Anais eletrônicos...** Brasília: Compós, 2003. p. 1-12

SINGER, Paul. A América Latina na crise mundial. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 91-102, 2009.

STARKMAN, Dean. E eu com isso? Na pauta e na linguagem, o jornalismo econômico ficou falando sozinho. **Revista de Jornalismo ESPM**, p. 24-32, mar-mai, 2012.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 27-53

TEIXEIRA, Tattiana. O Segredo da Pirâmide, 20 anos depois. In: AMARAL, Márcia Franz (Org.). **Olhares sobre o jornalismo**. A contribuição de Adelmo Genro Filho. Santa Maria: Facos-UFSM, 2007. p. 19-36

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.